

Organizadores:
Prof. Ismênia de Lima Martins
Prof. Fernando Sousa

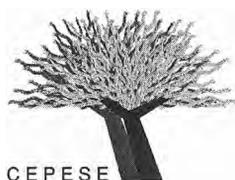
Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos



Portugueses no Brasil:
Migrantes em Dois Atos

ORGANIZADORES
Prof. Ismênia de Lima Martins
Prof. Fernando Sousa

Portugueses no Brasil: Migrantes em Dois Atos



Rio de Janeiro
2006



Copyright 2006 © by Prof. Ismênia de Lima Martins

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial
sem prévia autorização dos autores.

EDIÇÕES MUIRAQUITA LTDA.

Rua José Clemente, 73 Gr. 505 – Centro - Niterói – RJ

CEP 24020-101 -Tel/fax. 21 2620-6357

www.editoramuiraquita.com <editora.muiraquita@gmail.com>

Direção Editorial

LABOURÉ LIMA

Criação e Arte da Capa

BIA ALVES PINTO

Revisão de Texto

N. E. Para a realização dessa obra, cada autor responsabilizou-se por seu texto.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO(CIP)

P886

Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos / Organizadores :
Ismênia de Lima Martins e Fernando Sousa - Niterói, RJ : Muiraquitã,
2006.

300 p. ; 16cm x 23cm

ISBN - 85-75430-57-2

1. Portugueses - Brasil. 2. Imigrantes - Brasil. 3. Portugueses -
Países estrangeiros. I. Martins, Ismênia de Lima. II Sousa,
Fernando. III. Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio
de Janeiro.

CDD- 981.004691

Anderson Fabricio Moreira Mendes
Andréa Telo Da Corte
Arlete Assumpção Monteiro
Beatriz Kushnir
Charleston José de Sousa Assis
Gladys Sabina Ribeiro
Henrique Rodrigues
Leila Menezes Duarte
Lená Medeiros de Menezes
Maria da Conceição Meireles Pereira
Maria Izilda Santos de Matos
Maria João Cerqueira da Costa Ferreira
Maria José Ferraria
Paula Marques dos Santos
Teresa Filipe Cirne
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Ismênia de Lima Martins
Fernando de Sousa
ORGANIZADORES

Quando vim da minha terra,
não vim, perdi-me no espaço,
na ilusão de ter saído.
Ai de mim, nunca saí.
Lá estou eu enterrado
por baixo de falas mansas,
por baixo de negras sombras,
por baixo de lavras de ouro,
por baixo de gerações,
por baixo, eu sei, de mim mesmo,
este vivente, enganado, enganoso.

Carlos Drummond de Andrade

*A Ilusão do Imigrante in Poesia Completa,
RJ, Nova Aguilar, 2002*

...Um temporal desfeito que se armou certa manhã, com vagas a varrer o tombadilho, criou o pânico a bordo — as baleeiras chegaram a estar preparadas para o que desse e viesse —, mas ao menos deu ensejo a cada um de mostrar a coragem que tinha. Não faltou quem se borrarasse de medo! Depois o vento amainou, o mar ficou outra vez calmo, e a viagem prosseguiu sossegada. Em cada porto onde fundeávamos podia-se comprar bananas a tostão, e rapazitos da minha idade mergulhavam e traziam presas nos dentes as moedas que os passageiros atiravam na amurada. Quando a sineta tocava, ia buscar o rancho numa lata, o grão de bico, apesar de bichoso e mal cozido, sabia-me bem. Aos sábados (havia sábados ali), lavava a camisa. E numa segunda-feira, cheia de sol, o Brasil apareceu.

Miguel Torga.

*In A Criação do Mundo.RJ, Nova Fronteira,
1996. P. 87*

Sumário

13 Apresentação

POR PEDRICTO ROCHA FILHO

15 O Imigrante e a Historiadora

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

27 Fontes para o Estudo da Imigração Portuguesa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

CHARLESTON JOSÉ DE SOUSA ASSIS

LEILA MENEZES DUARTE

ANDERSON FABRICIO MOREIRA MENDES

45 Traços lusos nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

BEATRIZ KUSHNIR

54 Perfil do Imigrante Português nos Códices de Legitimação e Apresentação de Passaportes na Polícia - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

GLADYS SABINA RIBEIRO

86 Os processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

118 A Relevância das Fontes Orais no Estudo do Fenômeno Imigratório

ANDRÉA TELO DA CORTE

129 A imigração portuguesa para São Paulo: trajetória e perspectivas

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS

136 Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA

- 162 A imigração portuguesa [planejada] para o Sul do Brasil. A Colônia de Nova Ericeira.
ARLETE ASSUMPÇÃO MONTEIRO
- 175 Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil
FERNANDO DE SOUSA
TERESA FILIPE CIRNE
- 189 Emigração de Viana do Castelo para o Brasil no Século XIX com a emissão de passaporte
HENRIQUE RODRIGUES
- 231 A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882) preliminares de um estudo
MARIA JOSÉ FERRARIA
- 239 A Emigração do Distrito de Viseu para o Brasil. As principais fontes documentais.
PAULA MARQUES DOS SANTOS
- 254 A Emigração para o Brasil através dos livros de Passaportes do Distrito do Porto (1º Semestre 1926)
MARIA JOÃO CERQUEIRA DA COSTA FERREIRA
- 270 Representações da Emigração para o Brasil na Imprensa do Nordeste Trasmontano durante a 1ª República
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

Apresentação

De maneira única na história, existe ao longo de cinco séculos um fluxo populacional contínuo entre Portugal e Brasil. Inicialmente o português veio como colonizador. Mais tarde sua presença se evidencia como imigrante, engrossando a classe trabalhadora ou outros setores profissionais, mas também como investidor, aplicando os capitais aqui obtidos ou trazidos de Portugal.

Atualmente, se a presença no Brasil de investimentos portugueses é significativa, por outro lado Portugal assiste a uma crescente entrada de imigrantes brasileiros, que escolhem o país como forma de acesso a maiores oportunidades de trabalho na Europa.

A emigração portuguesa para o Brasil, nos séculos XIX e XX, embora objeto de numerosos trabalhos científicos, constitui-se em tema aberto, demandando ainda um esforço de pesquisa, longo e contínuo, que, para ser êxito reclama investimentos institucionais e uma equipe especializada, de forma a obter resultados que ultrapassem as contribuições parciais, até agora alcançadas.

Importante destacar que o interesse pelo levantamento de fontes e pesquisa sobre a Imigração e o Imigrante Português no Brasil não se restringe ao campo acadêmico, pois cria instrumentos para defesa, comprovação e resguardo de direitos dos cidadãos de ambos os países, proporcionando também subsídios para as políticas públicas que contemplem os direitos de cidadania dos migrantes, assim como o reconhecimento de signos identitários.

Objetivando enfrentar tal questão, o CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade da Universidade do Porto, propõe um portal digital autônomo para livre consulta na internet, do qual conste a vinda dos emigrantes portugueses para o Brasil, a partir de 1822.

Considerando a importância da documentação brasileira para o aprofundamento e complementação da base de dados e para o

desenvolvimento dos estudos sobre a presença portuguesa no Brasil, o CEPESSE buscou estabelecer uma cooperação com pesquisadores brasileiros. E tendo em conta a relevância das instituições públicas documentais sediadas no Rio de Janeiro, entre as quais o Arquivo Nacional, assim como a notoriedade acadêmica dos centros de pesquisa universitários localizados na mesma região, e considerando, finalmente, o prestígio e reconhecimento da FAPERJ, procurou o seu apoio para promover e viabilizar a cooperação interinstitucional.

A FAPERJ, tendo em conta a política de cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo Rosinha Garotinho, acolheu a proposta e firmou convênio com o CEPESSE. Tal instrumento prevê a promoção da pesquisa e divulgação dos temas direta ou indiretamente relacionados com População, Economia e Sociedade.

Este livro reúne os trabalhos produzidos por pesquisadores brasileiros e portugueses no 1º Seminário Internacional sobre a Imigração Portuguesa no Brasil, realizado no Rio de Janeiro entre 07 e 11 de novembro de 2005. Esperamos que sua divulgação contribua para o alargamento do campo de estudos e estimule novas pesquisas.

Pedricto Rocha Filho
Presidente da Fundação Carlos Chagas Filho
de Amparo a Pesquisa – FAPERJ

O Imigrante e a Historiadora

Ismênia de Lima Martins*

Conferência em homenagem à Professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo¹

O Imigrante

Antônio Dias Leite, filho, nasceu em 20 de junho de 1870, na freguesia de Lordello do Ouro, pertencente ao Conselho e Distrito da Cidade do Porto ²

Sua mãe, Maria Gonçalves da Silva, nasceu nas vizinhanças do Porto, numa pequena aldeia de pescadores chamada Terra da Feira, próxima do atual balneário elegante do Espinho. Sem acesso à educação ou possibilidade de trabalho compensador, partiu para a grande cidade em busca de emprego.

Os esforços industrializantes do norte de Portugal, no último quartel do século XIX, baseavam-se num processo de substituição de importações, sobretudo de bens de consumo imediato. A fiação e a tecelagem caracterizaram este período inicial. A matéria prima era obtida localmente, uma vez que a região possuía um rebanho considerável de gado lanígero, que supria desse insumo, a preços favoráveis, as manufaturas locais. Quanto à mão-de-obra, tendo em conta a pequena qualificação exigida, utilizava-se predominantemente mulheres e crianças, que aceitavam salários inferiores aos dos trabalhadores adultos.

Maria Gonçalves da Silva conseguiu trabalho em uma pequena fiação e tecelagem, pertencente a Antônio Dias Leite, pai, que aparece nos documentos cartoriais da época como fabricante e que, ao enviuar, veio a casar-se com ela. Antônio Dias Leite, filho, teve a infância e o início da adolescência, marcados pela ambiência doméstica e pela vida pacata dos subúrbios do Porto.

¹*Professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

Por ocasião da sessão de abertura do I Seminário Internacional sobre Imigração Portuguesa no Brasil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2006.

²As informações biográficas sobre Antônio Dias Leite, que se apresentam neste texto, foram retiradas do livro Cartas de Antônio Dias Leite (1870-1952): Um olhar sobre uma época de transformações de Eulália Maria Lahmeyer Lobo e Laura Lahmeyer Leite Maia. Rio de Janeiro. Lidador Editora, 2005

Aos 13 anos, a morte do pai, transtornou-lhe a vida. A crise econômica e financeira por que passava o país ampliou as dificuldades para que a mãe, viúva, preservasse a herança do marido. Assumiu corajosamente a responsabilidade do sustento da família e lutava para prosseguir seus estudos, enquanto ganhava a vida. Seu interesse pela escrita e aptidão para línguas proveram-lhe os primeiros meios de subsistência: ajudar os vizinhos analfabetos, escrevendo cartas em nome deles para os parentes, amigos e apaixonados que tinham migrado para terras longínquas, o que sempre valia alguns trocados.

A primeira experiência de trabalho, como escrivão da alfândega, não foi bem sucedida. O não pagamento de salário após vários meses no emprego, sob a alegação de que ainda estava em estágio probatório de aprendizado, provocou sua indignação violenta, redundando na sua demissão.

Novas oportunidades de trabalho exitosas foram criando condições para o seu crescimento profissional. Foi apontador e depois tradutor na companhia Eiffel, que obedecendo ao modelo e padrões técnicos do famoso engenheiro francês, construiu a Ponte São Luiz, sobre o Douro.

Além da experiência, o trabalho proporcionou-lhe oportunidade de ampliar suas relações. Terminada a ponte, teve uma oferta de emprego como gerente, em uma quinta vinícola, próxima de Coimbra, cujo proprietário ele conheceu no serviço anterior. Seu desejo de progredir o fazia aproveitar todas as oportunidades e, nesse período, pode dedicar-se ao estudo do inglês, sob orientação de um professor com quem tinha aula em Coimbra, valendo-se da oportunidade de ir quinzenalmente ao banco na cidade, para providenciar os pagamentos da quinta.

Pela inteligência e força de vontade alcançou uma cultura acima da média e apreciável para sua idade, na época em torno dos 18 anos. Além de extraordinária facilidade para estudo das línguas, possuía grande interesse por literatura. Possuía a coleção completa de Shakespeare, do qual era grande admirador, assim como de outros clássicos portugueses: Guerra Junqueira, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Almeida Garret e Luis de Camões.

Tais qualidades granjeavam-lhe simpatias e amizades. Assim, por recomendação de um comerciante do Porto, o jovem Antônio conseguiu a oportunidade de trabalho no Banco de Londres.

Ao chegar à capital inglesa teve problemas. Primeiro, ser compreendido, pois faltava-lhe a prática da língua, uma vez que estudara o idioma sobretudo gramaticalmente. A vivência londrina permitiu-lhe superar rapidamente esse empecilho. Adaptar-se, porém, à sociedade vitoriana, pautada pelo puritanismo que regulamentava a vida social e pessoal, constituía-se numa dificuldade maior:

“O clima frio e nevoento, o ar poluído pela indústria, a monotonia dos subúrbios londrinos com suas ruas infundáveis, ladeadas de construções uniformes, de tijolos enegrecidos pelo carvão do aquecimento, fachadas de poucos andares, sótãos e porões, não eram estimulantes para quem vinha de terra ensolarada, de uma cultura urbana rica em estilos arquitetônicos variados, alegrados pelos azulejos multicores e alicerçada em laços de parentesco e relações humanas abertas”.³

Chamado a prestar serviço militar obrigatório, do qual foi isento posteriormente por ser sustentáculo da mãe viúva, retornou a Portugal em 1890. O retorno não pode ser considerado coercitivo, uma vez que, após dois anos em Londres, Antônio reconheceu não ter perspectivas, porque o banco reservava o monopólio de todos os cargos na hierarquia superior da administração aos ingleses, “atitude excludente, típica de país hegemônico e imperialista”⁴.

Retomando contatos anteriores, Antônio conseguiu emprego na livraria Gomes, no Chiado, em Lisboa, onde conviveu com a elite intelectual portuguesa: Marcelino de Mesquita, Elvino de Brito, Fialho de Almeida, Sousa Martins e Eça de Queiroz, entre outros.

O declínio acentuado das exportações tradicionais lusas (vinho, frutas, azeite, cortiça, gado e minerais), motivado pela queda das importações da Inglaterra, fechamento do mercado francês, assim como pelo aumento da concorrência de produtos congêneres espanhóis, italiano, além da queda da produção do vinho e do trigo.

O agravamento da situação econômica de Portugal espalhou-se numa crise social caracterizada pela escassez de emprego, perdas de terras por pequenos agricultores, declínio das colheitas, conversão de campos de cultivo em pastos, envolvendo a dispensa de mão-de-obra. A crise aprofundava-se devido à incapacidade da monarquia lusa buscar soluções econômicas, negociar com os opositores do regime, ou de reconhecer os direitos civis e trabalhistas. Nesse ambiente, as tensões sociais intensificavam-se; greves, marchas de protesto, rebeliões agrárias e motins multiplicavam-se.⁵

Por ocasião do terceiro centenário da morte de Camões, elevado a símbolo da nação, ocorre a primeira grande onda de propaganda patriótica republicana.

³Lobo, Eulalia, op.cit. pág. 23.

⁴Lobo, Eulalia, op.cit. pág. 26

A monarquia lusa, acusada de ceder às pressões inglesas, desmoralizou-se definitivamente depois da comoção provocada pelo *ultimatum* da Inglaterra, em 1890, que assegurava o seu controle sobre Moçambique. Um ano depois irrompeu a revolução republicana do Porto. Apesar do amplo apoio da sociedade aos republicanos, o grupo de revoltosos, integrado por intelectuais, jornalistas, estudantes, militares de menor hierarquia, a pequena burguesia urbana emergente, o operariado ascendente, foi reprimido violentamente e dominada pela monarquia em um só dia.⁶

Para escapar da perseguição, Antônio, que participara da revolta de 1891, refugiou-se na Espanha. Passada a onda repressiva, volta a Lisboa, onde, mais uma vez, conseguiu trabalho no Banco Inglês.

Enfrentando no banco, em Lisboa, o mesmo espírito discriminatório que experimentara em Londres, e decepcionado sobre a situação que vivia seu país, Antônio sentia-se forçado a decidir sobre o seu futuro fora de Portugal.

Apesar do momento, em que os Estados Unidos começavam a atrair imigrantes portugueses, e do seu conhecimento da língua inglesa, a África e o Brasil despertavam-lhe maior interesse.

Na África, o domínio português sofrera um recuo parcial com a ocupação britânica e, no Brasil, o jacobinismo estava no auge, acarretando o rompimento das relações com Portugal, acusado de apoiar a Revolta da Armada, de tendência monarquista, contra o presidente Floriano Peixoto.⁷

O caso brasileiro revestia-se de grande complexidade. A jovem República, que para ser confiável deveria proporcionar, paz, bem estar e progresso, tarefa difícil em um período de alta inflacionário e desgoverno econômico, apresenta Portugal como país do atraso e responsável pelos males da monarquia, atribuindo aos portugueses o aumento dos preços e dos aluguéis sofridos pela população.⁸

Por outro lado, haviam as propaladas riquezas da terra, as histórias de sucesso de imigrantes tornados comendadores, a facilidade da língua, as redes de solidariedade sustentada pela parentela e vizinhos.

Finalmente optou pelo Brasil e talvez o elemento decisivo de sua resolução tenha sido o convite que recebeu de Antônio Maria da Costa para trabalhar em

⁵ Lobo, Eulalia, *op.cit.* pg.27

⁶ Lobo, Eulália, *op.cit.*, pg.28

⁷ Lobo, Eulália. *Op.cit.*pg.29

⁸ Ribeiro, Gladys Sabina. A Guerra aos Portugueses no Rio de Janeiro no final do séc. XIX. In . Oceanos -Portugueses no Brasil Independente. nº44-outubro/dezembro. Lisboa 2000.pg.68 a 84; e Portugueses do Brasil e Portugueses no Brasil, atos de irmandade e conflitos identitários em dois atos:1822 e 1890. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org). Entre Brasil e Portugal: estudos de identidades e poder. Campinas, Editora da UNICAMP , no prelo.

sua firma. O proponente era sócio principal e gerente da Costa Pacheco & Cia., considerada grande firma atacadista de armarinhos, modas e anexos, estabelecida no Rio de Janeiro, tendo importação direta e de conta própria. A cidade tornava-se mais atraente, porque aí se concentravam os imigrantes portugueses, exercendo as mais variadas profissões ou destacando-se como comerciantes por atacado, exportadores, industriais, banqueiros, prestamistas e senhorios.

A colônia propiciava um clima acolhedor aos compatriotas, apoiando os recém-chegados através das casas regionais, que preservavam as tradições lusas, a solidariedade aldeã e ofereciam serviços como busca de emprego, saúde, ensino e atendimento jurídico.

Ao chegar ao Brasil em 1893, com 23 anos de idade, iniciou a vida dura de caixeiro, com longas jornadas de trabalho, submetido ao controle da casa e residindo no próprio emprego. Sofreu grande desapontamento com o salário menor do que o esperado. Apesar das más condições de trabalho, permaneceu na firma durante 25 anos, ocupando as diversas posições: calculista, viajante, chefe de escritório, comprador, gerente e sócio do empreendimento.

Quando se tornou caixeiro-viajante, Antônio teve seus horizontes ampliados. Percorreu os mercados de Minas Gerais, São Paulo e Estado do Rio de Janeiro e recebia os fregueses do norte e nordeste do país. Ocupou todos os postos da hierarquia da firma, tornando-se, em 1903, dez anos após sua chegada ao Brasil, sócio do empreendimento.

Ainda como comprador, Antônio viajava à Europa a cada dois anos, circulando por Paris, Londres, Berlim, Praga e Viena, algumas vezes acompanhado do sócio-proprietário da firma, Antônio Maria da Costa. Ele recebia as encomendas do Brasil, escolhia os modelos de vestuário e chapéus e mandava executá-los, devido à diferença das estações em relação à Europa... Geralmente, Antônio comprava tecidos e ternos em Londres, então considerada o melhor mercado de estilo masculino, e ele observava o requinte dos modelos femininos de Paris, encomendendo, a baixos custos na Alemanha, a execução do vestuário inspirado nas duas principais cidades da moda. A freqüência às corridas de cavalos de Longchamps também servia de fonte de inspiração; os sapatos mais elegantes eram da Tchecoslováquia e da Hungria, os chapéus da França e assim por diante.⁹

⁹ Lobo, Eulália. op.cit.pg35

Na chegada ao Rio, conheceu Georgeta Furquim Lahmeyer, que lhe inspirara grande paixão, alimentando durante anos o sonho de desposá-la.

Após tornar-se sócio da firma, Antônio propõe-se a realizar seu desejo de longa data, casar-se. Para tanto, teve que enfrentar preconceito e dificuldades.

As casas comerciais nessa época não estimulavam o matrimônio de seus empregados, impondo, como era hábito no período, verdadeiro internato aos caixeiros. Além disso, estimulavam os casamentos entre as famílias dos sócios, a fim de concentrar e ampliar o capital das empresas. No caso de Antônio, a oposição ao seu matrimônio era ainda mais forte, por ser ele um sócio recente e minoritário da firma e a noiva pertencer a uma família empobrecida.¹⁰

Georgeta Furquim Lahmeyer era filha de Eulália Teixeira Leite e de Heinrich Gaspar Lahmeyer. Apesar da perda de fortuna, pertencia à melhor aristocracia do café, sendo bisneta do Barão de Vassouras e neta dos proeminentes comissários de café Furquim de Almeida e Friedrich Rudolph Lahmeyer.

O pai de Georgeta faleceu após ter sofrido um processo de falência com a crise da cafeicultura que atingiu o Vale do Paraíba.

A viúva inventariante, Eulália, vendeu em condições desfavoráveis a fazenda e mudou-se para o Rio de Janeiro.¹¹

Além das manobras do Sr. Antônio Maria da Costa, sócio majoritário da firma, que tentava adiar o casamento de seu jovem colaborador, os noivos também tiveram que enfrentar a oposição do irmão mais velho de Georgeta que, se considerando o chefe da família, manifestava restrições ao casamento, por tratar-se de um imigrante português, recém-chegado e sem fortuna. Rompendo com as regras do grupo do comércio e da oligarquia do café, e vencendo os preconceitos, Antonio e Georgeta casaram-se em 29 de julho de 1905.¹²

Tiveram cinco filhos: em 1906 nasceu Valentina; em 1908, Laura; em 1910, Luiza; em 1920, Antonio Dias Leite; em 1924, Eulália.

Numa época em que se dava pouco valor ao ensino profissional para as mulheres, Antônio estimulou o aprimoramento intelectual de suas filhas, que freqüentaram o ensino superior em instituições altamente reconhecidas.

¹⁰ Lobo, Eulália, op.cit. pg.55

¹¹ Lobo, Eulália, op.cit. pg.57-62

¹² Lobo, Eulália, op.cit. p 63

A primeira estudou letras anglo-saxônicas na Inglaterra, outra estudou belas artes e filosofia na Universidade do Brasil, a terceira, estudou psicologia e, tendo domínio de vários idiomas, tornou-se uma pioneira no campo profissional da tradução no país. O filho homem estudou economia e engenharia. E a caçula, Eulália, formou-se em história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.¹³

A Historiadora

Lali, como era chamada por seu pai, é hoje Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense, constituindo-se em figura emblemática para a Comunidade Brasileira de Historiadores.

Desde que escolheu o curso de História, Eulália sempre definiu a sua opção pela pesquisa. Não queria ser mais uma a compilar os autores clássicos nem ficar presa aos limites de uma discussão historiográfica, já superada. Queria ir às fontes, mas não de qualquer maneira! Havia muitas questões sobre a contemporaneidade do Brasil e da América Latina. As mudanças sociais e econômicas colocavam para a jovem historiadora problemas fundamentais sobre o presente e o futuro. O passado não era apenas um dado a mais para a erudição e o ornamento cultural. Tornava-se um instrumento ativo nas mãos de quem o questionava, a partir do seu presente. O Brasil teria que ser compreendido, tendo em conta a dinâmica interna de sua História e não apenas seguindo os quadros explicativos da Europa Ocidental.

Assim que terminou o curso, começou o doutorado e dedicou-se inteiramente à pesquisa, aprimorando seus estudos em universidades americanas.

Sua tese de doutorado tratou da Administração Colonial Luso-Espanhola na América. A escolha do tema tinha um caráter prático, porque era mais fácil ter acesso às fontes relativas a esse recorte do que sobre a Europa, mas também revelava o seu espírito crítico. A América Latina deveria ter a sua História: original, diferente e nova! O seu tempo era diferente do europeu. E o ritmo, a evolução e as alternativas eram outras. Eulália considerava que a América Latina poderia – pelas suas possibilidades – ter um papel fundamental na transformação do mundo. Infelizmente não foi assim, mas, de qualquer maneira, Eulália tornou-se a primeira pesquisadora sobre a América Latina no Brasil.

¹³ Lobo, Eulália, op cit. p. 107

Foi também a primeira autora de tese de Doutorado em História defendida por uma mulher no Brasil. Tal título lhe valeu a inclusão no Dicionário *“Mulheres do Brasil”*.¹⁴

Em entrevista publicada por ocasião da comemoração dos 500 anos da América¹⁵, Eulália Lobo conta como ingressou no Magistério Superior. Afirmou que não queria, mas via nele o único caminho viável para profissionalizar-se como pesquisadora. Nesse aspecto, Eulália constituiu-se também numa referência obrigatória no ensino universitário de História no Brasil. Formou várias gerações de estudantes – em nível de graduação e pós-graduação – tendo sempre como modelo a matriz indissociável do ensino e da pesquisa. O importante era dotar os alunos de condições teóricas e metodológicas para a leitura crítica da bibliografia já existente e das fontes primárias para a produção de novos conhecimentos.

Na condição de professora, Eulália destacou-se também nos embates políticos e ideológicos. Sua carreira universitária foi interrompida de forma traumática após o golpe de 1964.

A Universidade, naqueles anos de ditadura, tornara-se muito visada, particularmente, o IFCS. As denúncias apontavam uma célula de comunistas e os conspiradores seriam Manoel Maurício, José América Pessanha, Maria Yedda Linhares, Evaristo de Moraes e... Eulália Lobo!

Aposentada compulsoriamente, foi presa em 1969 por ocasião da visita de Rockefeller ao Brasil, a chamada *“Operação Gaiola”*, como diz Eulália em seu depoimento: *“Eles prenderam todo mundo que não queriam que falasse com Rockefeller e contrataram pessoas para fazerem manifestação a favor mediante pagamento”*. Eulália ficou presa uma semana. Entre os que reivindicavam a sua libertação estavam os adidos cultural e militar dos EUA, pois ela já havia sido convidada para o encontro com Rockefeller.

A narrativa de Eulália sobre a prisão é deliciosa. Chegaram à sua casa, de madrugada, três pessoas armadas. Vinham prendê-la, mas não sabiam quem era ela. E ela lhes disse: *“Não digo que sou enquanto vocês não me disserem quem são! Vocês estão uniformizados mas podem ter assaltado um quartel e roubado as fardas... Quero saber quem são vocês!”* Eulália ligou para seu cunhado, que era almirante, na época cogitado para ministro, e os

¹⁴ Dicionário Mulheres do Brasil. De 1500 até a atualidade. Biográfico e Ilustrado. Organizado por Schumhaer, Schuma, Vital Brasil, Erico. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2000, pp. 210-211

¹⁵ Entrevista com Eulália Maria Lahmeyer Lobo in Estudos Históricos nº 9. Rio de Janeiro, F.G.V., 1992. pp. 84-96

homens acabaram se identificando: eram da 8ª Artilharia da Costa no Leblon. Eulália os acompanhou. Foi levada ao gabinete do comandante, que se mostrava muito constrangido. Eulália lhe disse: “*O Exército que combateu a caça aos escravos, que proclamou a República, vem agora prender os cidadãos que não estão armados... não estão alterando a ordem pública. O Exército, que tem tantas tradições gloriosas, está reduzido a isso?*” O comandante, envergonhado, dizia: “*Não somos policiais*”. E a ordem se inverteu: comandante se defendendo e Eulália atacando. Mesmo assim, ficou presa, apesar de não haver acusação formal. Diariamente ela perguntava ao comandante: “*Qual é a acusação contra mim?*” Ele não tinha o que responder e dizia: “*Você teve muita sorte porque se morasse mais perto do Humaitá teria tido um destino terrível, pois teria ido para uma unidade muito pior*”.

Sob o arbítrio, entre a jurisdição de uma unidade e outra, vencendo seus medos, Eulália começou, na prisão, a escrever sua História sobre a América Latina.

Depois de solta, permaneceu 12 anos indo aos Estados Unidos para lecionar. Ia e voltava, continuando suas pesquisas no Brasil. Mais uma vez foi pioneira! Conseguiu um auxílio da Ford Foundation, que até então só concedia verba de pesquisas com filiação institucional.

Sua trajetória de docente é acompanhada pela produção de uma obra de grande historiadora.

Ciro Flamarion Cardoso, em resenha sobre o seu livro “*Portugueses en Brasil en el siglo XX*”, destacou o pioneirismo historiográfico de Eulália Lobo em diferentes ocasiões: primeiro quando empreendeu uma comparação sistemática dos sistemas administrativos espanhol e português na América; depois, ao interessar-se pelas questões de preço, salário e níveis de vida no Rio de Janeiro do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, elaborando uma vasta síntese em dois tomos da História Econômica da Cidade do Rio de Janeiro; e, finalmente, ao produzir um primeiro estudo detalhado de todos os aspectos pertinentes à imigração portuguesa no Brasil do final do século XIX e do século XX.

Com mais de cem títulos publicados, Eulália Lobo continua em plena atividade profissional. Na edição brasileira de seu livro sobre Portugueses no Brasil, em 2001, ampliou o estudo original, incorporando novas pesquisas.

Sua experiência e maturidade intelectual permitiram-lhe, inclusive, o feliz cruzamento entre o existencial e a História.

A Obra

De 2002 a 2004 dedicou-se com afinco a pesquisar um precioso acervo documental, a correspondência de seu pai que lhe havia sido entregue por sua irmã Laura. Aproximadamente 200 textos, envolvendo diários de viagens, cartas e bilhetes escritos entre 1902 e 1950, a maioria deles para a sua mulher Georgeta.

A correspondência preservada, ainda que fazendo menção aos filhos, empregados ou a situações do cotidiano familiar, não trata de assuntos íntimos. Contempla a descrição do dia a dia das viagens de compras para abastecimentos das casas de comércio no Rio de Janeiro, onde atuou como trabalhador e como sócio.

Apesar de possuir o perfil típico do imigrante português - jovem, solteiro, do sexo masculino - Antônio Dias Leite destacava-se por sua cultura, inteligência e sobretudo pelas qualidades literárias de seu texto.

Tais características permitiram-lhe registrar com perspicácia, espírito crítico e fino humor as impressões sobre a cultura e a vida nos países visitados, do fim do século XIX à década de cinquenta do século seguinte, período que se reveste de particular interesse histórico pelas profundas mudanças ocorridas em escala mundial.

A condição de imigrante que instigava a análise crítica do mundo, as comparações entre a terra de origem e a de destino, os contatos entre várias culturas, além de seus dotes intelectuais, fizeram de Antônio Dias Leite um observador especial desse vasto processo de transformação:

...radical transformação de agrário a urbano, de artesanal a industrial, de trabalho manual a tecnicamente avançado,...Ocorreram duas guerras mundiais, a grande depressão e a desilusão com as promessas da belle époque. Aboliu-se a escravidão, houve uma redistribuição maciça da população em decorrência dos movimentos migratórios da Europa para o Novo Mundo e de torna-viagem, expandiu-se a exploração da Ásia e da África, a Inglaterra constituiu um império hegemônico, superando Portugal e Holanda. Consolidaram-se novas nações, como a Alemanha e a Itália. O império português é disputado pela Inglaterra no Oriente e na África, onde a expansão lusa é limitada pelo ultimatum britânico que acarreta a crise da monarquia e a proclamação da república em Portugal.¹⁵

¹⁵ Lobo, Eulália Lahmeyer. Op. Cit. p. 11

Eulália não teve como objetivo principal analisar a personalidade do protagonista, mas deixou que ela surgisse dos próprios textos. Desejou preservar o olhar de Antônio sobre o seu mundo.

Contextualizou as cartas trabalhadas sem incorrer nos problemas da biografia heroicizante. Preservou sua memória, limitando a interpretação pessoal ao mínimo, mas não abriu mão de colocá-la numa perspectiva histórica:

“Ele presenciou e, em algumas instâncias, participou dos principais movimentos sociais que caracterizaram o período de transição da economia agrícola para a fabril e industrial, soube captar a secularização da sociedade, a gradual dissolução das comunidades, a implantação do capitalismo na Europa Ocidental e do capitalismo no Brasil”.¹⁶

A Prof Dra. Suely Gomes Costa, que redigiu a apresentação do livro de Eulália Lobo, destaca como a autora mapeia com delicadeza a última quadra da vida de seu pai, quando este, bafejado pela fortuna, após a liquidação da firma Sequeira Leite que fundara, dedica-se a novas atividades como rentista, além de uma intensa participação comunitária e política.

Mostra sua integração à colônia portuguesa no Rio de Janeiro, a atuação em várias entidades como as Casas Regionais Lusas do Brasil e o papel destacado na defesa da criação de uma Federação das Associações Portuguesas no Brasil, da qual foi sócio fundador em 1931. Membro da Associação dos Comerciantes Portugueses no Brasil e pioneiro junto ao governo português na defesa da abertura de uma linha de navegação de Portugal para o Brasil, que promoveria a redução dos custos de transporte, tendo sido um dos primeiros presidente da carreira, assim que ela foi instalada.

Suely Gomes Costa ressalta também o tratamento dado pela autora à aproximação de Antônio com o republicanismo salazarista, mas também seu afastamento, logo que a vocação ditatorial do governo português se define.

Aponta ainda como Eulália esmiuça as referências intelectuais do pai, nas leituras e na composição da biblioteca, como que a precisar suas

¹⁶ Lobo, Eulália Maria Lahmeyer, op. cit. p. 12-13

convicções políticas, registrando sua repulsa pelo movimento integralista e sofrimentos familiares advindos das ações da policia política de Vargas contra sua filha e seu genro , membros do Partido Comunista, em 1937.

Mostra Antônio e Georgeta, juntos e solidários, em toda a assistência prestada ao casal, sinalizando o respeito de Antônio às diferenças políticas de sua família.

A apresentadora conclui que o livro é uma homenagem à vida de Antônio, e certamente extensiva aos imigrantes portugueses chegados ao Brasil e a tantos outros lugares do mundo.

Citando uma referência que lhe faz a mãe, em carta para Antônio, Eulália termina o livro com a frase: “Ela esta cada vez mais satisfeita com o pai que tem”.

Ao encerrar, nada posso fazer melhor que plagiá-la:

“Nós estamos cada vez mais satisfeitos com você”.

Obrigada, Eulália.

Fontes para o Estudo da Imigração Portuguesa no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro ^[1]

*Charleston José de Sousa Assis**

*Leila Menezes Duarte***

*Anderson Fabricio Moreira Mendes****

Introdução

O Rio de Janeiro transformou-se em pólo de grande atração para imigrantes europeus, especialmente portugueses, durante aproximadamente cem anos, desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX.

Inicialmente, o projeto de imigração foi desenvolvido pelo Estado Imperial, mas, a partir do Ato Adicional de 1834, essa competência foi passada para as Províncias. Em 1840, a Província do Rio de Janeiro definiu sua atuação nos contratos com empresários ou companhias organizadas para a implantação de colônias agrícolas.

O papel central de gestor desse projeto atribuído às Províncias e, depois da instalação da República, aos Estados, explicam o grande volume de documentos que se encontra sob a custódia do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ, referente à imigração europeia para o Brasil, em meio à qual se destaca a população de origem portuguesa.

Detentor de um grande acervo proveniente de diversos órgãos públicos da província e do antigo estado do Rio de Janeiro, e do estado da Guanabara, o Arquivo Público guarda a memória político-administrativa e a memória social do Rio de Janeiro. A instituição custodia conjuntos documentais que datam do século XVIII aos nossos dias, com mais de 3 mil metros lineares, reunindo documentos textuais, mapas, plantas, fotografias, filmes, fitas de áudio, fitas de vídeo e microfimes.

[1] Este texto foi escrito por pesquisadores da Divisão de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e contou também com a participação de Branno Hocherman Costa e de Flávio Roberto Amieiro da Silva Júnior, na fase de pesquisa.

* Mestre em História e pesquisador do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.

** Doutoranda em Direito, Mestre em História e Diretora da Divisão de Pesquisa e Informação do APERJ.

*** Graduado em História e pesquisador do APERJ.

Sobre o movimento de imigração portuguesa no Brasil, o acervo que se encontra no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ oferece inúmeras possibilidades de pesquisa que serão apontadas ao longo do texto. Para uma identificação prévia desse material passamos a listar e caracterizar os fundos nos quais os documentos sobre a imigração portuguesa estão reunidos:

Fundo Presidência da Província do Rio de Janeiro (1756 a 1889): reúne 90 metros lineares de documentos manuscritos de diversos órgãos administrativos da Província, entre códices e documentos esparsos; álbum de fotografias de Marc Ferrez que registra a construção das obras de canalização do Rio São Pedro, plantas e mapas referentes a obras públicas, estradas, pontes e vias férreas, entre outros. Integram esse acervo também os Livros de Registros Paroquiais de Terras, referentes às propriedades fundiárias, seus proprietários e os limites territoriais nas freguesias e municípios da Província, em meados do século XIX. Além do tema imigração, os documentos fornecem informações sobre escravidão, questões agrárias, obras públicas, finanças, instrução pública, paróquias, irmandades, polícia, Poder Judiciário e Poder Legislativo municipal e provincial.

Fundo Presidência do Estado do Rio de Janeiro (1889 a 1951): reúne 150 metros lineares de documentos manuscritos e datilografados de diversos órgãos estaduais, além de mapas e plantas referentes a diversos municípios, estradas de ferro, limites do estado, planos rodoviários, entre outros, abrangendo os seguintes temas: imigração, agricultura; obras públicas; saneamento; iluminação e abastecimento de água; navegação e portos; finanças; polícia; saúde; entre outros.

Casas de Detenção da Corte e do Distrito Federal (1860 a 1969): reúne 523 livros e cerca de 40 metros lineares de documentação avulsa. Compõe-se de livros de matrículas de homens e mulheres adultos, menores, pessoas livres e escravos, contendo as seguintes informações: nome, número de entrada, nacionalidade, filiação, cor da pele, razão da prisão, sinais característicos e descrição da vestimenta ao ser preso.

Fundo Instituto Médico Legal (1907 a 1960): reúne cerca de 60.000 laudos referentes a Exames Cadavéricos (mortos) e 180.000 laudos de Exame

de Corpo de Delito (vivos), num total de 350 metros lineares, contendo informações pessoais e sócio-profissionais dos periciados.

Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro (1918 – 1983): este acervo é composto de aproximadamente 1 milhão e 800 mil fichas de identificação de atividades políticas; 750 metros lineares de documentos produzidos pela polícia política, e documentos e objetos apreendidos nas diligências policiais; 50 mil fotos; discos, fitas audiomagnéticas, filmes e microfilmes. A documentação acumulada tem origem em órgãos federais (até 1960); nos do Estado do Rio de Janeiro (1934 - 1975) e do Estado da Guanabara, (1960 - 1975); e nos órgãos do novo Estado do Rio de Janeiro (1975 – 1983). O acervo reúne prontuários individuais de presos condenados ou detidos; dossiês temáticos; livros de protocolo de entrada e saída de correspondência; livros de registro dos serviços de plantão das diversas seções da Delegacia; boletins e relatórios reservados; relatórios administrativos de atividades diárias; relatórios anuais; documentos funcionais; mapas de presos; dossiês contendo recortes de jornais; negativos e ampliações fotográficas; discos e filmes; além de uma vasta documentação apreendida de brasileiros e estrangeiros que atuavam no movimento operário; e de associações operárias, anarquistas, comunistas e integralistas.

Possibilidades de Pesquisa sobre Imigração Portuguesa no Arquivo do Estado do Rio de Janeiro

A partir das primeiras décadas do século XIX, a Província do Rio de Janeiro transforma-se na região mais representativa da produção econômica do Brasil principalmente por sua lavoura cafeeira, concentrada basicamente em alguns municípios do Vale do Rio Paraíba, e por sua lavoura canavieira, no norte da Província. A produção de café apresenta um crescimento espantoso: de um montante de mais de dois milhões de arrobas em 1836-37, a região passou a uma média de oito milhões, na década de 1850, atingindo o máximo de quase nove milhões e meio de arrobas em 1855-56^[2]. Entretanto, até o final desse período de expansão, na década de 1870, a mão de obra utilizada nas duas regiões produtivas era a escrava.

[2] TAUNAY, Affonso d'Escagnole, *Historia do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939, p. 51.

Apesar do interesse crescente do Império em fomentar a imigração de mão-de-obra europeia, a partir das pressões inglesas para a extinção do tráfico de escravos e, mais especialmente, depois dessa extinção, em 1850, no Rio de Janeiro a prioridade era trazer colonos para formar novos núcleos de povoamento. O projeto de transferência de mão-de-obra livre para as fazendas de café e cana-de-açúcar se chocava com os interesses e a mentalidade escravocrata dos grandes latifundiários da região que, após 1850, optaram pelo tráfico interprovincial de escravos para o suprimento de mão-de-obra para a lavoura.

No entanto, constata-se um afluxo de imigrantes portugueses para o Vale do Paraíba Fluminense para a formação de colônias agrícolas. Isso pode ser verificado, nas listagens das hospedarias que recebiam esses imigrantes, como as dos Núcleos Coloniais de Vargem Alegre, Campo Belo e Boa Vista, em Pirai e Barra do Pirai, do fundo Presidência do Estado e, também, na série quiais de Terrai de Terras, de 1850, esse conjunto de assentos ficava a cargo dos párocos que registraram muitos desses proprietários de terras como portugueses. Na verdade, o Vale do Paraíba Fluminense foi sendo ocupado por estes imigrantes que lá chegavam em fluxos migratórios cujos padrões merecem ser melhor estudados.

Mas não foi somente como lavradores que os portugueses se fixaram na província do Rio de Janeiro. Com um importante crescimento agrícola, era urgente a construção de estradas, vias férreas e pontes sobre os rios para o transporte e escoamento de sua produção agrícola, e a ampliação de suas instalações portuárias e sua infra-estrutura urbana. Nessas condições, tornava-se inadiável a exigência de mão-de-obra para a implementação dessas obras públicas. Foi para esse tipo de trabalho que se destinou com mais frequência a população de imigrantes portugueses que chegava à Província do Rio de Janeiro, não somente entre as décadas de 1830 e 1840, como identificou Luiz Felipe de Alencastro^[3], mas durante todo o transcurso do século XIX, como demonstram inúmeros documentos do acervo do APERJ. É importante ressaltar ainda a presença de imigrantes portugueses como trabalhadores do setor terciário urbano e também das primeiras fábricas que se desenvolveram no final do século XIX e início do XX, especialmente na capital da província.

[3] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Prolétaires et esclaves: immigrés portugais et captifs africains à Rio de Janeiro – 1850/1872. Cahiers du C.R.I.A.R., n° 4 (Rouen, 1984), pp. 127, 128; 136. Apud PAMPLONA, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 74.

Como o Ato Adicional de 1834 transferia para as províncias a responsabilidade sobre a colonização e a imigração, o Rio de Janeiro regulamentou em 1840 a competência do presidente da Província em relação aos contratos a serem firmados com empresários ou companhias, para a organização e implantação de colônias agrícolas. Os colonos tinham a garantia de serem engajados em terrenos próximos às cidades, vilas ou povoações e, na ausência de terras devolutas ou sesmarias, o governo se comprometia a comprar, aforar ou, por qualquer outro meio legítimo, providenciar terra para ser distribuída aos colonos. Fixava isenção de pagamentos de serviço público, por quatro anos, e de impostos provinciais, exceto o de exportação, por dez anos, além da construção de infraestrutura adequada para o funcionamento da colônia, sendo asseguradas pelo governo da província as despesas necessárias, incluídos os gastos com o transporte dos colonos. Não era permitida a admissão de escravos nessas colônias^[4].

O governo provincial considerava fundamental manter a estabilidade e a qualificação dos imigrantes, na tentativa de evitar a dispersão dos colonos e a falência da empresa, por isso priorizava a entrada de famílias e onos industriais em todos os ramos de trabalho útil preterindo os solteiros. O controle sobre o processo de imigração ficava a cargo do governo provincial tanto no que tangia à regulamentação quanto no que se referia à fiscalização das despesas feitas com as colônias, ao estado das obras para a instalação dos imigrantes e ao controle sobre os colonos aqui chegados.

Mas o governo imperial controlava de perto as atividades dos Presidentes das províncias. Em 1859, o Ministério do Império solicita ao Presidente do Rio de Janeiro um relatório minucioso sobre a data de criação e a situação das colônias, especificando o número de imigrantes; a superfície que ocupavam as áreas cultivadas e não cultivadas; o número de lotes medidos e disponíveis; a estatística recente e o número de foros e de estabelecimentos agrícolas, comerciais e industriais; as artes e os ofícios e o número de indivíduos a eles dedicados; os gêneros que produziam, os produtos exportados e importados e seu valor anual; os sistemas de construção de casas; os melhoramentos necessários e todos os demais dados importantes para o funcionamento da colônia.^[5]

[4] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Lei nº 226 de 30 de maio de 1840. In: Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1840. Rio de Janeiro. Typ. Do Diário de N. L. Vianna, 1846. pp. 138-142.

[5] APERJ, Fundo Presidência da Província, notação 0007.

A lei provincial de 1840 também estabelecia que, enquanto não se iniciasse o projeto, como medida de caráter emergencial, o Presidente da Província poderia mandar contratar até cem famílias de colonos, por meio de agente ou por contrato da sociedade promotora da colonização do Rio de Janeiro, para trabalhar nas obras públicas da Província como canteiros, pedreiros e ferreiros, vivendo em pequenas colônias formadas nos lugares em que os imigrantes estivessem empregados. Esses colonos, assim como os outros que se engajariam no trabalho agrícola, deveriam ir formando pequenas colônias sedentárias nos lugares em que estivessem empregados.

Uma farta documentação sobre a participação de imigrantes portugueses nessas obras públicas espalhadas pela província pode ser encontrada nos fundos Presidência da Província e Presidência do Estado, do acervo do APERJ. Esses documentos registram não somente os aspectos político-administrativos envolvidos na vinda dos imigrantes portugueses e sua instalação nesses trabalhos, mas também a gerência cotidiana dos problemas pelos quais passaram as inúmeras famílias que aqui chegavam, dando conta de suas esperanças e de seus sonhos, muitas vezes frustrados.

Alguns desses documentos apontam para problemas dos imigrantes com autoridades brasileiras, por causa de descumprimento do contrato, o que ocorria com certa regularidade. Foi o que aconteceu com Antônio dos Santos, José Francisco da Roza e Luiz Jacintho Camacho, colonos da ilha da Madeira, aqui chegados na Barca Amburguêza Thereza em 08 de dezembro de 1844. Esses imigrantes foram enviados a trabalhar nas obras da Serra da Estrela dez dias depois, onde permaneceram durante seis meses, como estipulado em contrato. Como ainda havia necessidade de seus serviços, trabalharam mais dois meses, ao fim dos quais foram demitidos pelo major Julio Corker sem as guias para receberem pagamento. À míngua, recorreram ao presidente da Província por socorro, ao mesmo tempo em que imploraram ajuda ao encarregado dos trabalhadores. Sensibilizado, ele lhes permitiu dormir no barracão com os demais colegas e comer de sua ração até obterem resposta do presidente.^[6]

A situação exposta nos remete aos mecanismos de atração, transporte e cumprimento dos contratos dos europeus para viverem e trabalharem em terras brasileiras. Os documentos que se referem a essas temáticas estão bem representados no conjunto das fontes sobre imigração reunido no Arquivo Público. São relatórios, quadros estatísticos, fichas de

[6] APERJ: Fundo Presidência da Província, notação 0303, vol A.

identificação das famílias que emigravam, faturas para recebimento junto ao governo, minutas de contratos manuscritas e impressas, e contratos efetivamente celebrados entre particulares ou empresas e o poder público, fosse provincial ou imperial, e mais tarde estadual ou federal, que procurava orientar a vinda dos estrangeiros para setores da economia nos quais já se havia identificado a necessidade de trabalhadores. Essas fontes oferecem a possibilidade de inúmeros caminhos de investigação sobre a questão da imigração, pois nos permitem vislumbrar quem eram os agentes responsáveis pelo transporte, quanto eles recebiam por passageiro, qual o objetivo do Estado ao trazer os imigrantes, para onde eles iam ao chegar e quais as destinações finais, qual sua origem social e espacial, dentre outras possibilidades de pesquisa.

Um desses contratos para introdução de imigrantes europeus pode servir de exemplo para o que indicamos acima. Celebrado, em 27 de fevereiro de 1896, entre a Secretaria das Obras Públicas e Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e Jacintho Álvares Ferreira da Silva, que vencera a concorrência contra a Companhia Metropolitana, o contrato apresenta uma grande riqueza de detalhes. Nele, Ferreira da Silva comprometia-se a fornecer, em até dois anos, 1500 famílias (10 mil pessoas ao todo) oriundas da Espanha, Portugal, Açores, Madeira e Canárias.^[7] O contrato determinava que os imigrantes do continente não deveriam exceder a metade do total e 85% dos imigrantes deveriam vir em família e estar dispostos a trabalhar na lavoura; os 15% restantes poderiam ser solteiros e dedicar-se ao artesanato ou à indústria. Mas a discriminação das características dos imigrantes ia mais longe. Nenhum deles poderia ter mais de 45 anos, e cada família deveria ter ao menos um homem adulto que contasse entre 18 e 40 anos. Somente ao chefe da família era permitido ter até 45 anos.^[8]

Em meio à documentação pode-se encontrar essa mesma Companhia Metropolitana celebrando vantajoso contrato com o governo federal, que chamava a atenção pelos números fixados: 1 milhão de imigrantes em dez anos, a contar de 1º de janeiro de 1893. Eles deveriam vir da Europa e de possessões portuguesas e espanholas, nunca em número superior a 100 mil, nem inferior a 50 mil anualmente. Neste caso, 90% dos trabalhadores deveriam ser lavradores, enquanto os outros 10% poderiam ser constituídos de “artistas” e possuidores de “profissões úteis”.

[7] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 37 – I, fls. 1, 2.

[8] *Ibid.*

Sônia Regina de Mendonça destaca em seu trabalho sobre a agricultura e o Estado no Brasil que o elevado número de agricultores entre os imigrantes que aqui chegavam representaram a potencialização da primitiva acumulação capitalista para o aprofundamento da dita vocação eminentemente agrícola do país^[9]

A oferta de europeus vindos do campo era enorme. Paulo Pinheiro Machado nos lembra que opéia do século XIX deve ser compreendida dentro do amplo arco de transformações sociais, econômicas e políticas vividas por estes diferentes países^[10], que passavam por profundas transformações agrárias, ocorridas em função da desarticulação do artesanato doméstico, da privatização de terras comunais e da quebra de antigos vínculos de subordinação^[11]. Em sua opinião,

o campo tornou-se expulsor de pessoas em todos os países europeus em épocas distintas, com períodos de duração diferenciados. Objetivamente, o que ocorreu em todas as partes foi a destruição da ordem tradicional camponesa, que mantinha um equilíbrio entre produção agrícola e artesanal durante as diferentes estações de um ano ^[12].

Em 1850, a extinção do tráfico negreiro deu forte impulso ao movimento de imigração para a substituição da mão-de-obra escrava. Entre 1850 e 1950, cinco milhões de europeus, levantinos e asiáticos teriam entrado no território brasileiro e, no Censo de 1872, os portugueses ocupavam a segunda posição no contingente de estrangeiros, só ultrapassados pelos africanos. Com a aproximação da abolição da escravidão, o fluxo imigratório cresceu muito: em 1887 desembarcam no Brasil 32 mil imigrantes e, em 1888, com a escravidão já extinta, o número chega a 92 mil^[13]. Toda a década de 1880 aponta um grande aumento no número de braços livres em todo o

[9] MENDONÇA, Sônia Regina de. Agricultura, poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia (orgs.). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998, p. 95.

[10] MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: UFRS, 1999, p. 43.

[11] *Ibid.*, p. 44.

[12] *Ibid.*, p. 45.

[13] ALENCASTRO, L.F; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes, in ALENCASTRO, L.F. (org.) História da Vida Privada no Brasil: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 314.

Império. Em 1884, na província do Rio de Janeiro havia 131.204 de um total de 1.434.170 trabalhadores livres empregados na lavoura ^[14]. Em 1887, a província expedia 176 cartas de naturalização, como parte da política de imigração ^[15].

Mas até a década de 1870, a política de imigração esbarrava muitas vezes na escassez de recursos provinciais. O Presidente da província Manoel José de Freitas Travassos, em 1873, justificava o não cumprimento do decreto de 7 de dezembro de 1872 que autorizava a assinatura de um contrato para a introdução e o estabelecimento de 10.000 agricultores europeus, no prazo de 10 anos, e oferecia prêmios aos latifundiários que se comprometessem com tal projeto, afirmando que a província rem as despesas a fazer nos recursos ordinários da fazenda provincial ...^[16].

Com a forte pressão sobre o fim da escravidão, à medida que as condições para a abolição se mostravam mais próximas, a imigração passou a contar com uma atuação maior do Estado: campanha abolicionista, tanto mais o governo imperial e principalmente o provincial agiam para suprir de mão de obra as lavouras (...), pois ficou patente que o número de imigrantes chegados era inferior às necessidades^[17]. O incentivo à imigração passou a ser um objetivo prioritário na pauta de todos os Presidentes da província, como afirmava Fernandes Leão, Presidente da província do Rio de Janeiro em 1873:

O nosso principal intento [é] (...) atrair a corrente imigratória, único meio nas circunstâncias atuais para não deixar definhar a lavoura, donde se origina a riqueza pública e particular, promovendo o povoamento dos núcleos, dando vulto à propaganda, de modo que com o aumento dos braços se possam desenvolver outras indústrias que trarão novas fontes de renda (...) Por meio de leis, de providências e medidas

^[14] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1884. p.p. 33,34.

^[15] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887, p. 29.

^[16] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Apóstolo, 1873, pp. 50,51.

^[17] HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral Da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico, 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p. 278.

adequadas, principalmente com a iniciativa do lavrador, poderemos contar com esse importante fator de riqueza. (...) Com a organização de um serviço regular de propaganda, com a reorganização do serviço de medição de terras, feito de modo a facilitar aos colonos pronta e convincente colocação, com a adoção de medidas que lhe possam garantir o bem estar.^[18]

A propaganda dos incentivos que o governo oferecia aos lavradores que recebessem imigrantes e dos benefícios concedidos aos imigrantes era uma rubrica importante na agenda do governo e dos agentes da imigração. No Brasil, o Presidente da província deveria fazer constar aos interessados por meio de publicações na Folha Oficial bem como nos jornais das localidades do interior da província, que o governo imperial concedia favores e incentivos aos lavradores que desejassem mandar vir da Europa trabalhadores para os seus estabelecimentos.

Na Europa, a propaganda ficava por conta dos agentes que contratavam com o governo a vinda dos imigrantes. Muitos desses contratos encontram-se em meio ao acervo do APERJ, revelando detalhes sobre as condições em que a imigração ocorria e sobre a propaganda feita na Europa, em que as vantagens e as condições oferecidas pelo governo aos que aceitassem vir para o Rio de Janeiro eram ressaltadas. Um desses contratos, já do período republicano, celebrado entre a Companhia Metropolitana e o Estado do Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1893, previa trazer 15 mil imigrantes, que deveriam declarar que permaneceriam no Estado do Rio. Essa era a forma de o governo proteger seus investimentos na imigração, pois era comum colonos partirem para outras localidades que oferecessem melhores condições de vida e ganhos materiais.^[19]

Esse contrato previa rígidas regras para o transporte dos imigrantes: o navio deveria ser de primeira classe, ter acomodações apropriadas e higiênicas e a viagem não poderia durar mais de 22 dias.^[20] Isso tinha sua razão de ser, visto que os problemas enfrentados por imigrantes na viagem e mesmo após sua instalação no país causavam péssima impressão no exterior. Exatamente por isso regras como essas tinham que constar dos contratos, demonstrando a preocupação das autoridades com a propaganda negativa, que poderia trazer péssimas conseqüências para a política de imigração do

[18] RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). *Idem*, p.p. 43,44.

[19] APERJ: Fundo PE, col. 32.

[20] APERJ: Fundo PE, col. 32.

Estado brasileiro. Nem sempre as autoridades envolvidas na confecção dos contratos davam importância à questão da segurança, higiene e conforto nos navios. Em nossa pesquisa encontramos uma minuta de contrato cuja expressão stituída por outra que permitia redução nos gastos.^[21] Uma simples modificação como essa poderia acarretar concretos problemas e dificuldades na vida de milhares de imigrantes que vinham para o Brasil em busca de uma vida melhor, enfrentando cerca de três longas semanas de viagem.

De fato, as queixas acerca das péssimas condições dos navios que faziam o transporte dos imigrantes e das duras condições de vida no Brasil eram recorrentes desde o século XIX. Segundo Alencastro,

dadas as dificuldades que passavam no transporte marítimo durante a travessia atlântica, às vezes assegurada pelos agentes e navios da antiga frota negreira, os imigrantes pobres portugueses mergulhavam quase inevitavelmente no universo dominado pelas práticas escravagistas.^[22]

Os contratos previam também o pagamento por cabeça, sempre em libras ou em francos, e discriminavam os valores segundo faixas etárias. O vantajoso contrato de 1 milhão de imigrantes previa, por exemplo, que seriam pagas 6 libras esterlinas e 15 shillings (£6 – 15 – 0) para pessoas maiores de 12 anos; entre 7 e 12 anos seriam 3 libras, 7 shillings e 6 pence (£3 – 7 – 6); dos 2 aos 6 anos seria 1 libra, 13 shillings e 9 pence (£1 – 13 – 9); menores de 2 anos não pagavam.^[23]

Provavelmente os contratantes não conseguiram introduzir 1 milhão de imigrantes nos dez anos previstos. Entretanto, o exame da conjuntura da imigração na virada do século os autorizava a pensar que isso seria factível.

Segundo dados citados por Fernando Lázaro de Barros Basto, no curto período entre 1910 e 1920 entraram no Brasil 352.364 portugueses^[24], sem contarmos os de outras nacionalidades. Marco Pamplona afirma que, na

[21] Ibid.

[22] ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 310.

[23] APERJ, Fundo Presidência do Estado, col. 32.

[24] BASTO, Fernando Lázaro de Barros. Síntese da história da imigração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ed., 1999, p. 12.

virada do século XIX para o XX, os portugueses eram o grupo de imigrantes mais numeroso do Rio de Janeiro, representando 17% dos habitantes da cidade e 71% dos imigrantes. Mais de 132 mil portugueses integravam a força de trabalho da cidade, segundo o Censo Municipal de 1906. Eram certamente o maior número dentre os 58% de estrangeiros que trabalhavam no comércio; de ¼ dos trabalhadores registrados no sindicato dos Estivadores entre 1903 e 1905; de 57% que atuavam entre os motorneiros de bondes entre 1880 e 1902; dentre os 53% dos empregados na construção civil; de 78% dos trabalhadores nas pedreiras; dos 62% dos inscritos no setor de transportes terrestres e dos 52% dos empregados nas indústrias de alimentos.^[25] Sua presença era notada em meio aos trabalhadores de rua ou aos operários especializados das grandes fábricas.

Segundo Pamplona, os portugueses foram vistos como usurpadores dos empregos dos brasileiros – e também das mulheres brasileiras, uma vez que a relação era de 319 imigrantes portugueses para cada 100 portuguesas que aqui chegavam – tornando-se alvo de pilhérias e de desprezo na imprensa nativista, nas ruas, e mesmo nos romances da época, por supostas preferências pela monarquia e por sua igualmente suposta avareza.^[26]

A história de um espancamento de pescadores portugueses em Macaé é bastante representativa desse sentimento antilusitano. Em 29 de março de 1910, um pescador português chega à janela de sua casa, situada à Praça Visconde do Rio Branco 22, e dirige à rua alta voz, no momento em que passavam por ali quatro policiais. Segundo inquérito realizado pelo delegado de Macaé e enviado ao chefe de Polícia, os policiais se dirigem indignados à casa do pescador para ões^[27], o que significou, segundo denúncia escrita do Visconde de Salgado, vice-cônsul de Portugal, ao presidente do Estado do Rio de Janeiro, o espancamento de vários pescadores portugueses ali residentes. A denúncia do vice-cônsul registrava que ao invés de quatro, foram vinte os policiais que participaram do ato, dos quais oito teriam ficado feridos.^[28]

Deixando para os especialistas em história social a tentativa de estabelecer as motivações de cada um dos dois lados do relato desta história, cabe-nos inscrever este conflito, localizado em uma pequena cidade do interior fluminense, numa perspectiva maior, tanto no plano espacial quanto

^[25] PAMPLONA, Marco Antônio. *Revoltas, repúblicas e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 58.

^[26] *Ibid.*

^[27] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.

^[28] *Ibid.*

no plano das mentalidades coletivas: a dos sentimentos antilusitanos no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX.

A atitude do delegado poderia estar relacionada a tal sentimento. E se houve exagero por parte do vice-cônsul, não seria uma estratégia para sensibilizar as autoridades, que geralmente se colocavam contra os portugueses em situações como estas? Em uma outra carta dirigida a Alfredo Backer, então presidente do Estado, o vice-cônsul novamente intervém por seus compatriotas, desta vez em termos mais comoventes. Informa que os pescadores eram litados de ir ao mar por causa do ocorrido e que foram assaltados pelos policiais, os quais lhes levaram dinheiro e pequenas jóias. Respeitosamente, solicita que a presidência do Estado lhes compense o prejuízo. O caso foi encerrado com a anotação do chefe da tesouraria do Estado na lateral do documento: que os reclamantes busquem na Justiça seus direitos.^[29]

Além dos documentos que registram os aspectos político-administrativos do movimento de imigração portuguesa para a província e o estado do Rio de Janeiro, o acervo do APERJ também disponibiliza uma importante documentação sobre as sociedades beneficentes portuguesas, que aqui se constituíram como uma das marcas da presença portuguesa no Brasil, desde o século XIX. Ofícios, solicitações, abaixo-assinados e estatutos estão entre os documentos dessas entidades. Uma delas, a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Campos, ao solicitar autorização para retomada de suas atividades, lembra às autoridades o papel fundamental que desempenhou durante a epidemia de cólera em 1855, ocasião em que prestou atendimento gratuito às vítimas.^[30]

Outro conjunto documental de nosso acervo que oferece enormes possibilidades de pesquisa sobre a imigração portuguesa ao Brasil são os livros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro, nos quais podem ser encontrados praticamente todos os temas relevantes para a história social. Nas palavras de Carlos Eugênio Líbano Soares, que se utilizou desta documentação para analisar os capoeiras na segunda metade do século XIX, dentre os quais encontravam-se alguns portugueses, tais livros são, ssoais sobre indivíduos das classes populares no Rio de Janeiro, da segunda metade do século XIX^[31]

[29] APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.

[30] APERJ, Fundo Presidência da Província, notação 0303 – vol. A.

[31] SOARES, Carlos Eugenio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998, p. 137.

A Casa de Detenção foi criada pelo decreto nº 1774, de 02 de julho de 1856^[32], para substituir o Aljube, uma antiga masmorra eclesiástica desativada, e fazia parte do complexo penitenciário onde se encontravam também o Calabouço e a Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro. Embora também pudesse abrigar presos condenados, sua principal função era manter detidos aqueles que ainda não tinham sido condenados ou que tinham cometido pequenos delitos sem pena.^[33] A Casa de Detenção era utilizada primordialmente para detenções de curta duração.

Esse conjunto documental pode permitir a tabulação da origem dos detidos (nacionalidade e naturalidade de estrangeiros e brasileiros), as categorias ocupacionais (artesãos, trabalhadores de rua, operários), as faixas etárias, a cor da pele, os locais de prisão e os motivos da prisão. Dados como esses oferecem múltiplos caminhos para pesquisas.

Muitos portugueses deram entrada na Casa de Detenção, ao longo de sua existência. Para efeito de demonstração, efetuamos uma pesquisa por amostragem em livros de matrículas de detentos e obtivemos um significativo número de portugueses registrados neles. Foram pesquisados 45 livros, no intervalo entre 1880 e 1920, período de intensa imigração, e encontrou-se o representativo número de 9026 detentos portugueses. Para que se tenha uma idéia, um dos livros, com matrículas de 21/12/1893 a 13/02/1894 (menos de dois meses, portanto), possui registro de 272 portugueses. Tal informação ganha maior relevo ainda quando se sabe que cada livro cobre cerca de mil registros. Fica para os historiadores a tarefa de explicar por que tantos portugueses tiveram passagem pelo sistema prisional do Rio de Janeiro, ao lado de outros estrangeiros e, claro, dos nativos.

Apresentamos alguns registros envolvendo imigrantes portugueses contidos em documentos do APERJ como forma de propor o uso das fontes existentes em nosso acervo aos historiadores preocupados com a dinâmica da imigração portuguesa e a inserção dos portugueses na sociedade brasileira de meados do século XIX a meados do XX. Optamos por uma exposição panorâmica que desse conta, ao mesmo tempo, das diversidades cronológica, temática e tipológica das fontes. Mais que descrever ou listar nossa documentação acerca da imigração portuguesa, pretendemos colocar em destaque tanto a parte do acervo que trata dos aspectos político-

^[32] BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857, pp. 294-301.

^[33] SOARES, Carlos Eugênio Libano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: APERJ, 1998, p. 136.

administrativos do movimento de imigração quanto a que registra os desdobramentos sociais desse processo.

Porém, além dos fundos citados — o da Presidência da Província do Rio de Janeiro, o da Presidência do Estado do Rio de Janeiro, e o da Casa de Detenção — outra parte do acervo do Arquivo Público do Estado também pode representar importante fonte para o estudo sobre a imigração portuguesa: é a referente ao Instituto Médico Legal. Essa parte do acervo reúne os laudos periciais da Polícia do Rio de Janeiro que identificam as características físicas (sexo, idade, cor) e sócio-profissionais (nível de instrução, profissão, endereço) das pessoas submetidas aos exames de corpo-de-delito e às necropsias. Essa documentação pode ser utilizada para identificação de crimes e de casos de violência envolvendo portugueses que aqui habitavam, o que era freqüente, especialmente levando-se em consideração o sentimento antilusitano que continuamente desencadeava conflitos urbanos no Rio de Janeiro, na virada do século XIX e primeiras décadas do XX.

Para um período mais recente do século XX, o acervo produzido pela Polícia Política do Rio de Janeiro também pode ser uma fonte valiosa para identificar a presença de portugueses no Brasil. Os documentos desse acervo apresentam registros de investigação policial sobre suposta infiltração de portugueses ligados ao Partido Comunista Português no Brasil; processos de expulsão de imigrantes, dentre os quais o maior registro é de portugueses; de fichas de naturalização de suspeitos de serem comunistas; de listas de diplomatas; e de movimentos de apoio entre imigrantes, dentre outros. São expressivos também os registros policiais feitos na década de 1970, que acompanham o processo de descolonização de Angola e a vinda de portugueses para o Brasil, bem como os desdobramentos da Revolução de 1974. Neles podem ser encontradas listas de passageiros portugueses que aqui se refugiaram; registro da vigilância policial sobre eles exercida; relatórios sobre as reações do governo brasileiro frente ao processo político português, e sobre a infiltração comunista portuguesa no Brasil, dentre outros.

Concluimos esse texto reafirmando a importância da documentação que registra a presença do imigrante português no Rio de Janeiro e se encontra sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Esse acervo oferece inúmeras possibilidades de pesquisa a todos aqueles que desejam investigar a imigração portuguesa no Brasil descortinando as motivações, os sonhos, ilusões, tristezas e alegrias dos milhões de portugueses que escolheram este país como lar, e contribuíram para a construção da nação que seus próprios antepassados batizaram com o nome de Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de & RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BASTO, Fernando Lázaro de Barros. Síntese da história da imigração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ed., 1999.
- BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1856. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral Da Civilização Brasileira – II O Brasil Monárquico, 3. Reações e Transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: UFRS, 1999.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Agricultura, poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia (orgs.). Nação e poder: as dimensões da história. Niterói: Eduff, 1998.
- PAMPLONA, Marco Antônio. Revoltas, repúblicas e cidadania. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Lei nº 226 de 30 de maio de 1840. In: Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província do Rio de Janeiro de 1840. Rio de Janeiro. Typ. Do Diário de N. L. Vianna, 1846.
- RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1884.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1887.

RIO DE JANEIRO (PROVÍNCIA). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia do Apóstolo, 1873.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. In: SOUSA, Jorge Prata de (org.). Escravidão: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, 1998.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole, Historia do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

FONTES DO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APERJ, Fundo, Presidência da Província notação 0007.

APERJ: Fundo Presidência da Província, notação 0303, vol A.

APERJ, Fundo Presidência do Estado, col. 7.4 – vol. 1.

APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 32.

APERJ: Fundo Presidência do Estado, col. 37 – I, fls. 1, 2.

APERJ: Fundo Casa de Detenção do Rio de Janeiro, Livros do período de 1880 a 1920.

Traços lusos nos acervos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Beatriz Kushnir^[1]

Mapear os traços lusos na cidade do Rio de Janeiro é confirmar a afirmativa do professor Afonso Carlos Marques dos Santos: idade que nasceu lusitana^[2]. Notadamente o Rio de Janeiro concentrou o maior contingente de imigrantes portugueses no país e foi, por muito tempo, a segunda maior cidade de população portuguesa no mundo, depois de Lisboa. Girando na casa dos três milhões, entre 1820 e 1972, os imigrantes portugueses foram, em sua maioria, homens jovens, camponeses, analfabetos e solteiros. Essa massa humana que aqui aportou, nestes 150 anos de fluxo migratório contínuo, chegou a descompensar a balança demográfica portuguesa. nto, [como sublinha Carlos Lessa], é surpreendente a ausência destas óbvias e flagrantes evidências (...). Tudo se passa como se, debilitados e esgarçados, os fios de memória se recusassem a capturar a difusa onipresença portuguesa no panorama edilício do Rio moderno. Parece que o excesso de exposição gera a invisibilidade do banal^[3].

Apesar de que a maioria fosse originária do campo e semelhante ao perfil dos imigrantes europeus, seus destinos eram as cidades em busca de colocação nas atividades do comércio varejista e, posteriormente, com o desenvolvimento da indústria, nas fábricas. A vinda de profissionais liberais, a partir da Independência, não foi tão significativa. Diferente dos tempos coloniais, onde foi bastante expressiva nos para atender às necessidades burocráticas, às missões oficiais e aos interesses da Coroa portuguesa. A influência destes na cultura política nacional explica, em muito, os traços burocráticos constituídos. Se por um lado, a Coroa enviava funcionários recebendo mercês, privilégios e cargos públicos; por outro, há o legado dos degredados e desertores que por aqui vinham expulsos, cumprir seu exílio.

[1] Beatriz Kushnir é doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp e professora convidada do Departamento de História da mesma universidade. Desde abril de 2005, dirige o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. É autora de *Baile de Máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de Ajuda Mútua* Cães de guarda: jornalistas e censores, do A15 à Constituição de 1988 (Editora Boitempo, 2004), e organizadora de *Perfis cruzados: militância e trajetória políticas no Brasil* (Editora Imago, 2002).

[2] Santos, Afonso Carlos Marques dos, ntanha: a herança colonial portuguesa projetada para o Rio atual *Os lusíadas na aventura do Rio de Janeiro*. RJ, Ed. Record, 2002. p. 65.

[3] Lessa, Carlos, , Carlos (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio de Janeiro*. RJ, Ed. Record, 2002.

Após o retorno de D. João VI para Portugal e a abdicação de D. Pedro I, permaneceram no Brasil apenas os portugueses que haviam desenvolvido vínculos indissociáveis com o país. Estabelecidos, esses imigrantes tornaram-se construtores, loteadores, incorporadores e proprietários. A temática do retorno, geralmente de idosos ricos, mas, segundo Gilberto Freyre, o europeu entender de Eça de Queiroz, s dilatado pelo calor *alargamento*, Carlos Lessa questiona se seria uma expressão do retornado enriquecido, ou seu descendente que aqui permaneceu.

Corroborando com Darcy Ribeiro, pensar esta presença lusa é, invariavelmente, refletir sobre a identidade nacional. A população portuguesa que para cá imigrou, devido às inúmeras invasões, era um contingente mestiço de mouros e negros. Assim, numa compostas por pessoas que não eram índios, nem afros, nem europeus e que, em razão disso, caíam no vazio do não ser, situação da qual só podiam escapar assumindo outro ser, outra identidade: a de brasileiro^[4]. *Abrasilizar-se* para os imigrantes portugueses não era uma tarefa difícil. Diferente de outras levas de imigrantes europeus, o português não criou bairros/guetos, se misturou com a população (casando-se com negras, inclusive), tinha um mesmo perfil educacional semelhante à maioria e o entrave da língua inexistia.

Esquadrinhar essa presença lusa nos traços da cidade implica em procurar nos arquivos as fontes que, sem dúvida, colaborarão para elucidar muitas questões ainda obscuras em que pese os importantes estudos já realizados sobre o tema. Mas não só nestes espaços guardam esses registros. É importante ressaltar que a morfologia carioca, diversas vezes destruída, ainda conserva linhas portuguesas que se mostram difíceis de apagar. Por vezes, é certo, não se vincula o desenho desta urbe a ocupação lusitana. Pontuando estes oral não mais relembra o vínculo do bairro do Caju aos pescadores de Pávoa, os monumentos a Pedro Álvares Cabral na Glória e a Eça de Queiroz no Túnel Novo, etc. Por este signo da saudade, construído por Pedro Narra e recolocado por Afonso Marques, compreende-se que mesmo pela fúria da destruição que o século XX inaugurou, não nos apercebemos e nem vivenciamos, no cotidiano, esses traços da alma portuguesa que ainda resistem no espaço da cidade.

Uma das mais recentes tentativas de registro destes vestígios é o documentário ana Grumbach. Após cinco anos de visitas ao Morro, na cidade do Rio de Janeiro, uma equipe de cinema filmou conversas com apenas oito

[4] Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. SP, Ed. Companhia das Letras, 1995.

dos seus cerca de quatro mil moradores - os mais velhos, com idades que chegam a 97 anos, nascidos no morro e filhos de portugueses. Os personagens narram histórias de suas vidas, inevitavelmente atravessadas pelas histórias da cidade e do País.

Marco da ocupação original do Rio de Janeiro, o morro da Conceição formava com os morros do Castelo, de Santo Antônio e de São Bento um enorme quarteirão onde a cidade cresceu por três séculos, a partir da sua fundação em 1565. Seu modo de vida particular, semelhante aos tradicionais bairros portugueses, se manteve apesar das profundas transformações urbanas ao seu redor. Os morros do Castelo e de Santo Antônio foram derrubados, e o Centro se estabeleceu como área de comércio e negócios. O morro da Conceição permanece como lugar de moradia e, para Lessa é sula do tempo. Ao resgatar do anonimato visual velhas jóias urbanas da vida colonial, [se] respira aliviado com as poucas que recolheu, pois afinal se sente prestando homenagem a um velho e quase esquecido antepassado

As transformações urbanas republicanas de Pereira Passos inseriram a cidade numa lógica francesa de arquitetura que objetivava também aniquilar os traços portugueses. A estes se incutia a noção de que fomentava o atraso. Neste sentido, para Afonso Marques, onal se alimenta de projetos para o futuro e do nexu entre o presente e o passado. Se a memória rejeita o passado, a identidade presente se enfraquece. (...) Só a recuperação e preservação de um patrimônio material pode assegurar uma presença lusíada inscrita no Rio pós-modernidade

Assim, se esse inventário luso esta na arquitetura e na cultura popular, igualmente existem acervos documentais que permitem desvelar estas trajetórias. Neste contexto, o Arquivo da Cidade é uma dessas instituições de memória que possui em seus fundos maços documentais acerca da corrente migratória portuguesa. Para entendermos a origem dessa documentação, um pequeno histórico do órgão torna-se necessário. O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro foi criado praticamente no momento da fundação do Rio de Janeiro. A partir de 1565, quando foi instituída uma arca para guardar os documentos produzidos pela administração da cidade, iniciou-se a constituição de seu acervo. A cidade, que foi, sucessivamente, capital do Vice-Reino, Município Neutro no Império, Capital da República, Estado da Guanabara e hoje capital do Estado do Rio de Janeiro, foi administrada pela Câmara Municipal e pelo Senado da Câmara, durante os períodos colonial e imperial e, após a Proclamação da República pelo executivo municipal e estadual.

O status de capital, permitiu a esta cidade ser palco e protagonista de muitos dos acontecimentos que aqui ocorriam e tinham expressão nacional. A Câmara Municipal, neste sentido, atuou em vários episódios cujo alcance transcendia os limites territoriais da cidade. Este ponto marca a importância do AGCRJ e o fato de possuir em seu acervo documentos oriundos de órgãos da administração central, tanto no período imperial como no republicano.

A documentação produzida pela Câmara e pelo Executivo Municipais está em depósito no Arquivo, apesar das perdas causadas por vários incidentes, entre eles a invasão da cidade pelos franceses em 1711, o incêndio de 1790 – criminosos para muitos contemporâneos e historiadores, pois atendia aos interesses dos que querelavam com a Câmara por questões de terras -, a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a incúria e o descaso de muitos dos responsáveis pela guarda dessa massa documental. O Arquivo da Cidade custodia uma gama imensa de documentos que versam sobre os mais distintos assuntos referentes à urbe carioca. Entre eles, vários códices sobre imigração, nos quais preponderam os documentos relativos à imigração portuguesa cujo destino era o Rio de Janeiro.

Extra-se do conjunto documental algumas amostras que revelam a importância desse acervo para o assunto que estamos abordando neste seminário.

Uma portaria do ministro do Império Candido José de Araújo Viana, de 1841, versa sobre a necessidade de se substituir o braço escravo por operários europeus, devido à cessação do tráfico negreiro, e argüia a Câmara no sentido de que prestasse informações sobre as necessidades de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, valor da jornada de trabalho, entre outros dados. Os vereadores responderam que poderiam empregar de 50 a 100 calceteiros, 10 a 20 carpinteiros e pedreiros para as obras da cidade. Sabemos que nesse ofício de calceteiro os principais artífices eram os portugueses e é a própria Câmara que diz calceteiros, que nunca deixarão de ter emprego, e cujo número atual (em 29 de dezembro de 1841) é pequeno em relação aos trabalhos que há a fazer.

Existem inúmeras declarações de imigrantes de vários países com vistas à conseguir a naturalização brasileira que trazem informações como origem, idade, estado civil, nome da esposa e filhos, profissão, religião. Entre originários da França, Bélgica, Estados Unidos, Itália, Ilha

Terceira, Hamburgo, Inglaterra, Saxônia, Irlanda, Espanha, Goa, Hanover, Prússia, Polônia, Baviera, Dinamarca e Escócia predominam amplamente os requerimentos dos cidadãos portugueses. Fato que vai ao encontro dos dados estatísticos que comprovam que a entrada de imigrantes portugueses manteve-se sempre alta, conhecendo momentos de pico realmente apreciáveis.

Há no acervo, ainda relativo ao assunto imigração lusa, códices com termos de juramento dos imigrantes, cartas de naturalização concedidas pelo governo imperial entre 1834/1869, pedidos de naturalização recebidos pela Câmara entre 1826/1869 e documentos do consulado de Portugal.

Também são destaque os códices sobre as habitações coletivas, estalagens e cortiços, uma vez que boa parte de seus proprietários era originária de Portugal, o que ocasionou inúmeros conflitos entre brasileiros e portugueses, devido aos altos aluguéis cobrados pelos últimos. A tensão entre brasileiros e portugueses por posições no mercado de trabalho eram latentes, e muitas vezes explodiam em escaramuças e brigas, embora o sonho de alcançar riqueza no Brasil tenha se frustrado para a maioria desses imigrados, que vivia uma vida modesta, pois só conseguia vagas em funções subalternas. A lusofobia estava ligada, portanto, não apenas à qualidade de proprietários dos lusitanos, mas ao fato de que a população brasileira acusava os portugueses de roubarem nos pesos e medidas, nos preços dos bens de consumo, de competirem no mercado de trabalho e explorarem o trabalho nacional.

Também os códices sobre organizações sociais e movimentos operários podem trazer luz sobre a situação do imigrante português no mundo do trabalho do Rio de Janeiro e suas relações com os nascidos aqui.

Para além destes corpos documentais, o AGCRJ, a partir de 2006 estará realizando um esforço que deveria ter se iniciado em março de 1979, quando a nova sede foi construída. Estaremos organizando um Guia dos Fundos do Arquivo, pontuando e discriminando todos os acervos depositados. Esta tarefa vincula-se a preparação do AGCRJ para 2008, data

de seus 115 anos de existência. Naquele ano pretendemos estar editando um livro, a partir de um seminário temático, que reflita sobre esse período.

O AGCRJ, no que tange a documentação lusa, está recebendo também, a partir de um convênio com a Beneficência Portuguesa, um acervo de 500 imagens, muitas destas de Augusto Malta. Teremos a possibilidade de disponibilizar fotografias de finais do século 19 a meados do 20, onde uma importante instituição portuguesa retratou sua trajetória na cidade.

Em sintonia com a afirmação de Carlos Lessa, é preciso ressaltar na ascendência, na língua, na cultura, nas festas, na arquitetura, no trabalho dos mestres-de-obras, enfim, nos becos, ruas, chafarizes, monumentos, praças de uma cidade que não deixou de ser portuguesa, apesar das inúmeras influências que se fizeram marcar.

Sem dúvida, esta é uma pequena amostragem do que pode ser encontrado no Arquivo da Cidade, uma vez que um inventário desse conjunto documental ainda está por ser empreendido. Os dados referentes à imigração lusa encontram-se dispersos em vários volumes e assuntos. E não só estes podem narrar as marcas portuguesas na cidade. Assim sendo, uma parceria com instituições para o cotejar dessa documentação, identificando-a e classificando-a seria oportuno e, certamente, desvelaria informações e análises ainda perdidas e/ou esquecidas.



Neste sentido, o AGCRJ iniciou em março de 2006, dentro do convênio CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos)/COLUSO (Comissão Luso-Brasileira), o Projeto "A Presença Portuguesa na Municipalidade Carioca"^[5], que visa identificar, mapear, registrar, descrever (elaborar catálogo) e reproduzir (em microfilme e meio digital) documentos que comprovem a presença e a participação de imigrantes portugueses na vida da Cidade do Rio de Janeiro. O acervo a ser contemplado pelo projeto em questão é formado por documentos produzidos pela municipalidade carioca a partir de 1808 até 1945, abrangendo espécies diversas e uma temática variada.

^[5] A Equipe de 2006 é composta por: Coordenação: Junia Guimarães e Silva, Estagiário: Margareth de Lima Cruz, Alexandra Ornelas R. dos Santos, Kessy da Silva Costa, Cristiane Rosa Xavier. Em 20/4/2006, na Reunião da Coluso, apresentou os primeiros resultados do projeto.

Este esforço objetiva elaborar catálogo descritivo do material levantado; dar tratamento informacional adequado aos conjuntos documentais pesquisados, tornando acessíveis as informações contidas nos documentos em acelerado estado de deterioração; e favorecer o desenvolvimento de pesquisas historiográficas voltadas para o tema central. Portanto, está se desenvolvendo o tratamento informacional dos documentos, que é efetuado individualmente (unidade ou dossiê), mediante a extração de conteúdos informativos de cada documento (ou conjunto de) e o preenchimento de planilhas. Os dados contidos nas planilhas após digitação, passarão a integrar o Sistema de Informação do Arquivo Geral da Cidade - Arquivo Virtual - cuja base de dados de grande porte permite o registro de textos, imagens, som e movimento (capacidade em torno de 3,5 milhões de registros); e a etapa de alimentação da base constitui-se em módulo complementar ao tratamento técnico, permitindo a recuperação de informações, a preservação dos originais e a divulgação de conteúdos em diferentes tipos de *media*. E serão produzidos:

1. Instrumentalização de estagiários:

- a) contato direto com acervos de diferentes períodos, procedências, espécies, tipos e assuntos.
- b) acesso ao vocabulário de épocas diversas (termos e expressões característicos de cada período).
- c) treinamento em caracterização de tipologia documental (alvarás, cartas régias, autos, etc.).
- d) treinamento em metodologia de pesquisa.
- e) aprendizado sobre normas e procedimentos para tratamento técnico de documentos e elaboração de instrumentos de pesquisa.

2. Identificar, selecionar, descrever e registrar documentos.

3. Elaborar publicações para a disseminação das informações levantadas e trabalhadas durante o projeto, contemplando as diversas vertentes/linhas integrantes do mesmo:

3.1. Catálogo temático

3.2. Instrumentos auxiliares de pesquisa.

4. Disponibilizar e dar acesso à informações sobre a presença portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1945.

5. Preservar os originais consultados e disponibilizar reproduções de alguns dos conjuntos documentais trabalhados.

Para exemplificar o trabalho que vem se realizando, expõem-se as planilhas formadas.

Coleta de dados – Abril/2006

Campos de descrição - exemplo

Notação: 40-3-17

Página: 25

Data: 11/06/1907

Assunto: Aforamentos

Espécie: Registro de terras

Nome: José Ribeiro de Souza Carneiro

Procedência: Lisboa

Coleta de dados

Assunto	N.º de códigos	N.º de registros coletados	Observações
Apelações	01 cod.	-	Concluído
Arrematações de gêneros	16 cod.	-	Concluído
Arquitetos	03 cod.	-	Concluído
Licença para obras	10 cod.	-	Não contabilizado
Escravidão:			Em andamento
Arrematadores	10 cod.	-	
Avaliadores	01 cod.	01	
Mercadores	02 cod.	-	
Aluguel	01 cod.	-	
Feiras	01 cod.	-	
Leilões			
Família Real	-	-	Não contabilizado
Funcionários	02 cod.	-	Em andamento
Cortiços	02 cod.	01	Em andamento
TOTAL	39 códigos	02 registros	

Modelo de Planilha

N.º código	Página	Data	Assunto	Espécie	Nome	Procedência
40-3-17	25	10/04/1884	Funcionários	Certidão de óbito	José alves de	Lisboa
10-1-4	79	27/12/1827	Aforamentos	Registro de terras - Carta de ordem de sesmaria	Carvalho Maria Umbelina de Oliveira Lima	Porto
23-2-45	45	07/03/1902	Licenças para comércio	Requerimento de licença para abertura de armazém	José Ribeiro de Souza Carneiro	Coimbra

Imagens

Escritura de venda de imóvel - 1905

Termo de juramento de estrangeiros – assinaturas - 1833 - 1837

Registro de naturalização - 1870

Cartas de naturalização - 1857

Real Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência - Arrematação de imóvel - 1907

Perfil do Imigrante Português nos Códices de Legitimação e Apresentação de Passaportes na Polícia - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Gladys Sabina Ribeiro*

Os trabalhadores portugueses exerciam importantes tarefas na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX, contrariando a historiografia que tem afirmado largamente ser a mão-de-obra nesta época exclusivamente escrava ou liberta. Fora o hábito de empregar-se lusitanos na Marinha e no Exército, encontramos trabalhadores portugueses e luso-brasileiros em toda a documentação do período, sobretudo naquela referente à arrematação de serviços públicos¹, tais como iluminação, limpeza, aterros, construção de aquedutos e chafarizes, encanamento de rios, e nos Códices de Entrada de Estrangeiros ou de Legitimação/ Apresentação de Passaportes, encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Lado a lado com escravos, na sua maioria “ao ganho” e de aluguel, e com os libertos, trabalhavam homens brancos, estes últimos em grande parte portugueses natos. Sendo assim, é preciso analisarmos o contingente de trabalhadores no período de acordo com dois fatores: 1) as relações do trabalho livre com o trabalho escravo; 2) os problemas raciais e as questões referentes à nacionalidade. Tais aspectos têm sido por mim largamente analisados em trabalhos anteriores².

Para melhor avaliarmos aspectos das atividades dos lusitanos nas ruas da Corte do Rio de Janeiro, devemos levar em conta o percentual de 3,5% de retornos, estimado por Joel Serrão até 1940, e a existência de cifras de clandestinos. Esta última foi estimada por este mesmo autor³ em aproximadamente 1/3 dos ingressos no Brasil, para o período de 1855 a 1973. Citando Miriam Halpern Pereira, Luiz Filipe Alencastro reiterou a

*Professora do Departamento de História da UFF. Coordenadora Executiva do CEO (Centro de Estudos do Oitocentos)/PRONEX - CNPq- FAPERJ. Bolsista de Produtividade do CNPq

¹ Esta documentação encontra-se majoritariamente concentrada no Códice 323, volumes 9 e 10, A.N.R.J. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro)

² Ver, em especial, capítulo 2 do livro *A liberdade em construção*. Identidade nacional e conflitos antislavos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2002.

³ SERRÃO, Joel. SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa*. 4ª ed., 1ª edição 1972. Lisboa: Livros Horizonte Ltda, 1982.

porcentagem de 20% de entradas ilegais para o ano de 1872, reconhecendo que os números estariam mal avaliados e deveriam ser puxados para cima⁴.

Uma consulta aos percentuais de lusos que apresentaram passaportes ao chegarem a Corte, calculados a partir da documentação de Apresentação ou de Legitimação de Passaportes, existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, ajuda-nos a pesar o quanto realmente se subestima aqueles que se esquivaram das malhas da Lei. Desta forma, temos os seguintes números: em 1820, 66,6%; em 1822, 33,3%; 1823, 22,8%; 1824, 33,3%; 1825, 7,9%; 1826, 14,5%; 1827, 11,8%; 1828, 13,1%; 1829, 24,4%; 1830, 27,4%; 1831, 72,1%; 1832, 68,8%; 1833, 80,5%; 1834, 89,7%.

Os percentuais dos que traziam o documento legal no desembarque só aumentou a partir de 1831, não significando absolutamente a diminuição da clandestinidade, porque esta era feita tradicionalmente fora do porto, momentos antes da arribada. Desta maneira, o crescimento das cifras pode indicar a diminuição do número daqueles que desrespeitavam os preceitos legais servindo-se das barbas de Netuno, pois esta documentação não espelha necessariamente os registros imediatos, feitos no desembarque. Em outras palavras, as datas de chegada não coincidem, na maioria das vezes, com as datas da apresentação na Polícia devido às fugas realizadas no mar. Portanto, esta documentação contabiliza aqueles indivíduos que premiados por alguma circunstância resolveram apresentar-se e declararem quando haviam chegado, se haviam apresentado documentos legais e quais papéis traziam e/ou passaram a ter.

Cruzando-se as datas de entrada declaradas e as da apresentação à Polícia, podemos verificar que estas legitimações de passaportes só começaram a ser frequentes a partir de 1826, logo, depois de assinados os tratados de Independência com Portugal (1825) e no momento em que se começou a vigiar, mas não proibir formalmente, a entrada de portugueses. Na época da Independência, ainda que viessem com passaporte, preferiam não apresentá-lo; era melhor manter-se “escondido” do que tido por “inimigo” da Pátria brasileira, como aconteceu com muitos dos que eram

⁴ ALENCASTRO, Luiz Filipe. *Le Commerce des Vivants: Traite d'Esclavages et 'Pax Lusitana' dans l'Atlantique Sud*. Paris, 1985-1986. 2 vol. Tese de Doutorado. Departamento de História - Université de Paris X. pp. 126-127. O livro de Miriam Halpern Pereira citado é *Livre Câmbio e Desenvolvimento econômico*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1971.

portugueses do parágrafo 4º da Constituição ou com aqueles que vieram depois de 1822, uma vez que a certeza da Independência deu-se com o desenrolar dos acontecimentos subsequentes⁵.

Desta maneira, dos que ingressaram em 1820, 33,3% só se apresentaram em 1829, 33,3% em 1832 e 33,3% em 1834; em 1822, 33,3% se apresentaram em 1827, 33,3% em 1832 e 33,3% preferiram não declarar a data de chegada; de 1823 em diante, considerando os maiores percentuais, 27,8% se apresentaram em 1826, 30,6% em 1827 e 13,9% em 1831; para 1824, 43,6% apresentaram-se em 1826, 12,8% em 1827 e 15,4% em 1831; para 1825, 44,9% em 1826 e 31,4% em 1827; para 1826, 37,3% apresentaram-se no mesmo ano de chegada e 39,7% no ano seguinte; para 1827, 68,3% foram registrar-se neste mesmo ano e os demais, matricularam-se na Polícia ao longo dos anos seguintes; para 1828, 55,6% registraram-se no próprio 1828 e 25,6% no ano seguinte; para 1829, 66,5% no mesmo ano da chegada e 17,8% no ano de 1830; para 1830 houve 66,6% lusos que se matricularam nesta mesma data e para 1831, 93,6%.

Assim sendo, só para analisarmos o ano de 1834, como exemplo, teríamos aí 3.701 portugueses aos quais poderíamos, no mínimo, acrescentar uma percentagem de 30% de clandestinos, valendo-nos das estimativas de autores como Joel Serrão, Miriam Hapern Pereira e Luiz Felipe Alencastro. Teríamos, então, aproximadamente 5.000 portugueses para 5.908 africanos e 8.599 pardos (14.507 trabalhadores “de cor” livres).

Mas, considerando-se dados sobre o tráfico, Mary Karasch incluiu nos números dos pardos e africanos livres as mulheres e os “meninos”⁶ (0-14

⁵ Esta questão está analisada em três artigos: RIBEIRO, Gladys Sabina. Desenlaces no Brasil pós-colonial: a construção de uma identidade nacional e a Comissão Mista de Portugal. Revista Convergência Lusíada, Gabinete Português de Leitura, v. 20, 2003; RIBEIRO, Gladys Sabina. A Comissão Mista Brasil-Portugal para o reconhecimento da Independência. In: XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2003, João Pessoa. CD com artigos do XXII Simpósio Nacional de História, ANPUH 2003 e RIBEIRO, Gladys Sabina. Legalidade, legitimidade e soberania: 1825 - o Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal. In: 2º SEMINÁRIO REGIONAL DO CEO, 2004, São João del Rei. Anais do 2º Seminário Regional do CEO. Juiz de Fora: Clieoedel - Clio Edições Eletrônicas, 2004.

⁶ Consideramos “meninos” a população de 0 a 14 anos porque nas apreensões de lusos no mar os indivíduos eram assim considerados. Observações sobre o termos e sobre o seu uso podem ser encontradas em MARTINHO, Lenira M. Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento. In: Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993, p. 83.

anos), o que não foi computado para as cifras referentes aos lusos, que englobaram apenas a população masculina adulta. Os “meninos” portugueses, na faixa de 10 a 14 anos, ocupavam o 3º lugar nas entradas de lusitanos e eram uma fatia importante desse mercado de trabalho. Fazendo esta retificação, teríamos 12.039 adultos brancos, 4.155 “de cor” (2.226 pardos e 1.929 pretos) e 5.000 portugueses. Respectivamente, estes números corresponderiam a 51,79%, 17,87% e 21,51% dos trabalhadores livres adultos⁷ da Corte.

Logo, a população estrangeira tinha um papel relevante no mercado de trabalho. Confrontando a população total de homens livres da cidade (23.243) com o total dos estrangeiros (5.000 portugueses com 2.049 estrangeiros de outras Nações), estes seriam 30,32%% dos trabalhadores da Corte e 62,91%, caso excluíssemos deste total os homens brancos não estrangeiros⁸.

Os números apontam para uma forte concorrência no mercado de trabalho, sobretudo entre a população livre “de cor” e os imigrantes portugueses. Os jornais *Revérbero Constitucional Fluminense* e o *Correio do Rio de Janeiro* enfatizavam a imagem do português pobre e miserável, que vinha como servo⁹, enriquecia com o auxílio de parentes ou conterrâneos e tornava-se “inimigo” dos “brasileiros”, roubando-lhes as oportunidades de trabalho e explorando-lhes de todas as formas, sendo “muito amante de nos chupar o sangue”¹⁰.

Por último, somando-se os pardos livres com os africanos livres e os escravos de diferentes nações, os números seriam aproximadamente de 58.000 trabalhadores “de cor” para uma cifra aproximada de 5.000 portugueses, lembrando sempre da exclusão dos clandestinos e dos meninos portugueses de 10-14. Esta última proporção pode ainda crescer e assumir um maior relevo se considerarmos que não era pequena a confusão entre

⁷12.039 adultos brancos + 4.155 adultos pardos e pretos + 7.049 estrangeiros, considerando a estimativa de clandestinos = 23.243 trabalhadores livres adultos na Corte.

⁸ 23.243 - 12.039 = 11.204. Os portugueses, considerando a estimativa com os clandestinos (5.000), seriam 44,63%.

⁹ Conferir *Revérbero Constitucional Fluminense*, nº11, tomo II, 06/08/1822; nº 15, tomo II, 03/09/1822, B.N.R.J. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

¹⁰ O *Correio do Rio de Janeiro*, nº 142, 02/10/1822, B.N.R.J.

“brasileiros” e “portugueses” na Corte naqueles anos¹¹. Desta forma, entre os 12.039 homens adultos brasileiros livres haveria certamente alguns portugueses natos, todavia, “brasileiros”.

Com isto, é urgente fazer um perfil da população migrante portuguesa na cidade a partir dos Códices citados acima. Somente assim poderemos melhor avaliar os números e termos uma visão mais clara de quem eram os trabalhadores brancos da Corte.

Estes Códices eram grandes e grossos livros onde a Polícia fazia anotações sobre o estrangeiro imigrante, quando desembarcava em algum porto, quando regularizava a sua situação ou quando se locomovia dentro do país. Muitas das apresentações e das legitimações de passaportes foram provável fruto de leis, decretos, avisos e portarias que tentavam controlar e vigiar os imigrantes; eram uma espécie de “censo” forçado para os que chegavam oficialmente ou para os que se viam obrigados pelas circunstâncias a se apresentarem às autoridades¹². Neles constavam nome; data de chegada; naturalidade; idade; estado civil e local onde contraiu casamento; profissão, onde a exerceria e para quem trabalharia no Brasil, além do tipo de negócio que montaria ou no qual se empregaria; finalidade da vinda; procedência; destino; rua da residência presumível e de quem era a casa de moradia; nível de alfabetização - se sabia ler e escrever, assinar o nome ou era analfabeto-; em que transporte veio - nome e tipo de embarcação; se trouxe passaporte e de onde; e, por último, se portava atestados e quem os havia assinado - raramente tendo a profissão e nacionalidade dos fiadores.

Infelizmente, nem sempre este detalhamento de informações foram encontrados, pois a riqueza dos dados normalmente obedecia ao preciosismo de quem fazia a anotação e/ou ao momento político do país. Por este motivo elaboramos uma ficha com todos os tipos de informações que encontramos e que fossem passíveis de quantificação e de análises qualitativas.

Ao total, para os anos de 1820 a 1831, foram anotadas 3.982 fichas. Cada uma delas constituiu-se em um registro de um imigrante, embora este indivíduo pudesse fazer constar dependentes - caso bem raro na documentação (anotado no campo “TOP”= trouxe outras pessoas). Já para os anos de 1832, 1833 e 1834, até quando se estendeu a pesquisa em outras fontes, adotamos o procedimento de fazermos uma amostragem devido à falta de tempo que tínhamos para concluir a coleta. Para elaborá-la,

¹¹ Ver esta discussão em RIBEIRO, Gladys Sabina. *Ser Português Ou Ser Brasileiro?: Considerações Sobre O Primeiro Reinado*. LER HISTORIA, Lisboa, v. 25, p. 27-55, 1994.

¹² Lembremos aqui que para a locomoção dentro do país era igualmente necessária a apresentação de passaporte.

fortuitamente foi escolhido o número 3, em tabela de números aleatórios. A partir deste, passou-se a ler os registros de 10 em 10. No fim, multiplicamos os resultados encontrados por 10. Foi desta maneira que encontramos 160 registros para 1832, 410 para 1833 e 680 para 1834.

Para todo tipo de declaração, até aquelas que não apareciam sempre, foram elaborados campos. Assim, todos os registros feitos nos Códices foram recuperados. Se os dados dos estrangeiros não foram padronizados com rigidez pela Polícia imperial através de uma ficha ou de um modelo de anotação, apesar disto pudemos criar um modo de preenchimento e de tabulação pela repetição, por ser esta uma fonte serial. Entretanto, não desconsideramos os seus aspectos qualitativos. Foi possível, então, fazer um perfil da população portuguesa desembarcada no Rio de Janeiro.

Não sendo organizados cronologicamente em livros que se sucediam, os Códices podem repetir anos. Os critérios de anotação das autoridades pareceram-nos estar a mercê e ao sabor do Oficial da Polícia Encarregado das Matrículas ou Legitimações. Entretanto, somando os dados por ano, vemos existir uma coerência nos percentuais. Sendo seriais, por eles pode-se perceber certas tendências. Além disto, as informações guardam certo nexo e harmonia com os fatos da conjuntura política.

Alguns itens como “finalidade da vinda”, emissão e apresentação de “passaportes” e “atestados”, bem como os de “destino” e “súdito de onde”, possuem mais campos com informações escassas do que outros, mas, apesar disto, têm uma lógica interna e, por isto, foram analisados de forma qualitativa.

Abriu-se ainda campos para “certificado”, “fiança”, “atestado” e “matrícula”, fazendo-se padronizações. “Atestado” foi considerado atestado de abono do indivíduo, uma espécie de declaração de bons antecedentes ou de que vinha com o intuito de trabalhar. Era diferente de “afiançado por”, espécie de termo de responsabilidade assinado por alguém, que conhecia o imigrante e se responsabilizava por ele. Por sua vez, isto não era igual ao “termo de responsabilidade” assinado pelo próprio imigrante. Estes instrumentos legais eram, em geral, feitos por particulares, na maioria portugueses aqui estabelecidos, muitos deles comerciantes que gozavam de prestígio e da confiança da Polícia. Abonavam os patrícios ou indivíduos que mandavam chamar para trabalhar - pelo sobrenome igual, podemos deduzir serem muitos dos adventícios parentes dos que atestavam, afiançavam, abonavam ou buscavam-lhes certificados.

Com relação aos “termos de responsabilidade” e “firmas reconhecidas por” foram considerados como “afiançado por”; já “afiançado por atestado”

foi dado entrada em “afiançado por” e em “atestado assinado por”. Nos campos “matrícula” e “certificado” foram anotados os papéis fornecidos e assinados pelas autoridades. A matrícula ou era do indivíduo na Polícia, ou era o seu registro no navio que o trouxera. O certificado, via de regra, era dado pelos consules, vice-consules ou representantes das autoridades, fossem de países estrangeiros ou brasileiras. Nestes casos, o “atestado reconhecido pelo vice-consul” foi tabulado como certificado, bem como o “atestado verificado pelo vice-consul”. Dentro destes critérios, os termos “certificado de matrícula” e “certidão de matrícula” foram computados em “matrícula”.

Algumas convenções foram criadas para as informações dos campos relacionados ao trabalho e à residência dos imigrantes. Labutando e morando no mesmo local, a informação foi repetida nos campos “trabalha para” e “residência de quem”. Se no registro policial estava escrito que o indivíduo morava em casa de secos e molhados, esta informação era somente digitada em “residência tipo”, embora fosse bem provável que também trabalhasse aí. Caso ocorresse habitar e trabalhar no mesmo endereço, o dado foi transportado para “tipo de negócio” e para “residência tipo”. O “trabalha para” muitas vezes também era igual ao “residência de quem”, e foram digitados nestes distintos campos. Quando aparecia como profissão a anotação “com estabelecimento”, a sigla criada foi “cest”. Repetiu-se tal código nos campos “profissão” e “tipo de negócio”, não vindo registrado o tipo de estabelecimento. Tornou-se também a transcrever a informação em “residência tipo”, se morasse onde trabalhasse - exemplo claro de alguns proprietários de pequenos negócios. “Estabelecido” não foi considerado “com estabelecimento” porque localizamos indivíduos que eram estabelecidos, porém não proprietários; portanto, “cest” significou que o sujeito era proprietário.

O agrupamento das informações e a contagem para elaboração de tabelas foram feitos através de codificações numéricas¹³. Nos campos que discriminavam profissões, ramos ou setores de atividades, tomamos por base o artigo de Iraci Del Nero Costa e Nelson Hideiki Nozoe, *Economia Colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores*.¹⁴ Este

¹³ No total, fizemos 49 tabelas e 4 gráficos. Entretanto, os dados existentes na base que criamos dão margem à confecção de muitas outras tabelas e gráficos. Esta base e os seus instrumentos de interpretação estarão disponibilizados para consulta do portal do Centro de Estudos do Oitocentos (CEO/PRONEX - CNPq-FAPERJ) - Departamento de História da UFF até fins de 2006.

¹⁴ COSTA, Iraci Del Nero da Costa e NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores*. Separata da Revista Estudos econômicos, São Paulo 17 (1): 69-87, Jan./Abr. 1987. No material coletado, apareceram profissões que não constavam da listagem elaborada pelos autores. Nesses casos, acrescentamos novos códigos para as novas profissões, dentro dos antigos setores ou ramos de trabalho já pré-estabelecidos.

texto foi a inspiração metodológica para a atribuição de códigos numéricos a outros campos e a conseqüente formação de instrumentos de trabalho como as *listagens de códigos numéricos das freguesias do Rio de Janeiro*¹⁵, *das localidades*¹⁶ (códigos para os campos procedência, destino e natural de), *residência de quem/trabalha para, recomendado a* e, finalmente, *TOP tipo* (trouxe outras pessoas - tipo).

¹⁵ Para sabermos quais as Freguesias do Rio de Janeiro, Corte e Província, utilizamos o “Mapa dos fogos, pessoas livres e escravos compreendidos nas freguezias da cidade e província do Rio de Janeiro”, que se encontra em Mappa da população da Côrte e província do Rio de Janeiro em 1821. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 33. A localização das ruas e logradouros públicos foi feita a partir da consulta aos seguintes livros: ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar Editor, 1987. 147 p.; BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro*. Ensaio. Rio de Janeiro: IHGB, 1965. 28 p.; CARDOSO, Elizabeth Dezouzar e outros. *História dos bairros*. Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia / Editora Index, 1987. 159 p.; FERREZ, Gilberto. O mais belo panorama do Rio de Janeiro (1825). Rio de Janeiro: IHGB, 1966. 8 p.; SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio Antigo*. Introdução, notas e bibliografia por Paulo Berger. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965. 223 p; Foram também consultados os seguintes mapas da cidade na seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: *Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1767; *Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CEHB nº 23, 1823; *Plan of the city of Rio de Janeiro: from actual survey taken in 1829*. *Descrição detalhada em: Album cartográfico do Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Lygia da Fonseca Fernandes Cunha, 1829; *Planta dos logradouros públicos da cidade do Rio de Janeiro: levantada conforme as Instruções de 14 de novembro de 1832 em virtude da disposição da Lei de 15 de novembro de 1831*. Rio de Janeiro: 1833; BARREIROS, Eduardo Canabrava. *D. Pedro, jornada a Minas Gerais em 1822*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973; LEÃO, Manuel Vieira. *Planta do Rio de Janeiro. Descrição detalhada da reprodução litográfica em: Album cartográfico do Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Lygia da Fonseca Fernandes, 1828; PENHA, Lauriano José Martins. *Planta da Província do Rio de Janeiro, desenhada por Lauriano José Martins Penha*. Rio de Janeiro: 1830; SOUZA, J. J. de. *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1818-1822; Mapa consultado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro: 921- Ref. MGA 2 - *Planta da cidade do Rio de Janeiro, com suas ruas*. Rio de Janeiro: 1857.

¹⁶ Para este campo, que envolve localidades portuguesas, consultamos as seguintes obras: BALBI, Adriano. *Tratado de geografia universal, phisica, histórica e política, redigido segundo um novo plano e conforme os últimos tratados de paz*. Lisboa: 1858. 2 v.; PERI, Gerado Augusto. *Geografia e estatística geral de Portugal e Colônias com Atlas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. No setor de Iconografia, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foram consultados os seguintes mapas: *Mappa chorographico, estatístico e histórico do Reino de Portugal*. Rio de Janeiro: Lith. de V. Larée, 1850; *Mappa geográfico do Reino de Portugal: dividido por províncias, districtos e concelhos, conforme a nova lei territorial*. Lisboa: publicado por Frederico Perry Vidal, Lith. de Maciá, 1863; *Carta de Portugal oferecida à Sua Majestade D. Pedro II*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1863 ? ; *Carta de Portugal com a divisão administrativa, áreas e população*. Lisboa: Direção Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos das Possessões de Ultramar e do Reino Português. 3ª edição, 1913; LOPEZ, Tomás. *Mapa General del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveduras, consejos, ...* Madrid: s.e., 1778; PLACIDE, P. *Carte du royaume de Portugal*. Paris: Dezauche, 1827. Para as divisões regionais, ver também: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Os Concelhos e as Comunidades*. In: MATTOSO, J. e HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal. O Antigo Regime, 1820-1807*. Lisboa: Estampa Editorial, 1993, p. 303-331.

Apesar deste trabalho meticuloso, sabemos que não conseguimos contabilizar todos os que migraram, pois já citamos que há milhares de clandestinos. Mas, temos por certo que tal material constitui-se amostragem rica e que dá conta do perfil do imigrante português na cidade, no período em tela. Não por acaso os primeiros registros desta documentação são de 1820, ano do movimento constitucionalista e quando foram encontrados 3 matrículas de portugueses na Polícia, o mesmo acontecendo para 1822. Para 1821 não foi achado nenhum registro de passaporte de indivíduo português¹⁷. O Decreto de 2 de dezembro daquele ano mandava exigir e controlar a emissão desses documentos, mas provavelmente cumpria-se com pouca prontidão a lei desde 1808, como nos informava o Intendente. Além do mais, apesar desta lei renovar a exigência de passaporte e a sua legitimação, a preocupação com o seu cumprimento se deu apenas com a Independência e depois da resolução de questões imediatas, relativas à organização inicial do Estado e às divisões internas entre os que participavam da política. Todavia, continuamos a observar “portugueses” e “brasileiros” anotados no mesmo Códice até o ano de 1830. Mas, chama atenção o fato de a partir de 1828 aparecerem, concomitantemente à existência de outros Códices, alguns destinados somente aos portugueses¹⁸. Para isto, podem ter contribuído as cobranças de algumas autoridades, que recordavam terem os portugueses que ser reconhecidos como estrangeiros, sendo obrigados a passar pela Polícia e a pagar pelas legitimações¹⁹. Também naquele momento os movimentos sociais recrudesceram e a imprensa ressuscitou com virulência. A antipatia pelo Imperador começou a crescer, desembocando na ira dos jornais em 1829/1830. O controle e o medo dos estrangeiros igualmente se acerbaram, sendo a expressão mais clara disto a ênfase adquirida pelo antilusitanismo na década de 1830, tão evidente nos acontecimentos que antecederam à Abdicação.

De uma forma ou de outra, com maior ou menor transparência, podemos dizer que os Códices possuem particularidades ligadas às circunstâncias políticas. Os de nº 381 (vol.1, 1831) e de nº 422 (1820-1822) descrevem as características físicas e fisionômicas dos imigrantes, denotando controle policial e já apontando para políticas raciais posteriores que sublinhavam o “embranquecimento.

¹⁷ Lembremos que nesta época havia os portugueses do Brasil e os portugueses de Portugal. Para efeito da anotação, respeitamos o que a documentação dizia do sujeito.

¹⁸ Bons exemplos são os Códices de nº 379 (1828-1830), nº 380 (1830-1831) e nº 381 (cujo 1º volume é do ano de 1831 e contém apenas portugueses).

¹⁹ Ofício do Ministro dos Negócios da Marinha, Visconde de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), ao Intendente Geral da Polícia, Francisco Alberto Teixeira. Códice 321 (Registro das Ordens Expedidas à Contadoria da Polícia pelos Ministros). 1825-1832, volume 1, 25/01/1826, A.N. R.J

Para 1823 e 1824, os registros de entradas de estrangeiros e apresentação de passaportes na Polícia também não foram pródigos: 36 e 39 registros, respectivamente. As autoridades tentavam conceder a cidadania a todos, embora o discurso do “inimigo” e do “português absolutista” estivessem presentes nos jogos da política. Alegava-se não semear a discórdia entre cidadãos, tal como atestava o manifesto de D. Pedro, em fins de 1823. Porém, foram estes os anos nos quais algumas sérias ameaças fizeram-se presentes: o medo de não se controlar a guerra civil no Norte (Nordeste atual do país); a deflagração deste tipo de conflito no Sul (que inclui o atual Sudeste), com a participação escrava, e, finalmente, o receio de uma guerra com Portugal. A partir destas datas os registros aumentaram ou diminuíram *pari passu* com as conjunturas específicas²⁰.

A partir do ano de 1824, nenhum português ou qualquer outro estrangeiro foi proibido de desembarcar, contanto que agisse de acordo com a lei - ao menos, este era o discurso oficial. De 1825 em diante, intensificaram-se as negociações de um tratado com Portugal para o reconhecimento da Independência, o que aconteceu no mês de agosto daquele ano. Nas respostas dadas pelo Ministro da Justiça às consultas feitas pelo Intendente da Polícia, havia a permissão para o desembarque de estrangeiros chegados sem passaportes, desde que dessem “cauteladas” ou seguros e que, obviamente, não fossem suspeitos²¹.

A análise detalhada e de conjunto do Códice 375 (1821 - 1824) torna reveladora as conjunturas políticas do Brasil e de Portugal, as relações políticas existentes, bem como as motivações dos imigrantes lusitanos que continuavam vindo para a ex-Colônia. Para o ano de 1823, por exemplo, encontramos 30 registros, em folhas seguidas, de pessoas que chegaram “arribadas” ao Rio de Janeiro. Naquele momento, esta expressão designava os aprisionados em alto mar por algum navio da esquadra brasileira ou inglesa. O recém-chegado deveria declarar o objetivo da vinda para esta Corte. Assim, neste e em outros Códices eram comuns as anotações: “veio se estabelecer para se retirar das desordens de” tal lugar; “fugiu de demanda em” tal lugar; “veio fugido por motivo político”; “veio estabelecer-se porque fugiu por motivo político”; e outras expressões.

²⁰ Em 1825, 468; em 1826, 600; em 1827, 578; em 1828, 351; em 1829, 893; em 1830, 638; em 1831, 373; em 1832, 160; em 1833, 410 e em 1834, 680. Este súbito aumento de registros para 1829 talvez se deva à chegada dos emigrados portugueses neste ano.

²¹ *Conferir*, entre outros, Ofício de Clemente Ferreira França, *II* 96 (11 dezembro 1824-30 julho 1825), Corte, Registro de Avisos. Rel. 29/ parte 14, livro V, nº 121, p.63-64, 28/02/1825, A.N.R.J.; Ofício de Clemente Ferreira França, Códice 319 (1824-1825), 29/02/1825, p. 69, A.N.R.J.

Mas, havia outro aspecto importante a ser considerado entre os portugueses “arribados” à força e trazidos compulsoriamente porque haviam sido pegos na viagem, quando estavam tentando fugir do Norte para morar na capital do Império Brasileiro, em período de guerra e confusões políticas. Assim, não é raro encontrarmos a intenção expressa de fugir dos conflitos de Portugal ou do Norte (Nordeste), principalmente das perseguições antilusitanas encetadas na Bahia e em Pernambuco. Consideremos também que as informações sobre a profissão e origem desses indivíduos “arribados”, coincidem com os dados mais amplos da documentação processada em outros tipo de fundos documentais²².

Estes indivíduos eram oriundos de uma mesma região em Portugal; embarcavam a critério de uma mesma pessoa; indicavam que morariam em casa de fulano de tal e trabalhariam em tal profissão, para qual empregador. Neste sentido, em alguns livros de registro, no lugar destinado à “profissão” consta uma anotação original escrita: “sem ocupação”; por sua vez, este “ofício” “sem profissão” aparece riscado à lápis e devidamente emendado: “caixeiro”. Logo, era freqüente adolescentes sem profissão tornarem-se trabalhadores do comércio, muitos deles vindos para a labuta ao lado de parentes ou de indivíduos do “mesmo lugar” na terra natal.

Ainda neste Códice encontramos casos dos que se serviam das matrículas nos navios como passagens quase seguras para o Brasil. Tal constatação pode ser feita não só a partir das observações da Polícia, meio mais evidente, mas através das informações que prestavam sobre a profissão que tinham e a finalidade das suas vindas, campos criados na ficha de anotação desses Códices a fim de proceder tabulação dos dados. Os adventícios diziam ser marinheiros ou exercerem qualquer função de marítimo. Declaravam terem vindo “sem ofício”; “a negócio”; “procurar fortuna e ficar na Corte”; “procurar negócio”; “se arranjar”; “se estabelecer”; “procurar arranjo”; entre outros motivos. Havia intenção de tentarem a vida no Brasil; nos anos de controle mais rígido, os detalhes das anotações e das declarações eram mais ricos. Os imigrantes obrigatoriamente tinham que fornecer objetivos específicos, intenções claras, de modo a serem verificados posteriormente pelas autoridades. Nos Códices de Polícia não

²² Ver: IJ 6 163 (1822-1824), Secretaria de Polícia da Corte, Rel. 1A. Ofícios com anexos, 30/10/1824, A.N.R.J.; Ofício, IJ 6 163 (1822-1824), Secretaria de Polícia da Corte, Rel. 1A. Ofícios com anexos, 13/01/1824, A.N.R.J.; Ofício, IJ 6 163 (1822-1824), Secretaria de Polícia da Corte, Rel. 1A. Ofícios com anexos, 31/01/1824, A.N.R.J.; Ofício, IJ 6 163 (1822-1824), Secretaria de Polícia da Corte, Rel. 1A. Ofícios com anexos, 28/04/1824, A.N.R.J.

raro encontramos correspondência do Intendente dando conta de diligências destinadas a verificarem ofícios de portugueses e a pedirem a vizinhos, geralmente lusos, para atestarem as boas condutas dos patrícios.

Esta documentação pode ser confrontada também com as relações de fugas de matriculados em navios, sendo um dos casos encontrados o da Galera Portuguesa Novo Comerciante²³, bem como em algumas listagens assinadas pelos comandantes ou capitães, como aquela da Galera Cidade do Porto. Assim, confirmam-se as tendências reveladas na documentação das legitimações e apresentações de passaporte, bem como nas matrículas, quanto à faixa de idade, tipo de trabalho - não raro atividade já contratada - e procedência.

De 1825 em diante os não suspeitos podiam desembarcar quase livremente. “Ganhar a vida” e trabalhar eram finalidades bem aceitas, contanto que apresentassem cautelas e seguros, embora se condenasse as entradas clandestinas e as fugas de pessoas sem passaporte. Por isto, complementa a análise deste Códice 375, o exame do de nº 376, volume 1 (1824-1826). Nele igualmente aparece registrada várias vezes a utilização do artifício dos indivíduos virem na matrícula das embarcações. Na sua maioria, estes imigrantes lusos eram provenientes da cidade do Porto. Da mesma forma é relevante constatar que não é só a partir do ano de 1827 que os números de certificados, atestados e termos de responsabilidade cresceram. Em 1828, encontramos a primeira lista feita por um comandante de embarcação controlando quem trazia a bordo, prática que se tornaria mais habitual no final desta década.

Estas listagens corroboram a permissão de entrada para trabalhar, bem como apresentam profissões declaradas que estão em consonância com as profissões e idades encontradas no material dos Códices de Apresentação/Legitimação de Passaportes e Entrada de Estrangeiros na Polícia. Entre estas relações podemos constatar grandes intervalos de tempo e metodologias de anotação diferenciadas. Certamente não eram feitas com o desvelo e o cuidado instado pelas autoridades, entretanto, apesar disto corroboram os

²³ Lista dos passageiros que vieram sem Passaportes na Galera Portuguesa Novo Comerciante, Capitão Domingos da Costa e Sá, vindos da Cidade do Porto em 14 de Maio de 1831, IJ¹ 994 (1826-1831), Avisos do Ministério dos Estrangeiros e do Ministério da Justiça, lata 1212, 1A, 15/05/1831, AN.R.J.

dados que serão apresentados e reforçam o retrato que faremos a seguir dos imigrantes que procuravam o Brasil²⁴.

No início de 1831, o controle sobre os portugueses novamente se estreitou. Isto também aparece refletido na documentação, onde vemos os dados decrescerem e diminuir quase pela metade: passou de 893, em 1829, e 638, em 1830, para 373, em 1831. Se a diminuição continuou no ano de 1832, com as medidas repressivas, igualmente as entradas aumentaram, paulatinamente, quando as medidas não surtiram o efeito esperado e muitos clandestinos chegaram ao país, apesar do regresso de D. Pedro a Portugal e das perseguições aos portugueses do início da Regência.

Por estas listas, os portugueses ainda constituíam a maioria dos estrangeiros entrados no porto em 1831 e 1832 (56,5% e 56,9%, respectivamente). Afinal, as relações de passageiros das embarcações descortinavam a mesma realidade: imigrantes homens, maciçamente vindos do Porto ou do Norte de Portugal, solteiros, com idade entre 10 e 30 anos, vindos “a empregar-se”. Desta forma, o caráter de “amostra” constituída espontaneamente se confirma quando checamos os seus dados com outros obtidos em outros fundos documentais, tais como as listas fornecidas pelos comandantes de navios e as relações de passageiros portugueses que foram apreendidos pela Polícia dentro dos navios, as vezes em alto mar. Esta mesma situação foi constatada por Miriam Halpern Pereira em meados do século XIX: emigrados clandestinos contavam com a conivência de pilotos e comandantes, que eram ao mesmo tempo eles financeiros.

Além disso, um pouco esta realidade da emigração portuguesa, oficial ou clandestina, fica elucidada por algumas “declarações” dos recém-arribados, que transformamos em “variável” para efeito de análise. Assim, no campo relativo à declaração da “finalidade da vinda” do imigrante para o Brasil, nos anos de 1820 e 1822 não encontramos nenhum registro. De 1823 a 1826, o seu preenchimento obteve um saldo razoável, beirando 60%, que embora não seja cifra considerada estatisticamente segura para a

²⁴ Relação de passageiros estrangeiros que constam terem entrado neste porto de 01/01/1828 a 31/05/1829, 04/07/1829, Códice 323 (1822-1836), pp. 108-109, A.N.R.J.; Extrato do Livro das Apresentações dos Estrangeiros na Intendência Geral da Polícia sobre os que têm chegado do dia 25 de Abril próximo pretérito, que foi reorganizado este serviço, até 20 do corrente mês, assinado por Procópio Alarico Ribeyro de Rezende, IJ 6 165 (1831-1832), Secretaria de Polícia da Corte, Rel. A, Ofícios com anexos, 21/06/1831, A.N.R.J.; Relação dos Estrangeiros apresentadas à Secretaria Geral da Polícia do dia 25 de Abril de 1832 a 30 do dito, em conformidade do Edital da mesma de 16 do referido, assinado por Procópio Alarico Ribeyro de Rezende, IJ 6 165 (1831-1832), Secretaria de Polícia da Corte. Rel. 1 A Ofícios com anexos, A.N.R.J.

confeção de tabelas e gráficos, são dados que se prestam às devidas interpretações e generalizações qualitativas se controntados com o conjunto documental que compulsamos.

Sob esta ótica, o panorama traçado para o Códice 375 repete-se como um todo na documentação. Exatamente nos anos de pico percentual de preenchimento do campo “finalidade da vinda”, temos cifras elevadas para o registro de “atividades não-classificadas”²⁵. Dentro destes, os “sem ocupação” e que “vivem de sua agência” ou “de pequenos negócios” eram majoritários: 33,3% em 1823; 48,7% em 1824; 54,9% em 1825 e 43,5% em 1826²⁶. Estes eram aqueles indivíduos que declararam vir tentar a vida de alguma forma, podendo exercer atividades remuneradas ou não, vivendo por si e sobre si ou dependendo de alguém. Tomando as suas próprias palavras, pretendiam enriquecer; viam o Brasil como o centro gerador de riquezas no mundo de fala portuguesa.

Acompanhando este movimento nesse mesmo período, os percentuais de gente ocupada em ramos ou setores específicos era baixíssimo, em muitos casos, inexistente. O “setor comercial” foi o de percentuais mais altos depois das “atividades não classificadas”. Porém, a situação mudou de novo no início da década de 1830. Com os problemas políticos graves das vésperas da Abdicação e questões antilusitanas candentes, seria natural as autoridades passassem a exigir declarações mais claras sobre as profissões dos que chegavam, no que tangia à finalidade da vinda. Não esqueçamos ter o governo se decidido pelo controle estrito dos estrangeiros. Chegou mesmo a deportar e a expulsar vários portugueses recém-chegados²⁷.

A emissão e/ou apresentação de “passaportes” e “atestados” também foi um “campo” criado a partir da documentação e que contabilizou números pouco significativos. Uma análise qualitativa destes números sugere algumas observações: a escassez é clara diante das políticas governamentais mencionadas e diante da realidade que presidia a imigração. Como muitos portugueses vinham

²⁵ Para este campo de “finalidade da vinda” foram usados os mesmos setores de trabalho através dos quais agrupamos as profissões.

²⁶ Este item “Atividades não classificadas” foi utilizado para agrupar, tanto aqui como no caso das “profissões”, casos como: “vive de negócios em geral”, “vadio”, “sem ofício” ou “vive de pequenos negócios”, “pobre”, “mendigo”, “vive de sua agência”, “veio procurar parente”, “veio estabelecer-se”, “veio por motivo político”, etc. Contudo, todos os percentuais apresentados foram calculados tomando por base o número total de entradas para cada ano. Exatamente por isto, por apresentarem percentuais altos, estes “tipos” de “atividades não classificadas” foram apresentadas no texto.

²⁷ Ver, para a legislação, RIBEIRO, Gladys Sabina. *Inimigos mascarados com título de cidadãos*. Acervo: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, p. 71-96, 1998.

clandestinamente, todas as instâncias governamentais, como censos e chamamentos para cadastramento, foram inúteis –sobretudo porque ocorriam em momentos políticos tensos e nada favoráveis aos lusos, sendo a ameaça de expulsão iminente. As cifras mostram que o cerco ao passaporte cresceu junto com as medidas de controle dos estrangeiros nos anos de 1830.

Igual verdade observa-se nos “campos” de apresentação de “atestados”, “destino” e “súdito de onde”. No de “atestado”, os percentuais giram ao redor de 30,0% até o ano de 1827. De 1828 até 1830, para quando temos anotação de dados referentes à este “campo”²⁸, os percentuais são: 84,9% para 1828; 75,9% para 1829 e 75,4% para 1830. Cabe notar que o aumento dos atestados a partir de 1828 possa se dever não exclusivamente à imigração portuguesa, mas aos problemas causados por outros imigrantes, como alemães e irlandeses. Estes últimos sublevaram-se no ano de 1828 e desencadearam violenta repressão governamental e popular.

A xenofobia, em geral, aumentou no período. Eram comuns os artigos nos jornais criticando o governo por não cuidar da segurança e administrar pessimamente o país. Talvez estas razões ajudem a esclarecer a qualificação dos que forneciam atestados aos portugueses. A maioria esmagadora tinha como fiador o Consul, representante de S.M. Fidelíssima de Portugal: 84,0% em 1828; 69,7% em 1829 e 72,7% em 1830. Com percentual quase irrelevante estavam os atestados de responsabilidade dos Inspetores de Quarteirão e ainda apareceram dois atestados assinados por Juizes de Paz, respectivamente nos anos de 1829 e 1830, e um a cargo de Sua Alteza Imperial. Constando o nome de quem atestava, sem trazer cargo ou ocupação, encontramos dois atestados em 1828, um em 1829 e seis em 1830. Neste último caso, imaginamos que quem atestava poderia ser “patrão” do lusitano em questão.

Quanto ao “campo” “destino”, o seu preenchimento é exíguo, uma vez que os portugueses arribados destinavam-se ao trabalho no País e não estavam de passagem²⁹.

²⁸ Por uma falha na coleta de dados, não temos anotações referentes a este “campo” para os anos de 1831, 1832, 1833 e 1834. Imaginamos, pela argumentação que vimos desenvolvendo, que as cifras percentuais devam ser igualmente altas.

²⁹ Na maioria dos anos os percentuais foram inferiores a 10,0%: 0,0% declararam destino em 1820 e 1822; 5,7% em 1823; 7,7% em 1824; 6,0% em 1825; 3,8% em 1826; 7,3% em 1827; 8,8% em 1828 e 10,0% em 1829. A partir de 1830, como os demais percentuais que analisamos, estes também aumentaram significativamente: 19,6% para 1830; 31,4% para 1831; 12,2% para 1832 e 30,9% para 1834.

Os percentuais calculados para o “campo” “súdito de onde” igualmente seguem a tendência de cifras mais altas para os períodos ao redor das datas da Independência e depois da Abdicação³⁰.

Para as naturalidades dos portugueses, pulsadas no “campo” “natural de”, há mais do que os lugares de nascimento desses imigrantes. Por aí podemos verificar as nacionalidades declaradas pelos “portugueses” chegados à Corte no período.

Esta realidade aparece revelada na percentagem de 33,3% de “portugueses” que se disseram “natural de” alguma região do Brasil em 1820, o que bem demonstra que a definição de “português” e “brasileiro” estava ligada aos interesses pessoais e de grupo, vividos e compartilhados em locais de fixação de residência e/ou trabalho. Outro dado revelado era a existência de portugueses naturalizados em outros países e que vinham tentar a vida do Brasil, mesmo tendo adquirido outra nova Pátria.

Dos entrados no porto do Rio de Janeiro e desembarcados na Corte entre os anos de 1820 e 1834, a grande maioria era nascida no Norte de Portugal, nas regiões do Douro e do Minho de então. Seguiam-se os nascidos na Estremadura e nas Ilhas Portuguesas. Provenientes de Trás-os-Montes, das Beiras, do Algarve e do Alentejo chegaram poucos imigrantes lusos³¹. Também era dos portos do Norte português de onde provinha a maioria dos que arribavam aqui até 1830. A maior parte embarcava na cidade do Porto³². E isto aparece na documentação das listas de aprisionamentos feitas pela Polícia da Corte e nas relações fornecidas pelos comandantes dos navios, perto do final do Primeiro Reinado.

De 1831 em diante, embora percentualmente esta região continue exportadora de muita gente para o Brasil, cabe ressaltar que houve uma

³⁰ Os percentuais são de 33,3% para 1822; 17,1% para 1823; 19,8% para 1831; 43,7% para 1832; 43,9% para 1833 e 33,8% para 1834.

³¹ Lembremos que estamos usando a regionalização de Portugal naquela época, que é bastante distinta do início do século passado. Há distritos que hoje estão em uma região e, no século passado, em outra. Exemplos: Aveiro - Douro no século XIX e hoje Beira Litoral; Beja - Alentejo no século XIX e hoje Baixo Alentejo; Coimbra - Douro no século XIX e hoje Beira do Litoral; Guarda - Beira Baixa no século XIX e hoje Beira Alta; Santarém - Estremadura no século XIX e hoje Ribatejo, etc

³² Estes dados estão detalhados em uma tabela que dá conta da procedência dos portugueses chegados à Corte. 1820-1834. Levando em consideração somente o embarque em Portugal (atribuindo o valor de 100,0% aos portugueses embarcados), estes números ficaram ainda mais significativos. De lá saíram 50,0% dos portugueses que vieram para a Corte no ano de 1820; 66,7% em 1822; 70,0% em 1823; 93,8% em 1824; 86,7% em 1825; 85,7% em 1826; 77,4% em 1827; 80,7% em 1828; 81,2% em 1830; 79,5 em 1830; 49,2% em 1831; 53,3% em 1833 e 76,5% em 1834.

queda substantiva de portugueses vindos do Norte de Portugal e aumentou a proveniência daqueles oriundos do próprio Brasil. Mais uma vez, os acontecimentos políticos podem justificar estes números por conta dos problemas com os “emigrados” de 1829 e porque temia-se notícias recolonizadoras, sendo os lusitanos novamente considerados “ameaças” ao sistema monárquico, ao Imperador-menino e aos destinos do País. Não foram poucos os casos de proibição de desembarque, deportação e extradição até mesmo para países latino-americanos. Foi também nesta ocasião que se regulamentou a entrada de imigrantes e foi votada a lei de naturalização. Havia, sem dúvida, uma necessidade de regulamentar e controlar o mercado-de-trabalho, pois a lei de 1831 proibiu o tráfico de escravos.

Podemos afirmar com maior convicção o que foi dito se olharmos com detalhe a regionalização das proveniências brasileiras. É curioso constatar ser o ano da Abdicação o que mais registros trouxe do Norte (Nordeste), 51,5%. Esta região era vista pelo Governo Imperial como local de permanente inquietação, tinha uma tradição insurgente arraigada e havia abrigado vários movimentos antilusitanos. Neste momento podemos também falar de fuga dos lusos para o Sul (Sudeste) e do medo das perseguições variadas.³³

Já o preenchimento do “campo” relativo à residência foi bastante bom, apresentando um percentual acima de 66,6% de 1823 até 1831, com uma variação de 72,2% a 88,2%³⁴. Por este campo pode-se saber que os portugueses desembarcados destinavam-se, na sua maioria, às freguesias urbanas da cidade³⁵. Muito poucos iam para as freguesias rurais da Corte, ou se dirigiam para outras freguesias do Rio de Janeiro, ou ainda, para outras Províncias e/ou para Países diferentes.

Considerando as percentagens em relação ao número total das entradas de portugueses, a freguesia urbana de maior concentração de lusos era, com

³³Esta cifra de emigrados nordestinos perdeu posição em 1832 e 1834, caindo para 25,0% e 22,7%, respectivamente; enquanto isto, o Sul passou de 35,4%, em 1831, para 62,5%, em 1832, e 31,8% em 1834. Em 1833, o Nordeste novamente assumiu a posição dianteira: 38,5% para 15,4% do Sul.

³⁴As variações são: 1823, 72,2%; 1824, 79,5%; 1826, 85,3%; 1827, 87,5%; 1828, 84,6%; 1829, 91,9%; 1830, 90,4% e 1831, 88,2%. Fizemos uma tabela com a residência de portugueses. Houve uma falha na coleta de dados para os anos de 1832, 1833 e 1834.

³⁵Para melhor entendimento destes dados, cabe esclarecer que há na documentação um razoável número de pessoas que não indicaram um possível local de moradia. Os percentuais, ano a ano, foram os seguintes: 1823, 25,0%; 1824, 20,5%; 1825, 12,6%; 1826, 14,7%; 1827, 12,5%; 1828, 15,4%; 1829, 8,1%; 1830, 9,6% e 1831, 11,8%.

folga, a Candelária³⁶. Depois, em ordem de classificação, estavam São José, Santa Rita, Sacramento e Santana. São José perdeu em percentual para Santa Rita apenas no ano de 1823. Sempre tendo em mente que as datas das declarações na Polícia não coincidiam necessariamente com a da chegada efetiva. Estes percentuais confirmam-se quando nos fixamos apenas nas freguesias urbanas como universo, atribuindo-lhes o valor de 100%. Os lusitanos preferiam ficar na região central, onde se concentravam as oportunidades de trabalho e o comércio português.

A Candelária, denominada “Cidade Velha”, era habitada por muitos estrangeiros. Aí ficavam edifícios públicos, comportava mercados de legumes, cereais e peixes, além de bancos e companhias de navegação. Era também uma região comercial por definição, açambarcando o grosso do comércio importador e exportador, sendo igualmente local preferido para residência dos negociantes. Muitos caixeiros habitavam nesta área, por residirem aos auspícios do patrão ou por desejarem morar próximo ao trabalho. Situava-se majoritariamente nesta freguesia a “Cidadela Portuguesa”, chamado “quadrilátero” que era delimitado pelas ruas da Quitanda, dos Ourives, Direita e das Violas, situado entre São José e a Candelária.

Os dados do “campo” “residência de quem” ajudam-nos a entendermos melhor a questão da moradia dos imigrantes. Para 1827, 1829 e 1830 foi possível contabilizar percentuais acima de 66,6% para as informações fornecidas pelos recém-chegados sobre a propriedade da moradia para onde se destinavam³⁷.

³⁶ Na ficha de anotação desta fonte foi criado um “campo” “residência rua”. Para a localização de todas as ruas nas respectivas freguesias, para posterior contagem, criamos um instrumento de trabalho intitulado: “As ruas do Rio de Janeiro em suas freguesias de 1820 a 1834”. Nele, entre parênteses, anotamos a fonte consultada, no caso de livros que mencionassem especificamente que tal rua pertencia a tal freguesia, naquela época. Quando esta informação não foi obtida em livros, nos parênteses constam nossa inicial, o que significa que foi conclusão pessoal da pesquisadora, depois da consulta a inúmeros mapas existentes na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Este mesmo método foi utilizado para a localização de “aldeias”, “lugares” e “cidades” em Portugal do início do XIX, cuja regionalização é bem diferente da atual.

³⁷ Respectivamente, os números de preenchimento deste campo foram: 68,7% para 31,3% sem informações; 67,1% para 32,9% sem informações e 70,5% para 29,5% sem informações. Nos demais anos, os percentuais ficaram abaixo de 10,0% de preenchimento.

A primeira observação que salta aos olhos é a tipologia utilizada para designar quem era o proprietário. Basicamente declinavam a nacionalidade (exceto no caso dos portugueses), e/ou o tipo de empregador³⁸, e/ou “viverem de seu próprio ofício”. Ainda foi detectado que um grande número de registros trazia igualmente, ou apenas, o nome do dono da moradia³⁹. Sob o título de “proprietário”, sem qualquer qualificação, o que tornou o dado um tanto obscuro, tínhamos: 58,0% para 1827; 61,3% para 1829 e 67,4% para 1830.

Tomando o universo somente de empregadores e atribuindo-lhe 100%, encontramos percentuais que reafirmaram as observações de manuseio dos Códices durante a pesquisa, quando anotamos os registros nas suas seqüências. Assim, 56,7% dos empregadores eram parentes em 1827, 71,4% em 1829 e 52,9% em 1830. A seguir, estava a categoria “negociantes”. Para anos diferenciados, temos: os funcionários públicos e militares empatados com 10,0%, para 1827; a Igreja com 9,5% e os militares, nobres e funcionários públicos empatados, para 1829; a Igreja com 11,8% seguida dos funcionários públicos e nobres, estes últimos com 5,9%, para 1830.

Retornando aos negociantes, eram 16,7% dos empregadores proprietários das residências em 1827; 11,9% em 1829 e 11,8% em 1830 (neste último ano empatavam com a Igreja). Não podemos somar os dados de “parentes” com o de “negociantes” porque os registros da Polícia eram pouco claros. Contudo, analisando-os uns contra os outros, percebemos que muitos desses “negociantes” (na maioria donos de pequenos estabelecimentos) eram também “parentes” dos imigrantes, tendo, por exemplo, o mesmo sobrenome.

Seguindo este raciocínio e procedimento, os dados referentes às idades também ganham alguma luz. Nos registros policiais apenas constam entradas de pessoas do sexo masculino apresentando-se à polícia ou legitimando passaportes. As poucas mulheres existentes vinham na condição de acompanhantes, esposas, agregadas, filhas e escravas, dados extremamente exíguos porque a maioria dos imigrantes masculinos era solteira e adolescente, ou de pouca idade.

³⁸ Agrupando-os seriam: funcionários públicos, nobres, militares, parentes, Igreja, negociantes, mestres de ofício e variados.

³⁹ Nestes casos, os percentuais eram altos: 68,7% para 1827; 67,0% para 1829 e 70,4% para 1830.

Examinando os registros das idades, eles foram superiores a 90% em todos os anos, exceto para 1831 (80,4%). As faixas etárias que concentraram os maiores percentuais entre 1824 e 1830 foram, em ordem, as de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos⁴⁰. Entre 10 e 14 anos e 25 a 29 anos tivemos oscilações. A faixa de 10-14 anos ocupou o terceiro lugar nos desembarques para os anos de 1825 (14,1%), 1827 (17,1%), 1828 (16,0%), 1829 (15,5%) e 1830 (12,7%) e a segunda posição, empatada com a faixa de 30-34, em 1834 (14,7%). Entretanto, para os anos de 1826 e 1830, a diferença percentual foi mínima com relação à faixa de 25 a 29 anos. Logo, esta faixa viria em terceiro lugar no número das entradas para os anos de 1824, 1826 e 1831, ocupando o primeiro lugar em 1832 e 1833.

⁴⁰ Lenira M. Martinho contabilizou apenas as entradas dos Códices 377 e 379, mas curiosamente encontrou um número total de portugueses para os anos de 1827, 1828 e 1829, respectivamente 846, 567 e 270, bem diferentes dos nossos. Como a autora não explicitou o seu procedimento metodológico, é difícil explicar esta diferença, sobretudo porque compulsamos a quase totalidade dos Códices e porque não nos prendemos exclusivamente aos caixeiros. Desta forma, Lenira M. Martinho obteve para 1827 567 indivíduos destinados a caixeiros e 279 a outras profissões; em 1828, 140 para caixeiros e 172 para outras profissões e em 1829, 41 para caixeiros e 59 para outras profissões. Quanto à faixa de idade, com base nos registros acima, ela constatou uma prevalência dos caixeiros entre 19 e 15 anos, seguidos pelos de 29 a 20 anos. Conferir: MARTINHO, Lenira Menezes. *op. cit.*, pp. 80-81.

Idade dos portugueses chegados à Corte do Rio de Janeiro, entre 1820-1834. 41

Em %

Idade/ Ano	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
1820	33,3	0,0	33,3	0,0	0,0	0,0	33,3
1822	0,0	33,3	0,0	33,3	0,0	0,0	33,3
1823	2,8	33,3	13,9	22,2	8,3	8,3	5,6
1824	2,6	35,9	28,2	23,1	7,7	0,0	0,0
1825	14,1	44,0	23,3	9,2	4,5	1,5	1,7
1826	12,2	41,3	25,5	13,0	3,2	1,5	1,7
1827	17,1	36,9	20,6	10,6	6,2	3,8	2,8
1828	16,0	33,6	24,5	11,4	6,6	2,6	2,3
1829	15,5	32,8	25,2	13,0	5,2	2,6	1,7
1830	12,7	33,4	24,6	11,8	7,4	3,4	3,0
1831	9,9	20,4	20,9	16,6	12,6	4,6	7,5
1832	0,0	0,0	12,5	25,0	12,5	6,3	12,5
1833	0,0	14,6	17,1	19,5	14,6	17,1	7,3
1834	14,7	20,6	13,2	8,8	14,7	7,4	4,4

Portanto, era bastante alto o número dos que chegavam na mais tenra idade, preferentemente para trabalharem como caixeiros, ou em atividades ligadas ao comércio, na casa de algum parente, ou em diferentes tipos de serviços. Segundo documentos achados por Miriam H. Pereira para meados do século XIX, menores vinham sem a companhia dos pais e com idade aproximadamente entre 8 e 18. Assim, ou eram recomendados a “negociantes conhecidos”⁴² ou eram encontrados vagueando pela cidade,

⁴¹ Esta tabela é um extrato de dados de uma tabela maior, onde temos as idades dos portugueses entrados na Corte de 1820-1834, em números absolutos e percentuais.

⁴² Lenira M. Martinho, pesquisando anúncios com informações sobre caixeiros nos jornais Diário do Rio de Janeiro (1821-1831) e Jornal do Comércio (1830-1836) afirma ter encontrado registros da preferência declarada dos comerciantes pelos caixeiros brancos e portugueses, espécie de “indentured servants”. *Conferir*: MARTINHO, Lenira Menezes. *op. cit.*, pp. 78-79, 85. Imagina também que esta preferência era causadora de rixas entre nacionais, livres e pobres, e portugueses e entre estes e escravos.

cometendo pequenas contravenções para sobreviverem. Neste caso, eram igualmente encaminhados a comerciantes ou eram expatriados - não sem alguma dificuldade, pois pilotos e comandantes não queriam aceitá-los de volta. Quando isto ocorria, muitos destes pilotos e comandantes, responsáveis e cúmplices por suas saídas de Portugal, inventavam desculpas e soltavam-lhes à saída da barra da Guanabara, de modo a dá-los como desertores⁴³. Pareciam com o personagem João Romão, do romance *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo⁴⁴. Só que os nossos personagens existiram bem antes do final do século XIX.

Voltando aos dados de entrada por faixa de idade e cruzando-os com os de moradias, percebemos ainda com maior nitidez a concentração de portugueses jovens nas freguesias da Candelária, São José e Santa Rita.

Somando os números percentuais de indivíduos entre 15 e 24 anos e calculando-os com base no número total de habitantes portugueses das freguesias, obtivemos os seguintes resultados:

Residência dos portugueses chegados à Corte, com idades entre 15 e 24 anos, de 1823 a 1831⁴⁵.

Em %

Freguesia/ Ano	Candelária	São José	Santa Rita	Total Entradas
1823	24,0%	12,0%	8,0%	42,0%
1824	36,7%	3,3%	10,0%	53,3%
1825	39,7%	12,3%	7,0%	67,9%
1826	33,8%	16,3%	11,5%	68,1%
1827	21,7%	15,1%	12,9%	57,3%
1828	22,8%	13,5%	11,2%	56,4%
1829	26,4%	13,4%	11,7%	60,1%
1830	26,7%	13,5%	9,9%	57,6%
1831	16,7%	8,2%	7,8%	38,5%

⁴³ Sobre a emigração de menores, Miriam H. Pereira reproduz alguns documentos, como cartas de autoridades portuguesas no Rio de Janeiro a autoridades em Portugal. Estes são de meados do século XIX, a maioria da década de 1860. PEREIRA, Miriam Halpern. A Política Portuguesa de Emigração. (1850-1930). Lisboa/Porto: A Regra do Jogo, 1981. Os documentos mencionados encontram-se, respectivamente, às pp. 97, 120-121, 131, 137, 146-147.

⁴⁴ Esta mesma realidade foi descrita pelo autor para a cidade de São Luis, no romance *O Mulato*.

⁴⁵ Esta tabela teve por base tabelas com idades dos portugueses habitantes das Freguesias Urbanas (Corte) nos respectivos anos de 1823 a 1831.

Logo, esta jovem mão-de-obra lusitana habitava na região mais central da cidade, de comércio mais antigo, e convivia com a população escrava. Recordemos ainda abrigar a Candelária a “Cidadela” portuguesa e ser a freguesia de Santa Rita o local preferido dos escravos e portugueses fugitivos, além de ter o mercado do Valongo.

Tais dados sobre a população portuguesa tornam-se mais reveladores se comparados àqueles sobre as faixas etárias do tráfico de escravos para o Brasil na primeira metade do século XIX.

De acordo com Mary Karasch ⁴⁶, depois de 1830 não houve tráfico de escravos com menos de cinco anos. Dentre os africanos recém-chegados, 83% estavam entre 10 e 24 anos. Considerando a nomenclatura dos próprios documentos de apreensões dos navios negreiros, a maioria dos meninos estava na faixa de 8 a 14 anos e os homens adultos entre 16 e 26 anos. Assim, na tabela apresentada por ela para idade dos africanos importados para o Rio de Janeiro, entre 1838-1852⁴⁷, entraram 5,20% na idade entre 5 e 9 anos; 27,22% entre 10 e 14 anos; 32,11% entre 15 e 19 anos e 25,99% entre 20 e 24 anos. Estes totais foram calculados pelos apresamentos dos navios Brilhante (1838), Urania (1851), Marambaia (1851-1852) e Golfinho (1852). A partir destes números e de outras informações retiradas das capturas de outras embarcações⁴⁸, a autora chegou à conclusão de que 2/3 do tráfico era de crianças/adolescentes abaixo de 14 ou 15 anos.

É interessante observar aqui a procedência da observação de David Eltis⁴⁹. Segundo ele, a historiografia normalmente trata de forma isolada as imigrações européias-brancas e as imigrações forçadas africanas, sobretudo até o início do XIX. Este autor mostra a importância do estudo dos padrões

⁴⁶ KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987. pp. 32-35.

⁴⁷ *Ibid.* p. 32. Estes dados encontram-se na tabela Idade de Africanos importados para o Rio de Janeiro, 1838-1852.

⁴⁸ *Ibid.* p. 33. Referimo-nos à tabela de Percentagem de africanos importados por grupos de idade, 1830-1841. Para os cálculos desta tabela, a autora diz que não havia dados disponíveis sobre as idades. Então, de acordo com outros documentos que possuía, considerou que, em média, os meninos tinham de 8 a 14 anos e os homens de 16 a 26 anos, enquanto as meninas teriam de 8 a 13 e as mulheres de 14 a 25. Com base nestes números e comparando as duas tabelas acima, chegou à conclusão que quase 2/3 do tráfico dos importados, nos navios referidos, estavam abaixo da idade de 14 ou 15 anos.

⁴⁹ ELTIS, David. Free and Coerced Transatlantic Migrations: Some Comparisons. *The American Historical Review*, s.l., v. 88, nº 2, pp. 251-280, April 1983, pp. 251-252.

migratórios das populações brancas até 1820, argumentando as estreitas ligações com o tráfico. Diz também que há formas de superar as deficiências de registros e de censos através de estimativas e análises qualitativas dos dados que existem. Seguindo, portanto, esta linha de argumentação, podemos ver estes dados como muito importantes a título de comparação. A imigração portuguesa, embora não fosse compulsória, guardava semelhanças com o tráfico nas suas faixas etárias. Aí havia igualmente uma concentração de adventícios negros na faixa de 15 a 19 anos, tal como os dados sobre imigração lusa, sendo que as faixas de idade imediatamente anterior e posterior seguiam-na em termos de percentuais avultados. Concluindo, africanos e portugueses desembarcavam meninos, adolescentes ou jovens adultos no Rio de Janeiro.

Isto, obviamente, traz novas luzes para o entendimento da formação do mercado de trabalho na cidade, no período. Engrossado por levas de pessoas na mesma faixa de idade, certamente estes espaços seriam palco de trocas culturais e eventualmente de alianças, mas sobretudo de contendas variadas na luta pela sobrevivência, principalmente no tocante ao comércio e às vendas no varejo. Não devemos esquecer que muitos desses escravos viviam ao ganho ou alugados, o que não significava que fossem somente ambulantes. Luiz Carlos Soares afirma que “seria um grande equívoco considerar como escravos de ganho somente aqueles cativos que trabalhavam no chamado *ganho de rua* (comércio ambulante e transporte de carga)”⁵⁰ (itálico do autor); a escravidão urbana igualmente incluiria operários, estivadores, remadores, marinheiros, pescadores, caçadores, quitandeiros de lojas, barbeiros e cirurgiões, entre outros. Os senhores colocavam seus escravos para aprender ofícios e, depois do período de aprendizado, estes exerciam trabalhos em oficinas e manufaturas⁵¹. Assim, além dos ambulantes e prestadores de serviço, existiam cativos que exerciam seus ofícios em lugares fixos, como lojas; os que trabalhavam de caixeiros e mesmo os que, mesmo na condição de cativo, chegaram a ter seus próprios negócios⁵².

⁵⁰ SOARES, Luis Carlos. Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do Século XIX. Revista Brasileira de História. Escravidão., São Paulo, v. 8, nº 16, pp. 107-142, mar.88/ago.88. Um bom panorama da escravidão ao ganho e de aluguel encontra-se neste autor.

⁵¹ *Ibid.* p. 109. Isto é também descrito por COARACY, Vivaldo. Memórias da Cidade do Rio de Janeiro. 3ª ed. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo, 1988, pp. 286-287. Este último autor afirma que os escravos aprendiam ofícios de artes mecânicas (carpinteiros, seleiros, alfaiates, ferreiros, etc) e artísticas (entalhadores, santeiros, ourives e armeiros), sendo alugados pelos seus senhores para mestres, já que eram operários hábeis.

⁵² Em alguns casos, os lucros auferidos no ganho levaram os escravos também a comprarem as suas alforrias e a de outros africanos, ou, então, a comprarem escravos mulatos para trabalharem para si, ao ganho. Cf. *contra* KARASCH, Mary. *op. cit.* p. 211.

Na condição de mascates, andavam pelas ruas competindo com os jovens lusitanos recém-chegados e ambos atraíam sobre si a ira dos comerciantes estabelecidos. Todas estas informações são preciosas, pois corroboram a importância da convivência entre escravos, libertos, africanos livres e portugueses imigrantes.

Além dos portugueses que vinham trabalhar na mercância, havia também aqueles que teriam sido fundamentais no desenvolvimento do artesanato na Corte. Eram mestres nas corporações de ofício e, ao que parece, foram atuantes no Senado da Câmara nos séculos XVII e XVIII. As irmandades congregavam um determinado número de ofícios, como a de São José, que compreendia as atividades de pedreiro, carpinteiro, ladrilheiro, marceneiro; a de São Jorge, que reunia os serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, funileiros, caldeiros, etc, entre outras. Eram eles os “mestres” e ensinavam os ofícios aos “aprendizes”, muitos deles escravos⁵³. Isto acentuaria os conflitos neste restrito mercado de trabalho, sobretudo porque após a Independência alguns autores pontuam que as divisões coloniais entre livres e escravos passaram a praticamente não existir nestas irmandades⁵⁴.

Se o ensino e transmissão de conhecimentos dos lusos para os escravos gerou uma concorrência entre os escravos de ganho, libertos, africanos livres e lusos recém-emigrados do Norte português, todos em idade de trabalho e de aprendizado de profissão, provavelmente ocasionou também alguma antipatia dos donos de escravos de ganho, que tinham na concorrência “branca” um obstáculo ao seu meio de vida. A concorrência existia e era mútua. Fazia estragos de todos os lados. Muitos africanos, ao fazerem o trabalho na rua, cobravam menos por seu serviço. Em contrapartida, imigrantes brancos eram os preferidos para alguns trabalhos, além de serem responsabilizados pelo ensino dos ofícios.

⁵³ LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). 1ª ed. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, pp. 109-111.

⁵⁴ KARASCH, Mary C. Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Princeton: Princeton University Press, 1987. 422 p.; REIS, João José. A Morte é uma Festa: Ritos Fúnebres e Revolta Popular no Brasil do Século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. A partir da Independência houve uma reconfirmação dos compromissos das Irmandades. Parece que a divisão colonial entre livres e escravos persistiu em uma minoria destas instituições. Martha Abreu acredita que isto se tenha dado devido à idéia de, depois do Sete de Setembro, todos serem considerados “cidadãos”. Cf. *contra*. ABREU, Martha Campos. O Império do Divino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Acreditamos, então, ter existido no Rio de Janeiro uma espécie de segmentação do mercado, tornando-o também gradativamente hierarquizado tal como aconteceu nos EUA entre 1840 e 1890⁵⁵. As disputas pelos melhores empregos transformaram-se em questões raciais e de classe. Muito possivelmente, os portugueses reservavam para si as melhores oportunidades, inclusive porque aparecem com algum verniz de alfabetização na documentação, marginalizando os libertos e os escravos, nesta ordem. Pelos números apresentados na análise dos censos e mapas de população, parece que a competição dar-se-ia de forma mais contundente com os libertos, gerando também rivalidades com a população escrava, que almejava a alforria e de antemão via as suas possibilidades restringidas pela autuação dos lusitanos na cidade. A grosso modo, a tendência seria os portugueses ocuparem mais um determinado tipo de profissão e escravos e libertos, outros. Na hierarquização dentro das mesmas ocupações, os lusitanos normalmente estavam em postos de mando ou executavam serviços considerados de maior responsabilidade ou especialização. Mas, evidentemente nada disto obedecia a uma rigidez muito grande. A construção de uma imagem negativa do negro e a valorização do trabalho branco, do imigrante português, foram paralelas e paulatinas, desembocando nas tão propaladas visões sobre os negros e sobre os estrangeiros de finais do século.

Além disso, a grande maioria desses portugueses era solteira. Nos registros, para os anos de 1820 (66,7%), 1822 (66,7%), 1823 (66,7%), 1824 (74,4%), 1825 (69,7%), 1826 (64,7%), 1831 (54,7%), 1832 (50,0%), 1833 (61,0%) e 1834 (72,1%), envolvendo períodos de maior controle sobre a imigração portuguesa, temos esta informação fornecida por mais de 2/3 dos que aqui desembarcaram.

Com exceção do ano de 1820, o número de casados foi sempre inferior a 10,0% e o de viúvos não chegou a 1,0%. Contudo, na década de 1830, houve uma leve mudança. Em 1831 os casados chegaram a constituir 19,8% dos portugueses chegados à Corte; em 1832, 43,8%; em 1833, 22,0% e em 1834, 10,3%. A explicação para a mudança neste período pode ser a mesma aventada para as mudanças anteriores nos números percentuais de outros “campos” analisados.

⁵⁵ Esta análise sobre o mercado de trabalho foi inspirada em FREDRICKSON, George M. *Industrialism, White Labor and Racial Discrimination. In: White Supremacy. A Comparative Study in American and South African History.* Oxford, New York, Toronto and Melbourne: Oxford Press University, 1981, pp. 207-210.

Se o governo brasileiro, salvo períodos específicos, não costumava barrar a entrada de meninos e adolescentes, homens tão jovens destinados ao trabalho, precisava de alguma maneira controlar a qualidade da mão-de-obra ingressante no país e certificar-se que o objetivo dos recém-chegados não fosse político. É desta forma que na documentação apareceram dados sobre o nível de alfabetização dos imigrantes portugueses. A informação tomada pela Polícia deveria ser assinada com o nome por escrito ou com uma cruz. Especificava também se o indivíduo era cego, se não lia nem escrevia ou, simplesmente, se não escrevia.

A maioria dos portugueses sabia ler e escrever, o que se depreende da documentação pelos tipos de “categorias” que os oficiais da Justiça ou da Polícia criaram. Pelas assinaturas, eram minimamente “alfabetizados”, o que reforçava ainda mais a setorialização e a hierarquização mencionadas do mercado de trabalho.

Portugueses que assinaram documento de entrada na polícia e apresentação de passaporte. Corte do Rio de Janeiro. 1820-1834⁵⁶.

Em % e em n^{os} absolutos.

1820	33,3%	1
1822	100,0%	3
1823	63,9%	23
1824	76,9%	30
1826	63,7%	382
1827	85,1%	492
1828	84,6%	297
1829	83,1%	742
1830	87,1%	556
1831	75,6%	282
1832	87,5%	140
1833	73,2%	300
1834	82,4%	560

⁵⁶ Os dados aqui citados estão mais detalhados em tabela mais ampla, onde temos o nível de alfabetização dos portugueses chegados à Corte. 1820-1834. Para todos estes anos, exceto para 1825 (56,2%), os percentuais de informação eram superiores a 66,6% de preenchimento.

Esta conjectura torna-se fato ao analisarmos os setores e ramos de trabalho, quando afirmavam a ocupação a ser exercida ao se estabelecerem no Brasil. O campo profissões declaradas tem informações bastante completas, afinal, dizer a profissão era fundamental para a permanência no país e para não despertar as suspeitas da Polícia. Contabilizando as informações por setores de trabalho, o comércio deteve com folga o maior número de profissões, seguido de muito longe das atividades artesanais, setor que ocupou um segundo lugar pífio em cifras⁵⁷.

Setores de trabalho dos portugueses chegados à Corte. 1820-1834

Em %⁵⁸

Profissões/ Ano	Sem Informação	Artesanato	Comércio	Atividades Não Classif.
1820	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%
1822	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
1823	8,3%	0,0%	80,6%	0,0%
1824	7,7%	2,6%	89,7%	0,0%
1825	6,6%	2,8%	84,8%	2,8%
1826	6,8%	8,2%	77,0%	4,0%
1827	23,0%	10,2%	60,2%	2,1%
1828	32,5%	9,1%	51,9%	1,4%
1829	29,9%	10,9%	50,6%	3,1%
1830	17,2%	1,1%	47,6%	15,4%
1831	16,4%	10,2%	42,4%	7,0%
1832	12,5%	0,0%	18,8%	43,8%
1833	17,1%	7,3%	48,8%	12,2%
1834	8,8%	1,5%	58,8%	8,8%

No conjunto desses dados, devemos observar um ligeiro decréscimo de percentuais para os números de preenchimento do campo “profissão”, e também para a declaração dos ofícios ligados ao comércio, nos anos em que o controle sobre a entrada de portugueses se afrouxou, ou seja, no final da década de 1820. Provavelmente não se declararia que se viria trabalhar no comércio,

⁵⁷ Para os anos de 1820, 1822 e 1823, não tivemos anotações neste campo; nos demais, os números percentuais giraram ao redor de 10,0%. Foram consideradas atividades artesanais, de acordo com Iraci Del Nero da Costa e Néelson Hideiki Nozoe. COSTA, Iraci Del Nero da Costa e NOZOE, Néelson Hideiki. *op. cit.*

⁵⁸ Há dados mais detalhados em tabela construída por setores de trabalho dos portugueses chegados à Corte. 1820-1834.

tendo já padrão definido. Como consequência disto, talvez tenha havido o aumento das “atividades não classificadas”, chegando a obter percentuais maiores ou quase equivalentes àqueles das atividades ligadas ao artesanato, demonstrando que simplesmente vinham sem emprego ou profissão, tentar a vida. Declarar-se “comerciante” não queria dizer grande coisa.

Outra explicação viável para estes últimos percentuais maiores pode estar no próprio breve período de repressão: de 1830 em diante, com as proibições de desembarque, as “atividades não classificadas” talvez tenham subido pelo fato dos registros terem praticamente dado conta da imigração interna e do movimento dos portugueses no interior do país⁵⁹.

Vendo especificamente o comércio, algumas conclusões interessantes podem ser tiradas. Se pensarmos este setor como universo, o ramo predominante era o de “serviços de caixa e afins”⁶⁰. Depois dele, podemos contabilizar declarações genéricas de exercício de práticas comerciais. Aliás, mesmo no “caixa e afins” as declarações eram muito pouco específicas, não dizendo em que tipo de negócio se trabalhava.

Desta forma, considerando as ocupações designadas como pertencentes a “serviços de caixa e afins” e “outras atividades do comércio”, a profissão caixeiro, sem qualquer qualificativo, era majoritária, o que claramente indicava virem os imigrantes para um trabalho não especificado. Importante, neste aspecto, é a confirmação dos dados referentes ao nível de instrução: apesar de chegarem com pouca idade, determinado tipo de educação era fundamental para o exercício desta função. Para serem caixeiros deveriam minimamente saber ler, escrever e contar. Diz a tradição que os que exerciam a profissão há muitos anos falavam línguas estrangeiras - isto também se aplica a alguns escravos que trabalhavam em certos ramos de atividades na cidade, como por exemplo, no porto.

Quanto às “atividades sem especificação”, a maioria se declarava “negociante”. Entretanto, devemos relativizar este registro ao lembrarmos

⁵⁹ Lenira M. Martinho tomou por base o jornal O Caixeiro, nº 2, de 26/10/1873, para classificar os caixeiros em: “de balcão”, “de fora” (ou “porta-fora”), de “escritório”, “guarda-livros” ou “primeiro caixeiro” e “caixeiro de andar embarcado”. Para cada tipo de ocupação existia um salário. Conferir: MARTINHO, Lenira Menezes. *op. cit.*, pp. 38-40, 43-45.

⁶⁰ Compreendia este ramo: caixeiros (caixeiro, fiel, fiel de um corte); caixeiro de botica, caixeiro de cobranças, caixeiro de taberna, caixeiro de administração das baleas, caixeiro de botequim, caixeiro de padaria, caixeiro de tamancaria, caixeiro de armazém, caixeiro de loja de fazenda, caixeiro de vendas, caixeiro guarda-livros, caixeiro de trabalho em bancos.

que muitos queriam tentar a vida no Brasil⁶¹; “negociante” poderia significar tentar sobreviver de algo, da venda de algum produto. Talvez por esta imprecisão poucos tenham se atribuído a profissão de “mascate”.

Em períodos bastante distantes, há documentação dando conta desta “vocação” portuguesa para o comércio, que já vimos ser mais uma contingência, dado o sistema de terras no Brasil e este setor de negócios oferecer melhores possibilidades de enriquecimento.

Nesta perspectiva, podemos entender a infinidade de tipos de caixeiros, confirmando as tendências já assinaladas dos imigrantes virem muito jovens para ganharem a vida e, majoritariamente, empregarem-se no comércio. Isto confirma a hipótese de Joel Serrão, que imaginava terem vindo para o Brasil no início do século uma maioria de homens pobres, mas não miseráveis, que ao menos pudessem pagar as suas passagens aos Comandantes e Mestres de navios ou que viessem engajados, pertencendo aos setores secundário e terciário. A emigração dos proletários ou de pessoas vindas do campo, desprovidos de qualquer pecúlio ou sorte, só teria acontecido na segunda metade do XIX, quando se passou a recrutar braços disponíveis na Europa devido à abolição do tráfico e à falta de escravos⁶².

É a partir desta constatação que Luis Felipe Alencastro levantou a hipótese da concorrência direta entre portugueses e escravos, no final do XIX. Entretanto, vimos como a população lusitana é possivelmente bem maior do que se estimou até aqui, podendo ter ocorrido uma competição para abocanhar fatias do mercado ainda no início dos oitocentos. Vencida pelos portugueses, com o auxílio das autoridades, estes passaram a defender seus espaços, inclusive os políticos. A concorrência existiu antes da substituição do escravo pelo português branco; era mais matizada entre portugueses e escravos, porque o mercado tendeu para a segmentação, mas certamente era acirrada com os libertos, dando a todos os “de cor” motivos de sobra para odiarem os portugueses e lutarem pelos seus “direitos”, pela sua LIBERDADE.

⁶¹ Fora dos Códices de Apresentação e Legitimação de Passaportes, e em outros Códices e Caixas que guardam a documentação da Polícia e do Ministério da Justiça, há exemplos vários que dão conta deste desejo dos lusos de “encontrar fortuna” no Brasil. Só para citar um exemplo, ver: Requerimento de Antônio Nogueira Paz ao Ministro da Justiça. II¹ 1072. Ministério da Justiça. Requerimentos Diversos. 1823-1824-1838-1846-1847, 17/03/1824, A.N.R.J. (preso sem passaporte na escuna na qual vinha para a Corte, pediu para jurar a Constituição e ficar no Brasil, para onde se dirigia com o objetivo de “encontrar fortuna”).

⁶² SERRÃO, Joel. *A Emigração Portuguesa ...* pp. 49, 127 e 128.

Embora Alencastro igualmente fale que na 1ª metade do XIX o Porto exportava para o Brasil trabalhadores manufatureiros em quantidade, esta grandeza em números não apareceu em nossos dados. Por eles, a maioria dos portugueses não vinha para exercer uma profissão específica, podendo-se especular se tinham ou não uma especialização. Quando possuíam apenas uma semi-especialização tinham perfil profissional assemelhado a muitos escravos e libertos⁶³.

Mas, havia “mestres” lusos contratados no Porto e em Lisboa. Eles ensinavam seus afazeres e, juntamente com as aulas da Junta de Comércio, contribuíram para a segmentação do mercado. Ainda mais que os portugueses tinham um certo nível de instrução, galgando melhores postos e salários. Desta maneira, vale a pena cruzar a idade com o setor econômico e as atividades de subsistência com os locais de moradia. Só assim avançaremos em nossas conclusões.

Idade x ocupação dos portugueses no comércio - 1823-1831

Em %⁶⁴

Faixa Idade/Ano	10-14 anos	15- 24 anos	25- 29 anos
1823	2,8%	47,2%	19,4%
1824	2,6%	61,5%	20,5%
1825	11,1%	60,9%	6,8%
1826	10,2%	53,7%	9,2%
1827	11,2%	38,9%	4,0%
1828	9,1%	31,9%	4,8%
1829	10,8%	31,8%	4,1%
1830	6,7%	31,8%	4,1%
1831	3,5%	18,8%	6,7%

A concentração de imigrantes portugueses em outras atividades que não o comércio era bastante mais baixa. Portanto, as observações traçadas na análise dos dados referentes às profissões declaradas e às idades, variando ano a ano, também são válidas para as informações provenientes do cruzamento.

⁶³ KARASCH, Mary. *op. cit.* p. 205.

⁶⁴ Esta tabela é um extrato de diferentes tabelas que abordam as idades dos portugueses chegados ao Rio de Janeiro, por setor profissional, nos respectivos anos.

O que foram especulações iniciais sobre a coincidência de moradia e trabalho dos imigrantes lusitanos, pensadas a partir das primeiras impressões oriundas da coleta, foram confirmadas quando se elaborou tabelas anuais com o objetivo de checar os dados de residência e setores de trabalho. Da mesma maneira que os lusos recém-chegados e de tenra idade preferiam a Candelária para habitar, normalmente também trabalhavam aí, seguida a preferência desta freguesia pelas de São José e Santa Rita.

Os portugueses que trabalhavam nas atividades comerciais: suas distribuições nas diferentes freguesias da Corte. 1823-1831⁶⁵.

Em %.

Freguesias/Anos	Candelária	São José	Santa Rita
1823	52,2%	13,0%	21,7%
1824	55,6%	22,2%	11,1%
1825	53,1%	18,6%	8,8%
1826	43,3%	20,3%	11,8%
1827	32,7%	21,1%	15,8%
1828	30,7%	19,3%	12,0%
1829	36,3%	16,1%	9,7%
1830	25,2%	17,5%	8,2%
1831	22,1%	12,7%	11,3%

É com base nestes dados que podemos reafirmar a importância da mão-de-obra branca e portuguesa na Corte, habitando a Cidadela. Esta não só se protegia com laços de solidariedade, garantindo emprego e moradia para seus conterrâneos, como também se defendia em eventuais pendengas políticas ou mesmo tendia a apoiar um ou outro ministério ou forma de governo, de acordo com seus interesses e necessidades comerciais.

⁶⁵ Esta tabela é um extrato de tabelas que tratam de setores de trabalho dos portugueses habitantes das Freguesias Urbanas (Corte) nos respectivos anos.

Os Processos de expulsão como fontes para a História da Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro (1907-1930)

*Lená Medeiros de Menezes**

Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes ...
Uivos de dó pelas estradas,
Junto dos cais, nas amuradas
Das naus distantes...

Lá vão levados, mar sem fundo,
Longe das noivas e dos pais!...
Terras, Jesus! Nos fins do mundo
Voltarão? Quando, mar profundo?¹

Finis Patrie (1890)

Variadas são as fontes sobre a e(i)migração. Para além daquelas mais conhecidas, que possibilitam a visualização de movimentos e fluxos, outras permitem acrescentar dados novos ao estudo dos processos migratórios, ensejando que a dialética entre o quantitativo e o qualitativo, bem como entre o individual e o coletivo, tracem novos contornos na epopéia em que se constituiu (e se constitui) a partida de milhares de homens e mulheres em busca da concretização do sonho de um futuro melhor em terra estrangeira. No caso português “... drama de ontem e de anteontem”.²

No Brasil, foram os estudos sobre a escravidão e, principalmente, sobre o impacto dos processos de abolição e transição para o trabalho livre na empresa cafeeira que despertaram o interesse pelos estudos históricos sobre a imigração.³ Em um primeiro momento, os olhares direcionaram-se

* Professora Titular de História Contemporânea da UERJ. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Mestre em História Social das Idéias pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora dos livros *Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade* (Rio de Janeiro, EdUERJ, 1997) e *Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio* (Rio de Janeiro, Arquivo nacional, 1992), além de artigos variados, publicados em revistas nacionais e estrangeiras, sobre imigração, expulsão de estrangeiros, anarquismo, mulher e gênero.

¹ Apud: Joel Serrão. *A emigração portuguesa*, sondagem histórica. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, pp. 27-8.

² Joel Serrão. *Idem*. A citação completa inclui a caracterização como “drama de hoje, drama de ontem e de anteontem”. Considerando, porém, que o livro teve sua primeira edição publicada em 1972, quando a União Européia ainda era realidade distante, optei por manter apenas o ontem e o anteontem.

³ Cf. Emília Viotti da Costa. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1966.

para o campo e para o florescimento do café no oeste paulista. A imigração urbana, por conta dessa priorização, permaneceu secundarizada - quando não esquecida. A tendência ao silenciamento foi mais impactante na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império e da República, cujo processo migratório repousava nos fluxos orientados de Portugal, negligenciados por uma historiografia que se dedicava a privilegiar nacionalidades mais distanciadas cultural e lingüisticamente.⁴

Hoje, entretanto, a primeira constatação que se faz com relação à história da urbanização brasileira, com destaque para as cidades litorâneas e, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro (capital do país até 1960), é a de que a expansão urbana da história independente do país muito deveu à presença do(a) imigrante português(a), esmagadora em determinados setores-chave para o progresso urbano.

Recordar, por exemplo, a figura do comendador dos tempos imperiais é colocar em foco o português e, em destaque, o comerciante português. Na base desse comércio, por outro lado, a figura do jovem caixeiro, desde muito cedo, passou a compor a paisagem humana da capital brasileira desde muito cedo. Vinculada, inicialmente, à ação das casas exportadoras de vinhos da região do Douro, sua importância cresceu à medida que o comércio a varejo ganhou impulso e o braço escravo foi reorientado para a lavoura. A imigração de massa ocorrida a partir dos anos 70, adensada nos anos 90, “compreendeu em seus contingentes meninos-homem destinados a se tornar ajudantes das casas comerciais, sempre preferidos aos brasileiros pelos portugueses já estabelecidos”;⁵ personagens imortalizados nas crônicas sobre a cidade, com suas histórias de sonhos e dificuldades compondo o imaginário urbano⁶ :

Os seus caixeiros ... Vejamos o Manuel de Povia, o primeiro, o que serve uma genebra ao freguês, o lápis atrás da orelha, leve buço e ar melífluo ... É bem um tipo de marçano da época,

⁴ Para o resgate da presença portuguesa no Rio de Janeiro deve ser dado destaque ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Prof^a Gladys Sabino, desde sua dissertação de Mestrado sobre a anti-lusitanismo no Império.

⁵ Lená M. de Menezes. “Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos”. In: Ângela de Castro Gomes (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000. p. 165.

⁶ Observe-se que, até a imigração de massa a partir dos anos 70, a ‘profissão’ de caixeiro incluía quatro estágios principais: o caixeiro de balcão, o caixeiro de ‘porta-fora’, o caixeiro de escritório e o guarda-livros. Com o aprofundamento da modernização, o guarda-livros passou a ter *status* próprio e o caixeiro de escritório ganhou prestígio. Desta forma o caixeiro passou a ser, tão somente, aquele que era responsável pelo auxílio às vendas e pelos carretos e entregas. Sobre os estágios mencionados, Cf. Rio de Janeiro. *O Caixeiro*, n^o 2, 26 de outubro de 1873.

com o seu cabelo rente, quase à escovinha, negro, a descer em bico sobre a testa, a sua bochecha corada e as suas tamancas de couro cru. Merece simpatia o menino te e inspira compaixão. A sua história é igual à de quase todo aquele que, ainda criança, aqui chega, vindo de Portugal. História triste.⁷

Nem só os sucessos, dessa forma, compuseram a história da imigração e, principalmente, a da imigração urbana. Muitos foram aqueles que fugiram à falta de oportunidades e à pobreza em Portugal, mas vieram a reencontrá-las do outro lado do Atlântico, ainda que os registros de seu desalento quase sempre fossem ocultados das famílias das quais estavam separados. A dificuldade em assumir seus fracassos levava-os, não raras vezes, a narrar conquistas situadas no mundo do sonho e mesmo do quase impossível.

É certo que os sucessos caracteriza a biografia de comerciantes enriquecidos no Brasil, que deixaram registros de suas vitórias em diferentes aldeias portuguesas. Um dos exemplos mais emblemáticos é o de Manuel Sendas. Natural de Cardenha, pequena aldeia de Trás os Montes, tinha 15 anos incompletos quando, no ano de 1914, saiu de sua terra natal para transformar-se em mais um dos caixeirinhos da cidade do Rio de Janeiro, dormindo “em cima dos sacos” nos fundos do armazém em que trabalhava. Com 24 anos abriu negócio próprio na periferia da cidade do Rio de Janeiro (Baixada Fluminense). Depois de oito anos, voltou a Portugal, mas o reencontro com as dificuldades que haviam pressionado sua saída para o Brasil levaram-no a re-emigrar. Corria então o ano de 1935. O novo armazém que abriu floresceu rapidamente, possibilitando a abertura de filiais que vieram a se transformar, quando a conjuntura o permitiu, em uma das maiores e mais afamadas redes de supermercados no Brasil.⁸

Histórias como a de Manuel Sendas alimentam, certamente, uma mitologia da imigração que deixa pouco espaço para o desvelamento da trajetória daqueles que não conseguiram transformar sonhos em realidade, muitos deles adensando as estatísticas policiais.

Segundo Thompson, “... as minorias sem linguagem articulada, por definição, deixam pouco registro de seus pensamentos”, havendo relance de sua presença nos momentos de crises, razão pela qual é sempre “tentador procurá-las nos arquivos criminais”.⁹

⁷ Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro de meu tempo*, 2. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 2ª ed., pp.358.

⁸ Ver Márcia Maria Sendas. *Meu avô, comendador Manuel Antonio Sendas. Origem da família Sendas no Brasil*. Rio de Janeiro: Four Print, 1994.

⁹ E. P. Thompson. *A formação da Classe Operária Inglesa*, v. 1. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.57.

Partindo deste pressuposto básico, e considerando que os arquivos policiais podem contribuir para a construção de um outro olhar sobre a história da imigração em geral e sobre a história da imigração portuguesa em particular, optamos por destacar os processos de expulsão como fontes privilegiadas para o estudo dos bastidores urbanos.¹⁰ Ainda que quantitativamente o conjunto desses processos apresente-se com pouca densidade e não represente o volume total dos indivíduos que foram expulsos do país, neles estão reproduzidas fragmentos de trajetórias silenciadas que, trazidas à luz, permitem lançar novos olhares sobre a epopéia e(i)migratória.

Ainda que concordemos com a afirmação de que a tramitação dos processos era inquisitorial, tendo em vista que todos os procedimentos adotados orientavam-se pelo desejo da expulsão, os dados constantes dos autos de identificação dos processados permitem constatar tendências relativas, por exemplo, à região de origem deles, idade, sexo, estado civil, inserção na sociedade brasileira e outros. Mais do que tudo, eles permitem o trabalho com a individualidade em sua relação com as tendências coletivas, trazendo à luz atores escondidos nas cifras de entrada e saída de imigrantes que compõem os estudos baseados no *pull-push* tradicional. Não raras vezes, os processos desvelam o destino de imigrantes sobre os quais “nunca mais se ouviu falar”,¹¹ caso do espanhol Adolpho Alonso.

Espanhol, nascido em Orense, alfaiate, casado e alfabetizado, Alonso migrara para o Brasil com apenas seis (6) anos de idade, no ano de 1905, vivendo no país por 15 anos ininterruptos. Fragmentos de sua vida estão narradas em seu processo de expulsão,¹² datado de 1919, quando Alonso contava 20 anos. Registros de sua trajetória política no Brasil podem ser recuperados quando cruzamos os dados constantes de seu processo com a narração feita por Everardo Dias, seu companheiro de deportação no vapor Benevento, publicada, em capítulos, no jornal *Voz do Povo*.¹³

10 Ainda que alguns autores afirmem não haver contribuição possível dada por estes processos, incorrendo, inclusive, em alguns equívocos acerca da questão da qualificação dos processados, contestamos frontalmente essa tese. Sobre essas afirmações, ver, por exemplo: Sheldon Leslie Maran. *Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro (1890-1920)*. [Trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

11 Everardo Dias, ao narrar a fuga de Adolpho Alonso. Cf. ————. “Memórias de um exilado”. *Voz do Povo*, nº 19, 25 de fevereiro de 1920, p.2.

12 Cf. ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJ7 138. Cf., ainda, Everardo Dias. Op. cit. Caso narrado, também, em Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1966, p. 23.

13 A narrativa, com o título de “Memórias de um Exilado” foi publicada entre 21 de fevereiro e 3 de março de 1920, em 11 capítulos.

Segundo os dados constantes em seu processo, Alonso foi responsável pela confecção e distribuição de panfletos subversivos, com destaque para o intitulado “A socialização da mulher na Rússia”, que transcrevia protestos da Liga Feminina Comunista do Rio de Janeiro contra o filme “*The New Moon*” (Lua Nova) e foram distribuídos em frente ao cinema Odeon, no centro da cidade. Dos protestos de rua participaram, também, o espanhol José Cid e o português Álvaro Duarte Cerdeira (natural de Paiva, solteiro, alfabetizado), como Alonso, expulsos em 1920.¹⁴

Através de uma linda história de amor, o filme, em um recorte que punha em foco o papel da mulher na Rússia pós 1917, apresentava denúncias apócrifas sobre a revolução.¹⁵ Seu lançamento fora precedido de intensa propaganda veiculada nos jornais, visto marcar o lançamento de uma nova produtora: a *Select Films*, ao que se acrescentava o fato da atriz principal ser Norman Talmadge, verdadeira namorada da América.

Munidos de panfletos e de suas vozes discordantes, os anarquistas protestaram na rua, tornando-se o protesto prova irrefutável de atividades anarquistas, pelo menos, dos três processados com vistas à expulsão. Certamente por temer seu futuro ao chegar à Espanha, devido ao fato dos anarquistas serem presos na chegada ou proibidos de desembarcar, Alonso, aproveitando-se de uma parada do navio para abastecimento, fugiu da embarcação e desapareceu em terras africanas, “nunca mais dele se ouvindo falar”.¹⁶

Os processos de expulsão de estrangeiros que compõem o módulo 101 do Setor do Poder Judiciário do Arquivo Nacional foram instituídos no Brasil como resultado das disposições do decreto nº 1641, de janeiro de 1907 (Lei Gordo), que regulamentava a entrada e saída de estrangeiros do Brasil, mas os debates sobre a adoção da expulsão como estratégia de combate aos imigrantes indesejáveis remontam aos tempos imperiais, quando os Chefes de Polícia, com base no aumento dos roubos e furtos na cidade, advogavam que o Brasil adotasse dispositivos mais rigorosos com os imigrantes. Já na República, um

¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 139.

¹⁵ O filme romanceava um decreto apócrifo que, a partir de Samara, circulara na imprensa mundial na primavera de 1918. Segundo este, todas as jovens entre 18 e 23 anos seriam requisitadas pelo governo bolchevique, com o objetivo de sua socialização. Sobre o filme, ver Lená Medeiros de Menezes. “Lua Nova: Hollywood e a propaganda contra-revolucionária”. In: Lená M. Menezes, Denise Rollemberg e Oswaldo Munteal Filho. *Olhares sobre o político - novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Eduerj/FAPERJ, 2002, pp. 47-58.

¹⁶ Cf. ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 138. Cf., ainda, Everardo Dias. “Memórias de um exilado”. *Voz do Povo*, nº 19, 25 de fevereiro de 1920, p.2. Caso narrado em: Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1966, p. 23.

decreto de curta duração, instituído em 1893, foi responsável pela expulsão de 76 estrangeiros, a maior parte dos quais por “crime político”.¹⁷

Embora fosse considerado inconstitucional pelos juristas, tendo em vista que a constituição garantia a igualdade entre brasileiros natos e estrangeiros residentes, além de defender, para ambos, o direito à livre expressão do pensamento, a lei de 1907 embasou os procedimentos de expulsão ao longo da Primeira República Brasileira (1907-1930), em consonância com os dispositivos do Direito Internacional no que tangia à matéria.

Alguns decretos posteriores viriam a modificar dispositivos, como tempo de residência, e estabelecer procedimentos a serem seguidos; dois deles merecem destaque, ambos datados de 1921. Um deles estabelecia regras sobre a entrada e saída de estrangeiros; o outro tratava da repressão ao anarquismo. Foi a partir de então que a perseguição por motivação ideológica e a expulsão dos estrangeiros qualificados como subversivos saíram, em parte, dos bastidores policiais, possibilitando que a repressão à militância radical tivesse amparo legal, com a definição de crime político.

As polêmicas só viriam a ter fim em 1926, quando uma emenda na constituição¹⁸ contemplou e legitimou, constitucionalmente, a prática da expulsão por ato do Poder Executivo, pondo fim aos debates até então existentes; reforma que mereceu o artigo que se segue, intitulado *A indústria da deportação*, publicado pelo *Correio da Manhã*:

Depois de reformada a constituição que passou a permitir a expulsão de estrangeiros por ato do Poder Executivo, os agentes de polícia, que já anteriormente concentravam na sua força grande valor, sentiram-se mais prestigiados, dependendo exclusivamente deles a permanência ou não de estrangeiros no Brasil, ou pelo menos no Distrito Federal.¹⁹

As dificuldades jurídicas existentes levaram à prática da expulsão ao total ‘arrepio da lei’, especialmente com relação aos anarquistas e comunistas não envolvidos com as alas radicais dos movimentos ou menos aguerridos em suas proposições, caso daqueles que se dedicavam à causa educacional.

¹⁷ Segundo Geminiano de Franca (*Expulsão de Estrangeiros*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1930), o decreto configurou-se como “verdadeiro arrastão”, um “estado de sítio permanente contra o alienígena”. O decreto de 1893 estabeleceu uma dupla orientação para a expulsão: por um lado, o combate ao crime comum; por outro, a repressão às ideologias consideradas perigosas, com destaque para o anarquismo. Esta dupla orientação comporia todo o arcabouço dos decretos e leis que se sucederam.

¹⁸ Alteração do parágrafo 33 do artigo 72 da Carta Magna.

¹⁹ Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1928, p. 3.

Apenas a configuração de participação na *Propaganda pela Ato* ou a prisão em flagrante nos movimentos de rua e nas greves facilitava a instauração de processos e a consecução da expulsão ‘legalizada’. Com relação aos demais, mantinha-se a prática da expulsão sem processo.²⁰

Os processos de expulsão instaurados entre 1907 e 1930 estão reunidos no módulo 101 do Setor do Poder Judiciário (SPJ) do Arquivo Nacional (pacotilhas IJJ7126 a IJJ7179). Nem todos eles, porém, são processos; tampouco sua totalidade refere-se a indivíduos residentes no Rio de Janeiro. Parte da documentação (minoritária) constitui-se por *habeas-corpus* e resposta a eles, despachos variados, pedidos de informação e registros de requisições feitas por órgãos governamentais de processos não retornados ao fundo. A evidência deixada por alguns dos pedidos de informações evidencia, claramente, que as expulsões, principalmente as que tinham motivações político-ideológicas, permaneciam sendo feitas sem qualquer amparo legal.

A documentação mencionada representa, assim, a ponta de um iceberg. Os cruzamentos entre os nomes que os processos indicam e determinadas relações nominais, como as que constam, dentre outras, dos relatórios ministeriais, mostram os descompassos existentes, podendo ser constatado que muitos foram os indivíduos expulsos contra os quais não foram instituídos processos.²¹ Da mesma forma, deve ser lembrado que nem todo indivíduo processado foi expulso. Alguns puderam impetrar *habeas corpus* (por si só fontes riquíssimas) e, assim, escapar da ação policial, com a decisão do processo sendo encaminhada ao Poder Judiciário; caso destacado dos acusados de vender o jogo do bicho.²² Outros tornaram-se protagonistas de amplas discussões na Câmara dos Deputados, saindo dos bastidores para comover a opinião pública. Por outro lado, alguns ofícios e memorandos, com a tarja de confidenciais, apensados à documentação relativa à Polícia da Corte, referente aos anos de 1920-21, do Arquivo Histórico do Itamarati comprovam a prática da expulsão sem processo.

20 Nesse aspecto, não é verdadeira a prática tão difundida de que os anarquistas fossem expulsos com outras qualificações. O tráfico de brancas era uma realidade e a vadiagem, considerada a ante-sala do crime, um “mal” a ser extirpado, fossem quais fossem as razões para sua existência. Quanto à expulsão sem processo, ver Lená Medeiros de Menezes. *Os Indesejáveis. Crime, protesto e expulsão na Capital Federal*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 226.

21 Para o ano de 1919, por exemplo, o número de portugueses residentes no Rio de Janeiro sobre os quais há processos ou pedidos de informações (Módulo 101 do Arquivo Nacional) atinge a cifra de 22 homens. O Relatório do Ministro da Justiça relativo ao mesmo ano, registra o nome de mais 10 indivíduos que não o foram. Para 1927, o cômputo é de mais 19 além daqueles que foram devidamente processados.

22 A interveniência da Justiça só se dava através do *habeas corpus*, pois os processos de expulsão eram administrativos. Ou seja, tramitavam na esfera do Poder Executivo.

De uma maneira geral, podemos dizer que os processos permitem trazer à luz trajetórias de vida cumpridas por indivíduos que atingiram limites extremos no embate com o Estado de acolhida, quer por seus comportamentos considerados ‘desviantes’, quer por suas ações em termos de militância político-ideológica. Em qualquer um dos casos, eles foram considerados indesejáveis. Ou seja, perigosos aos interesses do país e da república e/ou nocivos à sociedade.

Para além das mitologias que consagram a imagem do imigrante bem sucedido, os processos em pauta permitem o estudo daqueles que, por opção ou por força das circunstâncias, colocaram-se ou foram colocados à margem do mercado de trabalho. Permitem, ainda, analisar a participação do imigrante no movimento operário que se estruturava: forma possível de tentar alterar as condições de trabalho e vida oferecidas. Para além de tudo isto, permitem que o imigrante pobre seja destacado como ator histórico, ensejando exercícios dialéticos entre o particular e o geral. Em alguns processos há precisão de detalhes nos autos de identificação. Em outros, determinados silêncios permitem a discussão de algumas questões sobre o perfil dos indivíduos que migravam. É o caso daqueles que conseguiram dizer a idade ou indicar, com precisão, seu local de origem.

Os autos de declaração dos processos movidos contra Alípio dos Santos, processado e expulso como ladrão, e Manoel Barbosa de Oliveira, processado como falsário, ilustram bem os distanciamentos mencionados.

O processo movido a Alípio dos Santos nos informa que ele nasceu na Aldeia de Travanca, Província de Trás-os-Montes, era empregado no comércio, solteiro, 26 anos, alfabetizado e morador de Botafogo, próximo ao Palácio do Catete, sede do governo da República, tendo entrado no Brasil em 1815.²³ No caso de Manoel B. de Oliveira, as únicas informações possíveis são as de que ele era negociante falido, alfabetizado, 44 anos e morador em rua do centro da cidade.²⁴

Nos casos em que não há processos, mas pedidos de informações, por vezes estes mostram-se significativas. É o caso da documentação relativa a Rodolfo Marques Costa ou Joaquim Marques Costa.

Rodolfo ou Joaquim era carpinteiro, casado e alfabetizado. Um pedido de informações nos permite saber que ele fora preso em Lisboa, no ano de 1924, quando praticava atentado contra hotel localizado na capital portuguesa. Na ocasião do inquérito, as autoridades portuguesas tomaram

23 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 136.

24 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7 163.

conhecimento de sua expulsão do Brasil, provavelmente naquele mesmo ano, quando o réu tinha 30 anos. Embora não haja nenhuma informação sobre essa expulsão, não sendo nem mesmo possível saber se houve alguma resposta das autoridades brasileiras às portuguesas, as informações contidas no documento existente são significativas para o estudo da circulação internacional de indivíduos como Rodolfo Costa.

Por vezes, algumas informações prestadas despertam o interesse salutar do pesquisador buscar novos dados sobre o processado, recorrendo a outros tipos de fontes, o que permite ampliar a sua trajetória de vida. Foi o que sucedeu no caso de José Madeira, cujo processo não existe, mas um pedido de informação nos informa que fora expulso em 1919, como anarquista, e que tivera negado seu pedido de retorno ao Brasil. Dados relevantes sobre sua expulsão encontram-se nos Anais da Câmara dos Deputados, onde o caso teve ampla repercussão, apresentado pelo deputado Maurício de Lacerda, um dos poucos que se colocava em defesa da causa operária.

Através de carta lida em plenário, os deputados tomaram conhecimento que José Madeira chegara ao Brasil em 1912. Segundo ele: “envolvido na onda imigratória que se efetuava de Portugal para o Brasil”. A crise de trabalho por ele enfrentada, quando estava no país faziam dois anos, roubou-lhe “as ilusões antes sonhadas”, levando-o a participar de comícios operários. Em um desses comícios, de acordo com sua narrativa, presenciou a prisão de três operários que seriam os oradores do comício. Ao subir à tribuna para explicar o ocorrido, foi taxado de “orador operário”, acabando por ser expulso sem qualquer condição de defesa, não tendo sido interrogado nem ouvidas testemunhas. Apesar das discussões travadas, não há registro de sua volta ao Brasil.²⁵

A história de José Madeira comprova, portanto, que, apesar da lei de 1907 e dos decretos que, posteriormente, a complementaram, a expulsão sem processo permaneceu configurando-se como estratégia de defesa da ordem.

Apesar das limitações existentes, a crítica interna dos processos e dos despachos que compõem a documentação demonstra que, embora fosse autoritária a atuação policial, há elementos suficientes para comprovar a qualificação dos acusados, o que contesta a tese tão difundida de que os anarquistas eram expulsos sob outras qualificações, dentre elas o de caftismo, o que nos leva a crer que existia um desconhecimento acerca da dimensão do tráfico de brancas na virada do século. É verdade que muito poucos anarquistas responderam a processos, mas não é verídico que tivessem sido

25 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 162 e BRASIL. Annaes da Câmara dos Deputados de 1920. Citado em *Os Indesejáveis*, op. cit. pp. 221-223.

expulsos como cáptens. O fato era decorrência das dificuldades interpostas pela própria Constituição quanto à liberdade de expressão, fazendo com que a maioria dos processados fossem justamente os partidários da Propaganda pelo Ato ou indivíduos presos em flagrante por ocasião de greves, criminalizadas pelo Código Penal.

Analísado todo o módulo 101 e excluídos os processos relativos aos outros estados e os pedidos de informação que não trazem dados significativos, podemos contabilizar um total de 541 processos relativos ao Rio de Janeiro, segundo a seguinte distribuição:²⁶

Distribuição dos processos por nacionalidades e acusação

Nacionalidades	Roubo e Furto	'Crime' político	Vadiagem	Lenocínio Caftismo	Vigarice	Moeda Falsa	Tóxicos	Jogo Bicho	Totais
Portugueses	63	52	26	22	5	8		4	179
Espanhóis	32	23	8	18		2	1		84
Russos/ poloneses/ austriacos ²⁷	2	8	1	59					70
Italianos	15	4	2	30	4	4		1	60
Sul-Americanos ²⁸	30	3	3	11	4		1	1	
Franceses/belgas/ suíços ²⁹	5		1	31		1			38
Inglese	3		3	2					08
Alemães/ dinamarqueses	1		1	6					08
Rumenos	2	2		6					10
Chineses/ japoneses/filipinos	2			1			4		07
Gregos/Turcos	1		1	3	1				06
N.americanos	1			3		1			05
Marroquinos/ argelinos	1			3			1		05
Sírios	1		1	2					04
Mexicanos	2								02
Cubanos/jamaicanos	1		1						02
Totais	163	90	48	197	14	16	07	06	541

26 Este resultado descarta, ainda, do conjunto da documentação, os processos duplicados, por conta da utilização, por um mesmo indivíduo, de vários nomes, existindo processos reproduzidos para cada um dos nomes utilizados por cada indivíduo. .

27 Total de 42 russos, 18 poloneses e 10 austriacos.

28 Total de 28 argentinos, 19 uruguaios, 6 chilenos e 1 boliviano.

29 Total de 34 franceses, 3 belgas e 1 suíço.

No total, há o registro de trinta países indicados como locais de partida, contemplando não só a Europa Ocidental, mas também a Europa Central e de Leste, a Europa balcânica, a América do Norte e Central, a América Latina e a Ásia. Dentre todos, porém, os portugueses representam a maioria (33,08%), seguindo-se os espanhóis (15,52%), os italianos (12,93%), os russos (7,74%), os franceses (6,27%) e os argentinos (5,16%).³⁰ Observe-se que essa ordenação, como não podia deixar de acontecer, tinha correspondência, em termos de impacto numérico e com distorções facilmente explicáveis, com os totais relativos às diferentes colônias estrangeiras presentes na cidade. Segundo os Censos, por exemplo, eram 124.352 os estrangeiros residentes na cidade em 1890 e 239.129 em 1920. Nesse total, os portugueses representavam, 78,32% em 1890 e 72,06% em 1920; os italianos, 13,01% em 1890 e 9,17% em 1920; os espanhóis 8,04% em 1890 e 7,65% em 1920; os franceses 2,91% em 1890 e 1,47% em 1920; os argentinos 0,35% em 1890; os russos 0,30% em 1890 e 0,83% em 1920.

Confrontados estes números, observa-se que os processos atingiram, com maior impacto e maiores distorções numéricas entre total de residentes e total de indivíduos expulsos, nacionalidades ligadas ao tráfico internacional de mulheres, caso de russos, franceses e argentinos. No caso dos portugueses, as distorções mostravam-se positivas, ou seja, bem abaixo de seu impacto na colônia estrangeira, embora deva ser lembrado que muitos anarquistas foram expulsos sem processo e, no caso do Rio de Janeiro, esta militância estava constituída, em sua maioria, por portugueses. No total, são 171 os portugueses contra os quais há processos, número que alcança o total de 179, caso sejam incluídos alguns pedidos de informações.

No tocante à distribuição por delito cometido, os portugueses são maioria em quase todas as qualificações contempladas nos processos, com o destaque aos delitos relacionados à pobreza e à falta de oportunidades no mercado de trabalho, bem como àqueles relacionados à contestação operária, marcante em determinadas conjunturas. A exceção fica por conta dos crimes internacionais, caso do caftismo³¹ - onde a primazia cabe a russos, poloneses

30 Este resultado descarta, ainda, do conjunto da documentação, os processos duplicados, por conta da utilização, por um mesmo indivíduo, de vários nomes, existindo processos reproduzidos para cada um dos nomes utilizados por cada indivíduo.

31 O caftismo estava vinculado ao tráfico de mulheres. Desta forma, ele representava outro patamar no universo do lenocínio. Este, por sua vez, foi contemplado como crime no Brasil, pela primeira vez, pelo Código Penal da República, em 1890.

e franceses - e da venda de entorpecentes, criminalizada após o Tratado de Versalhes, praticada, quase que exclusivamente, por chineses.

A quantificação de dados fornecidos nos autos de identificação que compõem os processos permite-nos chegar a algumas conclusões significativas sobre o perfil dos acusados. O cruzamento entre alguns destes dados, por outro lado, adensam análises e ampliam as possibilidades de análises no sentido de uma melhor compreensão de determinadas dimensões dos bastidores da imigração urbana.

Distribuição Por Ano de Instauração do Processo
(Total da amostra: 171)

Ano	Total	Ano	Total
1907	37	1919	6
1908	15	1920	12
1909	8	1921	13
1910	1	1922	-
1911	2	1923	1
1912	-	1924	4
1913	2	1925	1
1914	2	1926	-
1915	-	1927	19
1916	-	1928	19
1917	-	1929	15
1918	-	1930	14

A análise dos fluxos de expulsão sob a perspectiva da temporalidade demonstra que a expulsão tendeu a acompanhar os momentos de acirramento dos protestos operários (conjuntura 1917-1921, com destaque às greves de 1917 e 1918, ao 'ano vermelho' de 1919 e à onda de explosões em padarias de 1920), as campanhas policiais destinadas a promover a 'limpeza urbana' (1907) e a entrada em vigor de novas disposições legais (1907, 1921, 1926). Por outro lado, conjunturas de endurecimento do regime anteriores a 1927, estão marcadas pela ausência dos procedimentos processuais (caso de 1922), embora saibamos, por outras fontes, que a repressão abatia-se sobre os estrangeiros.

Distribuição por idade de chegada ao país
(Total da amostra, 78)

Faixa Etária	Totais	Faixa Etária	Totais
Com menos de 10 anos	15	Entre 26 e 30 anos	9
Entre 11 e 15 anos	15	Entre 31 e 35 anos	1
Entre 16 e 20 anos	13	Com mais de 40 anos	3
Entre 21 e 25 anos	22		

Em um total de 78 processos, que nos permitem saber a data de chegada do processado ao país, 64.10% foram instaurados contra jovens entre os 11 e 25 anos, comprovando que a tendência imigratória para a cidade contemplava a da vinda de jovens solteiros, grande parte dos quais - certamente a maioria - estava formada pelos meninos-homem aos quais já fizemos referência. Um deles foi Luiz Manoel dos Santos (vulgo *O Chorão*). Natural de Viana do Castelo, Luiz Manoel tinha 22 anos no momento do processo. Era solteiro, alfabetizado, caixeiro por profissão e morava na Ladeira de Santo Antonio, no centro da cidade. Entrara no país em 1893, com apenas oito (8) anos de idade e foi expulso, como gatuno, no ano de 1907.³²

Distribuição por idade e delito cometido (Total da amostra: 173)

Delito/Idade	12/15	16/20	21/25	26/30	31/35	36/40	41/50	51/60	Mais de 60	Totais
Furto		03	07	01		01	01		01	14
Roubo		06	11	09	09	06	05	01		47
Anarquismo Comunismo			15	15	05	11	01			47
Vadiagem	02	05	06	04	02	02	02	03	01	27
Lenocínio			03	06	06	02	04			21
Vigarice			01	02	02					05
Moeda falsa					01		06	01		08
Jogo Bicho				01		01	02			4
Totais	02	14	43	38	25	23	20	05	02	173

³² ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 176.

Diferente de outras nacionalidades, principalmente daquelas relacionadas ao crime internacional, os portugueses, regra geral, declaravam sua profissão real e enquadravam-se em delitos que guardavam vínculos diretos ou indiretos com o mercado de trabalho. Mesmo no caso da vadiagem, considerada pelas autoridades competentes como ante-sala do crime, as condições de um mercado de trabalho de muitos limites explicavam alguns casos, sendo possível perceber que vários situavam-se em faixas etárias limítrofes considerado o mercado de trabalho. Alguns eram indivíduos jovens (caixeiros que perdiam o emprego e, portanto, casa e comida), idosos ou portadores de deficiências físicas, com menções, inclusive, a mutilações provenientes de acidentes de trabalho. O mesmo se aplicava aos ladrões, alguns dos quais tinham emprego fixo, mas buscavam dinheiro suplementar, comprovando que os mundos do trabalho e da marginalidade tinham fronteiras fluidas e intercambiáveis.

Alguns foram expulsos com idades avançadas, casos de Joaquim Teixeira, Mathias Correa, Alexandre Costa, Albino Luiz da Silva, Germano Ribeiro Pinto e Antonio Fraga Ferreira, expulsos, respectivamente, com 72, 63, 57, 54 e, os dois últimos, com 53 anos,³³ Todos eles por furto, vadiagem e/ou mendicância.

Com relação à incidência etária dos diferentes delitos, não ocorriam grandes distanciamentos, com concentração maior entre os 21 e 30 anos. Diferença maior registra-se no tocante ao lenocínio (concentração entre os 26 e 30 anos), moeda falsa e jogo do bicho (concentração entre os 41 e 50 anos). Quanto ao lenocínio, a idade mais elevada explica-se facilmente quando sabemos que, na maior parte das vezes, o acusado explorava sua própria esposa ou companheira. No caso do jogo do bicho, os processos atingiram comerciantes estabelecidos ou indivíduos portadores de bens, razão a mais para que pudessem contratar advogados e impetrar *habeas corpus*. Para a introdução de moeda falsa no mercado, a necessidade de malícia na ação delituosa pode explicar a incidência numérica em idades mais avançadas. Veja-se o caso de Armando Augusto Nunes. Natural de trás os Montes, solteiro, alfabetizado e morador em um subúrbio da cidade, Armando tinha 44 anos quando foi expulso como falsário, após residir no país por 32 anos. Era membro de uma quadrilha que atuava no Rio, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.³⁴

33 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinhas IJJ7170, IJJ7 129, IJJ7 126, IJJ7 153, IJJ7 129.

34 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJJ7 126.

Distribuição por profissão e delito cometido
(Total da amostra: 171)

Profissão/Delito	Furto e Roubo	Motivo Político	Vadiagem	Lenocínio Captismo	Conto Vigário	Moeda falsa	Jogo do Bicho	TO TAIS	Analfabetos
Açougueiro				1				1	
Alfaiate	2							2	
Ambulante	1			2			1	4	1
Barbeiro	1	1		2				4	
Caixeiro	5		1					6	
Calafate	1							1	1
Carpinteiro	1	8						9	
Catracino	1							1	
Carvoeiro	1							1	
Comércio	23	2	6	7	4	1	2	45	6
Copeiro/garçon	1	3	1					5	1
Cozinheiro	3		2					5	2
Costureira				1				1	1
Doméstica				1				1	
Estivador	1							1	1
Estucador		2						2	
Ferreiro	2	1	3					6	4
Fiscal		2						2	
Fotógrafo						1		1	
Funileiro	1							1	1
Jardineiro	1		1					2	
Marítimo		1		1				2	1
Mecânico	1	1						2	
Motorista	1			2				3	1
Negociante	1			1		2		4	
Operário	2	5	2			1		10	3
Padeiro	1	12	2	1				16	4
Peixeiro				1				1	1
Pedreiro	1	2	1			1		5	1
Pescador			1					1	1
Pintor		3	1					4	
Quitandeiro				1				1	1
Relojoeiro	1							1	
Sapateiro	2	2					1	5	2

S/profissão			3	1				4	2
Serralheiro	2							2	1
Tamanqueiro		1						1	
Tecelão		1						1	
Tintureiro	1	1						2	
Trabalhador	1	1	1		1			4	2
Totais	59	49	25	22	5	6	4	170	39

Dois exemplos principais emergem do cruzamento desses dados. O primeiro refere-se à concentração de gatunos e ladrões com profissões ligadas ao comércio, o mesmo que se dá com a vadiagem. Isto indica não só o que já foi dito sobre a questão dos caixeiros, para os quais a perda do emprego significava a perda do lar e das sanções impostas pelo 'pai-patrão', quanto à dificuldade do comércio absorver uma mão de obra, nem sempre qualificada, que chegava em continuidade. Há inúmeras referências, oficiais e literárias, aos jovens imigrantes vadios que perambulavam pelas ruas da cidade, alternando a permanência nas ruas com o cárcere, sempre prontos a causar tumultos e aquecer os motins, como nos relata Lima Barreto. Um deles foi Antonio Cardoso, empregado no comércio, alfabetizado, morador nas periferias da cidade, expulso em 1928 com 20 anos, por vadiagem e furto, com 15 registros em seu prontuário e prisões desde os 14 anos.³⁵

O segundo exemplo é o dos padeiros que, ao lado dos trabalhadores em construção civil - mas tendo proeminência percentual sobre estes - constituem o grupo dos anarquistas mais radicais, envolvidos com explosões por bombas de dinamite. A explicação, segundo nosso ponto de vista, eram as péssimas condições de trabalho, marcadas pela alta temperatura dos fornos e as jornadas na madrugada (1ª fornada), o que levou, por exemplo, uma das associações de classe a propor a tese do "pão higiênico", que contestava o consumo do pão quente; tese refutada, como despolitizadora, pela associação de classe rival.

Dois destes anarquistas radicais foram Artur Antonio da Silva e Bento Santos. O primeiro era natural da freguesia de Mansulo, carpinteiro por profissão, casado, alfabetizado e residente no país por oito anos, preso em

flagrante e expulso em 1920, acusado de colocar explosivos sobre os trilhos do bonde.³⁶ O segundo, natural de Figueira da Foz, padeiro, solteiro e alfabetizado. Havia entrado no Brasil em 1912, com 16 anos, e foi expulso em 1920 com 24, por praticar atentados a dinamite contra padarias da cidade.³⁷

Distribuição por Estado Civil e Delito Cometido
(Total da amostra:164)

Delito/Estado Civil/ Gênero	Solteiros	Casados	Viúvos	Totais	Mulheres	
					Solteiras	Casadas
Furto	11	2		13		
Roubo	34	11	1	46		
Anarquismo Comunismo	35	13	1	49		
Vadiagem	23	2		25		
Lenocínio/caftismo	11	6		17	2	
Conto do Vigário	1	4		5		
Moeda falsa	4	1		5		
Jogo do Bicho	2	2		4		
Totais	121	41	2	164	2	0

Como não podia deixar de ser, considerando-os as características da imigração para cidade do Rio de Janeiro, sempre marcada pela presença de homens sós, a maioria dos processos atingiu indivíduos solteiros. Para além da comprovação dessa tendência, o cruzamento dos dados comprova que os homens casados arriscavam-se menos em ações arrojadas, tanto com relação ao crime quanto à contestação política. No total dos 164 casos que compõem o total da amostra, apenas 25% referem-se a homens casados. Deve ser registrado, como explicação a mais do comportamento mais comedido dos homens casados, ou mesmo viúvos, o fato da expulsão ser um ato individual, o que representava, para um indivíduo que fosse expulso e não pudessem arcar com os custos da viagem do restante da família, que esta permaneceria em solo brasileiro, desintegrando-se a família, com a possibilidade de nunca mais se produzir sua recomposição.

36 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJ7 139.

37 ARQUIVO NACIONAL. SPJ, Módulo 101, pacotilha IJ7 134.

Considerado o recorte de gênero, o número de mulheres processadas é insignificante. Em apenas dois casos houve processo movido a mulheres, por prática de lenocínio, sendo que uma das mulheres processadas tinha vínculos explícitos com o tráfico internacional.

Distribuição por Regiões (Amostra: 128)

Região	Localidades mencionadas (Concelhos, Distritos e Aldeias)	Totais
Trás-os-Montes e Alto Douro	Bragança, Vila Real, Santa Maria, Fornos, Rio do Mel, Travanca.	47
Entre-Douro e Minho	Viana do Castelo, Braga, Porto, Amarante, Vila do Conde, Ponte da Barca, Caminha, Figueira..	30
Beira Litoral	Coimbra, Beira Baixa, Paiva, Castelo de Paiva, Viseu, Vila da Feira, Figueira da Foz, Moimenta da Beira, Ovar, Vila Nova de Paiva, Arouca	20
Beira Interior	Beira Alta, Vila Nova de Foz Côa, Guarda	9
Estremadura e Ribatejo	Pedrogão Grande, Vila de Avelar	2
Lisboa e Setúbal	Lisboa	10
Alentejo	Beja	1
Algarve	Faro e Lagos	2
Ilhas	Val das Flores. Em geral, está indicado o nome do arquipélago (Madeira) ou da ilha (São Miguel)	7

Acompanhando a tendência geral da imigração para o Brasil – e especialmente para o Rio de Janeiro – 60.15% dentre aqueles que indicaram o local de procedência e/ou de nascimento, eram originários do norte de Portugal. É interessante, ainda, destacar que pouquíssimos quiseram ou souberam indicar, com precisão, o local de nascimento. O caso de Germano Ribeiro Pinto é exceção. Serralheiro, casado, expulso em 1928 com 53 anos, após 22 anos de residência no Brasil, Germano disse ser natural de Tonda, Conselho de Tondella, antigo Bispado de Vizeu. Ao contrário dele, muitos só indicavam a região ou a sub-região de origem.

Distribuição Por Tempo de Residência no País e Delito Cometido (Amostra: 87)

Delito/Tempo de residência	Menos de 1 ano	1 a 2	3 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	Mais de 25	Totais
Furto	1								1
Roubo	1	2		2	8	6	5	1	25
Anarquismo Comunismo	1	1	4	11	2	3			22
Vadiagem	1	1		3				1	6
Lenocínio		3		4	1	4	1		13
Conto do Vigário	1			8			1		10
Moeda falsa						1	2	3	6
Jogo do Bicho						4			4
Totais	5	7	4	28	11	18	9	5	87

Como a Constituição garantia a igualdade entre nacionais e estrangeiros residentes, a questão do tempo de residência tornou-se a questão crucial para aqueles que legislavam sobre expulsão. Inicialmente dois anos bastavam como prova de residência, posteriormente, passaram a ser advogados cinco anos. A necessidade de conceituar o conceito da residência foi preocupação que varou os tempos. Para Rui Barbosa, por exemplo, a residência configurava-se quando “o estrangeiro se começa a radicar no solo pátrio pela intenção, pela afeição e pela duração que se traduzem na residência”. Segundo seu modo de ver, não lograria o benefício constitucional do artigo 72 “os aventureiros internacionais da anarquia, os resíduos da mendicidade e do vício europeu”.

Uma análise do quadro acima, entretanto, nos demonstra que, em grande parte das vezes, os indivíduos expulsos estavam no país para muito além dos prazos de 2 ou 5 anos. A grande maioria dos processados (81.60%) tinha mais de 6 anos de residência no país, com 36.78% tendo mais de 15 anos. É o que comprova, por exemplo, Joaquim José da Cruz, que foi expulso do país após 22 anos de domicílio na cidade,³⁸ demonstrando que muitos dos ‘vícios’ eram desenvolvidos no país, sendo, muitas vezes, fruto das dificuldades colocadas pelo mercado de trabalho.

³⁸ ARQUIVO NACIONAL. SPJ, módulo 101, pacotinha IJJ7166.

Dessa forma, o discurso oficial não correspondia á realidade dos fatos, pelo menos, em dois sentidos. Em primeiro lugar, por comprovarem que as formas de recrutamento e admissão não eram as responsáveis únicas pela criminalidade, pois muitos haviam chegado ao país crianças ou jovens adolescentes e os registros de suas atividades delituosas eram bem posteriores a sua chegada. Em segundo lugar, tomados os anarquistas como destaque, estes não correspondiam, de forma alguma, às “aves de arribação” de que falavam as autoridades constituídas. Não só vários haviam chegado quando eram crianças, tornando-se anarquistas em solo brasileiro, como outros haviam vivido grande parte de sua vida no Brasil. Desta forma, toda a discussão sobre a elevação de dois para cinco anos para definição do tempo de residência a que se referia a constituição era totalmente sem sentido, considerando-se que apenas 16 dos processados (18,39%) viviam no Brasil há menos de cinco anos.

Todas as discussões até aqui travadas nos levam a afirmar que os limites existentes com relação aos processos de expulsão não anulam sua importância como fontes para uma História Social da e(i)migração. Não só porque eles permitem um mergulho nos bastidores da imigração urbana, desvelando trajetórias de pobreza, revolta e fracasso, quanto porque permitem que determinados mitos sejam contestados, como o da projeção de italianos e espanhóis no movimento operário brasileiro, com a anulação ou minimização da participação portuguesa no processo, ou daqueles que isentam os países receptores de responsabilidades frente à criminalidade praticada por estrangeiros. Afinal, ontem como hoje, os sonhos desfeitos permanecem o drama esquecido de todo e qualquer processo migratório.

ANEXOS

1. Relação Nominal dos Indivíduos Processados com vistas à Expulsão (* constam também nas listagens ministeriais)
 1. *Abel Ribeiro dos Santos* (1921/anarquismo) - Freguesia do Mel (Trás os Montes) - padeiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos.
 2. **Agostinho Tavares* (1914/lenocínio) - Arouca - comerciário, solteiro, alfabetizado, 23 anos.
 3. *Abílio Pereira de Oliveira* (1923/roubo) – empregado no comércio, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1923, com 19 anos.
 4. **Alberto Ferreira Marques* ou *Alberto Marques* (1927/conto do vigário) – Ilha da Madeira - comerciante, casado, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1919, com 25 anos.
 5. *Alberto Miranda*, “Barbosa” (1907/roubo) - Lisboa - caixeiro, solteiro, 34 anos.
 6. **Albino Constantino* (1908/roubo e conto do vigário) – Douro - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1912, com 7 anos.
 7. *Albino Fernandes* (1908/roubo) – carregador, alfabetizado, 22 anos. Posto em liberdade.
 8. *Albino Mendes* ou *Antonio Maria Pereira Mendes*, *Albino Barberdo da Cruz Mendes* e *Arthur Albino Barbedo da Cruz Mendes* (1929/moeda falsa) - Almeida - fotógrafo, alfabetizado, 45 anos.
 9. *Albino Luiz da Silva* (1928/moeda falsa) – Concelho da Ceia (Guarda) - negociante, casado, alfabetizado, 54 anos. Chegou em 1908, com 34 anos.
 10. *Albino Silva* (1921/subversão) – Porto - mestre de navio, solteiro, alfabetizado, 36 anos.
 11. *Alcindo Gomes* (1929/comunismo) – Porto - marceneiro, alfabetizado, solteiro, 34 anos. Chegou em 1919, com 24 anos.
 12. **Alexandre da Costa*, “José Pereira” (1908/embriaguez e vadiagem) – sem profissão, solteiro, analfabeto, 57 anos.
 13. **Alexandrino Valente Coutinho* (1921/anarquismo) - Villa da Beira Alta - padeiro, casado, alfabetizado, 24 anos. Voltou ao país e foi expulso novamente em 1924.
 14. *Alfredo Gonçalves* (1929/comunismo) - Vianna do Castelo - padeiro, solteiro, analfabeto, 36 anos. Chegou em 1906, com 13 anos.
 15. *Alfredo Rodrigues Couto* ou *Alfredo Bento Lourenço* (1929/roubo) - empregado em botequim, casado, alfabetizado.
 16. *Alfredo Pereira Paulo* (1907/lenocínio, furto e moeda falsa) - Trás-os-Montes - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 30 anos.

17. *Alípio dos Santos* (1929/roubo) - Aldeia de Travanca, Trás-os-Montes - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1915, com 14 anos.
18. **Álvaro Duarte Cerdeira* (1920/anarquismo) - Concelho do Castelo, Paiva - tamanqueiro, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1900, com 9 anos de idade.
19. *Amadeu José Bastos* (1928/roubo) - Vizeu - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1914, com 11 anos.
20. *André Joaquim Infante* (1930/jogo do bicho) - Lagos, Algarve - comerciário, solteiro, alfabetizado, 41 anos. Chegou em 1910, com 21 anos.
21. *Aníbal Serrano* (1930/jogo do bicho) - Lisboa - sapateiro, casado, assinava o nome, 39 anos. Chegou em 1913, com 22 anos. Posto em liberdade.
22. *Antero da Silva Araújo* (1928/moeda falsa) - Foz Côa - comerciante, solteiro, alfabetizado, 44 anos. Chegou em 1893, com 9 anos.
23. *Antonio Alves de Oliveira* (1909/embriaguez e vadiagem) - Villa do Conde - s/profissão, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1908, com 26 anos
24. **Antonio Alves da Silva* (1907/vadiagem) - Porto - ferreiro, solteiro, alfabetizado, 37 anos.
25. **Antonio Alves Pereira Junior* (1920/subversão) - Porto - carpinteiro, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
26. **Antonio Barbosa Cerqueira Junior* (1928/roubo) - Vianna do Castelo, confeitoiro, solteiro, alfabetizado, 49 anos. Chegou em 1906, com 27 anos.
27. *Antonio Barbosa da Silva* (1907/vadiagem) - Porto, padeiro, solteiro, analfabeto, 32 anos.
28. *Antonio Cardoso* ou Affonso Cardoso, João Baptista de Souza e Manoel Francisco (1930/roubo e vadiagem) - Braga - serralheiro, solteiro, analfabeto, 25 anos. Chegou em 1918, com 13 anos.
29. *Antonio Cardoso* (1928/roubo) - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
30. *Antonio Costa* (1930/vadiagem e desordem) - Val das Fontes, Açores - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1922, com 13 anos.
31. **Antonio da Costa Coelho* (1919/anarquismo) - empregado no comércio (vendedor de pão), solteiro e alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1910, com 23 anos.
32. **Antonio da Silva Gomes* (1907/roubo) - Villa Real - solteiro, alfabetizado, 24 anos.
33. *Antonio da Rocha Cardoso* (1909/lenocínio) - açougueiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos.
34. **Antônio de Almeida Ribeiro* ou Antônio de Almeida, Castro Ribeiro, José de Almeida, Antônio Mariano Ribeiro, João de Almeida Ribeiro,

Antônio Mariano Almeida Ribeiro (1908/gatunagem e vadiagem) - Beira Alta - cozinheiro, solteiro, alfabetizado, 42 anos.

35. *Antonio de Paiva (1907/roubo) – Irajá - estivador, analfabeto, 31 anos.

36. Antônio de Souza ou Octacilio Acioli (1930/roubo) – Lisboa, garçom, solteiro, alfabetizado, 17 anos.

37. Antonio de Souza Meireles (1928/moeda falsa) – Porto - comerciante, alfabetizado, 35 anos. Chegou em 1906 com 13 anos.

38. Antonio Gonçalves de Moraes (1930/jogo do bicho) - Vizeu - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 30 anos. Chegou em 1913, com 13 anos.

39. *Antonio dos Santos Barbosa ou Antonio dos Santos (1907/vadiagem) - Minho, copeiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos.

40. *Antônio Fernandes Leite (1920/anarquismo) - Concelho de Ovar - operário, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1915, com 16 anos.

41. *Antonio Ferreira Braga (1907/vagabundagem e roubo) – Porto - padeiro, morador do centro da cidade, solteiro, analfabeto, 23 anos. Chegou em 1905, com 21 anos.

42. Antonio Fraga Ferreira (1908/vadiagem) – Porto - padeiro, solteiro, alfabetizado, 53 anos.

43. *Antonio Francisco Lopes (1927/subversão) – Vizeu - fiscal, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1923, com 18 anos.

44. Antonio Inacio Barbosa (1921/anarquismo) – Almeida - padeiro, casado, alfabetizado, 41 anos.

45. Antonio Guedes (1930/roubo e desordem) - Concelho de Vila Nova de Paiva - empregado no comércio casado, alfabetizado, 29 anos.

46. Antônio Goulart da Silva (1907/vadiagem) - pescador, sem residência, solteiro, analfabeto. Chegou em 1902 e disse não saber a idade.

47. *Antonio José Rodrigues (1907/roubo) – caixeiro, solteiro, alfabetizado, 26 anos.

48. *Antonio Lourenço de Azevedo (1907/vadiagem) – Porto, empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.

49. *Antonio Machado (1910/roubo e furto) – Amarante - alfaiate, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou, provavelmente, com tinha 12 anos.

50. Antonio Maria Machado (1908/vagabundagem) - Beira Baixa - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 27 anos.

51. Antonio Maria Matoso Camara ou Tomaz Pereira Rodrigues, Arlindo Antonio de Melo, Tomaz Rodrigues, Antonio Pinto Guimarães, Antonio Ferreira e Virgílio Alves Moreira (1907/vadiagem e furto) - Castelo de Paiva – s/profissão, solteiro, alfabetizado, 25 anos.

52. Antonio Moraes de Azevedo (1928/roubo) - Minho, alfaiate, solteiro, alfabetizado, 23 anos.

53. *Antonio Pereira Magalhães* (1930/anarquismo) - Distrito de Villa Real - servente, casado, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1927, com 23 anos.
54. *Antônio Pereira Paulo* ou Alfredo Pereira Paulo (1907/lenocínio, furto e moeda falsa) - Trás-os-Montes - comerciário, alfabetizado, 32 anos.
55. *Antonio Pinto da Costa* (1907/roubo) - Minho - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Residiu nos USA, voltou a Portugal e depois migrou para o Brasil.
56. *Antonio Pinto de Paiva* ou Antonio Nunes Silva, João Pinto de Almeida. (1907/vagabundagem) - Lisboa - s/profissão, solteiro, alfabetizado, 19 anos.
57. *Antonio Ramos* (1919/anarquismo) - Concelho Vila do Conde - operário, solteiro, alfabetizado, 33 anos.
58. *Antônio Ribeiro* (1907/vadiagem) - ferreiro, solteiro, analfabeto, 22 anos.
59. **Antonio Rodrigues* ou Adolpho Joaquim dos Reis (1927/conto do vigário e furto) - Lisboa - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1905, com 7 anos.
60. *Antonio Rodrigues Chaves* ou João Vitorino dos santos, Antonio Chaves de Oliveira, José Vasco da Silva, José Rodrigues dos Santos, Antonio Rodrigues Seabra (1907/vadiagem e furto) - Porto - comerciário, solteiro, alfabetizado, 22 anos.
61. *Antônio Rodrigues da Silva* (1919/anarquismo) - Ruar - carpinteiro, casado, alfabetizado, 36 anos. Chegou em 1910, com 27 anos.
62. *Antônio Sampaio* ou Antônio dos Santos, Mario da Silva (1907/roubo) - Vizeu, Beira Alta - tintureiro, viúvo, alfabetizado, 33 anos.
63. *Armando Augusto Nunes* (1928/moeda falsa) - Trás-os-Montes -, empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 44 anos. Chegou em 1896, com 22 anos.
64. *Armando Ribeiro Navega* (1929/caftismo) - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1912, com 10 anos.
65. *Armino de Assunção Ferreira* (1921/anarquismo) - Distrito da Guarda - tintureiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1909, com 10 anos.
66. *Artur Antônio da Silva* (1920/anarquismo) - Freguesia de Mansulo, Beja - carpinteiro, casado, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1912 ou 1913, com 29 ou 30 anos.
67. *Artur da Costa Gomes* (1920/anarquismo) - Vila da Feira - sapateiro, casado, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1915, com 20 anos.
68. *Artur Gomes de Almeida* (1911/caftismo) - Douro - motorista, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou, provavelmente, em 1894, com 10 anos.
69. *Augusto Dias da Silva* ou Augusto Dias (1909/vadiagem e furto) - Coimbra - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 31 anos.

70. **Augusto Figueiras* (1927/furto e conto do vigário) – Concelho de Lagos, Algarve - industrial, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou no ano da expulsão.
71. *Augusto Frias* (1920/anarquismo) – Mochagata - sapateiro, viúvo, analfabeto, 37 anos.
72. *Benjamim Simões Araujo* (1929/roubo) – relojoeiro, solteiro, alfabetizado, 19 anos. Chegou em 1920, com 10 anos.
73. *Bento Santos* ou Bento Pinto (1920/anarquismo) - Figueira da Foz - padeiro, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Chegou em 1912, com 16 anos. Acusado do uso de bombas
74. *Gastão Ferreira* (1928/roubo) – Minho - empregado no comércio, casado, analfabeto, 45 anos. Chegou em 1898, com 15 anos.
75. *Germano Ribeiro Pinto* ou Antonio José de Almeida (1928/roubo e conto do vigário) – Torda, Vizeu - serralheiro, casado, alfabetizado, 53 anos. Chegou em 1906, com 31 anos.
76. *Guilherme Pacheco* (1908/vagabundagem) - pintor, morador no centro da cidade, alfabetizado, 33 anos.
77. *Herculano Correa* (1920/subversão) - Distrito de Caminha - pedreiro, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
78. *Jacinto da Costa Leite* (1913/roubo) - comerciário, casado, alfabetizado, 39 anos.
79. *João da Luz* ou Pedro Paes, J. Anhori e João da Cruz (1907/vadiagem) – Minho - cozinheiro, solteiro, analfabeto, 37 anos.
80. **João Machado* (1907/vadiagem) - s/profissão declarada, solteiro, alfabetizado, 23 anos.
81. *João Manoel Teixeira* (1928/roubo) - Bragança - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 18 anos. Chegou ainda menor.
82. *João da Mota* (1930/jogo do bicho) - Braga - comércio, casado, 48 anos. Chegou em 1901 ou 1902, com 18 ou 19 anos. Posto em liberdade.
83. **João de Abreu* (1927/caftismo) - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1911, com 21 anos.
84. *João de Souza Carvalho* ou Joaquim de Souza Carvalho (1908/vagabundagem) - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 19 anos.
85. **João dos Santos* (1914/caftismo) – Lisboa - barbeiro, morador no centro da cidade, solteiro, 24 anos, como caften.
86. *João Ferreira da Silva* ou João Ferreira (1907/furto) – Ilhas - pedreiro, casado, analfabeto, 24 anos
87. *João Francisco Coelho* ou José Francisco Coelho e Nestor Guimarães (1907/roubo e vagabundagem) – Beira Alta - funileiro, solteiro, analfabeto, 23 anos.

88. *João Gomes de Azevedo* (1930/lenocínio) - freguesia de Boivanche, Concelho da Ponte da Barca - desempregado, só escrevia o nome, 35 anos. Chegou em 1921, com 26 anos.
89. *João de Oliveira* (1921/anarquismo) – Concelho da Pedrogão Grande – carpinteiro (construção civil), casado, alfabetizado, 27 anos. Acusado do uso de bombas.
90. *João José Ferreira* (1930/caftismo e vadiagem) – Minho - comissário de negócios, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1923, com 26 anos.
91. *João Luiz Pereira da Costa* (1927/comunismo) - Traz-os-Montes - ferreiro, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou no ano da expulsão.
92. *João Marques Melo* (1920/anarquismo) – Figueira - padeiro (desempregado), solteiro, alfabetizado. Acusado do uso de bombas.
93. **João Pereira* (1927/conto do vigário e atentadós à propriedade) – Porto - trabalhador braçal, solteiro, analfabeto, 30 anos. Chegou no mesmo ano da expulsão.
94. *Joaquim da Silva Guerra* (1930/embriaguez e roubo) – Douro - jardineiro e agenciador de hotel, casado, 45 anos. Chegou ao Brasil em 1912, com 27 anos.
95. *Joaquim de Souza Guimarães* (1907/roubo) – Porto - vendedor de bilhetes, solteiro, alfabetizado.
96. *Joaquim José da Cruz* (1928/moeda falsa) – Minho - pedreiro, solteiro, alfabetizado, 43 anos. Chegou em 1906, com 21 anos.
97. *Joaquim José Rodrigues* (1924/anarquismo) – Villa da Feira - carpinteiro, casado, alfabetizado, 28 anos.
98. *Joaquim Monteiro* (1911/anarquismo) – operário estucador, casado. Acusado do uso de bombas. Já era ativista em Portugal.
99. **Joaquim Montes Elias Pereira* (1913/lenocínio) – Fornellos - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 21 anos.
100. **Joaquim Pereira Gonçalves* (1909/vadiagem e furto) – Porto - caixeiro, casado, alfabetizado, 24 anos.
101. *Joaquim Pinto da Gama Filho* (1929/vadiagem e furto) – empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 31 anos. Chegou em 1914, com 16 anos.
102. *Joaquim Pinto dos Reis* (1925/caftismo) – motorista, solteiro, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1913, com 17 anos.
103. **Joaquim Vieira Gomes* ou José dos Santos, Antonio dos Santos, Joaquim Vieira (1907/vadiagem e furto) – Porto – solteiro, 22 anos.
104. **Joaquim Moraes* (1920/anarquismo) - tecelão, solteiro, alfabetizado, 28 anos. Chegou em 1913, com 21 anos.
105. *Joaquim Silva* (1927/lenocínio) - Aldeia de Santa Maria dos Santos - comprador e vendedor de peixe, analfabeto (só assinava o nome, 50 anos). Chegou em 1920; com 43 anos.

106. *Joaquim Teixeira* ou Francisco Antonio Ferreira, Francisco Antonio de Almeida, José de Souza Neves (1907/furto) - Lisboa, torneiro, sem moradia, solteiro, analfabeto, 72 anos.
107. *Joaquim Vieira* (1907/furto) - Beira Alta - ferreiro e carroceiro, solteiro, analfabeto, 29 anos.
108. *Jorge de Almeida* (1920/anarquismo) - Aveiro - empregado no setor de transportes, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1912, com 13 anos.
109. *José Antonio Fiúza* (1909/vadiagem e furto) - Viana do Castelo - sapateiro, casado, alfabetizado, 37 anos. Pediu urgência na expulsão, abrindo mão de prazos.
110. **José Almeida* ou João José de Almeida (1908/vagabundagem) - ferreiro, solteiro, analfabeto, 29 anos.
111. *José Chaves* (1921/anarquismo) - Villa Nova de Gaia - pintor, casado, alfabetizado, 30 anos.
112. *José da Silva* ou João da Cruz (1907/furto e roubo) - carregador de carvão, solteiro, analfabeto, 24 anos.
113. *José dos Santos* (1928/roubo) - Amaranto - empregado no comércio, solteiro, analfabeto, 26 anos. Chegou em 1912, com 10 anos.
114. *José Arthur Pires* (1929/roubo) - Trás-os-Montes - solteiro, alfabetizado, 25 anos. Chegou em 1920, com 16 anos.
115. *José Barbosa de Oliveira* (1908/vagabundagem) - VilladoMinho - empregado no comércio, solteiro, analfabeto, 19 anos. Chegou em 1900, com 11 anos.
116. *José Carlos de Souza* (1909/lenocínio) - Lisboa - marítimo e comerciante de toldos, casado, só assinava o nome, 49 anos. Chegou em 1908, com 48 anos.
117. *José Fernandes Figueiredo* (1921/anarquismo) - Distrito da Guarda - pintor, solteiro, alfabetizado, 38 anos.
118. **José Gonçalves Rodrigues* (1907/roubo) - Minho - casado, alfabetizado, 36 anos.
119. *José Guedes do Carmo* ou José Guerra, José Carmo, José Guedes, José do Carmo Guedes (1927/roubo) - Vizeu - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou em 1915, com 20 anos.
120. *José Gonçalves Brito* ou João Gonçalves de Brito (1921/anarquismo) - Ilha da Madeira - trabalhador em carvão mineral, solteiro, 24 anos.
121. *José Joaquim da Silveira* ou José Joaquim da Silva (1907/roubo) - Porto - cozinheiro, alfabetizado, 40 anos.
122. **José Maria Esteves* (1919/anarquismo) - Vizeu - mecânico-eletricista, solteiro, alfabetizado, 21 anos. Chegou em 1913, com 15 anos.
123. *José Joaquim Rodrigues* (1928/roubo) - Vianna do Castelo - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 41 anos.

124. *José Martins* (1909/vadiagem e desordem) - operário, solteiro, analfabeto, 15 anos.
125. *José Martins Ruas* (1921/anarquismo) - Vianna do Castelo - estucador, solteiro, alfabetizado, 38 anos.
126. *José Pereira Gomes* (1907/lenocínio e jogo do bicho) - Momenta da Beira - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 27 anos. Chegou em 1890, com 10 anos.
127. **José Rosa da Silva* (1919/anarquismo) - Beira Alta - padeiro, solteiro, alfabetizado, 29 anos. Chegou em 1911, com 21 anos.
128. *José Correa* (1928/roubo) - Trás-os-Montes - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 33 anos. Chegou em 1906, com 11 anos.
129. **José de Oliveira* (1927/lenocínio) - Minho, Guarda - empregado no comércio, casado, alfabetizado, 48 anos.
130. *José de Azevedo* (1907/vadiagem) - servente de pedreiro, solteiro, alfabetizado, 21 anos.
131. *José Gonçalves* ou José Gonçalves do Couto, José Gonçalves de Castro (1907/furto) - Ilha da Madeira - vaqueiro, solteiro, analfabeto, 19 anos.
132. *José Joaquim Rodrigues* (1928/roubo) - Vianna do Castelo - empregado no comércio tecelão, solteiro, alfabetizado, 41 anos.
133. **José Maria de Carvalho* (1927/anarquismo) - padeiro, solteiro, alfabetizado, 33 anos. Chegou ao Brasil em 1921, com 27 anos. Houve expulsão em 1918 e reingresso ilegal em 1921.
134. *José Maria Oliveira* ou Baltazar César de Oliveira, Belmiro da Fonseca, Henrique Pereira Barbosa, José Moreira de Oliveira (1907/vadiagem e furto) - empregado no comércio, solteiro, alfabetizado, 20 anos.
135. **José Manoel Saldanha de Castro* ou Jorge Coelho (1927 - caftismo) - comerciante, casado, alfabetizado, 32 anos. Chegou em 1921, com 26 anos.
136. *José Oliveira* ou Antonio Andrade, Manoel Alves, José de Oliveira, José de Almeida (1929/roubo) - Lisboa, comerciante, solteiro, alfabetizado, 40 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.
137. **José Urbano de Paiva* ou Joaquim Rodrigues (1924/anarquismo) - pintor, solteiro, alfabetizado, 34 anos.
138. **Julio César Leitão* (1927/anarquismo) - Concelho de Vila Nova de Foz Côa - barbeiro, solteiro, alfabetizado, 36 anos. Chegou em 1911, com 20 anos.
139. *Julio Vicente de Andrade* (1909/vadiagem) - operário, solteiro, analfabeto, 17 anos.
140. *Justino de Carvalho* - (1928/lenocínio) - Trás-os-Montes - quitandeiro, casado, analfabeto, 39 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.

141. **Justino Moreira* (1929/lenocínio) - Douro, Porto - vendedor ambulante, solteiro, alfabetizado.
142. *Luiz Manoel dos Santos* ou José Dumas (1907/roubo) - Vianna do Castelo - caixeiro, solteiro, alfabetizado, 22 anos. Chegou em 1893, com 8 anos.
143. *Luiz Lourenço* (1921/anarquismo) – padeiro, solteiro, alfabetizado, 37 anos.
144. **Manoel Antonio Pereira* (1924/anarquismo) – Braga - garçon, solteiro, alfabetizado, 24 anos.
145. *Lucas Pinto da Rocha* (1930/comunismo) – Beira Alta - garçon, solteiro, alfabetizado, 26 anos.
146. *Manoel Barbosa* (1921/anarquismo) - Freguesia Padenué - padeiro, solteiro, alfabetizado, 25 anos. Acusado de uso de bombas.
147. **Manoel Barbosa de Oliveira* (1908/vadiagem e roubo) – chofer de garagem, solteiro, alfabetizado.
148. **Manoel Barbosa de Oliveira* (1924/moeda falsa) – negociante falido, alfabetizado, 44 anos. Teve *habeas corpus* aceito, mas consta na lista do Ministério da Justiça como expulso.
149. **Manoel da Rocha Pires* (1927/anarquismo) - Trás-os-Montes - fiscal de bondes, solteiro, alfabetizado, 37 anos. Chegou em 1913, com 23 anos.
150. *Manoel de Oliveira* (1908/vadiagem e lenocínio) – vendedor, solteiro, analfabeto, 32 anos.
151. *Manoel de Campos Moledo* (1929/roubo) – negociante, casado, alfabetizado, 34 anos. Chegou em 1904, com 9 anos.
152. **Manoel Dias Duarte* (1927/roubo) – Porto - ferreiro, solteiro, analfabeto, 36 anos. Chegou em 1911, com 20 anos.
153. *Manoel Domingos de Magalhães* (1907/embriaguez e vadiagem) – carregador de padaria, sem residência, solteiro, analfabeto, 28 anos.
154. *Manoel Correia* (1908/roubo) – Ilha da Madeira - calafate de navio, solteiro, analfabeto, 25 anos.
155. *Manoel Fernandes Gomes Amorim* ou Manoel Fernandes Sant'Anna (1919/anarquismo) - Porto, carpinteiro, casado, alfabetizado, 30 anos. Chegou em 1913, com 24 anos.
156. *Manoel Gonçalves Ferreira* (1929/moeda falsa) – Douro - operário, sem residência, solteiro, alfabetizado, 47 anos. Chegou por volta de 1896, provavelmente com 14 anos.
157. *Manoel Moreira Grillo* (1907/roubo) – Porto - comerciário, solteiro, alfabetizado, 20 anos.

158. **Manoel Pereira da Costa* ou Luiz Pereira da Costa, Luiz Ferreira da Costa (1908/vagabundagem) - Vianna do Castelo - comerciante, solteiro, analfabeto, 20 anos.

159. *Manoel Pereira* (1927/anarquismo) – Braga - trabalhador braçal na construção civil, solteiro, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1926, com 25 anos.

160. **Manoel Pimentel Teixeira* ou Manoel Miguel Teixeira, Manoel Teixeira, Manoel dos Santos, Manoel Pimentel Pereira (1927/roubo) - São Miguel, Açores - solteiro, analfabeto, 33 anos. Chegou em 1905, com 11 anos.

161. *Manoel Tavares da Silva* (1929/roubo) - Villa Nova de Gaia - garçom, sem endereço, solteiro, analfabeto, 37 anos. Chegou em 1915, com 23 anos.

162. *Manoel Teixeira Alves* ou Manoel Teixeira (1908/vadiagem) – Porto - cozinheiro, solteiro, analfabeto, 48 anos.

163. *Manoel Rocha* (1921/anarquismo) - Concelho de Anecão (Vila de Avellar) - pedreiro, casado, alfabetizado, 28 anos.

164. *Manoel Soares* (1928/roubo) – Lisboa - carpinteiro, solteiro, 19 anos. Chegou em 1909, com 2 anos.

165. *Maria José Lamas* (1927/lenocínio) – Porto - doméstica, solteira, alfabetizada, 27 anos. Chegou em 1925, com 25 anos.

166. *Mathias Correa* (1928/vadiagem e mendicância) – Vizeu - jardineiro, solteiro, alfabetizado, 63 anos. Chegou em 1918, com 53 anos.

167. *Miguel Cardoso* (1928/roubo) - Foz Côa - operário, solteiro, alfabetizado, 24 anos. Chegou em 1910, com 6 anos.

168. *Raul Vieira de Castro* (1929/desordem e roubo) – Porto - empregado no comércio, sem endereço, casado, alfabetizado, 26 anos. Chegou em 1911, com 8 anos.

169. *Sebastião Lourenço* (1920/anarquismo) – Vizeu - padeiro (carregador de pão), solteiro, analfabeto, 33 anos. Acusado do uso de bombas.

170. *Serafim Augusto de Almeida* (1930/jogo do bicho) – Coimbra - solteiro, analfabeto, 49 anos. Chegou em 1911, com 30 anos.

171. **Thereza Lopes da Silva* (1927/lenocínio) - Vianna do Castelo - costureira, solteira, analfabeta, 32 anos. Chegou em 1911, com 16 anos.

2. Indivíduos que não foram processados, mas os pedidos de informações ou despachos juntadas à coleção (módulo 101) permitem a obtenção de dados importantes (* constam nas listagens ministeriais)

172. *Adelino Gonçalves Ferreira* (1930/desordem) - comerciante, solteiro, alfabetizado, 25 anos.

173. *Américo Antonio de Mattos* (1927/vadio) – Chegou em 1911.

174. **Antonio José Vaz* (1924/anarquismo) – operário, solteiro, 25 anos.
 175. **Elysio do Nascimento* (1924/anarquismo) – copeiro, 26 anos, solteiro.
 176. **Joaquim Marques Costa* ou Rodolfo Marques da Costa (1924/anarquismo) – carpinteiro, casado, alfabetizado.
 177. **José Madeira* (1919/anarquismo) – Pedido de retorno ao Brasil foi negado.
 178. *José Ferreira de Souza* (1927) – s/profissão, 40 anos, solteiro.
 179. **Ricardo Corrêa Perpetuo* (1919/anarquismo) – Participou da greve insurrecional de novembro de 1918 no Rio de Janeiro.

3. Indivíduos não processados, cujos pedidos de informações ou despachos juntadas à coleção (módulo 101) permitem poucas algumas informações para análise (* constam nas listagens ministeriais)

Amaro José Marques Pereira ou Américo José Marques Pereira (1916 – expulsão por vadiagem); **Adriano Pinto da Costa* (1919 – expulsão por subversão) – *Antonio Maria Coelho* ou Emilio Coelho (1922 – expulsão por furto e vadiagem); **Galiano Testões* (1919 – expulsão por subversão); *Jorge Terceiro Natal* ou Antonio de Mattos, Antonio da Motta (1907 – expulsão por gatunagem); *João Marcelino* (1922 – expulsão sem indicação de motivo); *José de Aguiar*, 22 anos (expulsão por gatunagem e lenocínio); *José de Melo* (expulsão em 1922); *Manoel Carreiro Fontes* (1922 – expulsão por lenocínio); *Manoel da Costa Geraldes* (expulsão em 1923); *Manoel Pereira Silva* (1924 – acusação de lenocínio) - posto em liberdade; *Manoel Oliveira* (expulsão em 1921); *Tito Vespasiano Veral* (expulsão em 1906) – Província de Baltar, Trás-os-Montes.

4. Portugueses expulsos sobre os quais não há referências de processos, constando apenas nas listas do Ministério da Justiça e Negócios Exteriores *Abílio Cabral* (1919), *Abílio Venâncio da Silva* (1924), *Adelino José Marques* (1908), *Albano dos Santos* (1919), *Alberto Augusto de Castro* (1919), *Alberto de Miranda* (1907), *Alberto Pinto* (1927), *Alexandre Azevedo* (1919), *Alexandre Pereira Paulo* (1907), *Annibal Monteiro* (1919), *Antonio ou Manuel de Almeida Resolvido* (1919), *Antonio Alves Barbosa* (1908), *Antonio Costa* (1919), *Antonio Alves de Oliveira* (1909), *Antonio da Rocha Cardoso* (1909), *Antonio de Almeida Ribeiro* (1907), *Antonio Ferreira Dias* (1913), *Antonio Ferreira Leite* (1924), *Antonio Francisco Ribeiro* (1907), *Antonio Eduardo Candeias* (1917), *Antonio Goulart da Silva* (1907), *Antonio Lopes de Carvalho* (1919), *Antonio Maria Mattoso Câmara* (1907), *Antonio*

Pereira Paulo (1907), *Antonio Pinto* (1927), *Antonio Ribeiro Ferreira* (1927), *Antonio Rodrigues Chaves* (1907), *Antonio Rodrigues da Silva* (1919), *Antonio Silva* (1919), *Arthur do Nascimento* (1913), *Augusto Valério* (1909), *Carlos Bandeira de Crespo Foro* (1925), *Carlos Pinto de Barros Filho* (1914), *Clemente Cardoso* (1908), *Custodio Fernandez da Silva* (1909), *Diamantino José Vieira Machado* (1917), *Eduardo Gomes* (1916), *Eduardo Pereira da Costa* (1907), *Euclides Pinche* (1927), *Francisco de Almeida* (1908), *Francisco Cerqueira* (1907), *Gil Paiva* (1927), *Gumercindo Gonçalves* (1919), *Hermínio Almeida Sousa* (1913), *João Carlos* (1919), *João Felipe* (1927), *João Ferreira* (1907), *João Luis Pereira da Costa* (1927), *João Martins* (1909), *João Soares Barbosa* (1927), *Joaquim da Silva* (1927), *Joaquim de Sousa Guimarães* (1907), *Joaquim dos Santos* (1919), *Joaquim Ferreira* (1907), *Joaquim Ferreira da Costa* (1927), *Joaquim Pereira Gonçalves* (1909), *Joaquim Pinto* (1927), *Joaquim Taboada* (1919), *José Antonio Fiúza* (1909), *José Augusto Gonçalves Amorim* (1919), *José Carlos de Sousa* (1909), *José Cerqueira* (1927), *José de Freitas* (1927), *José da Silva* (1907), *José de Azevedo Maia* (1907), *José de Farias* (1909), *José Garcia* (1907), *José Maria Coelho* (1927), *José Marques* (1927), *José Meira de Oliveira* (1907), *José Mota d'Assumpção* (1917), *José Pereira Botello de Araújo* (1919), *José Pereira Gomes* (1907), *Hypolito de Resende* (1927), *Lino do Nascimento* (1919), *Lourenço José da Costa* (1909), *Luis Manoel dos Santos* (1907), *Manoel Correa* (1908), *Manoel de Oliveira* (1909), *Manoel de Sousa* (1927), *Manoel Domingues Magalhães* (1907), *Manoel dos Santos* (1917), *Manoel dos Santos Silva* (1917), *Manoel Fernandez Sant'Anna ou Manoel Fernandes Gomes de Amorim* (1919), *Manoel Ferreira* (1919), *Manoel Ferreira Bello* (1914), *Manoel Ferreira da Costa* (1907), *Manoel Francisco Frutuoso* (1927), *Manoel Gama* (1919), *Manoel Gonçalves* (1919), *Manoel Maria* (1927), *Manoel Maria Madeiro* (1916), *Manoel Meirim* (1927), *Manoel Pereira* (1927), *Manoel Pereira* (1909), *Manoel Pereira da Silva* (1927), *Manoel Teixeira* (1908), *Manoel Simões dos Santos* (1927), *Miguel Affonso Correa* (1927), *Olympio Barreira* (1907), *Vaz Pinto Amaral* (1924), *Victorino Ferrão ou Victorino Muniz Ferrão* (1927), *Zeferino Ferreira de Sousa* (1914),

A Relevância das Fontes Orais no Estudo do Fenômeno Imigratório.

Andréa Telo Da Corte¹

I

De modo geral, o tema da emigração portuguesa tem merecido pouca atenção por parte dos nossos historiadores, tendência que começa lentamente a se reverter, e que tem como marco principal, no Brasil, a celebração dos 500 anos do descobrimento. Em particular no Rio de Janeiro, destaca-se a criação do Pólo de Pesquisa das Relações Luso-Brasileiras, cuja revista sinaliza a existência de novas linhas de pesquisa sobre o tema, agregando pesquisadores das mais diversas áreas².

Essas iniciativas ainda não são capazes de preencher o vazio existente na historiografia brasileira acerca desse tema, o que está relacionado à delicada questão da identidade nacional. Será que ainda não nos diferenciamos suficientemente dos portugueses para encará-los —os imigrantes— como objeto de estudo, livre das paixões étnicas? Ou será porque, conforme propõe Eduardo Lourenço, essa imigração prolonga a *presença colonizadora portuguesa no Brasil?* (Lourenço, 2001).

De toda forma o marco dos 500 anos vêm funcionando como lugar de reflexão sobre a formação do povo brasileiro, dando voz a todos os grupos étnicos que atuam no espaço que se entende como Brasil. Dessa maneira, aprimora-se o questionamento sobre o conjunto da imigração portuguesa e sua contribuição para a transformação do espaço e da sociedade brasileira.

Apesar disso, a historiografia brasileira, ainda não refletiu devidamente sobre o papel dos imigrantes portugueses na construção do espaço nacional brasileiro no período republicano.

Da mesma forma não avançou na análise da diferenciação interna dos imigrantes portugueses, desprezando os fortes apelos regionalistas presente nessa imigração, que são reveladores de diferenças internas contundentes, especialmente no caso de madeirenses e açorianos.

Por outro lado, uma série de questões são pouco desenvolvidas, entre elas, as estratégias de sobrevivência, o modo de adaptação e as formas de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense

² Revista Convergência Lusitana, n.19, Relações Luso Brasileiras, número especial, abril de 2002. RJ, Real Gabinete Português de Leitura, 2002.

inserção que estabeleceram no espaço urbano. Assim como, a análise dos traços identitários compartilhados e utilizados na definição de uma fronteira étnica interna, e também as formas como se relacionaram com os demais grupos sociais que se estabeleceram no país no mesmo período.

Uma rápida pesquisa bibliográfica pode respaldar estas questões. Num universo bibliográfico de 74 títulos específicos sobre o tema da imigração portuguesa, coletados dos dois lados do Atlântico, somente 12 textos referiam-se especificamente à emigração portuguesa para o Rio de Janeiro no período republicano, dos quais destacam-se os clássicos de Eulália Lobo e Gladys Sabina Ribeiro. (Corte, 2002) ³

Desses, apenas 5 tratavam-se de dissertações de mestrados e/ou teses de doutorado, ocupando os demais o breve espaço de um artigo⁴.

Note-se que todos esses trabalhos referiam-se à 1a. metade do século XX, e todos sem exceção consideravam o imigrante português como um todo sem diferenciação.

Ao tomar a imigração madeirense em terras fluminenses considerando sua especificidade no quadro geral da imigração portuguesa,

3 Essa pesquisa bibliográfica foi realizada por ocasião da elaboração da minha dissertação de mestrado, A Imigração Madeirense em Niterói. 1930-1990. Um Estudo de Caso. (Niterói, PPGH-UFF, 2002). A saber, Brito, Raquel Soeiro de. Agricultores e Pescadores na Cidade do Rio de Janeiro. Lisboa, Bertrand, 1960; Lima, Maria H. Beozzo de. A Missão Herdada. Um estudo sobre a Inserção do Imigrante português. Tese de Licenciatura. UFRJ, Museu nacional, 1973, mimeo; Lobo, Eulália. Imigração Portuguesa no Brasil. SP, Hucitec, 2001; Menezes, Lená Medeiros de. “Bastidores—um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro”. In Revista Acervo, Arquivo Nacional, vol. 10, n.2, jul/dez. 1987; _____, “Jovens Portugueses: histórias de sucesso, histórias de trabalho, histórias de fracasso”. In Gomes, Ângela de C.(org) Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro. RJ, 7Letras, 2000; Gomes, Arthur. Sob o Signo da Ambiguidade—configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro. Campinas, Unicamp, 1991; Nogueira, Ana Maria de M. Como Nossos Pais: uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói—1860-1950. Niterói, UFF, 1998; Ribeiro, Gladys S. Cabras e Pés-de-Chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). ICHF, UFF, Niterói, 1987; Ribeiro, Gladys S. Mata-Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. SP, Brasiliense, 1990. Silva, Maria Manuela. “Portugueses no Brasil—imaginário social e táticas cotidianas (1880-1895)” In Revista Acervo, Arquivo Nacional, V.10, N.2, Jul/dez de 1997. _____ Ambição e Horror a Farda ou a Saga dos Imigrantes Portugueses no Brasil segundo a Gazeta Lusitana (1883-1889). (Doutorado), FFLCH-USP, SP, 1991.

Certifico ao leitor que não esqueci o excepcional trabalho de Lená medeiro de Menezes Os Indesejáveis. Os Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). RJ, Eduerj, 1996. Ocorre que nesse breve balanço bibliográfico listo apenas os trabalhos que se dedicam exclusivamente ao tema da presença portuguesa no Brasil.

4 Tratam-se dos trabalhos citados na nota anterior de Ana Nogueira (mestrado/1998); Gladys Ribeiro (mestrado/1987); Raquel Soeiro de Brito (doutorado/1960); Maria Helena Beozzo(mestrado/1973); Arthur Gomes(mestrado/1991)Ma. Manuela Silva , doutorado, 1991) Deve-se notar o largo espaço de tempo entre esses trabalhos.

e contemplando um período pouco visitado pelos historiadores do tema, a 2a. metade do século XX, pretendi contribuir para o preenchimento das lacunas apontadas. Dessa dissertação que remonta ao ano de 2002 a este 2005, não se registraram novos títulos.

A importante Revista Tempo publicada pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense desde 1996 não contempla em nenhum dos seus volumes, a questão imigratória e as poucas referências aos imigrantes portugueses encontram-se num artigo sobre a definição da nacionalidade nos tumultuados anos do pós-independência⁵.

Da mesma forma a Revista Toipos, do programa de pós-graduação em História Social da UFRJ, publicada desde 2000, não conta em suas páginas com artigos referentes à temática da imigração portuguesa.

Já o exame da produção acadêmica dos dois mais importantes programas de pós-graduação em História do Estado do Rio de Janeiro, da UFF e da UFRJ, de 1999 a 2005, registrou apenas três trabalhos sobre o tema, sendo que todos pela mesma universidade, a Federal Fluminense⁶.

Diferente da produção acadêmica expressa nesse breve levantamento, o Real Gabinete Português de Leitura vêm desde 2001, através da criação do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-brasileiras (doravante PPRLB), estimulando o desenvolvimento de pesquisas no âmbito dos estudos luso-brasileiros (Santos, 2002) representando, pois, o que há de novo nessa área⁷. O PPRLB, já realizou dois Colóquios (2002, 2004) e lançou duas publicações gerais sobre essas temáticas.

Não há dúvida que o PPRLB foi uma iniciativa importante, porém ao congregar um fichário de temas bastante amplos, que vão desde questões literárias à publicações e à sociedade, não representa o estímulo necessário para o desenvolvimento de um forte núcleo de pesquisa no Rio de Janeiro sobre o tema da imigração portuguesa, e está longe de influenciar a produção acadêmica local.

Embora esses dados não signifiquem um exaustivo balanço bibliográfico, o que não é possível nos limites desse trabalho, refletem de modo incontestante a existência de um problema—um suposto desinteresse manifestado pela

5 Trata-se de um artigo de Gladys Sabina Ribeiro, “Metáforas e Ações na longa luta pela liberdade: conflitos entre ‘portugueses e homens de cor’, corte do rio de janeiro, 1827-1834.” no número 10, Dossiê Cultura e Movimentos Sociais, pp.97.

6 São eles, Nogueira, Ana Maria de M. Como Nossos Pais: uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói—1860-1950. Niterói, UFF, 1998 (mestrado); Côrte, Andréa Telo da . A Imigração madeirense em Niterói-193-1990. Um Estudo de Caso. Niterói, PPGH-UFF, 20002 (mestrado). Dados disponíveis na internet.

7 Dividido em 5 áreas temáticas, “Cultura e Sociedade”, “Manuscritos e Autógrafos”, “Migrações e Exílios”, “Publicações e leituras” e “A Literatura no Brasil”.

historiografia fluminense sobre o tema da imigração portuguesa, digo suposto porque acredito que isso escamoteie um conjunto de problemas significativos. A questão da invisibilidade do imigrante português é um deles.

Por um lado, alguns autores interpretam esse grupo como um grupo fechado, que pouco se mistura, mantendo-se fiel às origens, o que se traduziria como uma estratégia específica para por fim aos conflitos que a presença lusa provocaria, ao evocar a presença do colonizador.

Outros autores, na linha do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, interpretam a questão da invisibilidade pelo pólo oposto, isto é, como uma perfeita adaptação do elemento português ao Brasil, dissolvendo-se as diferenças graças ao sucesso da colonização portuguesa, aos casamentos mistos e à semelhança da língua.

Tanto uma interpretação como outra evidenciam uma dificuldade em lidar com o elemento português, que em conjunto com italianos, espanhóis e outro grupos emigrados, empreenderam papel ativo no processo de modernização das cidades e da economia brasileira durante o século XX. Cabe, pois, fazer justiça ao lugar ocupado pelos portugueses nesse processo.

Outro problema que pode ser levantado ao lado da nebulosa questão da invisibilidade desse imigrante é a questão das fontes. Certamente não faltam fontes objetivas para tratar da presença dos portugueses no Brasil, tais como os extraordinários registros das Relações de Vapores que se encontram no Arquivo Nacional, entre outros. Ao contrário, acredito que haja uma exploração insuficiente das fontes existentes.

Porém, falo da necessidade de se produzir outro tipo de fonte, menos objetiva, mas igualmente rica—as fontes orais—e das suas múltiplas possibilidades de uso.

II

As fontes orais não são uma novidade no Brasil. Desde os anos 70, trabalhos baseados nesse tipo de fonte se tornaram comuns na Europa e nos Estados Unidos, relacionados em certa medida à crise dos paradigmas historiográficos pós-68, e ao boom da história da memória, tão bem caracterizado por Pierre Nora, no seu hoje clássico “Entre História e Memória. A Problemática dos Lugares de memória”⁸. No Brasil, os anos 90

8 Pierre Nora. “Entre Memória e história. A Problemática dos Lugares de Memória” IN Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do departamento de história da PUC-SP.

popularizaram o uso desse tipo de fonte em dissertações de mestrado e teses de doutorado, e também a constituição de acervos de entrevistas.

Ora, o recurso à metodologia oral relaciona-se a um mundo conflagrado por transformações profundas, cujas fronteiras econômicas e políticas têm sido constantemente redefinidas pelos fenômenos de mundialização da economia capitalista, da transnacionalização das empresas e das novas migrações em massa, e onde as identidades nacionais encontram-se em crise.

Assim, a explosão das questões étnicas em todo o mundo desenvolvido, isto é, o fenômeno do transnacionalismo e das transmigrações, têm proporcionado novos ângulos para historiadores, antropólogos e sociólogos pensarem o fenômeno migratório, colocando em questão as interpretações tradicionais do grande movimento de emigração em massa ocorrido entre 1880-1930 e, inclusive comparando aquele processo migratório com a atualidade das transmigrações.

É sob o prisma das negociações culturais, das questões da construção/reconstrução das identidades nacionais, e das estratégias de adaptação de um grupo emigrado nas sociedades de acolhimento, que o uso das fontes orais tem se popularizado e tem se mostrado mais fértil.

As fontes orais conferem legitimidade ao fazer historiográfico justamente ao promoverem uma descentralização dos sujeitos históricos e trazerem para o centro da investigação grupos até então desprezados por uma prática histórica tradicional.

Longe de significar uma história panfletária, leva em consideração “o âmbito subjetivo da experiência humana” (Lozano, 1998), promovendo uma triangulação original e complexa entre as circunstâncias históricas que originaram a experiência migratória, as representações do vivido e a experiência do historiador.(Côrte, 2002)

Sem dúvida, a metodologia oral remete o pesquisador ao nebuloso campo da experiência, onde o drama do viver é constante invariável. Da mesma forma leva-o a confrontar o problema das narrativas, invariavelmente carregadas das expectativas que o indivíduo ou o grupo teceu para si.

Ora, de acordo com Phlillipe Joutard nós agimos mais em função das representações do real que em função do real propriamente dito, de modo que as narrativas de histórias de vida representam como na prática as pessoas acreditam que experimentaram suas vidas(Joutard, 2000).

Assim, os relatos do vivido remetem o historiador diretamente ao emaranhado de contradições históricas em que os indivíduos se situam e decidem, permitindo a construção da investigação histórica a partir da ótica do conflito.

Com base nessas características, a fonte oral proporciona um fazer historiográfico muito mais original e vigoroso, que não apenas expande o universo teórico do historiador, como repercute na própria historiografia.

Portanto a ênfase no “âmbito subjetivo da experiência humana” implica na tessitura de uma narrativa histórica menos asséptica, e fundamentalmente polifônica e engajada, caracterizando-se pela politização do campo subjetivo da experiência, isto é, do âmbito da história da vida privada.

Outro ponto que deve ser destacado em favor do uso da metodologia oral, é a extraordinária capacidade que as entrevistas temáticas ou de histórias de vida têm de revelar as histórias intangíveis do cotidiano, sendo fonte fundamental para os adeptos de uma história do cotidiano.

É importante frisar que as novas abordagens sobre o cotidiano estão relacionadas à redefinição do âmbito do político promovido pela historiografia nas últimas décadas, deslocado da esfera do poder público para a esfera do privado, resultando na politização da vida privada, da cidade, das ações e dos espaços do cotidiano, como o trabalho, o lazer, a alimentação, as relações interpessoais, a rotina, e até atitudes e hábitos mentais (Matos, 2002).

Portanto a narrativa das histórias de vidas, em que pese o problema das representações, possibilita que venham a tona as “histórias até então intangíveis”, as “múltiplas facetas do cotidiano”, produzindo a “multiplicação das histórias residentes no âmbito do cotidiano” (Matos, 2002).

No caso da investigação de grupos imigrantes, importa dizer ainda, que a polifonia decorrente das histórias de vida, introduz o historiador, na complexa trama das negociações culturais, quando o grupo migrante, com ou sem laços formais e em meio a conflitos e disputas com outros grupos, nacionais ou estrangeiros, é obrigado a redefinir sua identidade, negociando tanto com a cultura da sociedade de origem como com a cultura da sociedade de acolhimento. (Côrte, 2002).

Posto isso, acredito que a produção de fontes orais através do recurso à metodologia da história oral possa representar um manancial inesgotável de informações sobre a inserção social e o cotidiano desse imigrante, multiplicando as possibilidades da pesquisa histórica sobre o tema.

III

No caso específico que estudei, o dos imigrantes madeirenses, no período entre 1930-1990, interessava-me saber como este grupo, invisível frente aos demais imigrantes portugueses, e cuja história remete à trajetória

particular de emigração na lha da Madeira, do século XV ao XX, vai construir sua identidade em Niterói, num período caracterizado por profundas transformações político-sociais, econômico e urbanas no Brasil e, em particular naquela cidade, onde um amplo conjunto de imigrantes de origens diferentes se estabeleceram.

A fim de apreender as ambigüidades desse processo, e as estratégias de sobrevivência tecidas pelo grupo na cidade, seu cotidiano e suas formas de organização, inserção e distinção social, elegi as fontes orais como o principal conjunto de fontes da pesquisa por acreditar que essas fontes cumpram o duplo papel de aproximar o historiador das representações que o grupo criou para si, da sua própria história; e por remeterem aos elementos cotidianos do grupo na cidade.

Foram arrolados aproximadamente 125 depoentes, 95% de 1a. Geração e que chegaram à cidade entre 1940 e 1960, alguns ainda ativos economicamente. Esses homens e mulheres, na ocasião, estavam numa faixa etária que variava dos 64 aos 80 anos, e pertenciam a diferentes grupos sociais.

No que se refere precisamente à metodologia aplicada foram trabalhadas histórias de vida nas entrevistas, destacando, por um lado, as trajetórias individuais dos membros do grupo, por outro, uma abordagem temática, onde questões comuns foram apresentadas aos depoentes, de diferentes idades, sexos e condições sociais..

As perguntas giraram em torno do ambiente que levou à imigração, incluindo aí as relações entre madeirenses e continentais; à entrada e desempenho do imigrante no mercado de trabalho da cidade e as relações sociais estabelecidas por eles, interna e externamente ao grupo.

A massa crítica gerada por essas informações, cruzadas com dados extraídos de outras fontes—as Relações de Vapores⁹ e as fontes secundárias, permitiu a abordagem analítica e comparativa necessária, exigida pelo método historiográfico, ajudando a resgatar as particularidades do processo estudado e resultando nas respostas às perguntas iniciais.

Anote-se que a cidade de Niterói no período em destaque, vai congrega grupos distintos de imigrantes, especialmente italianos e judeus, transformando-se em cenário de conflitos acirrados pelo mercado de trabalho: o choque entre imigrantes e nacionais—em particular negros e

⁹ Refiro-me às Relações de Vapores constantes do Arquivo Nacional. Cf. Côte, Andréa. Op. Cit. 292-311.

mulatos; as rivalidades internas de grupos, como por exemplo, madeirenses e continentais; e o embate entre imigrantes de nacionalidades diferentes. Choques esses que serão amenizados pelo fato dos grupos imigrantes constituírem paulatinamente lugares econômicos diferentes na cidade, dedicando-se cada um a uma atividade comercial específica.

No caso em estudo, observe-se que Niterói, então a provinciana capital do estado do Rio de Janeiro, recebeu um grupo especial de madeirenses. Trata-se de um grupo que, para além da sua identidade universal de madeirense, possuía uma segunda identidade comum, à medida que são quase todos provenientes da mesma freguesia, a Ribeira Brava, guardando entre si laços da mais estreita familiaridade, o que, se por um lado, flexibilizou suas próprias relações, por outro, os particularizou ainda mais dentro do conjunto da imigração portuguesa em Niterói.

Cumprir dizer que a identidade universal de madeirense precede no discurso do grupo à identidade portuguesa, revelando um conflito de origem, re-atualizado na sociedade de acolhimento.

Ora, a análise das entrevistas revelou a existência de uma forte coesão nos discursos, o que definiu um perfil bastante fechado ao grupo. Nota-se uma enorme preocupação dos depoentes em serem fiéis às origens no cumprimento de rituais—quer o casamento, quer os preceitos católicos, ou na diferenciação com o continental, tanto pela incorporação de uma ideologia de trabalho árduo e privação sistemática¹⁰(Martins, 1981), como pela evocação de rivalidades antigas na sociedade de acolhimento.

Da mesma forma, a construção de um discurso de fidelidade do grupo às memórias de origem, a preocupação em cumprir rituais, o jeito “*cada um pra si*” e da “*casa pro balcão*”¹¹, pouco solidário e fechado do grupo, revelado pelas entrevistas, caracterizou um estilo de vida que articulou esse grupo

10 Por ideologia do trabalho entenda-se aquilo que alguns autores brasileiros definem como “o mito da ascensão social pelo trabalho árduo e privação sistemática”. Cf. Martins, José de Souza. Q Cativeiro da Terra. ,SP, HUCITEC, 1981. Para a maioria dos imigrantes, o trabalho árduo e a poupança foram meios tanto de ascensão social como de integração á sociedade de acolhimento. Com os madeirenses não foi diferente, utilizada como discurso principalmente para diferenciar madeirenses e continentais.

11 Essas expressões, aqui entre aspas, são tiradas diretamente da fala dos depoentes. É assim que a maioria fala de si e do grupo, sendo poucos os depoentes que discordaram dessa idéia. Trata-se pois, de uma verdade que o grupo forjou para si.

invisível como um grupo étnico, definindo uma fronteira para com os demais grupos imigrantes, em especial os portugueses do continente¹².

Avessos à idéia associativa, ao contrário dos continentais que se enraizaram na cidade e constituíram diversas associações locais, os madeirenses em Niterói, encontraram na informalidade um modo de organização própria, desprezando repositórios culturais concretos.

Assim, em Niterói, o conflito de origem resultou na construção de lugares madeirenses na cidade. As profissões de leiteiro, carroceiro e quitandeiros constituíram-se tanto como lugares econômicos particulares dos madeirenses na cidade, como também em espaços étnicos, ou seja, fronteiras discriminatórias em relação aos continentais.

Já as mulheres do grupo, constituem um capítulo a parte dessa história. Parceiras incontestáveis de seus maridos no projeto imigratório, seu trabalho era um dos principais meios de acumulação de renda da família.

Impressiona nos relatos a tenacidade dessas mulheres que, após um dia estafante de trabalho em casa, cozinhando, lavando ou passando roupa para fora; no balcão substituindo os maridos, ou criando filhos, dedicavam-se à noite ao bordado, ofício que exige precisão e criatividade. Assim a jornada de trabalho feminino superava, em grande parte, ao trabalho masculino, pois estendia-se do amanhecer às madrugadas, quando enfim sobrava tempo para bordar.

Das inúmeras bordadeiras da Ribeira Brava que aqui se instalaram, algumas ganharam fama e constituíram pequenas empresas informais que congregavam uma enorme rede de bordadeiras, cuja origem comum, muitas vezes o parentesco ou a amizade prévia à imigração, garantiram a tradição do bordado na sociedade de acolhimento e fortes vínculos de solidariedade.

Tal qual uma rede o grupo madeirense em Niterói fez dos seus elos internos, a base para sua própria sobrevivência, descartando associações, acolhendo-se e suportando-se mutuamente, reproduzindo na cidade parte do ambiente da terra natal, o que reforçou sobremaneira sua identidade original, livrando-os, por uma lado, da ameaça da desnacionalização, quando

12 Para a análise do caso madeirense em Niterói utilizei como base os conceitos de invisibilidade de Abner Cohen; fronteira de F. Barth; e identidade contrastiva de Roberto Cardoso de Oliveira. As referências completas são as seguintes: Cohen, A. "Organizações Invisíveis" in O Homem Bidimensional, Zahar, s/d; Barth, F.(org) Ethnic Groups and Boundaries. The Social Organization of Culture Difference. Boston: Little Brown, 7Co., 1969.; Oliveira, Roberto Cardoso de. "Identidade Étnica, Identificação e Manipulação", in Identidade Etnica e Estrutura Social. SP, Livraria Pioneira, 1977.

instados a naturalizarem-se brasileiros, fato que poderia facilitar sua ascensão social; por outro, da ameaça da des-regionalização na disputa com os continentais.

Par e passo com a elaboração das suas fronteiras, o grupo parte para a construção da sua identidade na sociedade de acolhimento, transformando a cidade em sua moradia, cúmplice na sua jornada de ascensão social. A existência de uma relação de parceria, pois, contribuiu, de um lado, para a reprodução da sociabilidade primitiva, ligada à Ribeira Brava e, de outro, para o desenvolvimento da malha urbana da cidade.

IV

A partir do exposto, acredito de forma incontestável que o recurso a metodologia oral possa preencher parte considerável do clarão existente na historiografia sobre o tema, representando um importante caminho para a análise da presença portuguesa no Brasil.

Para tanto, a criação de um centro de memória com a formação de um acervo de entrevistas com imigrantes lusos não seria uma idéia descabida, visto que poderia reverter o “aparente desinteresse” pelo tema e estimular novos pesquisadores a estudar esse processo migratório.

A constituição de acervos de depoimentos a partir de severa orientação metodológica e técnica, e acompanhado dos cuidados jurídicos indispensáveis para o seu uso e reprodução, e da realização de transcrições dessas fontes podem facilitar a vida dos pesquisadores, uma vez que a fonte primária estará devidamente tratada, restando ao pesquisador do presente e do futuro, o trabalho de análise do seu conteúdo.

Assinale-se que um centro de memória além de produzir fontes primárias pode ser também um lugar onde os pesquisadores do tema poderão depositar suas entrevistas, disponibilizando suas fontes para os demais pesquisadores, e debater idéias sobre esse processo. Certamente tal iniciativa repercutirá uma nova historiografia da imigração portuguesa.

Entretanto, um acervo de depoimentos, é antes de tudo um acervo de memória, compreendendo outros objetivos, como o próprio resgate e conservação de uma determinada experiência histórica. Assim, a coleta de depoimentos de imigrantes de 1ª, ou 2ª. geração, representa fundamentalmente a salvaguarda da memória de um determinado grupo para a posteridade, o que significa também reconhecer a importância histórica do grupo para o país ou região.

É preciso admitir que a idéia de salvaguardar a memória de grupos imigrantes, e no caso dos portugueses, chega com bastante atraso. E que atraso! Onde encontrar imigrantes vivos, que chegaram no movimento da grande imigração do período 1870-1930? Se a morte sepultou definitivamente a possibilidade dessas pessoas de prestarem seus depoimentos, inúmeros imigrantes do período seguinte—1930-1960 podem dar seus testemunhos, assim como filhos e netos, o que possibilitará algo mais que a análise da inserção social, das estratégias de sobrevivência individuais e coletivas, mas também análises das transformações geracionais dessas famílias de imigrantes.

Outra finalidade do centro de memória é a de receber documentação escrita e iconográfica, todos os tipos de suportes de memórias que conservem a experiência de um grupo social.

Indispensável dizer que um centro de memória demanda espaço, pessoal especializado e linhas de financiamento que possibilitem a concretização de seus objetivos. Salas apertadas, trabalho voluntário e falta de equipamento inviabilizam esse tipo de estrutura.

Enfim, por tudo que foi dito, acredito que a constituição de um centro de memória da imigração portuguesa com um acervo de depoimentos de imigrantes lusos poderá dar maior visibilidade a esse grupo, repercutindo finalmente numa nova e abundante historiografia.

A imigração portuguesa para São Paulo: trajetória e perspectivas

*Maria Izilda Santos de Matos*¹

Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades de contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos.²

As recentes projeções sobre os fenômenos migratórios vislumbram o estabelecimento de uma nova ordem demográfica. Não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, mas projetam-se vetores de deslocamentos e pólos de atração. Fronteiras foram abertas para a livre circulação de mercadorias, capitais, informações e não podem ser fechadas para as pessoas.

A América, em particular o Brasil, que foi pólo de atração de e-imigrantes, chega ao novo milênio em outra posição. Como tudo que desempenha a função de revelação dos conflitos e crises por que passam certas áreas, as migrações internacionais também criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema e recuperar sua trajetória na história.

A produção sobre a imigração é ampla, diversificada e vem sendo enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão, assim, pode ser considerada como privilegiada pela produção historiográfica. A imigração ibérica tem instigado pesquisadores, sendo que a maior parte das pesquisas focaliza o Rio de Janeiro, onde sem dúvida a presença dos portugueses foi numericamente significativa e marcante.

¹MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS. Professora titular da Faculdade de Ciências Sociais da PUC/SP. Entre suas obras destacam-se: *Trama e poder*. RJ, 7 Letras, 5. Ed., 2002; *Cotidiano e Cultura*, SP, EDUSC, 2002, *Meu lar é o botequim*, SP, Cia Editora Nacional, 2 ed., 2003.

²Sayad, A O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante, *Travessia – Revista do Migrante*, SP, v. 13, jan/2000, p.14.

Na ampla produção historiográfica sobre imigração em São Paulo percebe-se o enfoque privilegiado de certos grupos, em particular os italianos e japoneses, de modo que são poucos os trabalhos sobre os portugueses, sua vida cotidiana e sua atuação no mundo do trabalho. Só mais recentemente que apareceram trabalhos que investigam os portugueses, sob diferentes óticas e perspectivas, buscando ultrapassando as interpretações centradas nas referências expulsão-atração que sustentaram as interpretações econômico-demográficas. Essas novas abordagens passaram a focalizar as relações culturais, os vínculos estabelecidos, as redes de sustentação nos países de saída e de acolhimento, os sonhos e expectativas construídos nesses processos.

A Cidade do Café e dos Imigrantes

A expansão da economia cafeeira pela Província/Estado de São Paulo gerou uma ampla demanda de trabalho que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava. Gradativamente, a elite agrária conseguiu impor sua proposta para a questão da mão-de-obra - uma política imigrantista em massa, contínua e subvencionada pelo governo.

A ascensão de São Paulo à posição de metrópole regional, dinâmico centro econômico e político provocaram transformações demográficas e sociais em curto espaço de tempo e em ritmo acelerado. Em 1872, quando a cidade já sofria as conseqüências do surto cafeeiro, a população de na cidade era de 31.385 pessoas, em 1890, atingiu os 64.934 habitantes, já no início do século XX (em 1908) eram 270.000 habitantes; em 1920, a população mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas e em 1940 saltou para 1.326.261.³

O antigo “burgo dos estudantes”, aonde o ritmo de transformações era lento e o espaço quase estático, passava por um processo de urbanização acelerada, consolidando-se como centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. A política desencadeada pela cafeicultura, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favorecia o crescimento da população urbana, que sofreu uma

³. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.

verdadeira metamorfose com a presença acentuada de imigrantes. Novos territórios⁴ se constituíam e passaram a receber as marcas dos grupos que ali se instalaram: os italianos no Bexiga, os japoneses na Liberdade, no Bom Retiro - os judeus; na Vinte e Cinco de Março - os sírio-libaneses, os portugueses em Santana e no Sumaré e distribuídos em toda a cidade, mais ocultos os redutos dos negros na Barra Funda e Casa Verde.

Imigrantes Portugueses

Apesar da origem rural da maioria dos portugueses que emigraram, eles procuraram evitar o trabalho no campo e tenderam a se concentrar nas cidades, tendo em São Paulo um pólo de atração. Alguns vieram diretamente para a cidade, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da Capital.

A emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, mas o contingente feminino cresceu gradativamente, podendo-se verificar um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política definida pelos cafeicultores paulistas. Entre 1910 e 1914, anos de aumento considerável da imigração lusitana para São Paulo, embora o número de homens tivesse subido, o de mulheres mais que duplicou. Na primeira década do século XX a porcentagem de mulheres já alcançava mais de 25% do total de entradas e já no início da segunda oscilou entre 35% e 40%. Assim a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornava-se tendencialmente familiar e permanente.

Contudo as práticas dos homens chegarem primeiro, vindo na procura de resolver problemas que deixavam em Portugal, dívidas, por exemplo, visando criar condições posteriores para chamar os familiares ou retornar, pode ser identificada como uma prática preventiva, para a hipótese de fracasso e/ou uma estratégia para enfrentar o desconhecido.

⁴ Deve-se destacar a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias. Espaços que, além de sua existência material, são também codificados por todo um conjunto de representações, numa dinâmica de múltiplos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. ROLNIK, Raquel. "História Urbana: História na Cidade". In FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio, Cidade e História: modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: Faculdade de Arquitetura, 1992).

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento dos grupos familiares, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram bem antes de seus familiares que ficaram aguardando em Portugal; outros vieram ainda quando crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família nuclear veio junta, e, mas em alguns deles não permaneceram unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir⁵.

Gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas: os deslocamentos, os diferentes projetos familiares e as estratégias para concretiza-los, numa trama de valores envolvendo escolhas, re-orientações, conflitos familiares, geracionais, de gênero, provocando exploração, rompimentos, tensões, mas também solidariedades, laços de conterraneidade e afetividades.

A imigração portuguesa para São Paulo foi um processo contínuo, mas envolveu experiências múltiplas e diversificadas, necessitando-se um recorte cronológico amplo, para se captar as diferentes levas de e-imigração, rastreando os portugueses (diferentes regiões do país do continente e das ilhas), os que vieram subsidiados, por conta própria, alguns que chegaram no início do processo de imigração (nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX), outros logo após a 1. Grande Guerra e também os que vieram devido as tensões durante o governo de Salazar.

Na “sociedade de acolhimento”, os portugueses procuraram possibilidades de arranjar emprego nas atividades urbanas fabris, setor de serviços, obras públicas e particulares e também em ocupações informais. Enfrentando as dificuldades do cotidiano em São Paulo que, apesar do intenso crescimento, tinha uma significativa concentração de trabalhadores - homens e mulheres pobres, imigrantes e nacionais, brancos e negros - que excedia largamente as necessidades do mercado, aviltava os salários, criando formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego e emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, expedientes variados, eventuais e incertos, desenvolvendo experiências cumulativas de improvisação.⁶

5 Demartini, Zeila Brito Fabri. Imigração, Família e Educação, V Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, Évora, 2003, p. 3.

6 Matos, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura. SP, EDUSC, 2002.

Documentação

As fontes de pesquisa não se resumem ao que está guardado ou arquivado e, sim, ao que está silenciado ou em esquecimento, ocultado. Assim, essa pesquisa sobre a imigração portuguesa se propõem à incorporar um amplo e variado corpo documental, incluindo a legislação no Brasil e em Portugal, fontes de imigração (passaporte, contratos de trabalho, listas de vapores, etc), documentação oficial, cartorial e censos, fontes policiais (ocorrências, processos), também processos-crime, fontes patronais. Além de provérbios, literatura, cronistas, memorialistas, correspondências, memórias, manifestos, diários, materiais iconográficos. Os jornais brasileiros e portugueses (jornais de associações, diários, operários), a documentação das associações (comerciais, mutualistas, beneficiências, dos grupos regionais).

Com destaque para a história oral, pretende-se realizar a pesquisa com imigrantes (homens e mulheres), de diferentes gerações (preferencialmente da mesma família) e que exerceram diferentes atividades, procurando recuperar suas memórias, sua experiência, as memórias sobre a cidade, rastreando particularmente as experiências femininas.

Na trama do cotidiano

Em Portugal circulavam muitas histórias de sucesso, que eram contadas e recontadas. Muitos retornados, outros em visitas ocasionais, ou através de cartas enviadas construíram e reforçavam as narrativas, constituindo uma verdadeira mitologia da imigração, que alimentava o sonho de emigrar, os projetos com novos horizontes, nela o sucesso eventual, tornou-se modelo das possibilidades abertas e das aspirações.

A trajetória histórica de homens e mulheres portugueses uma heterogeneidade de atividades, alguns conseguiram rendas relativas, com possibilidade de ascensão social, outros se mantiveram miseráveis, sobreviveram através de estratégia e improvisações cotidianas. Os imigrantes portugueses identificaram as possibilidades do sonho, para tanto construíram suportes, redes de informações e saberes, enfrentaram o trabalho árduo, aceitavam a exploração e as relações estabelecidas.

Numa experiência histórica em que o trabalho foi elemento estratégico, os imigrantes portugueses dotaram de um novo sentido o ato de trabalhar. Sob certa perspectiva, o trabalho ajudava a superar o medo do novo e a insegurança do desconhecido, ele unifica, qualifica e surge como o elemento capaz de lhes conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

A imagem dos portugueses foi de trabalhadores incansáveis, econômicos, com intensa disposição no intuito de fazer fortuna, investindo economias e adiando os prazeres imediatos como meio de melhorar sua situação e/ou retornar à terra natal, eles eram vistos como capazes de suportar as dificuldades, e com extremo despojamento entregar-se ao trabalho de corpo e alma.

Eles se auto-identificavam como trabalhadores, honestos e poupadores. O trabalho perpassava a vida de homens e mulheres de origem portuguesa; junto com a família e a religião, se tornou fator de sociabilização e solidariedade dentro do grupo. Através do trabalho e de suas relações se manifestava claramente amizade e apoio, lealdade e afabilidade entre os recém-chegados, crianças e adultos, mas também exploração e abusos.

Nos depoimentos, além do trabalho e cotidiano árduo, emergem as expectativas, sonhos, desalentos e frustrações, as histórias de vida destacam os medos, o enfrentamento do desconhecido, as saudades da família e da terra, a solidão de além-mar. Essas sensibilidades contribuíram para a construção de uma visão idílica da terra natal, convivendo em tensão com a consciência das dificuldades políticas, sociais e econômicas concretas na terra. Desenvolveram estrategicamente sentimentos de duplo pertencimento, ao mesmo tempo em que estavam “nem lá nem cá” – o sentimento angustiante de estar entre dois mundos, não pertencer mais ao país de origem, nem à “sociedade de acolhimento”.

Vivenciando a dura realidade envolta na integração e conflito, mesmo frente à idéia corrente de que o português se desnacionalizava na segunda geração, relacionavam-se de forma ambígua com os nacionais: paralelamente aos argumentos de pacífica e cordial relação, sob a alegação de passado histórico, cultura e língua em comum, procuravam apagar o estatuto de estrangeiros, enfrentavam ataques, carregavam o ônus de ex-colonizadores, num contexto de desapontamento, desapareço, hostilidade, gerando uma hetero-representação negativa.

O antilusitanismo se constitui como elemento de construção da identidade contrastiva (identidade e diferenciação)⁷, frente a outros imigrantes e aos nacionais, presente nas memórias de um descendente

7 Identidade é móvel, varia de acordo com posição que as pessoas assumem no grupo e que se conforma a partir da relação entre experiências, conflitos e contradições.

Eu lembro quando eu era moleque, quem dominava aqui era a colônia italiana, então os portugueses eram muito mal tratados... eu lembro quando eu ia na escola tinha 7 de setembro, dia da bandeira, tudo que falasse da pátria, falar mal dela era falar mal do português, tanto que quando eu andava na escola às vezes... eu não dizia que era português que a turma né... eu sou brasileiro, que falava que era brasileiro, se eu falasse que era português achincalhavam: “português burro”, “português bacalhau”, saia tudo quando era nome. A colônia italiana era a maior.⁸

Ele precisou aprender na prática cotidiana a ser português no Brasil, buscando elementos para compor essa identidade, o ser português se estruturou na diferenciação em relação aos brasileiros e a outras nacionalidades.

Em correspondência ao antilusitanismo desenvolveu-se entre os imigrantes um sentimento de hostilidade muitas vezes manifesto através de conflitos e tensões, mas principalmente através da auto-representação como elementos civilizadores, adotando atitude altamente crítica para com os nacionais, que eram identificados pelo conformismo, acomodação e falta de esforço, pouca propensão para o trabalho.

⁸ Demartini, op.cit.

Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909

Vitor Manoel Marques da Fonseca*

1 Introdução

Este trabalho visa fornecer informações sobre associações portuguesas existentes no Rio de Janeiro entre 1903 e 1909, com base nos registros feitos nesses anos por associações civis junto ao 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos. Trata-se de um recorte, tanto em termos de objeto quanto de período, de uma pesquisa maior acerca de sociedades civis existentes no Distrito Federal entre 1903 e 1923. O ano de 1903 é o da criação do 1º Ofício e o ano de 1909 foi determinado pelo estágio de coleta de dados em que se encontra a pesquisa maior.

Dado que na vigorosa vida associativa da época é marcante a existência de associações portuguesas de variados tipos, lidar com esse grupo de entidades foi interessante como ensaio de análise para a tarefa maior. Além disso, creio que é uma boa forma de obter indicações sobre a vida daquela que no início do séc. XX era a maior colônia portuguesa no Brasil e que hoje, se muito diminuída em número, continua presente nas associações - hospitais, entidades culturais e casas regionais - que legou a seus descendentes e à própria sociedade carioca.

2 O 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro

A Lei n. 973, de 2/1/1903, criou no Distrito Federal um ofício privativo para o registro facultativo de títulos e documentos, ao qual era também cometido o registro das sociedades civis.

Cerca de um mês mais tarde, em 16/2/1903, o Decreto n. 4775 estabeleceu seu regulamento e, referindo-se somente à criação de um cartório no Rio de Janeiro, o designava, então, como Registro Especial.

Durante 20 anos, só houve no Distrito Federal um cartório com tais fins, sendo nele registradas todas as associações que postulavam personalidade jurídica. A situação se alterou pelo Decreto n. 16273, de 20/12/1923, que reorganizou a justiça no Distrito Federal, e que, em seu artigo 4º, afirmava

* *Universidade Federal Fluminense*
Programa de Pós-Graduação em História - Doutorado

serem dois os oficiais de registro especial de títulos e documentos, criando, portanto, o 2º Ofício. Os limites cronológicos (1903-1923) da pesquisa maior são determinados exatamente pelo período em que só existia um ofício para tal função, aquele que mais tarde será denominado 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos: por não ter concorrente em suas funções, sua documentação reflete integralmente o movimento de criação de associações civis com personalidade jurídica no Rio de Janeiro, então capital da República dos Estados Unidos do Brasil.

3 A burocracia do registro

De todo o acervo produzido e acumulado pelo 1º Ofício, nossas fontes por excelência são os dossiês apresentados para o registro dessas associações.¹ De 1903 a 1923, existem 1452 registros de variadas associações.

Cada dossiê, em conformidade ao Regulamento expresso no Decreto n. 4775, de 16/2/1903, fornece as seguintes informações sobre a associação que pleiteava o registro: denominação, fins e sede, tempo de duração, fundo social e sua aplicação, nome dos fundadores ou instituidores, modo pelo qual era administrada e representada em juízo e em suas relações com terceiros, responsabilidade dos sócios pelas obrigações contraídas pela sociedade, nomes de seus diretores e dois exemplares do Diário Oficial com a publicação de seu estatuto na íntegra ou em extrato.²

Toda a vez que ocorresse alteração no estatuto, este teria de ser novamente publicado e requerida a averbação da alteração, mediante cópia dessa publicação. Cada alteração constituía um novo registro, de modo que o universo de associações registradas é menor do que o de registros. Toda vez que se procedesse a eleições com alteração da diretoria, a ata da reunião deveria ser registrada, a fim de que a nova direção pudesse continuar a representar a associação.

As sociedades podiam ser dissolvidas por fim de prazo (quando criadas com tempo pré-estabelecido), por decisão dos próprios sócios ou por ação direta, caso em que, após denúncia ao Ministério Público por atividades ilícitas ou imorais, se lograsse sentença judicial nesse sentido. Nesses dois últimos casos guardava-se também registro do fato, averbando-se a ata de dissolução ou a decisão judicial, cujo original o oficial do cartório incorporava ao dossiê³.

¹ Os dossiês, juntamente com seu registro resumido em livro próprio, constituem a série Estatutos de Sociedades Civis.

² Regulamento do Registro Especial, art. 32, baixado com o Decreto n. 4.775, de 10/02/1903.

³ O Código Civil Brasileiro, Lei n. 3.071, de 1/1/1916, vai manter, em linhas gerais, as mesmas determinações do Decreto n. 4.775, de 16/2/1903, tanto no que diz respeito à constituição quanto à extinção das associações.

A maior parte das associações publicava no Diário Oficial somente o extrato de seu estatuto, o que é explicável como medida de economia, diante dos custos. No entanto, é freqüente que as associações requeressem ao oficial do cartório o arquivamento de uma cópia integral desse documento, algumas vezes manuscrita, outras, mais comumente, impressa em folheto para doação aos associados, facilitando o esclarecimento de seus direitos e deveres para com a entidade a que se filiavam. A existência de tais documentos fornece mais informações a respeito do funcionamento da associação, suas relações com os associados, com outras entidades congêneres, com a sociedade em geral e com o próprio Estado.

Neste trabalho utilizaremos basicamente as informações fornecidas no dossiê, recorrendo em casos muito especiais a uma outra fonte, um trabalho realizado pela Prefeitura do Distrito Federal na década de 1920 sobre assistência pública e privada⁴. Acreditamos que a análise e cruzamento das informações contidas nos registros dão valiosas indicações sobre o movimento associativo dos imigrantes portugueses na cidade.

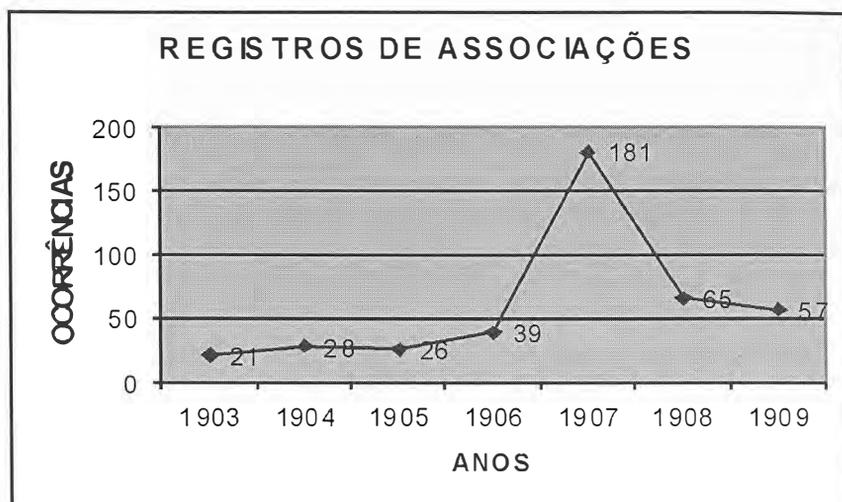
4 Os registros de associações

O registro de associações de 1903 a 1909 ocorreu conforme a tabela abaixo.

ANOS	OCORRÊNCIAS
1903	21
1904	28
1905	26
1906	39
1907	181
1908	65
1909	57
TOTAL	417

Graficamente, tais dados podem ser expressos conforme se segue.

⁴ DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA. *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil)*. Rio de Janeiro: Typographia do Anuário do Brasil, 1922. 3 v.



Em 1907 ocorre o grande pico de registros. Pode-se atribuir o pequeno número nos anos anteriores ao tempo necessário para conhecimento, divulgação e tomada de consciência pelas associações da importância e utilidade do registro. A Lei n. 973, de 2/1/1903, não estabelecia sua obrigatoriedade para qualquer associação, tornando-o indispensável apenas para aquelas que desejassem possuir personalidade jurídica. Ora, muitas associações já existentes ou não possuíam personalidade jurídica ou já a detinham de acordo com a Lei n. 173, de 10/9/1893⁵, e só começariam a ver importância em se registrar no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos quando necessitassem dispor de seus bens, alugar sedes ou mesmo movimentar contas bancárias e, então, a adequação à nova legislação fosse exigida. Em 1908 e 1909 o número de registros de associações cai em comparação com o de 1907, ano em que os dados coletados indicam que a maior parte dos registros foi de associações já existentes, que se conformavam às novas regras.

5 Que tipos de associação se registra?

Em geral, trabalhos sobre associações lançam mão de algum tipo de

⁵ Essa Lei, fruto do art. 72 § 8 da Constituição de 1891, que determinava a liberdade de associação, dispôs sobre a obtenção de personalidade jurídica pelas associações civis que o desejassem. Eram estipuladas as regras para o registro dessas associações, condições gerais de funcionamento e extinção, afirmando em seu artigo 13 que aquelas “[...] que promoverem fins ilícitos, ou que se servirem de meios ilícitos ou imorais, serão dissolvidas por sentença, mediante denúncia de qualquer pessoa do povo ou do ministério público[...]”. O registro dessas associações seria feito em livro especial a cargo do oficial do registro de hipotecas. Em 1903, com a criação do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, esse registro lhe é cometido. Cabe observar que toda citação de texto ou nome de associação ou pessoa no presente trabalho foi modernizada, tendo em vista facilitar o trabalho de processamento e evitar erros.

classificação e o fazem de acordo com interesses específicos sem, normalmente, deterem-se na análise dos critérios utilizados para a elaboração dessas tipologias.

Cláudio Batalha, cujo foco de atenção são as associações operárias, classifica-as em mutualistas e de resistência, embora chame a atenção que muitas vezes esses dois tipos básicos não são assim tão puros, havendo sociedades de resistência (sindicatos) que mantêm traços mutualistas, além de existirem outros tipos de associações operárias,

[...] como cooperativas de consumo e de produção e de associações culturais, recreativas, educacionais e políticas. No entanto, com frequência mais de uma dessas atividades era desempenhada por uma mesma associação, inclusive no caso das sociedades de resistência”.⁶

Maria Helena Beozzo de Lima, ao estudar a Casa do Minho, elabora um quadro das associações portuguesas no Rio de Janeiro, dividindo-as em associações recreativas (clubes portugueses não regionais ou casas/centros regionais), beneficentes (beneficências e socorro mútuo) e culturais⁷. Estabelecendo as diferenças entre esses diversos tipos, afirmará que as recreativas visam proporcionar diversões (festas, bailes, recitais, esportes), as beneficentes, assistência aos imigrantes, sendo de beneficência propriamente dita aquelas que se dedicavam à assistência médica e hospitalar, as de socorro mútuo auxiliavam associados quando em necessidade, garantindo ajuda financeira em caso de desemprego, doença ou invalidez, pensão à família, no caso de falecimento, além de ajuda para retorno a Portugal, auxílio para enterro e assistência jurídica, enquanto as culturais mantinham escolas ou bibliotecas⁸.

Elisa Muller, estudando a organização sócio-comunitária portuguesa no Rio de Janeiro, vai classificar as associações portuguesas e luso-brasileiras existentes no ano 2000 como dos seguintes tipos: cultura e ensino; serviços médicos hospitalares, auxílio mútuo e beneficência; sociedades recreativas, bandas e orfeões; casas regionais e de folclore; clubes sociais e desportivos; entidades profissionais e empresariais; instituições de caridade.⁹

⁶ BATALHA, Cláudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 21.

⁷ LIMA, Maria Helena Beozzo de. *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973, p. 32..

⁸ *Idem*, p. 33 e 34.

⁹ MULLER, Elisa. A organização sócio-comunitária portuguesa no Rio de Janeiro. In: LESSA, Carlos (org.). *Os lusíadas na aventura do Rio moderno*. Rio de Janeiro: Record / FAPERJ, 2002, p. 322.

Nossa proposta de classificação das associações aproxima-se das citadas acima e baseou-se tanto na legislação e documentos correlatos compulsados, bem como na própria auto-classificação que as associações muitas vezes expressavam em seus documentos. A Lei n. 173, de 10/9/1893, determina seu alvo como “As associações que se fundarem para fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos, ou de simples recreio[...]”.¹⁰ A Lei n. 973, de 2/1/1903, também se refere às sociedades que seriam registradas no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro como “[...] sociedades religiosas, científicas, recreativas e outras a que se refere o decreto n. 173 de 10 de setembro de 1893 [...]”.¹¹

Assim, classificamos as associações como de auxílio mútuo, de beneficência, culturais, educativas, políticas, recreativas, religiosas e sindicais. Além disso, como subtipos, as associações podem também ser relativas a uma empresa, a uma categoria profissional ou a uma nacionalidade/naturalidade. Embora uma associação pudesse ter um caráter duplo, por exemplo, uma associação que garantisse pensões a associados e também oferecesse ajuda médica a não associados necessitados, sendo sua clientela constituída somente de italianos, consideramos para efeito de classificação a característica mais marcante, a de auxílio mútuo, subtipo nacionalidade.

Embora algumas dessas categorias pareçam ser mais evidentes, estabelecemos algumas considerações sobre suas diferenças ou sobre as características das associações que reuniremos em cada tipo. Contribuíram para as definições de alguns desses tipos de sociedade tanto a própria maneira como as sociedades se apresentam e suas características comuns, como também definições em leis ainda no período imperial, como, por exemplo, o Decreto n. 2.711, de 19/12/1860 e discussões em consultas do Conselho de Estado, como, por exemplo, o parecer dado a uma consulta do Conselho de Estado, Seção Justiça, acerca dos estatutos da Sociedade Beneficente União Fraternidade.¹²

Classificamos como de auxílio mútuo quando a proposta da associação é socorrer a seus sócios, que pagam mensalidades visando obter serviços, auxílio na doença ou invalidez, ajudas para enterramento ou pensões para suas famílias. Uma associação beneficente é aquela que pretende o exercício da filantropia para com outros que não sejam seus associados. As associações

¹⁰ Lei n. 173, de 10/9/1893, art. 1º.

¹¹ Lei n. 973, de 2/1/1903, art. 1º, §1º. A Lei n. 173 é aqui referida como decreto. Optamos por considerá-la lei, uma vez que é assim classificada quando de sua publicação na Coleção de Leis e por assim constar no original manuscrito sancionado por Rodrigues Alves, cf. Arquivo Nacional (AN), Leis, Lei n. 973, de 2/1/1903.

¹² Cf. Arquivo Nacional, Conselho de Estado, cx. 552, doc. 6.

culturais se caracterizam por pretenderem realizar estudos e investigações, promover conferências, editar publicações para divulgação de seus trabalhos etc. Como sociedades educativas consideramos primordialmente aquelas que visam à promoção do saber na sociedade, à instalação de escolas, principalmente de educação infantil, ou cursos especiais, como os profissionais, por exemplo, para formação de trabalhadores qualificados para a indústria ou o comércio, ou cursos de nível superior. Sociedades políticas podem ser partidos ou agremiações com propostas de atuação parlamentar ou defesa de mudanças na esfera política, como, por exemplo, a alteração de forma de governo, de monarquia para república ou o inverso. As sociedades recreativas compreendem clubes de esportes, agremiações carnavalescas e clubes familiares, destinados à promoção de jogos de salão, bailes, festas e exercício de talentos artísticos, como recitais de poesias e música e peças teatrais e as sociedades religiosas são aquelas em que o traço de união dos associados é uma fé, que pode ser católica, protestante, judia ou espírita. Podem ser grupos de oração, de vida em comum (como as congregações e ordens católicas) e de divulgação da doutrina. Consideramos aqui sociedades religiosas tanto as de leigos (como devoções, irmandades, ordens terceiras etc.) como as institucionais (igrejas protestantes ou cabidos de catedrais). Finalmente, consideramos de tipo sindical aquelas que expressam nos seus fins a defesa dos interesses da categoria, a luta por melhores salários e condições de trabalho.

6 As associações portuguesas que se registram

Consideramos associações portuguesas todas as que indicavam em seus estatutos serem constituídas de portugueses, seja enquanto nacionais ou naturais de alguma área integrante de Portugal, fosse ele Portugal Continental ou Ultramarino. As associações que correspondem a esse critério são as abaixo.

REG.	DATA REG.	FUNDAÇÃO	TIPO	NOME
40	16/08/1904	31/05/1863	auxílio mútuo nacionalidade	Benemérita Sociedade Portuguesa
117	09/01/1907	28/09/1883	auxílio mútuo nacionalidade	Caixa de Socorros D. Pedro V Congregação dos Artistas Portugueses (ver tb. reg. 378)
124	09/01/1907	10/06/1880	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
129	14/01/1907	29/06/1884	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (ver tb. reg. 415)

130	14/01/1907	26/05/1863	auxílio mútuo nacionalidade	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
142	17/01/1907	08/07/1882	auxílio mútuo nacionalidade	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
156	21/01/1907	15/08/1881	auxílio mútuo nacionalidade	Sociedade Fraternidade Açoriana
160	23/01/1907	23/12/1902	auxílio mútuo nacionalidade	Real Centro da Colônia Portuguesa
169	25/01/1907	24/05/1896	auxílio mútuo nacionalidade	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
260	12/08/1907	30/06/1859	cultural nacionalidade	Retiro Literário Português
328	14/06/1908	18/08/1907	auxílio mútuo nacionalidade	União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos
349	23/10/1908		política nacionalidade	Grêmio Republicano Português
368	25/01/1909	05/07/1908	auxílio mútuo nacionalidade	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses
378	16/04/1909	28/09/1883	auxílio mútuo nacionalidade	Congregação dos Artistas Portugueses (ver tb. reg. 117)
415	25/11/1909	29/06/1884	auxílio mútuo nacionalidade	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (ver tb. reg. 129)

A análise desse quadro já nos coloca questões interessantes. Dos 15 registros ocorridos no período, um ocorre em 1904, logo após a criação do 1º Ofício, nove em 1907, exatamente o ano em que há o maior número de registros¹³, dois em 1908 e três em 1909.

Esses 15 registros referem-se efetivamente a 13 associações, uma vez que a Congregação dos Artistas Portugueses e a Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa têm dois registros cada, em 1907 e em 1909. Possuímos datas de fundação de 12 associações, dos quais onze ocorreram no séc. XIX., as demais em 1902, 1907 e 1908. A distribuição de ocorrências é a seguinte:

¹³ 1907 é o ano com maior número de registros no período 1903-1923. Os anos mais próximos em quantidade de registros são 1921 e 1923, com 110 e 104 ocorrências, respectivamente.

ANOS	ASSOCIAÇÕES
1859	1
1863	2
1880	1
1881	1
1882	1
1883	1
1884	1
1896	1
1902	1
1907	1
1908	1
s. id.	1
Total	13

Não temos informações que nos permitam contextualizar os anos em que são fundadas essas associações. Entretanto, cabe observar que todas as associações identificadas foram fundadas após a segunda metade do séc. XIX e, normalmente, uma em cada ano. Mesmo após 1882, quando a Lei n. 3.150, de 4/11/1882 dispensa de autorização vários tipos de associação¹⁴, não há um aumento significativo de associações portuguesas, embora haja indícios que essa nova regulamentação facilitou o surgimento de novas sociedades no período.

Entre as sociedades que se registram, pode-se observar a ausência de importantes associações portuguesas, como o Real Gabinete Português de Leitura, a mais antiga associação portuguesa no Brasil, fundada em 14/5/1837, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, de 15/05/1840, ou o Liceu Literário Português, de 10/9/1868, para citar apenas algumas das mais significativas e atuantes até hoje. Devem ter se registrado depois, mas o que chama a atenção aqui é que, mesmo em 1909, passados seis anos da Lei n. 973, ainda não se tinham adequado a ela.

É verdade que o registro era facultativo, sendo necessário apenas para a obtenção de personalidade jurídica, mas isso não explica essa ausência, uma vez que sempre se considerou que o mais importante incentivo para a busca da personalidade jurídica seria a necessidade desse status para a gerência de

¹⁴ Essa Lei regula o estabelecimento de companhias e sociedades anônimas, Em seu artigo 34 afirmava: *“As disposições desta lei não compreendem as sociedades de socorros mútuos, nem as literárias, científicas, políticas e beneficentes que não tomarem a forma anônima. As ditas sociedades se podem instituir sem autorização do Governo e são regidas pelo direito comum”*.

bens e haveres. É possível supor que associações pequenas, com poucos sócios e sem haveres, com pequena arrecadação, pudessem funcionar sem personalidade jurídica, na medida em que não dispusessem de bens, não possuíssem conta em banco e usassem como sede a residência de um dos diretores, mas todas as três associações acima referidas eram extremamente importantes social e economicamente e, entre seus membros, contavam pessoas distinguidas tanto na colônia portuguesa como na sociedade carioca, sendo improvável que ignorassem essa determinação legal. Uma das possibilidades de explicação disso poderia ser o fato de essas associações terem tido em suas diretorias pessoas tão influentes na sociedade brasileira à época que não se sentissem obrigadas imediatamente ao registro.

Há uma dominância quase absoluta de associações de auxílio mútuo, que são em número de 11. As outras duas são uma política e outra cultural. Associações de auxílio mútuo são as mais comuns também se nosso universo for o de todas as associações registradas entre 1903 e 1909 (em número de 417), constituindo mais da metade dos registros, vindo num segundo lugar longínquo as associações religiosas. É claro que a inexistência de algum tipo de legislação de proteção social determina a necessidade da criação desse tipo de associação, o que ainda mais deveria ser sentido por imigrantes que se encontravam sozinhos, sem a presença e proteção de membros da família e de amigos influentes. O fato dos portugueses se constituírem como uma grande colônia de imigrantes provavelmente também não facilitaria a beneficência por compatriotas, nem uma ajuda maior da representação diplomática, estimulando a busca de segurança pela adesão a essas associações.

Isso pode ser contraposto ao fato de, no período, serem registradas três sociedades de tipo beneficente, subtipo nacionalidade, ou seja, uma sociedade em que os sócios contribuem para caridade com não sócios, com base apenas no critério da nacionalidade. São elas a Sociedade Francesa de Beneficência (reg. 153 e 376, respectivamente de 21/1/1907 e 3/3/1909), a Sociedade Belga de Beneficência (reg. 179, de 6/2/1907) e a Sociedade Alemã de Beneficência (reg. 325, de 8/6/1908). Isso não significa que sociedades de auxílio mútuo de portugueses não praticassem caridade com seus compatriotas – a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (reg. 40, de 16/8/1904) e o Real Centro da Colônia Portuguesa (reg. 160, de 23/1/1907) tinham, em seus fins, a prática de atos de caridade para com não sócios¹⁵, mas apenas que o seu aspecto predominante era o de auxílio mútuo.

¹⁵ A Caixa de Socorros proclama várias vezes ter como público alvo de seus fins os associados e portugueses e, no caso da farmácia que deveria instalar, se propõe a socorrer todos que dela necessitem, insinuando que mesmo que não portugueses; o Real Centro se propunha a ajudar os

7 Características comuns dessas associações

As associações, portuguesas ou não, além de se assemelharem naturalmente quando de mesmo tipo, por exemplo, de auxílio mútuo, tendiam a obedecer a um certo padrão na forma de expressarem seus fins, a constituição de seus fundos sociais, sua administração, exigências para ingresso de sócios etc. Podemos observar mais claramente esses traços comuns quando trabalhamos com sociedades que se registram na mesma época, e isso será bem demonstrado na medida em que, excetuada a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, todas as demais se registram entre 1907 e 1909.

A maioria das associações tem uma diretoria sofisticada, com presidente, vice, dois secretários, tesoureiro, procurador e algumas vezes suplentes. Três associações (o Retiro Literário Português, o Grêmio Republicano Português e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses) só tem a diretoria e não possuem conselhos para sua administração. As demais o têm, variando em composição. Aquelas em que o conselho é pequeno, de 3 a 5 membros, casos da Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa, da Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e da Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa, a eleição é direta, por todos os sócios em assembleias gerais. Na Congregação dos Artistas Portugueses, Fraternidade dos Filhos da Lusitânia, Sociedade Fraternidade Açoriana e União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, com grandes conselhos, a eleição para a diretoria é indireta, sendo o conselho responsável pela escolha, dentre seus membros, daqueles que ocuparão a diretoria. No Real Centro da Colônia Portuguesa e no Centro Beneficente da Colônia Portuguesa, a eleição para a diretoria só é direta para os cargos de tesoureiro, sendo, para os demais cargos, realizada pelo conselho, este sim eleito pelos sócios. A Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V tem características singulares: possui uma diretoria simples (presidente, secretário e tesoureiro), o conselho com maior número de membros dentre todas as suas congêneres (24), mas toda a administração eleita diretamente.

A Caixa D. Pedro V, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e a Fraternidade dos Filhos da Lusitânia têm como presidentes honorários o ministro/cônsul de Portugal no Rio de Janeiro. A Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa dá a D. Carlos I o título de “grande protetor”, considerando seus prepostos no Brasil, o embaixador e cônsul, “protetores”. O Retiro Literário Português e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses davam ao rei de Portugal o título de presidente perpétuo e o seu

ministro ou encarregado de negócios no Brasil era sócio honorário do primeiro e presidente honorário do segundo. O esforço em de manter uma ligação com o governo português ficava publicamente expresso quando essas associações incorporavam títulos de “Real” ou “Benemérita” a suas denominações, o que contribuiria também para seu engrandecimento frente à colônia.

Quanto à constituição do fundo social, as associações portuguesas, como em geral quase todas as associações registradas entre 1903 e 1909, preferiam, para a segurança de seu patrimônio, apólices da dívida pública, imóveis, pelo menos um para sede, e móveis, designação genérica que englobaria desde mobiliário até valores em dinheiro. Se no início do registro várias associações, entre as quais a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, informavam a quanto montava seu capital, algumas vezes até especificando endereços de imóveis, os registros logo passaram a ser mais sucintos nesse pormenor, só declarando a espécie geral de aplicação e, após 1907, substituindo, com freqüência, as informações sobre a constituição do fundo social pela declaração de que a renda do fundo era gasta com auxílios, socorros e despesas.

Dentre as associações de auxílio mútuo, os fins mais comuns são a concessão de auxílios pecuniários aos sócios doentes ou impossibilitados de trabalhar, o que poderia ser temporário, por exemplo, por acidente, ou permanente, por invalidez ou excessiva idade, a concessão de pensões à família, auxílio no transporte para fora da capital (para outra parte do Brasil ou mesmo para o exterior) por recomendação médica, o que nos remete aos problemas de insalubridade do Rio de Janeiro e a doenças que exigiam “melhores ares”, como a tuberculose. A única associação desse tipo que não declara explicitamente os benefícios pecuniários aos doentes e inválidos é a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, que usa de fórmulas gerais que permitem esse e outros tipos de ajuda.

Essa mesma Caixa de Socorros D. Pedro V, a Congregação dos Artistas Portugueses (reg. 117, de 1907) e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses são os únicos que não oferecem ajuda para enterramento dos sócios, questão fundamental na época, e que está presente na esmagadora maioria dos estatutos das associações de auxílio mútuo que se registram no período. Cabe observar, entretanto, que a Caixa de Socorros, com seus fins gerais, provavelmente concedia também esse benefício e que a Congregação dos Artistas Portugueses, quando altera seu estatuto (reg. 378, em 1909), passa a garantir também essa vantagem.

Somente o Real Centro da Colônia Portuguesa e o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses não concediam pensão às famílias nem auxili

avam os sócios doentes a buscarem melhores ares fora da capital. A Caixa D. Pedro V não explicitava a questão de pagamento de pensões, mas afirmava auxiliar pecuniariamente sócios e suas famílias, sendo que as esposas e filhos menores ganhavam a metade do que era dado ao sócio, exceto se fossem eles mesmos sócios.

Em geral, essas pensões eram pagas à viúva e aos filhos, havendo limites etários diferentes para filhos e filhas. A União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos só pagava pensão se a viúva tivesse vivido até o fim com o falecido e não tivesse “mau comportamento”.

O Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, que exigia de seus sócios “idéias conservadoras”, era bastante progressista com relação ao pagamento do legado que os sócios deixavam para a família: se o associado fosse casado em Portugal e residisse no Brasil com outra mulher, o legado era dividido igualmente entre as duas, mas se uma delas tivesse filhos e a outra não, a divisão passava a ser 2/3 para a com filhos e 1/3 para a sem filhos.

Socorros, pensões e legados exigiam, geralmente, uma determinada carência, ou seja, um tempo de adesão à sociedade, além de variarem de valor com base em diferentes critérios. Além de variarem de acordo com a gradação dos sócios, podiam variar também de acordo com o tempo pelo qual eram pagos. Assim, pensões por invalidez, eram normalmente menores do que beneficências temporárias por doenças.

Três associações, a Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, a Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses e o Real Centro da Colônia Portuguesa se propunham a ajudar os associados presos, desde que antes da sentença e não acusados de determinados crimes, geralmente “crimes infamantes”.¹⁶

O orgulho pela criação da associação faz que a Congregação dos Artistas Portugueses (reg. 117, de 1907) e a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões expressem entre seus fins a comemoração de suas datas de fundação /instalação. Da mesma maneira, várias associações vão comemorar datas cívicas portuguesas ou aquelas ligadas diretamente a seus patronos, sendo que algumas vezes fazem coincidir data de fundação / instalação com essas datas.

É bastante interessante verificar também o que de diferente as associações de auxílio mútuo ofereciam. A Caixa D. Pedro V oferecia assistência

¹⁶ “A infâmia de Direito (*infamia juris*) é a que decorre da condenação por crime considerado infame. Geralmente, assim se entendem os crimes em que há fraude ou dolo”. Verbete Infâmia. In: SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

médica e farmacêutica (para associados, portugueses e pessoas que a ela recorressem), pretendia instituir um asilo para meninas, comemorava a morte do patrono com missa e doação de roupas a órfãos, podia abrir aulas gratuitas para portugueses e seus filhos, além de deixar abertas todas as possibilidades de ajuda na expressão geral de “quaisquer outros favores aos associados ou portugueses”, suas famílias e filhos menores.

A Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses além de proclamar que dava pensão à família dos sócios falecidos, também se propunha a criar um montepio. O Real Centro da Colônia Portuguesa pretendia ajudar vítimas de calamidades ocorridas na mãe-pátria. Mas o que é mais peculiar é que se posicionava como intérprete das necessidades dos compatriotas, reclamando junto às autoridades de Portugal e do Brasil tudo que conviesse aos que aqui residissem. Pretendia também constituir biblioteca para seus associados. O Centro Beneficente da Colônia Portuguesa promovia sorteio para admissão de seus sócios na Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência, indicando que para seus associados a possibilidade de pertencerem a essa última associação deveria ser muito distante, dado o valor exigido para se remir. A União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, além da ajuda para o funeral, assumia aviso fúnebre em jornal e enviava comissão para acompanhamento do féretro.

O Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses tinha propósitos extremamente peculiares, que nos permitem entrever a que setor da colônia portuguesa se destinava. Para seus sócios, que deveriam ser portugueses com “idéias conservadoras”, o Centro propunha-se a aceitar procurações para gerir patrimônio dos sócios ausentes do Brasil, a liquidar espólios no Brasil de associados falecidos, a garantir assistência de advogados tanto para causas cíveis quanto criminais. Para os que, porventura, terminassem suas vidas não tão bem sucedidos, o Centro propunha-se a repatriá-los ou a conceder-lhes auxílio e, depois, pensões às famílias. Pretendia também estabelecer relações com associações de imigrantes tanto no Brasil quanto em Portugal, lutar junto ao governo português por anistia para seus associados, fundar albergues noturnos, orfanatos, creches e asilos, bem como proporcionar recreação aos associados. O lado político de defesa da monarquia expressava-se na realização de conferências em celebrar missas pelas almas de D. Carlos e D. Luís Felipe, assassinados em 1 de fevereiro. No último dia do ano, o Centro realizava uma missa pelas almas dos associados falecidos. Também dava legados às famílias dos associados falecidos.

A Sociedade Fraternidade Açoriana, além dos fins normais a uma associação de auxílios mútuos, tinha de peculiar o objetivo de manter e desenvolver uma biblioteca.

A única sociedade cultural de nossa lista, o Retiro Literário Português, pretendia cultivar o intelecto de seus sócios, instituindo aulas para eles e seus filhos, mantendo biblioteca, publicando revista literária, realizando conferências e discussões sobre ciências, artes e, principalmente, literatura portuguesa.

O Grêmio Republicano Português pretendia divulgar entre os compatriotas o ideal republicano, orientar os portugueses no Brasil quanto “à verdadeira situação política e social” da pátria, auxiliar moral e materialmente o Partido Republicano em Portugal e proteger seus filiados quando perseguidos por razões políticas. Para isso manteria biblioteca, realizaria conferências, estabeleceria jornal ou boletim para dar publicidade a questões de interesse social e político e difundir seus ideais. O Grêmio afirmava estarem proibidas quaisquer discussões sobre política brasileira e propunha-se a dar aulas práticas de línguas, escrituração comercial, contabilidade, história, geografia, economia, política e educação cívica para sócios e seus filhos, o que acabava estabelecendo um nexo entre o republicanismo de suas propostas políticas, democratização da cultura e possibilidade de ascensão social. Comemorava a data da Revolução Republicana do Porto (31 de janeiro) e efemérides da Revolução Francesa, como a declaração dos direitos do homem e do cidadão e a queda da Bastilha (14 de julho).

8 Os membros dessas associações

Os dossiês de registro não dão informações numéricas nem nominais dos associados¹⁷. No entanto, além de caracterizarem em largos traços seus membros (número limitado ou ilimitado, sexo, nacionalidade etc.), informam, com freqüência, os nomes dos fundadores ou instituidores e sempre, dado que a lei obrigava o fornecimento dos nomes dos membros do corpo diretivo.¹⁸ Além de caracterizarmos os membros dessas associações com base no que é expresso em seus estatutos, trabalharemos com o cruzamento do nome dos fundadores e diretores.

A primeira observação que se impõe é que a essas associações só podiam pertencer cidadãos portugueses natos ou naturalizados, com duas exceções: a Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa e a

¹⁷ DISTRITO FEDERAL. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA, *op. cit.*, traz dados sobre número de associados daquelas associações que classificam como de auxílio mútuo e beneficência para o período de 1912 a 1920.

¹⁸ Para nosso trabalho, denominaremos fundadores os fundadores propriamente ditos e os instituidores, e diretores os membros da direção das associações.

Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V. A primeira entendia como português o nascido em Portugal ou qualquer de suas possessões, independentemente da nacionalidade, o que devia ser muito interessante à época, já que no Brasil, por ocasião da República, ocorreu a naturalização de todos os estrangeiros que não tivessem expressamente manifestado o desejo de manter a nacionalidade, acarretando a transformação de muitos portugueses, até inadvertidamente, em brasileiros. A Caixa D. Pedro V aceitava esposas e filhos menores de portugueses como sócios, não determinando as nacionalidades deles.

Só a Caixa D. Pedro V e a Sociedade Fraternidade Açoriana aceitavam mulheres, embora provavelmente, elas não tivessem os mesmos direitos de participação que seus maridos ou pais. Essa questão não era exclusiva de portugueses e, com exceção das associações religiosas, muito poucas associações aceitavam o ingresso de mulheres. O número das que mulheres participavam realmente, votando e sendo votadas, era ainda menor. Mesmo as irmandades e congêneres, tendiam à criação de cargos específicos para mulheres, normalmente ligados à realização de festas ou à manutenção do asseio e ornamentação de alfaias e do templo.

Para essas associações não importava a naturalidade, exceto para a Sociedade Fraternidade Açoriana e a União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos, que só aceitavam como sócios os oriundos dos dois arquipélagos.

Havia diversas gradações de sócios. Normalmente, os sócios podiam ser contribuintes ou remidos, ocorrendo a remissão por pagamento antecipado de valor. Além disso, os sócios podiam receber titulações, que variavam muito, podendo ser protetores, grandes protetores, sócios honorários, beneméritos, benfeitores, dignitários etc. Geralmente esses títulos eram dados a partir de donativos ou serviços, inclusive o de participar da administração com assiduidade, o que era fundamental dado o caráter gratuito desses trabalhos. As titulações acabavam repercutindo financeiramente, na medida em que sócios titulados recebiam valores maiores de beneficências e deixavam maiores pensões.

Tanto o Grêmio Republicano Português quanto o Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, apesar de divergentes quanto a formas de governo, permitiam a possibilidade de indivíduos de outras nacionalidades serem agraciados com títulos, no primeiro de sócios honorários, no segundo de beneméritos ou benfeitores. O Centro, entretanto, explicitava claramente que não poderiam jamais participar da diretoria nem das assembleias. Essa possibilidade de conferir títulos a não portugueses pode ser um meio interessante

de cooptar para as duas associações indivíduos de outras nacionalidades, principalmente brasileiros, que pudesse colaborar para o bom funcionamento e crescimento delas.

Para essas associações temos os nomes de 186 pessoas citadas como suas fundadoras ou membros de suas direções. Desses 186 homens, 13, ou seja 6, 98% do total, participam de mais de uma associação. São eles:

Fundadores /diretores	Associações
Araújo, João de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (1907; 1909) Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Carvalho, José Justino de (fund.) Castro, Artur Augusto Cardoso de (dir.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Coelho, Arnaldo Máximo (dir.)	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões Real Centro da Colônia Portuguesa
Dantas, Caetano Joaquim de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Gonçalves, Rosendo José (dir.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Leal, Francisco Ferreira	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (fund.) Congregação dos Artistas Portugueses (1907; 1909) (dir.) Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (dir)
Lemos, Antônio Martins de (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses
Sampaio, Guilherme Pinto (dir.)	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa (1909) Congregação dos Artistas Portugueses (1909)
Simões, Joaquim Manuel Gonçalves (fund.)	Congregação dos Artistas Portugueses Fraternidade dos Filhos da Lusitânia

Sousa, João José de, comendador (dir.)	Congregação dos Artistas Portugueses Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Sousa, Joaquim José Rodrigues de	Retiro Literário Português (dir.) Grêmio Republicano Português (fund.)
Vieira, Luís Alves (dir.)	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa Congregação dos Artistas Portugueses (1909)

Dos treze indivíduos relacionados, doze participam de duas associações e apenas uma de três. Se nos preocuparmos com as associações relacionadas, teremos o quadro abaixo.

Associações	Ocorrências
Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	6
Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões	3
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	1
Congregação dos Artistas Portugueses	7
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	3
Grêmio Republicano Português	1
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	4
Real Centro da Colônia Portuguesa	1
Retiro Literário Português	1

As primeiras conclusões indicam, além da natural dominância de associações de auxílio mútuo, que as duas associações com maior número de ocorrências foram fundadas na década de 1880, ou seja, eram associações já há muito estabelecidas, provavelmente consideradas estáveis. É interessante observar também que a única associação política e a única cultural foram referidas pela mesma pessoa, que não participava de nenhuma associação de auxílio mútuo portuguesa.

9 Associações ligadas à cultura portuguesa

Além das associações compostas por portugueses, encontramos um grupo de entidades que, não tendo explícitas restrições à entrada de membros por nacionalidade, têm nomes ligados a personagens ou eventos relacionados a Portugal, com exceção da União Social, que foi aqui incluída por ser a associação resultante da fusão do Centro Beneficente Marquês de Pombal, da Associação de Socorros Mútuos Memória a D. Pedro I e da Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa. São elas:

Reg.	Data reg.	Fundação	Tipo	Nome
314	03/04/1908	29/11/1896	auxílio mútuo	Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes
216	25/04/1907	21/09/1887	auxílio mútuo	Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão
170	25/01/1907	20/06/1903	auxílio mútuo	Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e Serpa Pinto
303	18/02/1908	01/01/1882	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
122	09/01/1907	12/06/1881	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
386	15/05/1909			
176	31/01/1907	08/09/1883	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória a El Rei D. Sebastião
217	25/04/1907	22/01/1884	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
383	11/05/1909			
168	25/01/1907	15/08/1882	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
392	28/06/1909			
165	24/01/1907	07/09/1884	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Memória ao Poeta Bocage
121	09/01/1907	11/07/1880	auxílio mútuo	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
387	17/05/1909			
354	19/11/1908		auxílio mútuo	Benemerita Loja Capitular Luís de Camões
175	30/01/1907	23/10/1898	auxílio mútuo	Centro Beneficente D. Amélia - Rainha de Portugal
370	12/02/1909	01/04/1897	auxílio mútuo	Centro Humanitário Mousinho de Albuquerque
111	26/11/1906	21/08/1898	recreativa	Clube de Regatas Vasco da Gama
256	31/07/1907	08/04/1883	auxílio mútuo	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
125	11/01/1907	31/03/1895	auxílio mútuo	Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal
150	18/01/1907	15/08/1886	auxílio mútuo	Congresso Beneficente Alto Mearim
243	01/07/1907	21/04/1900	auxílio mútuo	Congresso Benefice General Cunha
149	18/01/1907	29/06/1884	auxílio mútuo	Fraternidade Beneficente da Colônia Portuguesa
126	11/01/1907	30/05/1884	auxílio mútuo	Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco
384	14/05/1909			
161	23/01/1907	15/08/1865	auxílio mútuo	Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale
177	01/02/1907	31/10/1868	recreativa	Real Sociedade Clube Ginástico Português
119	09/01/1907	05/05/1888	auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia
396	24/07/1909			

135	15/01/1907	25/04/1884	auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses do Primeiro de Dezembro de 1640
407	30/09/1909		auxílio mútuo	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
293	28/12/1907	22/08/1907	auxílio mútuo	União Social

O quadro acima relaciona essas associações, indicando número e data de registro junto ao 1º Ofício, data de fundação, tipo e nome da associação. Algumas associações se têm dois registros no período, o que é indicado por uma segunda linha no número e data de registro. A partir desses dados temos algumas possibilidades de análise. Segue abaixo o quadro de quantidades de associações fundadas por ano.

ANOS	ASSOCIAÇÕES
1865	1
1868	1
1880	1
1881	1
1882	2
1883	2
1884	5
1885	1
1886	1
1887	1
1888	1
1895	1
1896	1
1897	1
1898	2
1903	1
1907	1
s. ident.	2
Total	26

Das 24 associações para as quais temos dados, 16 foram fundadas ainda no Império, sendo que 11 entre 1883 e 1888, o que parece sugerir que sua criação foi estimulada pela Lei n.3.150, de 4/11/1882, que dispensava de autorização governamental a criação de várias associações. Há uma dominância

quase absoluta de associações de auxílio mútuo (24), existindo apenas duas recreativas. A União Social, também de auxílio mútuo, parece ter uma preocupação maior do que apenas seus sócios, na medida em que se propunha a criar uma caixa de previdência para socorrer sócios ou não vítimas de catástrofes ou acidentes.

Como, no geral, a presença feminina é mínima, sendo interessante observar que a Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho podia ter uma mulher como patrona, mas não como associada. Em tempos anteriores, a participação de mulheres deve ter sido maior, já que a Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita (estatuto reformado em 1907), Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (estatuto de 1903), o Congresso Beneficente Alto Mearim, e a União Social (fruto da fusão de outras associações) só aceitavam sócios do sexo masculino, mantendo-se no quadro social apenas as senhoras ingressadas anteriormente.

Aceitavam mulheres a Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama, o Centro Beneficente D. Amélia – Rainha de Portugal, a Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal, o Congresso Beneficente General Cunha (mas somente como sócias iniciadoras ou instaladoras), o Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco e a Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia.

Dentre as que permitiam a presença feminina, na Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama e no Grêmio Beneficente à Memória de Camilo Castelo Branco e na Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (estatuto de 1909) seu ingresso estava condicionado a serem propostas por pai, marido ou irmão. De qualquer maneira, sua presença não se dava nos mesmos moldes dos associados homens – está geralmente expresso no estatuto que não podem votar e na Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia (estatuto de 1909) as mulheres pagavam um valor diferente de jóia e tinham idade máxima menor (40, enquanto para homens era 50). A Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia foi a única fundada por uma mulher, Maria da Conceição Ferreira da Costa, com certeza parente do outro fundador, Miguel Ferreira da Costa.

Procedemos ao cruzamento dos nomes dos fundadores e diretores das associações portuguesas (*fundpt* e *dirpt*) com os nomes dos fundadores de diretores de associações ligadas a Portugal mas não exclusivamente de

Sócios	Ação	Associações
Braga, Manuel Alves Dias	fundip	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
	fundpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Braga, Manuel José Antunes	dirip	Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Carqueja de Fuentes, Baldomero, comend.	dirpt	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa
	fundip	Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes
Carvalho, José Justino de	fundip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	fundpt	Congregação dos Artistas Portugueses
Coelho, José Alves	fundpt	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
	dirip	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
Costa, Antônio Leite da Serpa Pinto	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
	dirip	Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e
Dias, João Antônio	dirip	Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão
	fundpt	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Ferreira Júnior, Manuel José	dirip	Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
	dirpt	Real Centro da Colônia Portuguesa
Freitas, Antônio da Costa	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Gonçalves, Rosendo José	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses
	dirpt	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia
Leal, Francisco Ferreira	fundpt	Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses (1907; 1909)
Leão, Bernardo Correia Araújo, cel.	dirpt	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal (1907; 1909)
	dirpt	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses

Martins, Joaquim Lopes	fundip/ dirip dirip	União Social Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita
Martins, Manuel Francisco	diript dirip	Real Centro da Colônia Portuguesa Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal
	dirip	Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
Mesquita, Joaquim Moreira	diript dirip	Sociedade Fraternidade Açoriana Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
Antônio da Silva Mota, José	diript dirip diript	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Mota, Luís Barbosa Ferreira	dirip fundpt/ diript	Congresso Beneficente Alto Mearim Centro Beneficente da Colônia Portuguesa da
Oliveira, José Campelo de	fundipt/ dirip fundpt	Congresso Beneficente Alto Mearim Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Pereira, Antônio Joaquim	dirip diript	Congresso Beneficente General Cunha Centro Beneficente da Colônia Portuguesa
Rodrigues Pereira, Delfino José	dirip	Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (1907; 1909)
Sampaio, Guilherme Pinto	diript dirip	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses Rainha Santa Isabel
	diript diript	Congregação dos Artistas Portugueses 1909 Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa 1909
Soares, Manuel Gomes	dirip diript	União Social Real Centro da Colônia Portuguesa
Sousa, Brás Dias	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia de
Sousa, João José de, comend.	diript dirip	Congregação dos Artistas Portugueses Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama (1907; 1909)
	dirip	Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia
	dirip	Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia
	dirip	Congregação dos Artistas Portugueses
	diript	Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões
Vieira, Luís Alves	dirip	Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco (1907; 1909)
	dirip	Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho
	diript diript	Centro Beneficente da Colônia Portuguesa Congregação dos Artistas Portugueses 1909

A primeira observação é quanto ao número de pessoas que pertenciam a associações exclusivamente de portugueses e que integravam, como fundadores ou dirigentes, outras que, ligadas à cultura portuguesa, não tinham restrições à nacionalidade de seus membros. Enquanto somente 13 pessoas de associações portuguesas eram fundadores ou diretores de mais de uma associação portuguesa, o número de portugueses integrando dessa forma associações ligadas a Portugal, mas sem restrição de nacionalidade, passa para 25, praticamente o dobro. Se trabalhássemos com a participação como membros, o que não temos condição com nossas fontes, ou com a participação em qualquer tipo de associação como fundadores ou diretores, isto sim possível, porém muito mais trabalhoso, alcançaríamos números ainda mais significativos.

O número de pessoas que, além da associação portuguesa, integram uma outra não portuguesa está expresso no quadro abaixo.

Ocorrências	Associações ligadas à cultura portuguesa	Observações
18	1	2 pessoas participam de 2 associações portuguesas
2	2	1 pessoa participa de duas associações portuguesas
4	3	
1	4	

Comparando esse quadro com o de pessoas que participavam de mais de uma associação portuguesa, encontramos apenas seis portugueses fundadores ou diretores de mais de uma associação portuguesa participando como fundadores ou diretores de associação ligadas à cultura portuguesa. São eles: Carvalho, José Justino de; Gonçalves, Rosendo José; Leal, Francisco Ferreira; Sampaio, Guilherme Pinto; Sousa, João José de, comendador e Vieira, Luís Alves. Os outros 19 eram portugueses que participavam apenas de uma associação portuguesa.

Outra questão interessante é que a maioria das pessoas integra apenas mais uma associação. Cabe observar que quem participava de quatro associações era o comendador João José de Sousa, cuja participação na direção de cinco associações (uma portuguesa e quatro ligadas à cultura portuguesa) devia não só dar distinção a essas associações como também só poderia ser realizado por alguém com posses, uma vez que o trabalho de dirigir essas sociedades não era remunerado.

A participação em associações não exclusivamente portuguesas, ainda que ligadas à cultura portuguesa, parece indicar uma estratégia de envolvimento e participação maior dos portugueses na sociedade brasileira em geral. O fato disso se dar nesse tipo de associações, que malgrado uma ligação explícita com valores lusitanos, se propõem a ser universalistas, pode funcionar como um reforço positivo à imigração portuguesa, vista como aberta à integração na sociedade brasileira e às demais colônias de imigrantes presentes então na Capital Federal. Na medida em que ser inclusiva e aceitar todas as culturas e povos era visto como uma das qualidades da sociedade brasileira, os portugueses, ao se comportarem assim, estabeleciam Portugal como origem desse valor.

A distribuição de ocorrências por associações é conforme abaixo.

Associações	Tipo	Ocorrências
Associação Beneficente Homenagem ao Conselheiro Antônio Enes	ip	1
Associação Beneficente Homenagem ao Escritor Português Ramalho Ortigão	ip	1
Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henrique e Serpa Pinto	ip	1
Associação Beneficente Protetora da Colônia Portuguesa	pt	3
Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita	ip	2
Associação de Socorros Mútuos D. Maria Pia	ip	3
Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho	ip	4
Associação de Socorros Mútuos Memória à Restauração de Portugal	ip	3
Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama	ip	5
Associação Portuguesa de Beneficência Memória d Luís de Camões	pt	8
Centro Beneficente da Colônia Portuguesa	pt	5
Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	pt	1
Congregação dos Artistas Portugueses	pt	7 ₂
Congregação dos Filhos do Trabalho D. Carlos I Rei de Portugal	ip	2
Congregação Familiar de Socorros Santa Isabel Rainha de Portugal	ip	1
Congresso Beneficente Alto Mearim	ip	2
Congresso Beneficente General Cunha	ip	1
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	pt	3
Grêmio Beneficente a Memória de Camilo Castelo Branco	ip	1
Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	pt	1
Real Centro da Colônia Portuguesa	pt	3
Sociedade Beneficente Anjo da Caridade Maria Pia	ip	3
Sociedade Beneficente Memória aos Heróis Portugueses		
Rainha Santa Isabel	ip	2
Sociedade Fraternidade Açoriana	pt	1
União Social	ip	2
Total		66

As associações com mais ocorrências são a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões (8), Congregação dos Artistas Portugueses (7), a Associação de Socorros Mútuos Vasco da Gama e o Centro Beneficente da Colônia Portuguesa (5) e a Associação de Socorros Mútuos Memória a Ester de Carvalho (4). Dessas, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Congregação dos Artistas Portugueses e o Centro Beneficente da Colônia Portuguesa integravam o conjunto de associações portuguesas com maior incidência de fundadores ou diretores também integrantes, nessas qualidades, de sociedades congêneres. Cabe imaginar que essas associações provavelmente viam com bons olhos a participação de seus membros em outras agremiações, seja por uma questão de prestígio, seja pela oportunidade de constituírem-se alianças.

10 Conclusão

O presente trabalho, além de indicar algumas características do movimento associativo de imigrantes portugueses na cidade do Rio de Janeiro, quis chamar a atenção para as variadas possibilidades de pesquisa existentes em torno desse tema e que merecem detidos estudos, por exemplo, a relação dessas associações com a comunidade portuguesa e as demais associações existentes no Distrito Federal à época, as relações que essas associações estabeleciam com o Estado brasileiro e com o Estado português, por meio de sua representação diplomática etc. Se, além disso, suscitar a busca pelos acervos dessas sociedades, pelos jornais, revistas e boletins que editavam, a curiosidade pelos que delas participavam, como dirigentes e simples membros, com certeza alcançou seus propósitos.

Seminário Internacional
“A Imigração Portuguesa para o Brasil”
2005 Rio de Janeiro

A Imigração Portuguesa [planejada] para o Sul do Brasil.
A Colônia de Nova Ericeira.

Arlete Assumpção Monteiro*

Porto Belo localiza-se na costa atlântica sul-brasileira, pertence ao Estado de Santa Catarina. Apresenta uma área de 95 km². e uma população de 11.141 pessoas, de origem portuguesa, em sua maioria; no verão chega a ter de 60.000 a 100.000 pessoas ¹.

Fig. 1 - Localização do Brasil e do Estado de Santa Catarina na América do Sul e Porto Belo, em Santa Catarina/Brasil.

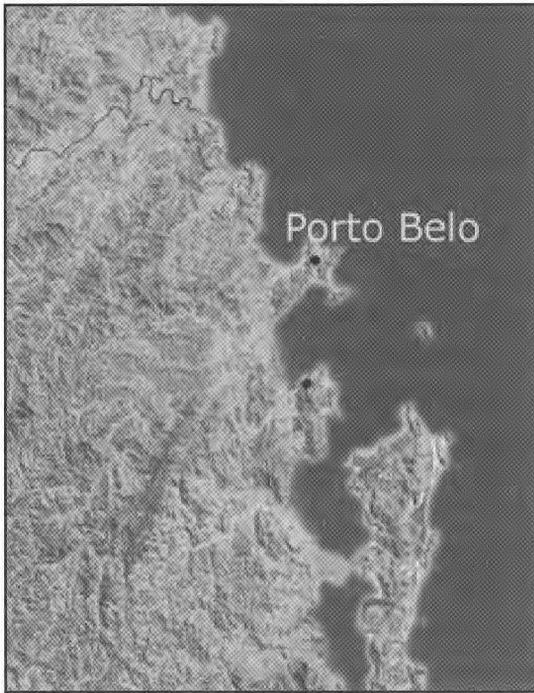


* Pesquisadora associada do CMU - Centro de Memória Unicamp/Grupo de Pesquisa Movimentos Migratórios . Profa. Titular PUC-SP. Dra. em História Econômica, USP/Brasil.

¹ Fonte: <http://www.portobelo.com.br/>. Acesso: abril de 2006.

O território de Porto Belo já foi vastíssimo. Hoje (2006) é um dos menores municípios do Estado de Santa Catarina.

Fig. 2 - Localização de Porto Belo no Estado de Santa Catarina/Brasil.



Fonte: <http://www.portobelo.com.br/>. Acesso: abril de 2006.

Porto Belo possui variadas e belas praias de areia branca, é um verdadeiro paraíso.

Fig. 3 - Vista aérea de Porto Belo, SC, com a ilha de João da Cunha.



Fonte: <http://www.belasantacatarina.com.br/portobelo/> Acesso: abril de 2006.

Aspectos Históricos

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, uma marcante preocupação da coroa portuguesa com as fronteiras brasileiras se delineou, devido ao perigo espanhol nas vizinhanças. Por volta de 1817, D. João ordenou que se delimitasse uma área no litoral sul brasileiro, para formação de uma povoação. O local selecionado foi a Enseada das Garoupas, hoje município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina., conforme documento registrado na folha 2 do livro 1º. Registro Geral, Santa Catarina.

El Rei Nosso Senhor he servido Ordenar que remetta a V.M.^{ce} a Cópia inclusa do officio, que por esta occasião se dirige a Miguel de Souza Mello e Alvin, encarregado da fundação da Nova Povoação de Ericeiros na Enseada das Garoupas, para conhecimento de V.M.^{ce} e para que lhe dê todo auxilio necessário: O que participo a V.M.^{ce} para Sua inteligência e execução.

Deus Guarde a V.M.^{ce}. Palácio da Real Fazenda de Santa Cruz em 25 de março de 1818.

Thomaz Ant. de Villanova Portuga F.

A galera Conde de Peniche aportou no Rio de Janeiro. Trazia cento e uma pessoas de ambos os sexos, procedentes de Ericeira, Portugal.

A Galera denominada Conde de Peniche de próximo chegada de Lisboa a este Porto, vai conduzindo para o das Garoupas os Ericeiros que hão de formar a Povoação, que El Rei Nosso Senhor Tem Mandado estabelecer naquele sitio³.

Os colonos, posteriormente, foram levados à Enseada das Garoupas, para iniciar a povoação,⁴ um dos primeiros projetos de imigração planejada para o Brasil.

Relação do que se deve dar a cada pessoa das que se achão a bordo do Navio Conde de Peniche para seguirem viagem ao Porto das Garoupas.

² Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio Villanova Portugal, vice-rei, a João Vieira Tovar de Albuquerque, governador de Santa Catarina, solicitando auxilio a Miguel de Mello de Alvin, encarregado da fundação da nova povoação de Ericeiros, na Enseada das Garoupas, Brasil.

³ Cópia do documento datado de 11 de dezembro de 1819. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴ Aviso Régio de 25 de março de 1818. O Intendente da Marinha de Santa Catarina foi encarregado da fundação de um povoado.

A saber

Enquanto estiverem neste Porto huma ração diária de carne de vacca, Pão, Arroz, Toucinho, e verdura a cada huma pessoa em proporção sufficiente para se sustentar.

[...] Rio de Janeiro, 8 de Dezembro de 1819.⁵

Vieram pescadores, barbeiros, alfaiates, sapateiros, um carpinteiro e um calafate, além do padre, do cirurgião e de um boticário.

Ao cirurgião Houve Sua Magestade por bem conferir lhe pela Secretaria do Estado dos Negócios Istrangeiros e de Guerra, as Honras de [corroído] Mor, e perceberá [...] duzentos e Quarenta mil reis de Ordenado... e com a obrigação de assistir na Enseada das Garoupas e curar grosseiramente os Povoadores da nova Ericeira⁶.

A doação dos terrenos aos novos colonos se deu por sorteio; ao Governador da Capitania coube a entrega dos títulos de doações.

[...] destinados que sejam os terrenos, V.M. ^{ce} os fará medir e assinas as devidas confrontações e apresentará o resultado da sua diligencia ao Governador, para que esse lhe mande passar os Títulos. A Legoa de terreno, se designe ou unida ou separadamente, e se divida em porçoens, das quaes os Moradores que vierem, tirarão sorte aquella que lhes pertencer, e os mais ficarão rezervados para os outros que vierem depois, ou para aquelles que os forem precisando.

Palácio da Real Fazenda de Santa Cruz em 25 de março de 1818.

Thomaz Ant. de Villanova Portugal.⁷

Para garantir a instalação da colônia, foi providenciado material e um soldo para alimentação dos colonos nos primeiros tempos de implantação.

⁴ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. De José Joaquim Carneiro de Campos a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina enviando uma relação da distribuição de alimentos... para cada pessoa que está a bordo do navio que segue viagem para o Porto das Garoupas.

⁵ De José Joaquim Carneiro de Campos vice-rei a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 03 de março de 1820. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

⁶ De José Joaquim Carneiro de Campos vice-rei a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 03 de março de 1820. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil.

⁷ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio Villanova Portugal, vice-rei, a Miguel de Souza Mello e Alvin, encarregado da fundação da nova povoação Enseada das Garoupas, datado de 25 de março de 1818.

A cada chefe de família huma vacca, hum boy, huma Egoa, hum Potro, duas Ovelhas, hum Carneiro; uma Encho, hum Martelo, huma Serra.[...]

No Sitio da Garoupas de durão ás cem pessoas que vierão de Ericeira por espaço de hum ano em dinheiro e seguinte= Para cada pessoa de sete annos para mais cento e sessenta reais diários, e a cada pessoa de sete annos para menos, três mil e duzentos por mez.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1819 8 .

Além de famílias inteiras vieram também rapazes solteiros que receberam terras mais distantes do núcleo central.

Quanto a duvida em que V. M.ce anda se as Terras devão também ser repartidas pelos solteiros avulsos: Haver o Mesmo Senhor por Bem Resolver que sejam os solteiros contemplados na distribuição de Terras igualmente, como os Casados 9 .

A Colônia de Nova Ericeira foi planejada para alojar os colonos vindos de Ericeira, Portugal. O documento de Thomas Antonio de Villanova Portugal, vice rei, a João Vieira Tovar de Albuquerque, governador de Santa Catarina, escrito no Palácio do Rio de Janeiro e datado de 11 de Dezembro de 1819, apresenta cinco instruções a serem tomadas quando da chegada dos colonos à Enseada das Garoupas. Na 2ª instrução está escrito: *Que lhes sejam distribuídas por sorte as Casas e as porçoens de Terreno, dando-se huma Casa a cada família, podendo os solteiros ser aquartelados se paradamente...*¹⁰

A Fazenda Real devia fornecer verbas necessárias aos empreendimentos da colônia como construção de casas, da igreja, de edifícios públicos e embarcações de pesca.

*Que se lhes de o auxilio e meios necessários para logo principiarem a construção de hum Barco de Pescaria... Que V.M.ce deverá cuidar de fazer a fortificação que for conveniente no Caixa d'Aço*¹¹.

⁸ Documento no Arquivo Publico do Estado de Santa Catarina, Brasil. José Joaquim Carneiro Campos a João Vieira Tovar de Albuquerque, governador de Santa Catarina.

⁹ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, vice-rei, a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 3 de março de 1820.

¹⁰ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio Villanova Portugal, vice-rei, a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 11 de Dezembro de 1819.

A igreja de Bom Senhor dos Aflitos localiza-se no centro urbano de Porto Belo. Foi na época da implantação da Colônia de Nova Ericeira que sua localização foi planejada. Uma porta na parede lateral da igreja dá acesso direto ao cemitério. A igreja foi construída com óleo de baleia.

[...] e cuidando-se na edificação de mais Casas que forem precisas assim como da Igreja a qual Tem Sua Majestade Mandado erigir em Parochia sendo Vigário della o Padre Manoel Franco Serreiro que com elles veio¹².

Fig. 4 – Igreja Matriz de Bom Jesus dos Aflitos, Porto Belo/SC.



Fonte: <http://www.portobelo.com.br> Acesso: abril de 2006.

Até 1822 novos colonos chegaram à Colônia recém implantada. E quanto a Galera [corroído] Ordena o Mesmo Senhor que V. M.^{ce} não lhe ponha embarço a que volte logo para trazer mais Colonos¹³.

A freguesia de Nova Ericeira progredia lentamente. Eram mantidos na povoação um juiz e um escrivão, nomeados pelo juiz de fora da Vila de Desterro, atual Florianópolis, Estado de Santa Catarina/Brasil.

¹¹ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio Villanova Portugal, vice-rei, a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 11 de Dezembro de 1819.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Em documento datado de 03 de março de 1820, lê-se:

Pede o Officio de V.M.^{ce} No. 5, datado de 18 de Janeiro do corrente anno, servindo de supplemento ao do No/15 do anno próximo vindouro, Ficou el Rey Nosso Senhor Sciente de se acharem já dadas as providencias para os Ericeiros receberem na Enseada das Garoupas, os seus vencimentos [ilegível] de mão do Sargento Mor José Pereira da Cunha, encarregado desse pagamento por João Pereira Senna, de terem já recebido as ferramentas e de se acharem distribuídas as casas e porções de terrenos aos Chefes de Família, restando somente a repartição de Gado, cuja compra se anda deligenciando¹⁴.

Em 1820, Saint Hilaire, em viagem de estudos, visitou Santa Catarina, deixando anotações sobre a Colônia de Nova Ericeira.

Pouco tempo antes da minha chegada a Santa Catarina, o ministro de Estado, Thomaz Antonio Villa Nova Portugal, acabava de estabelecer à margem da Enseada das Garoupas, uma colônia de pescadores sob a designação de Nova Ericeira, nome de uma aldeia portuguesa, de onde provinham os seus povoadores. (*Saint-Hilaire, 1820: 36-37*).

Em 1832, a freguesia apresentava 2.164 indivíduos livres e 446 escravos. Nesse mesmo ano, foi elevada à categoria de Vila com a denominação de Porto Belo, devido a beleza da região. A mudança do nome de Colônia de Nova Ericeira para Porto Belo pode ser atribuída à Independência do Brasil quando uma política cultural foi implantada onde se deveria apagar tudo que lembrasse a Portugal.

Entre o mar e a serra, em plena Mata Atlântica, os colonos portugueses viviam, rodeados de animais ferozes e de índios que habitavam as proximidades, denominados Carijós, da nação Tupi-Guarani.

Como os colonos recém-chegados eram mais pescadores do que agricultores, conhecimento que traziam da terra de origem – Ericeira, um centro pesqueiro – logo passaram a desenvolver a atividade pesqueira, muitas vezes trocando as terras recebidas por lotes menores, porém mais próximos ao mar. Até 1824, novos colonos chegaram à região (Monteiro, 1987).

¹⁴ Documento no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Brasil. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, vice-rei, a João Vieira Tovar e Albuquerque, governador de Santa Catarina, datado de 3 de março de 1820.

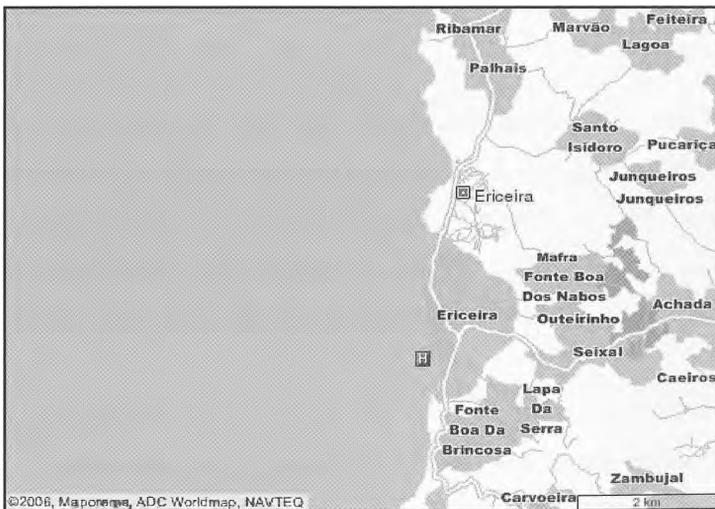
Em 1850, Porto Belo era o centro administrativo da região. Para instalar a colônia alemã no interior, hoje a próspera cidade de Blumenau¹⁵, o dr. Hermann Blumenau teve que solicitar autorização à Câmara de Porto Belo, pois aquelas terras pertenciam à extensa vila de Porto Belo.

Com o crescimento de Itajaí, ao norte, em função do desenvolvimento da colônia alemã de Blumenau, que utilizava o porto do rio Itajaí, que é navegável, e com o crescimento de Tijucas, ao sul, que também possuía um rio navegável¹⁶, Porto Belo começou a decair, voltando a ser freguesia. Com a Proclamação da República, recuperou a categoria de município. Por volta de 1950, alguns distritos adquiriram autonomia. Porto Belo tornou-se um dos menores municípios do Estado de Santa Catarina. Na década de 1960 desmembrou-se o distrito de Itapema e, na década de 1990, o de Bombinhas, ficando menor ainda.

*Ericeira, Portugal, local de origem dos colonos
que vieram para Porto Belo/SC.*

A cidade de Ericeira, localiza-se na costa atlântica portuguesa, à 50km de Lisboa.

Fig. 5 - Mapa de Ericeira, Portugal.



Fonte: <http://www.bookings.pt/city/pt/ericeira.pt.html?aid=303895;label=ericeira-pt>. Acesso: abril de 2006.

¹⁵ Depoimento obtido no Cartório de Porto Belo, SC, Brasil. A colônia alemã desenvolveu-se, tornando-se o município de Blumenau, de projeção nacional.

¹⁶ O rio Tijucas não é mais navegável.

Ericeira mantém o centro histórico; suas casas são brancas, com influências mouras.

Fig. 6 - Ericeira, Portugal.



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Trabalho de campo realizado em julho de 2005.

Em 1229, Ericeira já regulamentava o exercício da profissão de marítimo: o 1º. Foral de Ericeira¹⁷.

A vila de Ericeira foi Concelho desde 1229 até 1855, data em que, por força da reforma administrativa, foi extinto e integrado ao Concelho de Mafra. O 1º. Foral, que data de 1229, encontra-se actualmente depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este, que temos aqui na nossa presença e que é a confirmação do 1º., foi promulgado por El-rei D.Manuel em 1513¹⁸.

Até recentemente, sua economia era baseada exclusivamente na atividade pesqueira, tanto nas proximidades como em águas distantes.

¹⁷ Documento arquivado no Museu da Santa Casa de Misericórdia de Ericeira.

¹⁸ Ventura, Margarida G. (coor.) O Foral da Ericeira no Arquivo-Museu. Lisboa: Edições Colibri, 1993. 1ª. Parte, sessão solene.

Fig. 7 - Porto dos Pescadores de Ericeira.

Fonte: Arquivo da pesquisadora. Trabalho de campo realizado em julho de 2005.

Ericeira tornou-se um pólo turístico, apresentando acentuado desenvolvimento da construção civil a partir de 2000, devido à procura de suas praias por portugueses, ingleses, franceses e escoceses, além de outros veranistas. A atividade pesqueira foi muito desenvolvida em Ericeira que abastecia de pescado Lisboa e arredores. Hoje está em decadência, poucos pescadores ainda se aventuram ao mar.

Fig. 8 – Praia dos Pescadores, Ericeira, Portugal.

Fonte: Arquivo da pesquisadora. Trabalho de campo realizado em julho de 2005.

No centro urbano de Ericeira um dos atrativos dos moradores é olhar o mar. A geografia da cidade favorece o encontro dos moradores para ver como está o mar, o pôr-do-sol, que embarcação chega, qual vai.

Fig. 9 – Praia dos Pescadores, Ericeira, Portugal.



Fonte: Arquivo da pesquisadora. Trabalho de campo realizado em julho de 2005.

Fig. 10 - Igreja de Ericeira, Portugal.



Fonte: <http://www.ericaira.net/home.htm>. Acesso: abril de 2006

Várias semelhanças podem ser delineadas através da pesquisa empreendida. Os moradores dos núcleos pesqueiros da antiga Colônia de Nova Ericeira, mantiveram as tradições da terra de origem: a Ericeira, Portugal. Todavia, devido ao desenvolvimento econômico da região, desencadeado pelo turismo, muitos núcleos de pescadores desapareceram, exceto a Vila do Araçá, Zimbros e Canto Grande, em Porto Belo. O tipo físico dos moradores de Porto Belo é muito semelhante aos de Ericeira, Portugal. Mas, o que mais se destaca entre os moradores de Porto Belo é a sabedoria do pescar, uma tradição, uma herança social que veio com os colonos de Ericeira, que povoaram a região da Enseada da Garoupas, fundando e dando continuidade à Colônia de Nova Ericeira, hoje Porto Belo, uma das mais lindas paisagens da costa atlântica brasileira.

Bibliografia

ALVES, Joana Lopes. A Linguagem dos Pescadores de Ericeir. Lisboa: 1965.

DIEGUES, A. C. S. Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Editora Ática, 1983.

LOBO E SILVA, J. D' Oliveira. Anais da Vila de Ericeira. Registro Cronológico de Acontecimentos Referentes à mesma Vila, desde 1929 até 1943. Mafra/Portugal: Câmara Municipal: 1985.

MONTEIRO, Arlete Assumpção. O trabalho como agente de educação. Um estudo sobre comunidades pesqueiras do litoral sul-brasileiro: Porto Belo, Santa Catarina. São Paulo: PUCSP, 1987. Dissertação de Mestrado em Educação.

MONTEIRO, Assumpção Monteiro. A Ericeira Brasileira. Trajectória de uma colónia portuguesa no litoral sul-brasileiro. Ericeira, Portugal: Mar de Letras Editora, 2000.

MUSSOLINI, Gioconda. Os japoneses e a pesca comercial no litoral norte de São Paulo. Revista do Museu Paulista, São Paulo: 1963. (vol. 14, nova série).

SAINT HILAIRE. Viagem à Província de Santa Catarina (1820). *São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.*

VENTURA, M. G. *O Foral da Ericeira no Arquivo-Museu*. Lisboa: Edições Colibri, 1992.

Documentos manuscritos

Aviso Régio de 25 de março de 1818, Arquivo do Estado de Santa Catarina.

Sites pesquisados

www.portobelo.com.br

<http://www.belasantacatarina.com.br/portobelo/>

<http://www.ericeira.net/home.htm>

[http://www.bookings.pt/city/pt/ericeira.pt.html?aid=303895;label=ericeira-pt.](http://www.bookings.pt/city/pt/ericeira.pt.html?aid=303895;label=ericeira-pt)

Arquivos pesquisados

Torre do Tombo, Lisboa, Portugal

Museu da Santa Casa de Misericórdia de Ericeira, Portugal

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Arquivo da Diocese de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

Cartório de Porto Belo, Santa Catarina, Brasil.

Em torno da herança cultural de duas nações: a emigração portuguesa para o Brasil

Fernando de Sousa*
Teresa Filipe Cirne**

Introdução

A emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea, mais concretamente nos séculos XIX e XX, embora objecto de numerosos trabalhos científicos, constitui um tema em aberto, a obrigar ainda, por vários anos, a uma longa pesquisa que, para ser coroada de êxito, necessita de ser levada a efeito por uma vasta equipa de investigadores, de forma a obterem-se resultados que ultrapassem os meros contributos parciais até agora alcançados e o carácter impressionista de alguns estudos que, embora meritórios, a partir de universos reduzidos procuram extrapolar os resultados a que chegaram para toda a emigração portuguesa.

Face ao conhecimento directo que temos das fontes históricas ligadas à emigração, quer em Portugal, quer no Brasil, o Projecto do CEPESE *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, por nós dirigido e apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal, pretende dar um contributo indispensável e, em boa parte, definitivo para o conhecimento:

- do volume dos efectivos migratórios dos portugueses para o Brasil;
- da origem geográfica e socioeconómica dos emigrantes portugueses;
- dos ritmos migratórios compreendidos à luz da evolução económica dos dois países;
- do impacto sócio-demográfico, económico, cultural e político da emigração portuguesa para o Brasil;
- do volume e formas do retorno dos emigrantes;
- das políticas da emigração adoptadas pelo Estado Português.

Por um lado, trata-se de fazer avançar a fronteira do conhecimento

* Professor catedrático da Universidade do Porto

** Técnica superior de arquivo da câmara municipal de Vila Nova de Gaia

científico desta realidade estrutural que tem muito a ver com a história recente do Brasil e de Portugal; por outro lado, dar uma resposta adequada aos largos milhares de portugueses e brasileiros que, ao presente, por razões de natureza política, social e cultural, se preocupam com as suas raízes, as suas origens familiares.

Para tal, pretende-se criar um portal na Internet com uma base de dados dos emigrantes portugueses para o Brasil, registados, a partir de 1835, nos livros de passaportes dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu (os distritos para os quais, em princípio, dispomos de equipas de inventariação dos livros de registo de passaportes), e complementados com outras fontes brasileiras – nomeadamente com a base de dados existente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e que se encontra a ser objecto de reconversão – e portuguesas, da qual conste a identificação dos requerentes dos passaportes, isto é, o nome, naturalidade, estado civil, profissão, destino (no Brasil, quando possível), idade, sexo, alfabetização e, ainda, os seus acompanhantes.

O presente Projecto tem assim, por objectivo principal, a criação de um portal, autónomo ou acolhido no portal do CEPESE, onde se disponibilize uma base de dados relativa aos emigrantes que, do Norte de Portugal, saíram para o Brasil nos séculos XIX e XX, e que constitua o primeiro passo para se dispor, de modo permanente, de uma fonte de informação, com carácter exaustivo, relativa à emigração portuguesa para o Brasil na Época Contemporânea.

Para além disso, pretendemos ainda alcançar outros propósitos:

- produzir estudos baseados na recolha destas fontes históricas;
- articular e aprofundar a cooperação entre os investigadores portugueses e brasileiros preocupados com esta temática, através da realização de seminários anuais e trabalhos conjuntos;
- proceder a uma revisão crítica das fontes, bibliografia, legislação e problemática que lhe diz respeito, para, deste modo, conhecermos melhor a herança cultural comum dos dois países e o contributo que os portugueses deram para a formação do Brasil Contemporâneo;
- aprofundar as relações científicas e culturais entre Portugal e o Brasil e reforçar o diálogo científico do CEPESE com universidades e instituições brasileiras ligadas à investigação científica, designadamente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal Fluminense, a FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo, a FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do

Estado de São Paulo, a Cátedra Jaime Cortesão e outras, e, deste modo, aprofundar a internacionalização do CEPESE no mundo de língua portuguesa;

- contribuir para a iniciação, formação e qualificação de jovens investigadores no domínio das ciências sociais e humanas, quer através da equipa de investigação já constituída, quer através de mestrados e doutoramentos, sempre que possível;

- construir um instrumento de consulta indispensável, que permitirá aos investigadores desenvolver pesquisas da mais variada natureza e às pessoas em geral, conhecer e recolher testemunhos sobre os seus antepassados que emigraram para o Brasil, num processo de recuperação de identidade e memória que se tem desenvolvido, aliás, nos últimos tempos, no Mundo Ocidental – no Norte de Portugal, praticamente não existem famílias em que alguns dos seus antepassados não tenham saído para o Brasil;

- renovar a problemática histórica, sociológica, económica e cultural da emigração portuguesa para o Brasil, nos dois lados do Atlântico, assim como analisar o impacto do retorno desses emigrantes, à luz dos resultados obtidos, a partir de fontes históricas que, até ao momento, nunca foram objecto de levantamentos sistemáticos e globais.

O presente Projecto tem por âmbito, nesta primeira fase, a recolha de informação relativa aos emigrantes que saíram do Norte de Portugal para o Brasil, nos séculos XIX e XX, uma vez que o fenómeno de emigração para o Brasil, no período referido, diz respeito, como todos sabem, fundamentalmente ao Norte de Portugal.

Fontes para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil (séculos XIX e XX)

O estudo da emigração portuguesa para o Brasil na época contemporânea encontra a sua base informacional em determinadas fontes arquivísticas, sobretudo provenientes dos fundos dos diversos Governos Civis de Portugal que, regra geral integram os Arquivos Distritais.

Trata-se de documentação específica, produzida por um órgão administrativo criado pelo regime liberal, no âmbito das respectivas competências legalmente atribuídas. De facto, cabia aos governadores civis superintender nas matérias relacionadas com os movimentos migratórios externos, nomeadamente, conceder passaportes para fora do Reino, pelos portos de mar, como se vê pela carta de lei de 25 de Abril de 1835, executada a partir de 25 de Julho do mesmo ano, quando o Governo nomeou os primeiros

governadores civis e respectivos secretários. Nesse sentido, foram sendo acumulados documentos produzidos e/ou recebidos num processo natural, automático e orgânico, pelos Governos Civis, no exercício das actividades naquele âmbito.

Saliente-se o facto do Governo Civil, enquanto órgão de natureza distrital, ter funcionado como um elemento de comunicação entre o governo central e os poderes locais, desempenhando ainda atribuições meramente administrativas. Apesar do distrito ter constitucionalmente surgido como divisão administrativa em 1822, a verdade é que só em 25 de Abril de 1835 ficou definitivamente consagrado enquanto circunscrição territorial base. Nessa altura, o Continente ficou dividido em 17 distritos, integrando 7 Províncias, as quais, porém, constituíam entidades meramente histórico-geográficas.

Quadro n.º 1
Distritos de Portugal Continental

Províncias	Distritos
Minho	Viana do Castelo Braga Porto
Trás-os-Montes	Vila Real Bragança
Beira Alta	Aveiro Coimbra Lamego/Viseu Guarda
Beira Baixa	Castelo Branco
Estremadura	Leiria Santarém Lisboa
Alentejo	Portalegre Évora Beja
Algarve	Faro

O quadro dos distritos até ao presente irá manter uma grande estabilidade, apenas sofrendo duas alterações, consubstanciadas na passagem da sede do distrito de Lamego para Viseu (15 de Dezembro de 1835), por decisão do ministro do Reino, Mouzinho de Albuquerque, e na criação do distrito de Setúbal, por decisão do Governo do marechal António Carmona, em 1926 (Decreto 12 280).

Relativamente aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, estes possuem uma evolução administrativa própria.

Quanto ao arquipélago dos Açores, por decreto de 12 de Setembro de 1835, passaram a existir dois distritos, os de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, tendo sido criado, posteriormente, pelo decreto de 28 de Março de 1836, o distrito da Horta. Estes três distritos extinguiram-se a 22 de Agosto de 1975, com a criação da Junta Regional dos Açores, órgão de governo provisório que assumiu as respectivas competências, activos e passivos, dando origem ao processo de instauração da Região Autónoma dos Açores, em 1976.

O arquipélago da Madeira, também instituído como distrito em 1835, pelo diploma já referido, sofreu um processo idêntico ao arquipélago dos Açores, após a revolução de 1974, tendo sido extinto em 1976, para dar origem à Região Autónoma da Madeira. A Constituição da República Portuguesa de 1976 dispunha que a Madeira, tal como os Açores, formavam Regiões Autónomas dotadas de estatuto político-administrativo próprio, não se prevendo, assim, a existência de distritos.

Tendo em vista a realização de um estudo preliminar das fontes arquivísticas relacionadas com a emigração para o Brasil, existentes no âmbito dos fundos dos diversos Governos Civis do país, foi solicitada pelo CEPES (Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto), a colaboração de todos os Arquivos Distritais¹ e dos Arquivos Regionais. Nesse sentido, foram pelos mesmos indicados, relativamente aos fundos dos Governos Civis custodiados, as séries existentes relacionadas com a Emigração e Passaportes, as respectivas datas extremas de acumulação, bem como a quantidade de unidades de instalação (maços, livros, cadernos, pastas, caixas, etc.) ocupada.

Em termos globais, o âmbito cronológico das séries provenientes daqueles fundos, e relacionadas com o assunto em estudo, situa-se entre 1834-1999 – a primeira data, 1834, anterior à constituição dos Governos Civis, que surgiram apenas no ano seguinte, revela que os prefeitos provinciais (1832-1835), pelo menos no Continente, a partir do momento em que passaram a exercer efectivamente as suas atribuições (1834) no âmbito das funções de polícia, já revelavam preocupações quanto à saída dos emigrantes.

No Arquivo do Governo Regional da Madeira, no Funchal, são indicadas várias séries com datas anteriores a 1834-1835, que ultrapassam, assim, o nosso período de estudo e, porventura, o tema em questão, mas que,

¹ Apenas o Arquivo Distrital de Setúbal informou nada possuir relativamente a esta matéria. Relativamente ao Arquivo Distrital do Porto, a recolha de informação fez-se a partir da publicação *O Arquivo do Governo Civil do Porto* (SOUSA, Fernando de; et al; Porto, 1988).

mesmo assim, não deixamos de referir, uma vez que ainda não tivemos oportunidade de as consultar. Sabemos, contudo, quanto à Madeira, que a obrigatoriedade do registo de passaportes concedidos para o exterior é anterior a 1834-1835.

Em termos específicos, posicionando as séries documentais no respectivo fundo, podemos observar as seguintes datas extremas:

Aveiro	1882-1996
Beja	1868-1935
Braga	1856-1967
Bragança	1844-1982
Castelo Branco	1881-1983
Coimbra	1835-1940
Évora	1834-1954
Faro	1834-1954
Funchal	1768-1975
Guarda	1871-1971
Leiria	1859-1999
Lisboa	1875-1918
Ponta Delgada	1875-1989
Portalegre	1904-1926
Porto	1834-1970
Santarém	1893-1951
Setúbal	-
Viana Do Castelo	1835-1975
Vila Real	1834-1989
Viseu	1872-1988

Essa documentação configura-se num conjunto heterogéneo de séries documentais, mais ou menos tipificadas e produzidas sob uma matriz legal uniforme e comum a todos os Governos Cívicos. Convém salientar que tais séries assumem uma multiplicidade de títulos, de acordo com a tradição administrativa da entidade que as ia acumulando. Actualmente, e com base nos dados remetidos, é possível fazer o rastreio dessas séries, numa perspectiva sincrónica, enquanto conjuntos documentais que correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma área específica de actuação, e num dado momento histórico-administrativo. Dessa forma, é possível normalizar as designações das mesmas e identificar as tipologias informacionais mais relevantes para o estudo desta matéria.

1- Autorizações

Autorizações da Inspecção-Geral dos Serviços de Emigração e Ministro do Interior para passaportes
Títulos de residência
Títulos de autorizações de residência

2- Bilhetes

Bilhetes de identidade
Bilhetes de residência

3- Comunicações

Comunicação de deferimento ou indeferimento de passaportes
Comunicação de licenças militares para passaportes

4- Concessões

Concessão de vistos em passaportes colectivos conferidos pelos cônsules portugueses
Concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais

5- Correspondência

Correspondência referente a passaportes
Correspondência sobre emigração
Correspondência sobre emigração clandestina para o Brasil

6- Declarações

Declarações e autorizações relativas a passaportes

7- Guias

Guias de emigração

8- Informações

Informação para concessão de passaportes

9- Listagens/Listas

Listagem de passaportes emitidos
Listas de passageiros

10- Mapas estatísticos

Mapas com a relação de passaportes conferidos nos concelhos
Mapas da concessão de passaportes e de bilhetes de identidade
Mapas da concessão de passaportes estrangeiros
Mapas de movimento da população
Mapas estatísticos sobre emigração/imigração
Relação dos passaportes emitidos
Relação e mapas de passaportes conferidos e visados
Índice geral de passaportes

11- Processos

Documentos referentes a passaportes (processos?)
Passaportes emitidos
Passaportes internos
Pedidos de passaportes feitos pelos agentes de emigração
Processos de concessão de alvarás a agentes volantes de emigração
Processos de concessão/emissão de passaportes
Processos de desistência de passaportes
Processos de passaportes com cauções levantadas
Processos de passaportes com cauções perdidas
Processos de passaportes concedidos, indeferidos e desistências
Processos de passaportes indeferidos
Processos individuais relativos à concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais
Processos relativos a passaportes visados
Processos relativos a referendas de passaportes
Retenção de passaportes (processos?)

12- Questionários/inquéritos

Questionários/inquéritos parlamentares

13- Registos

- Diário de passaportes
- Entrada de navios
- Entrada e saída de navios
- Fichas de passaportes indeferidos
- Fichas remotas de passaportes
- Índice geral de passaportes
- Passageiros (entradas e saídas)
- Passageiros entrados
- Registo de alvarás de agentes
- Registo de bilhetes de identidade
- Registo de bilhetes de residência
- Registo de emolumentos adicionais, Fundo de emigração-Impressos
- Registo de emolumentos adicionais, Fundo de emigração-Recetas
- Registo de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes
- Registo de estrangeiros
- Registo de estrangeiros e certificados de nacionalidade
- Registo de licenças de residência concedidas a estrangeiros
- Registo de passaportes
- Registo de passaportes
- Registo de passaportes concedidos com caução
- Registo de passaportes concedidos mediante termo de responsabilidade
- Registo de passaportes de operários para o estrangeiro
- Registo de passaportes de viajantes
- Registo de passaportes deferidos
- Registo de passaportes indeferidos
- Registo de passaportes visados
- Registo de processos de caução
- Registo de receitas de passaportes
- Registo de referendas a passaportes
- Registo de saídas de passaportes
- Registo de termos de abonação e identidade
- Registo de termos de fiança
- Registo de termos de reconhecimento e identidade
- Registo de vistos em passaportes
- Registo de vistos em passaportes
- Relação dos passaportes emitidos
- Relação e mapas de passaportes conferidos e visados

14- Requerimentos

- Requerimentos de averbamento a passaportes
- Requerimentos de passaportes indeferidos

15- Taxas

- Taxas sobre passaportes

16- Termos

- Fianças e termos de passaportes
- Termos de fiança
- Termos de identidade
- Termos de prorrogação de passaportes

Em seguida, apresenta-se uma tabela organizada alfabeticamente por nome de distrito ou região autónoma no caso dos Açores e Madeira, onde constam as diversas séries documentais, as respectivas datas extremas e as unidades de instalação ocupadas.

A apresentação destes dados é feita em rigorosa observância com a informação prestada pelas entidades detentoras. No entanto, importa referir que tal informação poderá ainda vir a ser enriquecida com novas fontes documentais e, sobretudo, poderá vir a registar a alteração dos seus limites cronológicos, uma vez que nem toda a documentação dos Governos Civis se encontra nos Arquivos Distritais, estando alguns destes, na sequência do Projecto que estamos a executar e dos contactos que estabelecemos com os responsáveis pelos mesmos, a incorporar fundos dos Governos Civis que ainda existem nestas instituições.

Uma nota final para esclarecermos que estas séries e subséries referem-se à emigração portuguesa para o Brasil, levando a que, por razões óbvias, tenhamos eliminado aquelas que apenas diziam respeito à emigração para outras regiões do mundo.

Governo Civil	Designação da série ou subsérie	Datas extremas (de acumulação)	Unidades de Instalação (quantidade)
AVEIRO	Registro de passaportes	1882-1996	82 Lv
AVEIRO	Registro de passaportes visados	1908-1947	3 Lv
AVEIRO	Registro receitas de passaportes	1915-1938	2 Lv
AVEIRO	Registro de bilhetes de identidade	1914-1916	1 Lv
AVEIRO	Registro de estrangeiros	1929-1946	3 Lv
AVEIRO	Registro de referendas	1937-1951	3 Lv
AVEIRO	Registro de emolumentos adicionais, Fundo de emigração - Impressos	1928-1930	1 Lv
AVEIRO	Registro de emolumentos adicionais, Fundo de emigração - Receitas	1939-1947	1 Lv
BEJA	Registro de passaportes	1868-1912	2 Lv
BEJA	Termos de fiança de passaportes	1868-1912	7 Lv
BEJA	Processos de passaportes	1873-1935	21 Cx
BRAGA	Registro de passaportes	1868-1902(?)	10 Lv
BRAGA	Processos de passaportes	1856-1967	43 911 Proc ¹
BRAGANÇA	Registro de passaportes deferidos	1844-1969	19 Cx
BRAGANÇA	Registro de passaportes indeferidos	1962-1964	1 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes indeferidos	1950-1969	18 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes indeferidos e desistências	1969-1974	13 Cx
BRAGANÇA	Processos de passaportes deferidos	1924-1986	129 Cx + 429 Pt
BRAGANÇA	Termos de reconhecimento de identidade	1902-1930	10 Cx

¹ De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Braga, os processos encontram-se catalogados peça a peça. A sua base de dados é constituída por 45 426 fichas cuja estrutura de informação é a seguinte: cota, ano, nome, filiação, freguesia de naturalidade, concelho e observações. Os livros de registo de passaportes encontram-se no Governo Civil de Braga. Quanto a estas bases de dados, embora já se encontrem concluídas, não estão ainda disponíveis na sala de leitura do Arquivo.

CASTELO BRANCO	Processos de passaportes	1916-1947	24 Cx
CASTELO BRANCO	Registro de passaportes	1881-1983	2 Mç
CASTELO BRANCO	Relação de indivíduos a quem foram concedidas licenças militares para ausências para o estrangeiro	1939-1945	1 Lv
COIMBRA	Documentos relativos a agentes de emigração	1981-1909	1 Cx
COIMBRA	Guias de emigração	1919-1921	1 Cx
COIMBRA	Mapas de emigração	1891-1936	1 Cx
COIMBRA	Registro de licenças de residência concedidas a estrangeiros	1874	1 Lv
COIMBRA	Registro de passaportes	1835-1929	89 Lv
COIMBRA	Registro de visto de bilhetes de identidade e cédulas de nacionalidade estrangeira	1929-1940	5 Lv
COIMBRA	Registro de vistos em passaportes de nacionalidade e de estrangeiros (a cargo da 2ª Repartição do Governo Civil)	1920-1928	5 Lv
COIMBRA	Retenção de passaportes	1885-1919	1 Cx
COIMBRA	Documentos relativos a concessão de passaportes	1838-1930	9 Cx
COIMBRA	Termo de identidade dos indivíduos que pretendem passaporte	1896-1901	9 Lv
COIMBRA	Documento de passaporte	1859-1938	723 Cx
ÉVORA	Relação e mapas de passaportes conferidos e visados no distrito	1834-1876	12 Cx
ÉVORA	Mapas da concessão de passaportes estrangeiros	1835-1859	1 Cx
ÉVORA	Notas dos sinais dos estrangeiros a quem se conferiu passaporte em Évora	1835	1 Cx
ÉVORA	Passaportes internos	1836-1858	1 Cx
ÉVORA	Mapas da concessão de passaportes e de bilhetes de identidade	1840-1845	1 Cx
ÉVORA	Bilhetes de residência	1836-1888 ²	1 Cx
ÉVORA	Correspondência referente a passaportes	1835-1857	1 Cx
ÉVORA	Imigração	1839-1895	1 Cx
ÉVORA	Emigrantes saídos dos concelhos	1881-1882	1 Cx
ÉVORA	Questionários/Inquéritos parlamentares	1872-1887	1 Cx
ÉVORA	Mapas estatísticos sobre emigração/imigração	1881-1882	1 Cx
ÉVORA	Correspondência	1844-1887	1 Cx
FARO	Livro de registro de visto em passaportes	1924-1945	4 Mç
FARO	Livro de registro de passaportes	1834-1840	1 Mç
FARO	Mapa com a relação de passaportes conferidos nos concelhos	1838-1954	9 Mç + 1 Cx
FARO	Mapas de movimento da população	1841-1901	3 Mç
FARO	Mapas demográficos relativos à concessão de passaportes recebidos das administrações de concelho do distrito de Faro	1900	1 Mç
FARO	Processo sobre a comissão parlamentar de inquérito sobre a emigração portuguesa	1872-1875	1 Mç
FARO	Processos de requisição de passaportes	1884-1952	29 Mç + 2 Cx
FUNCHAL ³	Entrada de navios	1807-1912	1 Lv
FUNCHAL	Entrada e saída de navios	1768-1975	3 Lv
FUNCHAL	Passageiros entrados	1899-1900	1 Mç

² De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Évora, apenas existem os anos de 1836, 1875 e 1888.

³ Neste caso, trata-se do Arquivo Regional da Madeira

FUNCHAL	Passageiros (saída e entrada)	1820-1822	1 Lv
FUNCHAL	Diário de passaportes	1893-1894	1 Lv
FUNCHAL	Documentos referentes a passaportes	1851-1876	6 Mç
FUNCHAL	Registro de passageiros	1822-1975	106 Lv
FUNCHAL	Fianças para colonos	1857-1863	1 Lv
FUNCHAL	Fianças e termos de passaportes	1854-1904	34 Lv
FUNCHAL	Fianças (navios conduzem clandestinos)	1863-1869	1 Lv
FUNCHAL	Títulos de residência	1869-1937	5 Lv
FUNCHAL	Títulos a autorizações de residência	-	2 Mç
GUARDA	Processos de Concessão de Alvarás a Agentes Volantes de Emigração	1918-1944	1 Cx
GUARDA	Autorizações da Inspeção Geral dos Serviços de Emigração e Ministro do Interior para Passagem de Passaportes	1927-1945	1 Cx
GUARDA	Comunicação de Deferimento ou Indeferimento de Passaportes	1959-1966	15 Cx
GUARDA	Comunicação de Licenças Militares para Passaportes	1920-1945	17 Cx
GUARDA	Processos de Passaportes	1912-1971	208 Cx
GUARDA	Registro de Passaportes	1871-1937	7 Lv (+ 42lv de registro de passaportes?)
GUARDA	Termos de Identidade / Identificação para Concessão de Passaportes	1879-1907	50 Cx
LEIRIA	Processos de passaportes emitidos	1920-1994	1117 Cx???
LEIRIA	Passaportes de vários anos	1859-1927	1 Cx
LEIRIA	Requerimentos de averbamento a passaportes	1970-1986	3 Cx
LEIRIA	Correspondência recebida	1919-1941	1 Cx
LEIRIA	Registro de passaportes	1861-1994	66 Lv
LEIRIA	Registro de requerimento de passaportes	1965-1979	6 Lv
LEIRIA	Termos de fiança	1905-1910	2 Lv
LEIRIA	Registro de termos de abonação e identidade	1905	1 Lv
LEIRIA	Bilhetes de identidade	1914	1 Cx
LEIRIA	Registro dos vistos nos passaportes	1909-1940	4 Lv
LEIRIA	Registro de processos de caução	1954-1966	1 Lv
LEIRIA	Registro de alvarás de agentes	1930-1941	1 Lv
LEIRIA	Fichas de passaportes indeferidos	1949-1961	2 Cx
LEIRIA	Listagem de passaportes emitidos	1991-1999	5 Cx
LEIRIA	Fichas remotas de passaportes	1889-1990	5 Cx
LEIRIA	Atualizações do índice geral de passaportes	1990	1 Cx
LEIRIA	Livro de registro de passaportes	1861-1996(?)	57 Lv(?)
LEIRIA	Correspondência sobre emigração	1885-1940	1 Cx
LISBOA	Lista de passageiros	1875-1918 ⁴	30 Cx
LISBOA	Passaportes	1886-1918 ⁵	93 Cx
PONTA DELGADA ⁶	Registro de passaportes	1875-1953	15 Lv
PONTA DELGADA	Registro de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes	1928-1989	28 Lv
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – viajantes	1948-1973	8Lv + 4 Mç

⁴ De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Lisboa, relativamente a esta documentação faltam os seguintes anos: 1877 a 1879, 1884, 1886 a 1888, 1890, 1896 e 1898 a 1917.

⁵ De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Lisboa, relativamente a esta documentação faltam os seguintes anos: 1887 a 1888 e 1901 a 1917.

⁶ Neste caso, trata-se do Arquivo Regional dos Açores.

PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – emigrantes	1948-1973	11 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – passaporte ordinários	1948-1958	1 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Processos para a concessão de passaportes	1919-1988	2825 Mç
PONTA DELGADA	registro de passaportes	1875-1953	15 Lv
PONTA DELGADA	registro de emolumentos cobrados sobre a emissão de passaportes	1928-1989	28 Lv
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos - viajantes	1948-1973	8 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – emigrantes	1948-1973	11 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Relação de passaportes emitidos – passaportes ordinários	1948-1958	1 Lv + 4 Mç
PONTA DELGADA	Processos para a concessão de passaportes	1919-1988	2825 Mç
PORTALEGRE	registro de passaportes	1904-1926	1 Lv
PORTO	Agências de emigração	1893-1946	2 Lv
PORTO	Info mação para a concessão de passaportes	1963-1970	5 Lv
PORTO	registro de passaportes de emigrantes	1834-1947	275 Lv
PORTO	registro de passaportes de operários para o estrangeiro	1917-1918	2 Lv
PORTO	registro de passaportes para África	1896-1907	2 Lv
PORTO	registro de passaportes de viajantes	1896-1966	105 Lv
PORTO	registro de termos de fiança	1856-1927	5 Lv
PORTO	registro de revalidações de passaportes	1828-1967	25 Lv
PORTO	Correspondência sobre emigração	1924-1948	1 Mç + 1
PORTO	Pasta		
PORTO	Estatística sobre movimento migratório	1917-1930	1 Mç
PORTO	Processos de passaportes	1867-1969	1287 Mç
PORTO	registro de termos de reconhecimento e identidade	1851-1893	7 Lv
PORTO	registro de vistos em passaportes	1847-1947	15 Lv
PORTO	registro de vistos em passaportes a bordo de navios	1881-1886	1 Lv
PORTO	Taxas sobre passaportes	1920-1953	8 Lv
SANTARÉM	Registro de estrangeiros e certificados de nacionalidade	s/d	1 Lv
SANTARÉM	registro de bilhetes de residência	1925-1927	1 Lv
SANTARÉM	registro de bilhetes de identidade	1914-1927	2 Lv
SANTARÉM	registro de estrangeiros	1914-1921	3 Lv
SANTARÉM	Registros de vistos de residência a estrangeiros	1917-1941	3 Lv
SANTARÉM	registro de passaportes	1913-1928	3 Lv
SANTARÉM	registro de vistos para passaportes	1921-1945	2 Lv
SANTARÉM	registro de pedidos para a concessão de passaportes ⁷	1893-1951	5 Mç
SETÚBAL	<i>Prefere não possuir documentação relativa à emigração</i>		

⁷ De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Santarém, trata-se de um maço muito truncado.

VIANA DO CASTELO	registro de passaportes	1835-1966	101 Lv
VIANA DO CASTELO	registro de passaportes concedidos mediante termo de responsabilidade	1961-1975	3 Lv
VIANA DO CASTELO	registro de passaportes concedidos nos termos do § 2 e 5 do artº 16º do Dec 39 794, de 28/08/1954	1960-1966	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Concessão de vistos em passaportes colectivos conferidos pelos cônsules portugueses	1920-1922	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Processos respectivos ao livro anterior	1921-1922	12 Proc
VIANA DO CASTELO	Concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais	1915-1930	1 Lv
VIANA DO CASTELO	Processos individuais relativos à concessão de vistos em passaportes estrangeiros e nacionais	1922-1923	592 Proc
VIANA DO CASTEL	Oregistro de concessão de vistos em passaportes nacionais	1922-1947	4 Lv
VIANA DO CASTELO	Termos abonatórios de identidade ou termos de responsabilidade	1888-1903	21 Lv
VIANA DO CASTELO	Termos de fiança	1857-1886	6 Lv
VIANA DO CASTELO	Documentos relativos aos termos de fiança	1875	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Mapas de emigração (estatísticas)	1916	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Processos individuais relativos à concessão de passaportes	1835-1929 ⁸	59 Mç
VIANA DO CASTELO	Nota dos cidadãos a quem foi concedido certificado para obter passaporte (Mapas mensais enviados pelos Administradores do Concelho) ⁹	1887-1882	1 Mç
VIANA DO CASTELO	Correspondência sobre emigração clandestina para o Brasil ¹⁰	1859-1863	1 Mç
VILA REAL	Declarações e autorizações relativas a passaportes	1975-1979	1 Pt
VILA REAL	Processos de concessão de passaportes	1927-1989	467 Pt + 38 Mç
VILA REAL	Processos de desistência de passaportes	1962-1973	3 Pt
VILA REAL	Processos de passaportes com cauções levantadas	1960-1966	4 Pt + 1 Mç
VILA REAL	Processos de passaportes com cauções perdidas	1963-1966	1 Mç

⁸ De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, esta série não possui os anos 1869, 1883, 1884, 1885, 1888, 1889, 1890, 1892, 1893, 1905 a 1920 (inclusive) e de 1925 (inclusive) a 1928 (inclusive).

⁹ De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, trata-se de processos que se encontram distribuídos por ano em numerosas caixas ainda por ordenar, mas acessíveis com alguma facilidade.

VILA REAL	Processos relativos a passaportes visados	1928-1941	2 Mç
VILA REAL	Processos relativos a referendas de passaportes	1928-1942	1 Mç
VILA REAL	registro de passaportes	1834-1967	62 Lv
VILA REAL	registro de passaportes concedidos com caução	1958-1966	1 Lv
VILA REAL	registro de passaportes de viajantes	1928-1946	1 Lv
VILA REAL	registro de passaportes visados	1928-1948	1 Lv
VILA REAL	registro de referendas a passaportes	1928-1951	1 Lv
VILA REAL	registro de saídas de passaportes	1978-1980	2 Lv
VILA REAL	Requerimentos de passaportes indeferidos	1963-1974	5 Mç + 6 Pt
VILA REAL	Requerimentos e averbamentos de passaportes	1963-1983	1 Mç + 5 Pt
VILA REAL	Termo de prorrogação de passaportes	1944-1947	1 Lv
UISEU	Mapas dos números de passaportes conferidos	1872-1881	1 Doc
UISEU	Processos de emissão de passaportes	1956-1988	185 000 Doc ¹¹
UISEU	registro de passaportes	1854-1983	131 Lv
UISEU	Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942-1946	36 Doc
UISEU	Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905-1912	26 Doc

¹⁰ De acordo com informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viana do Castelo, trata-se de processos que se encontram distribuídos por ano em numerosas caixas ainda por ordenar, mas acessíveis com alguma facilidade.

¹¹ De acordo com a informação prestada pelo Arquivo Distrital de Viseu, de momento não existe um levantamento exacto do número de processos de passaportes existentes.

EMIGRAÇÃO DE VIANA DO CASTELO PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX COM EMISSÃO DE PASSAPORTE

Henrique Rodrigues*

1. INTRODUÇÃO

O fenómeno migratório, especialmente no século XIX e no concernente ao fluxo direccionado para o Brasil¹, atravessou longitudinalmente a sociedade oitocentista, teve repercussões conjunturais, com efeitos estruturais², envolvendo desde o indivíduo que se ausentou à esposa que ficou em casa, ou a mulher que permaneceu na aldeia a cuidar das terras, a mãe que arcou com o ónus da educação da prole, responsabilizando-se pela gestão das lides agrícolas e do património familiar.

A sociedade preparou-se e adaptou-se às mudanças resultantes destes êxodos, com reflexos profundos e visíveis em determinados grupos socioprofissionais e culturais, cujas marcas físicas mais palpáveis se encontram na geografia do património arquitectónico, além das remessas financeiras que chegavam a Portugal³.

* Investigador do CEPESE e Professor do Ensino Superior

¹ Este texto, com ligeiras adaptações e as devidas correcções, corresponde a uma versão sintetizada de um subcapítulo da nossa dissertação de doutoramento: RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios Sócio-Culturais e Familiares*. Porto: FLUP, 2003, Tomo I, pp. 222-304.

² Se está implícita toda a dinâmica da estrutura demográfica, cujos efeitos são visíveis no respectivo envelhecimento da população, com a fuga dos mais novos e mais aptos, operam-se alterações em vários domínios; contudo, o retorno e as remessas também emergem neste contexto dos benefícios imediatos, «considerando o caudal abundante de dinheiro que o Brasil tem despejado por via dos emigrantes portugueses» refere MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 215. Sobre as mesmas questões ver: EVANGELISTA, João – *Um Século de População Portuguesa, (1964-1960)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos, 1971; SILVA, Fernando Emygdio da – *Emigração Portuguesa*, Coimbra: França e Arménio Livres Editores, 1917; MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa: Guimarães Editores, 1956, pp. 205-264; COSTA, Afonso – *Estudos de Economia Nacional I, o Problema da Emigração*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1911; LARANJO, José Frederico – *Theoria Geral da Emigração e sua Aplicação em Portugal*, tomo I, Coimbra: Imprensa Literária, 1878.

³ Para uma abordagem a esta problemática consultar ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor, 1994, pp. 258-286; PEREIRA, Miriam Halpern – *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo, 1981, pp. 36-47. PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.^a edição. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983; pp. 253-264. Para a década de oitenta do século XIX, sobre o movimento da banca, ver *Anuário Estatístico de Portugal, 1885*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, pp. 539-558. Sobre a correlação entre as remessas dos emigrantes e a balança de pagamentos, a partir de 1891, assim como o câmbio da libra e em moeda portuguesa (réis/escudos), e entre o Rio de Janeiro e Londres, temos: MATA, Maria Eugénia – *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa, 1891-1931*, «Cadernos Revista de História Económica e Social n.º 8». Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1987; SALAZAR, António de Oliveira – *O Ágio do Ouro e outros Textos Económicos*. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

Para os princípios do século XIX, acreditava-se que não havia fontes capazes de proporcionar uma visão quantitativa, pois as estatísticas oficiais disponíveis partiam de meados de oitocentos, por isso trabalhava-se de forma impressionista, sobre projecções e conjecturas, com recursos a fontes impressas⁴, por falta de números capazes de permitirem uma visão mais realista.

Foi Eugénio dos Santos quem nos sensibilizou para a investigação sistematizada e centrada nos *Livros de Registos de Passaportes*. Também nos despertou para o valor qualitativo e análise dos respectivos *processos* de aquisição das licenças de embarque, uma massa documental volumosa, existente no Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC), formada por centenas de milhares de documentos⁵. Iniciámos, em 1987, a primeira abordagem a estas fontes e alertámos a comunidade científica para o valor de tais *corpus*, sublinhando a sua importância para o estudo da mobilidade documentada, desde o início da criação dos Governos Civis⁶, em 1835, até à actualidade.

⁴ Para Viana e para o Porto, Rodrigues de Freitas fornece os números relativos a 1855-1865. Importa sublinhar que, relativamente a este período, os registos de passaportes emitidos em Viana do Castelo diferem dos números apresentados por Rodrigues de Freitas. Ao contabilizarmos os embarques de naturais do Alto-Minho apurados por Jorge Alves, comparativamente ao mesmo período, com licenças solicitadas no Governo Civil do Porto, o fosso é ainda maior, sendo as saídas por Viana próximas de quatro mil indivíduos, mas Rodrigues de Freitas regista 1677. O confronto dos números fornecidos por este investigador (Jorge Alves) e pelo autor referido, para o Porto, também divergem em vários milhares de saídas; neste caso, as que Rodrigues de Freitas aponta são muito superiores. Para percebermos que os elementos fornecidos carecem de melhor análise, basta lembrar que nos é indicado como destino o Rio de Janeiro, na quase totalidade dos vianenses; ora, em boa verdade, os registos de passaportes, juntamente com os respectivos processos, dão-nos um quadro totalmente diferente, porque o Pará, Pernambuco, Baía, Rio Grande do Sul, entre outros estados, estão bem identificados nas fontes que compulsámos, onde constam as direcções pretendidas pelos emigrantes, com mais de duas dezenas de casos relativamente a cada uma destas áreas. Assim, torna-se urgente trabalhar toda a documentação sobre a problemática, no sentido de se apurar mais informações e imprimir maior rigor ao estudo da emigração do século XIX e primeira metade da centúria seguinte. Ver FREITAS, J. J. Rodrigues de – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imprimerie Administrative de Paul du Pont, 1867, pp. 10-11; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, p. 359, RODRIGUES, Henrique – *Emigração e alfabetização, o Alto Minho e a miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, 1995, pp. 195-197. Situação idêntica à que acabámos de descrever, face aos naturais do Alto-Minho, é visível nas saídas com passaporte obtido no Porto e em Viana, onde há mais de quatro mil e cem elementos no lustro de 1870 a 1874, dos quais duzentos e cinquenta e oito foram à primeira cidade (Porto) requerer a licença, mas Gerardo Pery, baseando-se nas informações remetidas pelos consulados do Brasil ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, assinala, neste quinquénio, 3183 casos. Tais números também diferem para os anos de 1870 e 1871, dos registados no *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873, p. 494. Situação semelhante ocorre relativamente ao Porto para o mesmo período, conforme pode ser constatado em: PERY, Gerardo – *Estatística Geral de Portugal e Colónias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 93; ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros o.c.*, p. 359. Confirma-se que a *estatística de Rodrigues de Freitas*, peca por defeito e que ao diferirem dos «que encontramos no *Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro*» diz que permite «calcular em 1/3 a fracção da emigração que se esquivou às malhas da lei». Nós, ao apurarmos outros números de saídas legais, inferimos da existência de uma redução substancial do fluxo clandestino (SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, pp. 33 e 37).

Estudar o total de saídas, procedendo a cálculos com recurso a fórmulas estatísticas, cientificamente correctas, permite a obtenção de estimativas correlacionadas com os movimentos que ocorreram em determinado ano ou período e relativamente a um espaço geográfico específico. Quando se contabiliza o número de passageiros, ignorando as pessoas, só podemos calcular o total de travessias, desconhecendo se esses indivíduos obtiveram um ou mais passaportes. Sem procedermos a uma investigação de micro análise, não se conseguem apreender os verdadeiros contextos sócio-familiares, culturais e mentais dos núcleos domésticos de onde emerge quem interveio na diáspora. Assim, reduzidos aos volumes de viagens, ficamos com cenários impressionistas sobre o verdadeiro número de emigrantes⁷, porque se trata de embarques, cujos protagonistas podem ter feito várias travessias num determinado período, seja passado um ano, seja intervalado por uma década, ou mais tempo.

Impõe-se uma nova atitude científica aos investigadores que se debruçam sobre esta problemática, especialmente para o século XIX e até

⁵ O Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo (AGC) encontra-se nas instalações desta instituição em boas condições de conservação. Há livros de registos de passaportes até à década de setenta do século XX e os processos de requisição formam um corpo importante, devido às informações que contêm sobre os impetrantes, como cartas escritas pelos emigrantes endereçadas à família, geralmente pelo marido que se comunicava com o lar, dirigindo as missivas à esposa, ascendentes, filhos, irmãos e outros familiares.

⁶ Após a implantação definitiva do Liberalismo – a partir da lei de 25 de Abril de 1835 e, depois, com o decreto de 18 de Julho do mesmo ano – instaura-se um novo sistema administrativo, centrado na figura do Governador Civil. Esta autoridade era responsável pela concessão de passaportes para o exterior. Para o Alto-Minho, relativamente à divisão administrativa, veja-se o nosso trabalho: *Espaço Geográfico da Ribeira Lima na Reforma Administrativa de 1832-36*. Separata de «Estudos Regionais», n.º XIII/XIV, Viana do Castelo, 1994, onde se faz menção à respectiva bibliografia sobre a temática. Importante, relativamente a esta problemática, é a obra: *Governos Cívicos, mais de um Século de História*. Lisboa: Ministério da Administração Interna/Secretaria Geral, [1994].

⁷ A questão dos volumes será sempre difícil de apurar com rigor absoluto, quer devido à existência de clandestinos, quer por haver abordagens sem o cruzamento de várias fontes nominativas e, ainda, porque é necessário rever as fontes sobre emissões de passaportes a partir de 1835. Sobre esta questão temos o trabalho de BAGANHA, Maria Ioannis B. – *Uma Imagem Desfocada: a Emigração Portuguesa e as Fontes Portuguesas sobre Emigração*, in ROEL, Antonio Eiras (coordinador) – *Emigración Española y Portuguesa a América, (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica)*, vol. 1. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 161-174. A autora faz cruzamento de partes de *corpus* documentais dos distritos açorianos e americanos para determinados momentos. A metodologia é interessante e projecta conjecturas, com as quais se pretende concluir que as fontes nacionais, além de incompletas, estão distorcidas. Assim, chama a atenção para uma revisão dos números, tendo em conta o segmento clandestino, que será sempre uma simples estimativa, no caso das saídas para o Brasil e para o século XIX. Sobre esta questão, veja-se ainda LEITE, J. Costa – *Emigração Portuguesa: a lei e os números (1855-1914)* in «Análise Social», terceira série, vol. XXIII, n.º 97. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 463-480; PEREIRA, Miriam Halpern – *Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa*, in «Análise Social», terceira série, vol. XXV n.º 108-109. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1990, pp. 735-739.

Além dos primeiros passos encetados por nós, para uma análise à emigração no século XIX- com objectivos académicos bem específicos, cujo resultado foi a dissertação com o título: *A Emigração do Alto-Minho, 1835/1860 – A Miragem do Brasil*. Porto: FLUP, 1991 – coube ao Professor Jorge

meados da centúria seguinte, adoptando metodologias semelhantes às que têm vindo a ser implementadas nos projectos de investigação desenvolvidos na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Trata-se de estudos pormenorizados através da documentação respeitante a quem requereu licença. Desta forma, é possível o cruzamento de várias fontes, onde se analisa o maior número de elementos. Assim, multiplicamos as variáveis que permitem novos estudos⁸ e proporcionam abordagens diferentes e multifacetadas, quer no domínio da demografia histórica⁹, centrando-se no indivíduo, na família, nas redes de solidariedade e nas dinâmicas socioculturais e profissionais.

É neste contexto, com recurso aos *Livros de Registos de Passaportes*, que estudamos a Emigração do Noroeste de Portugal no século XIX, observada numa perspectiva onde operam novas variáveis e se estudam aspectos socioculturais e de alfabetização de quem obteve assentimento para atravessar legalmente o Atlântico em direcção ao Brasil e outras paragens.

Neste texto, abordaremos alguns aspectos deste fenómeno demográfico, tentando descobrir quem partiu, quando o fez, que características exibem os fluxos relativamente à distribuição por sexo, idade e mesmo os níveis de alfabetização dos portugueses do século XIX que embarcaram com documentos, quase sempre para terras de Vera Cruz.

2. MOBILIDADE ANUAL E FLUXOS

A mobilidade com passaporte emitido no Governo Civil do distrito de Viana do Castelo, ocorrida entre 1835 e 1900, apresenta um perfil demográfico cuja evolução é marcada por intensos caudais a meados da década de setenta e por um volume compacto e bem expressivo nos últimos decénios

Fernandes ALVES – com *Os Brasileiros, Emigração e Retorno, o.c.* – a abertura de um ciclo de perspectivas novas sobre estas questões, que ainda continuam em aberto. Acresce, a tais dinâmicas, o esforço do Professor Fernando de Sousa da FLUP, um dos primeiros impulsionadores dos estudos nesta área. Também destacamos a dissertação de LOPES, Maria Teresa Braga Soares – *Emigração Legal Portuguesa no Distrito de Aveiro, 1882-1894*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993. O estudo dos passaportes também teve um bom acolhimento, para o cruzamento de dados relativamente à demografia histórica, sob incitamento de Norberta Amorim, contudo é imperioso que se proceda a uma reavaliação desta fonte, por forma a que se clarifiquem as saídas documentadas e, entre elas, os emigrantes que partiram e não voltaram ao local de obtenção de segundas licenças. Cremos que, desta forma, é possível rever a questão dos números, através do estudo centrado nas pessoas que requereram saída legal, sem termos de contabilizar como emigrantes muitos reembarcados pela segunda, terceira e mais vezes (reemigrantes). Este problema levou-nos a trabalhar o fenómeno migratório sob múltiplas vertentes e ao mesmo tempo a analisar separadamente os que só aparecem uma vez a impetrar documentos de viagem, simultaneamente revemos o perfil do homem de sucesso, o “torna viagem”, acompanhando-o na evolução sócio-profissional e cultural.

⁹ Pretendemos, a breve prazo, organizar uma base de dados que cobrirá todo o século XIX e as primeiras décadas da centúria seguinte. Neste momento possuímos cerca de trinta e quatro mil registos de passaportes.

da centúria.

A distribuição de indivíduos que só obtiveram uma licença durante este período, de quem sabemos que fizeram uma viagem ou seja, de quem não encontramos registo de outra passagem ao longo do século XIX, é pouco expressiva até meados de oitocentos¹¹. O volume, até 1850, corresponde a cerca de cinco por cento deste movimento. Nos dez anos seguintes, o valor está próximo dos nove pontos percentuais. Este crescimento das saídas documentadas não foi significativo nos anos sessenta, pois o ritmo pouco acelerou, tendo contribuído com 10,9% de indivíduos com uma autorização de viagem. A procura dos serviços do Governo Civil de Viana do Castelo foi desmesurada nos anos de 1874 e 1875, donde resultou, para o decénio¹¹ o movimento invulgar. Neste ciclo, as ausências são superiores a vinte e nove por cento, relativamente ao período entre 1835-1900. Até 1870, encontramos 5590 indivíduos a solicitar a obtenção de documentos legais no Noroeste de Portugal, quantitativo ultrapassado nos dez anos seguintes, como o gráfico 1 deixa perceber.

Após uma intensa procura de passagens, opera-se um abrandamento nos ritmos. A média anual dos embarques aponta para mais de quatrocentos movimentos no período balizado entre 1881 e 1890. Este valor correspondente a 18,2% das pessoas que se dirigiram a Viana do Castelo para obtenção de documentos de viagem rumo a outras terras, quase sempre em direcção ao Brasil. Os últimos dez anos do século XIX voltam a revelar uma entusiástica procura de bilhetes de saída, com destaque para as debandadas ocorridas no fim do primeiro lustro da década de noventa¹².

Por períodos, há uma cadência marcada por fluxos intensos nos anos de setenta e de noventa. Deve ser frisado que o caudal apurado a partir de 1871 corresponde a 75% de todo o quantitativo, destacam-se as ocorrências contabilizadas em 1874, 1875 e 1895, anos com mais de um milhar de

¹⁰ O retorno seguido de novo embarque é um fenómeno que está muito dependente da celeridade da viagem e do custo das passagens, pois os estímulos provocados pelos vapores, as condições técnicas e o embarque das deslocações têm maior impacto depois de passada a metade de oitocentos. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, p. 258.

¹¹ Ao analisarmos a procedência geográfica do fluxo, apurámos que, num universo inferior a duas mil e quinhentas movimentações, no primeiro lustro da década de setenta, residiam temporariamente em Viana do Castelo mais de dois mil indivíduos originários da Galiza, que se documentaram e partiram para além do Atlântico. Este corrimto acompanha o ritmo nacional e, em parte, decalca um pico muito expressivo neste período, constituído por imigrantes que se tinham fixado em várias terras do Noroeste. Consulte-se, sobre a emigração de galegos, RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX, o.c.*, tomo II, p. 1295-1354; SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa, sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, pp. 29-37.

¹² Em 1878, no Noroeste de Portugal havia 77% de habitantes iletrados, embora o sexo masculino só contasse com 54,8% de ignaros das letras. Estes valores progredem ligeiramente até à viragem do século, atingindo os 74% de incultos em 1900, entre os maiores de 5 anos. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX, o.c.*, tomo I, pp. 149-179.

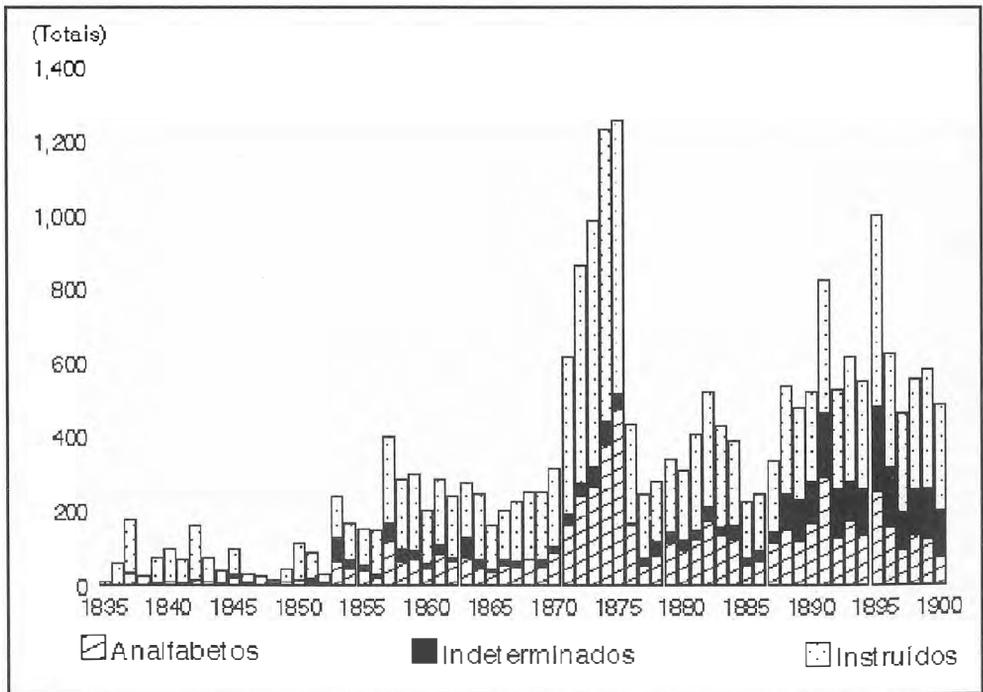
indivíduos a impetrar concessão de papéis de embarque. Noutras ocasiões, os cálculos são mais modestos, andam na casa das oito a nove centenas, como se observa em 1872, 1873 e 1891, fases de grande movimentação de pessoas.

Desta auscultação aos requerimentos de saída oficial resulta um pico proeminente nos anos setenta e um volume constante e homogêneo nos finais de oitocentos, como a figura seguinte ilustra.

Os números que acabámos de apresentar foram estudados de acordo com outras variáveis e orientados, desde o início, pelo método de micro análise, onde intervêm permanentemente os indicadores da alfabetização. Assim, vejamos a composição de tais quantitativos, relativamente às faculdades reveladas por estes actores, ao assinarem ou não os documentos constituintes do processo de aquisição da licença ou simplesmente o respectivo livro de registos de passaporte.

GRÁFICO N.º 1

EMIGRANTES POR ANOS DE AQUISIÇÃO DE PASSAPORTE E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



2.1- EMIGRANTES INSTRUÍDOS

Se analisarmos o fenómeno por ciclos e abordando o segmento dos escolarizados, descobrimos que a presença do emigrante letrado, até 1850, é surpreendente, ao encontrarmos 85% de indivíduos com capacidades para a leitura e a escrita, tudo numa época em que o analfabetismo era uma mancha dominante na sociedade oitocentista¹³.

Notamos um movimento equilibrado nos valores, a partir de meados da centúria. A ausência das marcas de literacia comprovada evidencia uma quebra expressiva nas duas últimas décadas do século, considerando que só há documentos assinados relativamente a 54% dos que embarcaram nesses vinte anos (1851-1870). Esta asserção não significa, para os restantes indivíduos sem referência à alfabetização, a inexistência de tais capacidades, quer devido à idade com que abalaram, quer por termos muitos emigrantes arrolados em licenças colectivas.

Se a década de cinquenta revelou menores cálculos de pessoas com faculdades para firmarem, o mesmo não ocorre na seguinte, onde emergem 64% de impetrantes que deixaram registos individuais do uso da pena. No período imediato, o ritmo dos escolarizados intensifica-se e mostra que entre as saídas havia 67,7% de pessoas com conhecimentos e prática do abecedário.

Globalmente, há um fluxo com mais de sessenta por cada cem embarques de ambos os sexos com frequência do ensino das primeiras letras, enquanto os declarados como ignorantes da escrita correspondem a 26,8%. Os restantes 12,4% pertencem aos que não anunciaram se possuíam ou não competências deste nível. São as evasões ocorridas na década de setenta, especialmente nos primeiros cinco anos, que correspondem a valores absolutos mais expressivos.

Ao explorarmos as percentagens por anos, relativas a todos os movimentos, apurámos que os momentos menos expressivos, quanto à presença de letrados, correspondem a 1853, 1890 e 1896, datas em que os valores ficam abaixo dos cinquenta pontos¹⁴, respectivamente com 47,9%, 46,4%, e 49%. Ou seja, é na década de noventa que estão arquivados, em relação a cada período de doze meses, os indicadores mais depauperados da

¹³ Em 1878, no Noroeste de Portugal havia 77% de habitantes iletrados, embora o sexo masculino só contasse com 54,8% de ignaros das letras. Estes valores progredem ligeiramente até à viragem do século, atingindo os 74% de incultos em 1900, entre os maiores de 5 anos. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no Século XIX*, o.c., tomo I, pp. 149-179.

¹⁴ A fonte, para a década de 1850, especialmente nos anos de 1851-53, com destaque para este último, mostra-se vulnerável, porque não se conservaram, nem se encadernaram estes livros. Assim, nós conseguimos reconstituir quantitativamente os valores, sem termos identificado quem emigrou. Cf. RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização*, o.c., p. 49 e p. 62.

alfabetização de quem abalou rumo ao Brasil, devido ao embarque de mulheres e crianças. Face ao registo da incompetência para gizar o nome, o cenário global não apresenta a mesma correlação, se considerarmos que os números relativos têm mais impacto no biénio 1875/1876, anos onde os requerentes declaradamente desprovidos dos saberes escolares andam à volta de 37%. Prova-se que aos períodos de maior volume de emissões de passaportes correspondem mais saídas de indivíduos incapazes de assinar. Mas, quando a circulação é menos intensa, o nível qualitativo revitaliza-se, chegando a atingir valores surpreendentes, como registámos anteriormente.

Façamos uma análise de pormenor aos que demonstraram talento para comunicação através das letras. Nos primeiros anos de emissões de licenças, este conjunto de indivíduos, com um só documento de viagem, é composto pelos mais habilitados e apresentam cálculos situados entre os oitenta e os noventa e oito por cento com o nome firmado pelo próprio punho, entre os fluxos anuais. Ao mesmo tempo, apurámos que os desprovidos de tais proficiências nunca atingem a fasquia dos 38%, como referimos. Tais saídas, de pessoas ignaras, sem “habilitações escolares”, centram-se na década de oitenta, a que se juntam os saídos entre 1874-1875, fase detentora do maior pico da corrente. Também emergem, para 1891, indicadores de algum empobrecimento deste cenário, o que já não ocorre em 1895, momento em que há a circulação de mais de um milhar de passageiros, embora só tenham ficado arquivadas 51,7% de processos assinados. Na verdade, este quadro decorre da presença de acompanhantes, não titulares de passaportes, de quem desconhecemos o perfil escolar, tendo estes viajado na companhia de outras pessoas adultas, quase sempre elementos do núcleo doméstico.

Os indeterminados ao nível da capacidade de grafar formam um bloco com grande impacto em toda a década de noventa, correspondendo sempre a mais de 20%, relativamente a cada ano. Formam-se quadriénios onde se destacam os movimentos de 1892, 1896 e 1900, porque detêm mais de um quarto do embarque de indivíduos sem informação sobre as referidas competências. São migrações colectivas, onde a transferência de lares completos ocupa um lugar de destaque, com a saída de agregados familiares.

Conclui-se que o crescimento absoluto dos números arrasta mais volumes de gente sem instrução nos anos setenta, como se constata pelo gráfico 1. Depois da “recessão” verificada na década de oitenta, os ritmos são mais suaves, se exceptuarmos os correspondentes a 1891 e 1895, anos que lideram os dois lustros do último decénio.

As curvas da ondulação dos caudais dos desprovidos de cultura letrada são muito idênticas às que os instruídos desenham; contudo, o volume dos

letrados cresce e mantém um corpo estável nos cálculos, a partir de 1887. A este conjunto associam-se os não referenciados ao nível do abecedário, como o gráfico referido permite observar. A presença de emigrantes enquadrados no grupo de quem não ficou registo informativo é mais expressiva nos últimos treze anos do período em estudo.

Por fim, apurámos que os instruídos/escolarizados definem o essencial da ondulação de tais movimentos, com uma expressão “desmesurada” nos primeiros cinco anos da década de setenta, o que nos obrigará a olhar com outro pormenor este caudal, assim como os embarques dos finais da centúria.

2.2. ÍNDICES DE ALFABETIZAÇÃO

A distribuição dos letrados ostenta indicadores diferenciados, relativamente aos requisitos de cultura letrada de quem requereu um só passaporte em Viana do Castelo, o que nos levou a analisar este grupo separadamente, pois nem sempre partiram, entre os instruídos, pessoas com um perfil homogéneo¹⁵, quer devido à origem socioprofissional e familiar, quer mesmo no atinente à proveniência geográfica.

Os quantitativos absolutos mostram-nos que o emigrante de assinatura mais apurada, nível 1¹⁶, ostenta representações mais significativas entre 1872-1875, a que se juntam os impetrantes de licença em 1895. Trata-se, como sublinhámos, de anos com valores absolutos situados entre 223 e 333 nomes firmados com esmero caligráfico; ou seja, são pessoas provenientes de um escol socioprofissional bem expresso pelo *ductus* e pelo enquadramento familiar.

Os de patamar mais qualificado (escrita caligráfica) representam, até 1850, cerca de trinta e cinco pontos percentuais. Para a década de cinquenta, descortinámos um ligeiro crescimento deste grupo, fazendo diminuir os de nível dois para os 55%. É nos anos sessenta que desponta a melhor expressão quantitativa entre os que detêm uma matriz de escrita perfeita e harmoniosa. Este cenário manteve-se estável ao longo da centúria, já que, desde 1871 a 1880, os classificados na segunda posição, nível 2, detentores de uma letra considerada corrente, rubricam 56% e, de novo, os valores relativos aos instruídos ganham relevância na parte final de oitocentos.

¹⁵ Como veremos, o estatuto sócio-profissional também intervém na definição dos níveis culturais, expressos pela respectiva assinatura, pois os emigrantes classificados pelas actividades que desempenhavam nem sempre correspondem a um grupo com indicadores de instrução semelhantes.

¹⁶ Sobre a problemática dos níveis de assinatura, consultar, com a respectiva bibliografia, RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, o.c.*, pp. 234-237.

A distribuição, por anos de emissão de passaporte, exhibe, para a década de sessenta, a existência das maiores percentagens de indivíduos escolarizados, tendo os de nível 1 (escrita caligráfica) a melhor representação neste decénio. A estes períodos associam-se os expatriados em 1900, entre os quais há um quadro muito favorável aos que donairosamente sabiam usar a pluma¹⁷.

Os classificados com nível 2 ostentam maior proeminência na década de cinquenta, especialmente desde 1852 a 1855, anos em que as percentagens apontam para mais de sessenta por cento, face aos assinantes pelo respectivo punho.

No decorrer de oitocentos, os detentores de caligrafias aprimoradas ganham notoriedade e realce, relativamente a este conjunto de instruídos, todavia, os totais dão uma margem favorável a quem escrevia com caracteres menos perfeitos. Os que gizaram o nome denotando dificuldades, nunca passam dos oito por cento e houve anos em que estes, os de letra desenhada, disforme e cacográfica, não marcaram presença no seio dos embarcados.

Inferimos que a prática do escrito exhibe uma evolução entre os emigrantes, pois encontrámos mais percentagens de indivíduos com indicadores de assinatura “escolarizada” nos momentos em que os fluxos se retraem, enquanto as saídas da década de setenta, sendo mais intensas, exprimem menor grau de alfabetização, opondo-se aos períodos antecedente e subsequente. O conjunto dos que firmaram sem perfeito domínio da pluma, remarcado através da forma do *ductus*, emergem, neste contexto, com pouca intensidade, embora marquem uma presença constante, mas pouco expressiva, ao longo do fluxo.

2.3. TIPOS DE ILETRADOS

Como aconteceu em relação aos que sabiam usar o abecedário, para testemunharem a respectiva autenticidade dos documentos, também os analfabetos declarados foram enquadrados em três áreas: os que desenharam um sinal, geralmente cruciforme; os de quem só existe menção em como não haviam adquirido competências nesta área da cultura letrada¹⁸; os analfabetos oriundos de espaços domésticos onde havia alguém da família que tinha ido à escola, que viviam inseridos em ambientes de cultura escrita, porque havia

¹⁷ O conhecimento dos códigos com que se processava a técnica de comunicar pela escrita iniciava-se através da aprendizagem da leitura, por isso identificamos os que escreviam como potenciais leitores. Para o século XIX, há documentos que identificam o *ler, escrever e contar* com uma *qualificação literária* que, por vezes, aparece com o valor qualitativo seguinte: *escreve, lê e conta regularmente, sofrivelmente, menos mal, ou bem*. Encontrámos este indicador nas listas de proponentes aos cargos de regedores de Caminha. Cf. A.G.C., *Pasta n.º 238, maço 4*, ano de 1872; *Pasta n.º 274, maço 69*, ano de 1878.

no lar um irmão letrado, um dos progenitores ou eram os próprios descendentes que tinham os punhos aptos para gizar letras¹⁹.

Aqui, consideramos que todos podem ser enquadrados num modelo tipológico. Assim, os de tipo 1, com uma única referência, foram simplesmente identificados com a expressão «*não escreve*», sem outra alusão existente nos documentos compulsados. Além destes registos, há os classificados como analfabetos e optaram por marcar presença física através de um sinal específico de identificação personalizada, tendo pegado na pena para desenhar um símbolo cruciforme ou outra imagem que tinham aprendido a garatujar e com a qual se identificavam²⁰. Quando ambos os quadros de referência imergem em cenários familiares onde era praticada a escrita das letras, classificámos com o tipo três; analfabetos que são oriundos de ambientes domésticos escolarizados²¹.

Vejamos, antes de mais, a distribuição dos que, à data da emissão da licença²², não tinham aprendido a manejar a pena, para podermos compará-los com o grupo dos instruídos.

¹⁸ Estes emigrantes fizeram constar tais competências através da expressão «*não escreve*». Na década de noventa, quando a estrutura dos *livros de passaportes* se adapta a uma política economicista, com seis ou mais registos numa só folha, se o portador era analfabeto, ficaram anotadas, no lugar da assinatura, as siglas «*N. E.*» Ver, como exemplo, o livro relativo ao ano de 1899/1900, que se encontram num único tomo, no A.G.C. Esta estrutura abarca também os passaportes de 1897 e parte de 1896, situação que não ocorre para o período anterior, cujos assentos tinham um espaço próprio para cada emissão, geralmente dois registos por página.

¹⁹ No seio da própria família, nem sempre a discriminação tem um carácter sexual, como asseverou Ribeiro da Silva, ao apurar que entre irmãos havia analfabetos e outros assinavam com desenvoltura. SILVA, Francisco Ribeiro da – *Barroco e escolarização: taxas de alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII*, in «I Congresso Internacional do Barroco», actas vol. II. Porto: Reitoria da Universidade do Porto/Governo Civil do Porto, 1991, p. 457.

²⁰ Ao avançarmos pela centúria, esta forma de identificação, através de uma marca, vai desaparecendo. Depois de 1860, contabilizamos menos de duas centenas de casos, situação diferente da existente na primeira metade de oitocentos. Sobre os tipos e modelos de sinais, onde os há com aspectos barrocos, outros imaginativos, cruciformes e mesmo com indicadores profissionais, além do sino-saimão, veja-se: SILVA, Francisco Ribeiro da – *A Alfabetização no Antigo Regime: o Caso do Porto e da sua região (1580-1650)*, separata de «Revista da Faculdade de Letras - História», II série, Vol. III. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1986. pp. 112-118.

²¹ Tal classificação, relativa a iletrados, afigura-se importante, na medida em que a improficiência para a escrita não impedia a partilha de conhecimentos, o que ocorria através da leitura praticada no lar, em voz alta. Assim, o analfabeto assumido, o pai, a mãe, um irmão ou outro membro do agregado familiar, podia coabitar com o escrito, quando qualquer parente tivesse aprendido a ler e escrever. Este cenário sociocultural, vivido pelo grupo doméstico, é importante pela rede de comunicações do escrito e da leitura, através da qual os iletrados tinham acesso, difundindo-se a cultura letrada para além das franjas da literacia.

²² Ao partirmos de um cenário sincronizado com a data da aquisição dos documentos, não se exclui a hipótese de evolução do processo de aprendizagem, pois muitos emigrantes melhoraram a forma de escrita, passando do modelo caligráfico para a assinatura personalizada e criativa, dois estádios que nós fundimos no nível 1. Também encontrámos analfabetos declarados que, na hora do embarque, acabaram por aprender as letras e a usar a pena, depois de se fixarem no Brasil. Este quadro é observável entre os que regressam e reembarcam, tendo feito mais de uma viagem. Entre todos os passaportes emitidos, há 191 casos dados, numa primeira fase, sem tais aptidões. Mais tarde, tais emigrantes, mostraram aptidões para a leitura e escrita. Há 24 saídos na qualidade de analfabetos declarados os quais,

O maior caudal de iletrados coincide, simultaneamente, com o fluxo mais intenso, o que acontece na década de setenta, onde os anos de 1872-1875 muito se pronunciam; a estes juntam-se outros, no final da centúria, como temos apontado. A imagem a reter, destas saídas de ignorantes do abecedário, revela-nos um quantitativo de pouca monta, até ao fim dos anos sessenta, tendo mesmo evidenciado valores reduzidos a meados deste decénio. Da mesma forma, nota-se, em 1876, uma diminuição no volume de iletrados, cenário presenciado novamente em 1885. De tais ritmos, realça-se a configuração de ciclos onde os analfabetos aparecem, com mais impacto, por volta de 1865, 1877, 1885/86 e 1897, tudo períodos em que os cálculos globais também patenteiam uma quebra nos embarques.

O grupo alinhado pelos que personalizaram um sinal cruciforme nos documentos, (analfabeto de tipo 2) corresponde a cerca de 4,4% dos incultos, números insignificantes, embora se possa asseverar que detêm maior proeminência a meados da centúria e nos anos de 1890/1891. Pouco se oferece para dizer sobre o peso desta categoria²³, que em nada altera o sentido e a tendência dos fluxos.

O registo dos que coabitavam com elementos do núcleo doméstico habilitados para apensar o nome com a pena na licença (tipo 3), como os casos anteriores, aparece representado por valores quase ínfimos, correspondendo a 2,2%. Foi nos anos de 1872 e 1898 que descobrimos mais casos pertencentes a este quadro sociocultural e familiar. Eram, quase sempre, pais analfabetos que tinham escolarizado os filhos.

posteriormente, conseguiram aprender a ler e a escrever, revelando uma evolução de nível cultural importante para a comunicação com a família. Neste contexto, estão as instituições de apoio educativo, como o Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, São Salvador da Baía, Pernambuco, o Liceu Literário Português, associações constituídas por pessoas capazes de ensinar os que muito necessitavam ler e escrever para a família. Cf. OLIVEIRA, Cândido – *Três Épocas, um pouco de História do Liceu Literário Português*. Rio de Janeiro: Liceu, 1956, p. 15; Sobre emigração e leitura ver PAULO, Heloisa – *O Emigrante e a Leitura, a Colónia Portuguesa do Brasil e as suas Publicações*, in «Revista de História das Ideias» volume 20. Lisboa: Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 421-444. SILVA, Fernando Emygdio da – *Emigração Portuguesa, o.c.*, pp., 279-284. Sobre os exemplos de emigrantes incultos que vieram a atingir um patamar de conhecimentos destacáveis, bons escritores, veja-se o exemplo descrito por ALVES, Jorge Fernandes – *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, in «Revista de História das Ideias» volume 20, Lisboa, Instituto de História e Teoria das Ideias/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 294-296.

²³ Se a mulher não marcava a comparência através deste processo de firmar, também o homem abandona o *signal de cruz* depois de meados de oitocentos. À assinatura a rogo ganha espaço nestes quadros em que se assinalava a respectiva presença por intermédio de uma outra pessoa letrada. São vários os documentos com assinaturas onde se observa esta evolução.

2.4. EMIGRANTES SEM REFERÊNCIA AO GRAU DE INSTRUÇÃO

O gráfico 1 apresenta, ainda, um grupo que classificámos como “indeterminado” relativamente a tais capacidades intelectuais, porque desconhecemos se eram ou não instruídos, ou se atingiram ou não o patamar da alfabetização. Estes correspondem à maior fatia de não titulares de passaportes, porque não tinham obrigação de confirmar, pelo próprio punho, a respectiva presença nos serviços administrativos do Governo Civil. Entre eles, dominam as crianças sem idade escolar²⁴. Trata-se de emigrantes saídos com o núcleo familiar, geralmente crianças com menos de cinco anos de idade.

Organizámos, para estes indivíduos, duas variáveis: os que emergem de quadros de parentesco sem nada que os permita correlacionar com os elementos de cultura escrita, identificados com tipo 4; aqueles que, não tendo sido referenciados quanto às capacidades de assinar, tinham alguém na esfera doméstica conhecedor das letras, porque os pais firmaram documentos, ou porque seguiram viagem com algum elemento do lar que assinalou, pela própria mão, o respectivo nome. Atribuímos o tipo 5 a estes casos. Desta forma, ao criar duas facetas para análise, podemos configurar cenários familiares, especialmente daqueles que coabitavam com parentes capacitados com estas competências, os quais tinha acesso, pela via oral²⁵, à cultura do livro²⁶, coabitando em espaços físicos e sócio-familiares onde o abecedário

²⁴ Se nós encontrámos listas de alunos com idades a partir dos cinco anos, existem outros casos cujo início da frequência escolar ocorria pelos quatro anos, como revela ADÃO, Áurea – *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras, Escolas Régias (1772-1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 336.

²⁵ Poderíamos falar de espaços da prática e da socialização do escrito, onde emergem os pólos familiares da cultura letrada, partilhada por todos os membros no lar, porque se ocultam as habilidades para a leitura de acordo com os vários tipos de letra, como nos sugere FRAGO, Antonio Viñao – *Alfabetización, Lectura y Escritura en el Antiguo Régimen (siglos XVI-XVIII)*, in ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 45-46.

²⁶ Vários estudos sobre esta problemática podem ser consultados, todavia, destacamos as seguintes obras: REBELO, Carlos Alberto – *A Difusão da Leitura Pública*. Lisboa: Campo das Letras, 2002. RODRIGUES, Ernesto – *Cultura Literária Oitocentista*. Porto: Lello Editores, 1999; GUEDES, Fernando – *O Livro e a Leitura em Portugal, subsídios para a sua História, séculos XVIII-XIX*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1987; FRAGO, Antonio Viñao – *Leer y Escribir, Historia de dos Prácticas Culturales*. México: Fundación Educación, Voces y Vuelos, 1999; DARTON, Robert – *Gens de Lettres Gens du Livre*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1992; ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992; DADSON, Trevor J. – *Libros, Lectores y Lecturas*. Madrid: Editorial Arco/Libros, 1998; BOTREL, Jean-François – *Libros, Prensa y Lectura en la España del Siglo XIX*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1993; SAÉZ, Carlos e GÓMEZ-PANTOJA, Joaquín (Editores) – *Las diferentes Historias de Letrados y analfabetos*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 1994; CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger – *Storia della Lettura*. Roma: Editori Laterza, 1995; CHARTIER, Roger – *Lectures, Lecteurs et Litteratures “populaires” en Europe a la Renaissance*, in *Escribir y*

circulava, quer pela leitura, ou mesmo através da escrita de cartas, ou comprovado através da assinatura de documentos oficiais²⁷.

O gráfico 1 ajuda a divisar a distribuição destes cenários. Devemos frisar que estamos perante ausências maioritariamente centradas na última década da centúria, mas de impacto discreto até 1888. Este fluxo corresponde a pouco mais de 12,3%, todavia, nos últimos treze anos de oitocentos, deslindamos a presença de 22,5% com tal perfil. Como sublinhámos, este quadro decorre do embarque de famílias e, especialmente, de mães com os respectivos filhos, que se abeiram do cabeça-de-casal fixado no Brasil. Sublinhe-se, ainda, que os de tipo 4, que coabitavam com alguém escolarizado da mesma estirpe, correspondem a 58,2%, entre os documentados depois de 1887, o que bem caracteriza o perfil do acompanhante de outros membros instruídos, tendo eles acesso à cultura escrita através da difusão que tais parentes poderiam desenvolver.

A imagem distributiva evidencia, a partir de 1850, a presença de emigrantes sem referência ao estado de alfabetização, cujos volumes se mantêm num plano de pouca proeminência, contudo, com boa expressão, até 1875, a favor dos identificados pelo *tipo 4*. Quando o movimento desponta com uma relação às redes de solidariedade doméstica, onde dominam os fluxos de pessoas da mesma linhagem, aumentam os quantitativos de saídas de “indeterminados”, os quais acompanham os membros do lar detentores de tais competências, a de gizarem o próprio nome. Para este grupo, temos os anos de 1895/96 na liderança dos números, o que se correlaciona com os cálculos gerais de embarques.

Importa sublinhar que os classificados com os tipos 4 e 5, emigrantes de quem se ignora se eram capazes ou não de firmar, correspondem a uma percentagem superior a doze pontos e, entre estes, mais de mil e seiscentos são provenientes de núcleos domésticos onde o escrito era uma realidade, como os documentos analisados nos demonstram.

3. EMBARQUES POR ESTADO CIVIL

O estado civil destes emigrantes exhibe uma evolução onde ressalta o domínio dos celibatários. Ao longo do período, os que tinham viajado inseridos em movimentos de famílias, donde emergiam as responsabilidades conjugais,

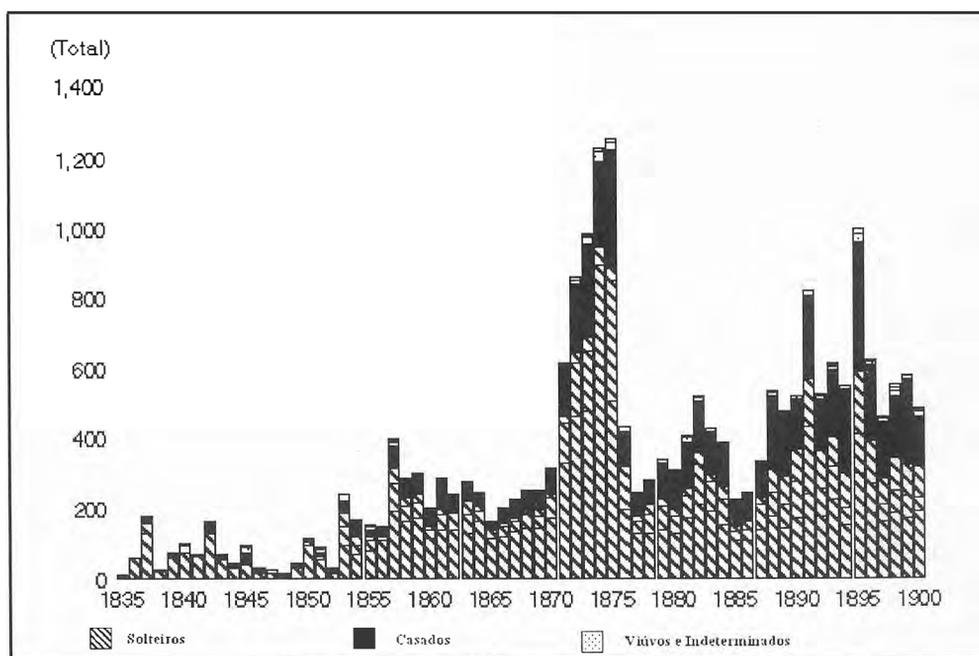
Leer en Occidente. València: Departamento de Historia de la Antigüedad y de la Cultura Escrita/ Universidad de València, 1995; CHARTIER, Roger (coordenador) – *As Utilizações do Escrito*. Lisboa: Difel, 1998.

²⁷ FRAGO, António Viñao – *Leer y Escribir, Historia de dos Prácticas Culturales*. México: Fundación Educación, Voces y Vuelos, 1999, pp. 117-131.

crecem paulatinamente e, ao mesmo tempo, os solteiros perdem peso quantitativo. No conjunto, há mais de setenta por cento de embarques onde dominam os que deixaram a terra sem terem assumido funções de progenitores, porque não contraíram matrimónio. Os consorciados perfazem 26,3%, ficando os restantes valores para viúvos, separados e outros de quem desconhecemos o respectivo enquadramento civil.

GRÁFICO N.º 2

DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE POR ESTADO CIVIL, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



A análise desta variável, por décadas, permite-nos asseverar que, antes de meados da centúria, os cônjuges exibem um número inferior aos classificados por “viúvos e outros”. Por outro lado, os adolescentes detêm mais de oitenta pontos percentuais, o que demonstra que, até meio de oitocentos, os fluxos são predominantemente jovens, celibatários e instruídos. O cenário altera-se ligeiramente nos anos cinquenta, quando os mais novos descem para baixo da casa dos oitenta pontos e os que tinham contraído núpcias sobem cima dos dezasseis casos em cem movimentos, como se constata através do gráfico 2. Estas cifras pouco se modificam, no período seguinte, embora os casados despontem com cerca de vinte casos em cada centena de embarques,

tendo-se contraído a secção dos viúvos/outros.

A evolução, na década de setenta, é bem notória, se considerarmos que os casados passam a registar 24,5%, enquanto os celibatários ficam nos 72,7%. Esta tendência é sistemática e os enlaçados matrimonialmente ganham espaço aos concorrentes mais novos que diminuem a representatividade em cerca de seis pontos, a partir da década de sessenta, de forma a encontrarmos, nos últimos dez anos de oitocentos, a distribuição seguinte: solteiros 62,6%, casados 33,9% e os restantes com 3,5%. Os fluxos vão-se alterando e configurando de acordo com a migração de grupos familiares.

Os que não tinham assumido responsabilidades maritais apresentam maior volume nos anos setenta, com destaque para o período de 1872 a 1875, enquanto os casados emergem mais intensamente no ano de 1895 e em vários momentos da década de setenta. Com números mais parcimoniosos, temos uma situação muito idêntica nos fluxos de viúvos. Registe-se, ainda, que os emigrantes solteiros dominam ano após ano o volume das saídas, como o gráfico 2 permite confirmar, contudo, em 1895, encontramos-nos perante caudais mais aproximados, embora os jovens anunciem sempre um quantitativo superior em todas as frentes.

O abandono da terra por gente casada, depois da grande movimentação entre 1873-1876, apresenta um volume digno de registo, embora haja quebras pronunciadas em 1877/78 e em 1885/86. A partir deste último ano, a saída desta gente origina uma imagem de êxodo intenso, como veremos em mais pormenor ao abordarmos a composição destas ausências.

Se as expressões quantitativas dos viúvos, juntos com outros de quem não foi possível apurar o respectivo estado, são menos volumosas, importa assinalar que a mobilidade anual difere dos ritmos anteriormente analisados. Estes números ostentam uma marca visível em três momentos: meados dos anos cinquenta, princípios da década de setenta e os últimos dez anos da centúria, onde as saídas do ano de 1895 ganham destaque.

Inferimos que os fluxos também se diferenciam pelo estado civil. Os anos noventa com maior presença de casados, especialmente do género feminino, e de celibatários do sexo masculino na década de setenta, sobre os quais daremos nota pormenorizada de seguida.

3.1. MOVIMENTO DE CELIBATÁRIOS ALFABETIZADOS

Representámos, no gráfico 2, os fluxos por estados civis, sem a composição dos caudais relativamente à cultura letrada. Para análise deste segmento, elaborámos outro gráfico com estas variáveis, onde constam: a

distribuição por anos de saída de instruídos, analfabetos e o grupo de “indeterminados”. Deitaremos mão, simultaneamente, ao gráfico 2, cujos números servem para outras variáveis em estudo.

Os celibatários, até 1850, apresentam-se com perto de oitenta e nove por cento de instruídos relativos ao grupo, todavia, os totais de alfabetizados perdem impacto, à medida que o fluxo evolui com a presença de mais casados. Se os volumes de portadores de competências da cultura letrada acompanham os quantitativos do movimento, descobrimos para a década de noventa 51,3% de solteiros escolarizados, contra pouco mais de vinte e um ignorantes do abecedário em cada cem partidas, mas os de quem ignoramos o estado civil ganham expressão, ao somarem mais de vinte e sete pontos percentuais. Estamos, de novo, perante a saída de indivíduos na companhia de impetrantes de licenças colectivas.

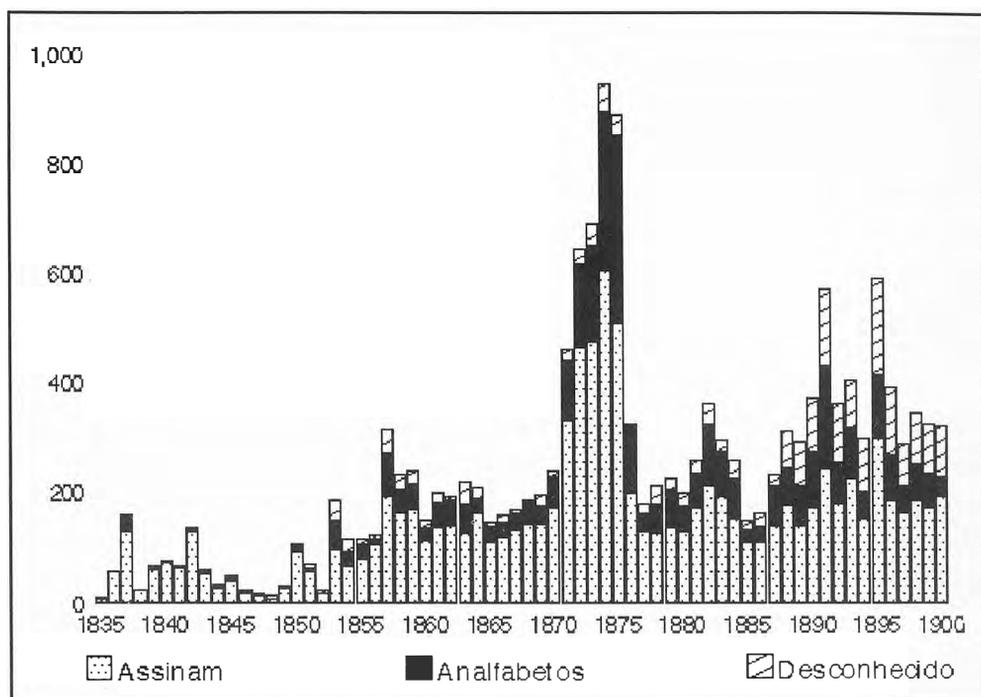
Há anos em que os assinantes de documentos ficam aquém dos cinquenta por cento, como acontece entre 1889-1892. Tal constatação não significa a existência de um quadro dominado pelos destituídos de conhecimento das letras e incapacitados para a escrita, pois, para os mesmos anos, os que estavam declarados sem tais competências não chegam a atingir 33,5% do caudal.

Em relação a solteiros ilustrados, podemos asseverar que os fluxos ostentam a presença de uma “elite” escolarizada, até à década de cinquenta, (jovens com assinatura de nível 1) e que as saídas deste grupo ainda mantêm elevado índice em 1872, ano onde encontramos mais de setenta e dois por cento de emigrantes habilitados pelas competências da leitura e da escrita. A partir do grande surto da década de setenta, os assinantes enfraquecem a presença, dando espaço aos de quem nada sabemos sobre tais aptidões, cenário mais acentuado nos finais da centúria, como temos sublinhado.

Os incapazes de usar a pena para grafar o nome engrossam o movimento dos solteiros e determinam os maiores índices em 1875/1876, anos onde se fazem representar, respectivamente, 37% e 39% indivíduos com este perfil. Mas, entre os solipsos, por oposição, a década de noventa ostenta como principal característica o embarque de pessoas de quem não foi dado a conhecer o perfil de cultura letrada, por terem embarcado na qualidade de acompanhantes de passaportes colectivos.

Podemos inferir que os picos mais pronunciados arrastam volumes de analfabetos, enquanto as correntes menos volumosas revelam que os solteiros que emigram pertenciam a grupos social e culturalmente destacados, como o atestam os números de assinaturas de jovens.

*EMIGRANTES SOLTEIROS POR ANOS DE AQUISIÇÃO DO
PASSAPORTE
E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-190*



3.2. CONSORCIADOS POR ANOS E INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO

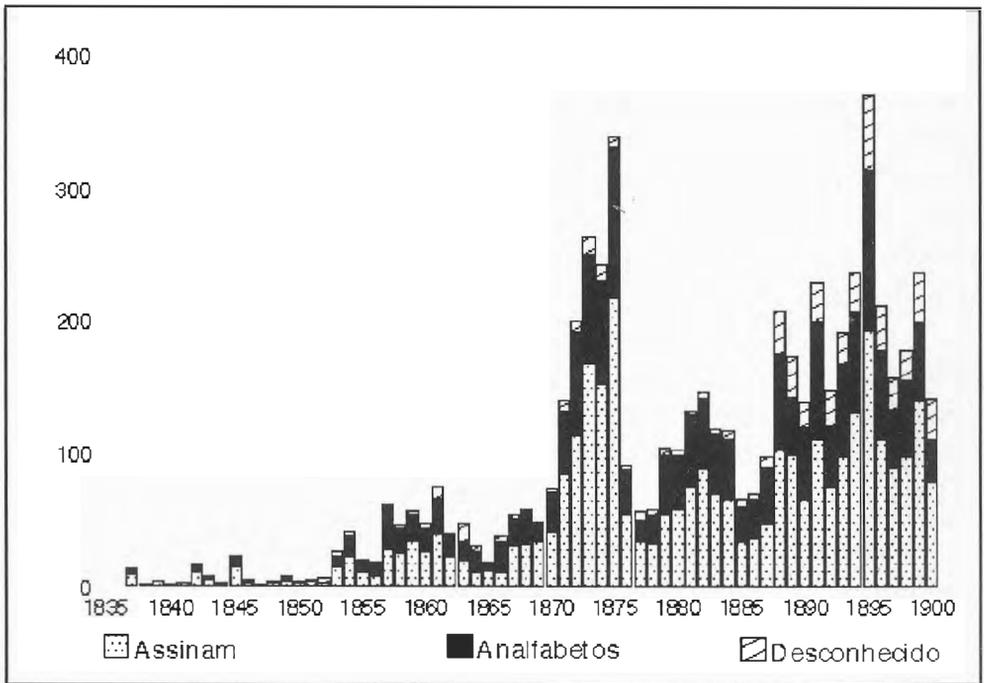
Tendo como ponto de partida a observação do gráfico 2, apuramos que os volumes de indivíduos com responsabilidades conjugais despontam com mais dinâmica nos períodos em que as saídas apresentam um caudal forte, como acontece nos anos de 1875 e 1895, a par de outros momentos, acompanhando a tendência dos fluxos. Esta ordenação é visível para os três grupos de emigrantes casados: os letrados, os analfabetos e de quem desconhecemos tais capacidades. Assim, é importante que façamos uma análise a estes movimentos, tendo em conta as percentagens relativas e destacando as fases mais representativas dos embarques.

O primeiro apontamento vai para a estabilidade existente nos valores globais por décadas, que pouco passam dos cinquenta e dois pontos relativamente aos instruídos. Os anos setenta surpreendem-nos, relativamente

a consorciados, por haver 60,6% de indivíduos com sinais claros de relação com a cultura letrada, da mesma forma como a meados de oitocentos estes requerentes de licença irrompem com 63,4% de habilitados para grafar documentos, contra 35,5% declaradamente classificados de ignorantes do abecedário.

GRÁFICO N.º 4

EMIGRANTES CASADOS POR ANOS DE AQUISIÇÃO DO PASSAPORTE E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835-1900



O gráfico 4 deixa contemplar a distribuição e permite sublinhar a evasão destes fluxos, em vários momentos da década de setenta, como no triênio 1873-1875, com índices de instrução acima dos sessenta e três pontos, mas a percentagem mais expressiva ocorre para os que se ausentam em 1869, quando os esposos com nome grafado estão representados por sessenta e nove por cento.

Não parece haver uma lógica a presidir a tais cenários, se atentarmos que nem sempre os maiores caudais arrastam mais casados ignorantes do abecedário, como acontecia em relação aos celibatários. Ficamos a saber que nos anos cinquenta e em 1866 seguiram viagem muitos cônjuges desprovidos de capacidades para a escrita, momentos em que mais de metade figuram no

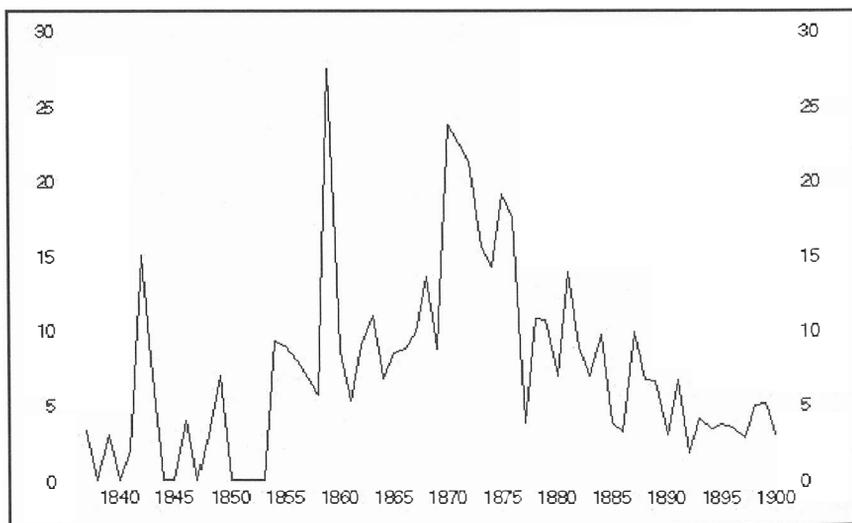
grupo dos iletrados. Ao contrário deste cenário, encontramos, nos dois últimos anos do século, representações muito baixas de indicadores de analfabetismo testemunhado, cujos índices andam na casa dos vinte e dois a vinte e cinco em cada cem embarques de consortes.

Assim, inferimos que casados e celibatários apresentam-se enquadrados na distribuição anual com fluxos onde as lógicas relativas à cultura letrada são diferentes. Aos primeiros, cabe uma faixa mais estável de instruídos, enquanto os solteiros patenteiam maior oscilação e uma tendência para menores volumes de saídas qualificadas, à medida que nos aproximamos do final da centúria.

No conjunto, a razão homens/mulheres casados passa cerca de seis vezes o total de mulheres, contudo, o gráfico 5 diz-nos que, depois do êxodo dos anos setenta, os desposados emigram sem as mulheres. Elas, passados oito a dez anos, aproximam-se dos consortes, desenhando-se uma curva idêntica e mais próxima do sexo masculino. Os ciclos observáveis neste rácio correspondem à resposta das esposas, que partem alguns anos depois dos maridos, mas, na década de noventa, arrastam toda a família nuclear para junto do marido.

Importante é termos concluído que os cônjuges com um só passaporte saldaram a respectiva presença com mais de cinquenta e cinco por cento de ilustrados pelo abecedário, a que se juntam perto de trinta e cinco analfabetos em cada cem, cabendo o restante valor ao grupo dos de quem desconhecemos tal perfil.

GRÁFICO 5
RÁCIO HOMEM/MULHER COM UM PASSAPORTE
ENTRE 1837-1900



Ao analisarmos uma outra variável, onde intervêm os consorciados de ambos os sexos, e ao procedermos à análise do rácio homens por mulheres, podemos asseverar que estamos perante modelos de abandono definitivo da terra²⁸, quando nos aproximamos do final da centúria, embora não seja uma emigração espontânea, pois os movimentos apresentam-se cuidadosamente planeados, mesmo quando estamos perante a saída de lares completos.

3.3. VIÚVOS, SEPARADOS E INDETERMINADOS

A opção que tomámos, em analisar um grupo separadamente dos casados e dos celibatários, onde incluímos 424 viúvos, 365 sem identificação do estado civil e 5 divorciados/separados, teve por base o reduzido cômputo de cada agrupamento, pois representam menos de oito centenas de emigrantes. Se parece pouco relevante o que se pode apurar relativamente a este conjunto de casos, importa salientar que continuamos a estar perante cerca de cinquenta e seis por cento de indivíduos capacitados para a leitura e escrita, contra menos de trinta e dois em cada cem formalmente declarados como destituídos de tais proficiências.

Os quantitativos anuais permitem-nos confirmar que, a partir de 1836, há elementos enquadrados neste segmento. Foi nos anos de 1874 e 1895 que descobrimos mais embarcados, com tal perfil, seguindo-se o fluxo pertencente a 1853 e 1898. Estamos perante parcas ocorrências, que acompanham de perto os vários picos de ausências e ciclos, embora nos anos quarenta e cinquenta encontremos, relativamente a este conjunto, uma presença digna de nota, como se confirma pelos valores representados no quadro 2. Os alfabetizados pouco ou nada alteram a representação gráfica, além de não se enxergar a lógica que preside à constituição destes movimentos. Há anos onde os iletrados não marcam presença, enquanto os momentos de fluxo mais forte também aqui são notados, mas os cômputos pouco interferem na formação da imagem geral.

A distribuição deste caudal, por indicadores de literacia, não é definida pelo volume destas evasões, se atendermos à existência de momentos muito instáveis, como o ano de 1891, cujo total de iletrados passa dos cinquenta e seis pontos, contra os trinta e nove de instruídos. A classificação não apresenta uma hierarquia uniforme, quando correlacionamos os impetrantes que firmaram o nome com os incapazes de gizarem as letras.

Por fim, devemos acentuar que este agregado apresenta características diferentes dos anteriores, considerando que os anos setenta são os mais ricos, relativamente à fuga de escolarizados, com 64%, aos quais se junta o caudal

ocorrido até 1850. Segue-se a década de oitenta com cerca de cinquenta e nove pontos percentuais. Além destas fases, todo o restante conjunto exhibe menos de metade do volume confirmado como possidente de habilitação para a leitura e escrita.

Concluimos que este fluxo ostenta características específicas para cada estado civil e descobrimos que a diáspora de solteiros anuncia uma tendência para diminuição dos aspectos da cultura escrita, enquanto os casados detêm um perfil diferente, como que a indicar que nos finais da centúria os havia mais bem preparados²⁹ para enfrentarem as dificuldades impostas pela separação da família, por isso mais capacitados para a comunicação escrita do que nos princípios de oitocentos.

4. HOMENS E MULHERES PERANTE A DIÁSPORA

Estudada a distribuição por anos de obtenção de passaporte e estado civil, é importante, para compreensão destas evasões da terra, que retomemos os números das saídas e façamos uma análise por género, sempre num contexto de alfabetização e tendo o quadro 3 como suporte desta abordagem.

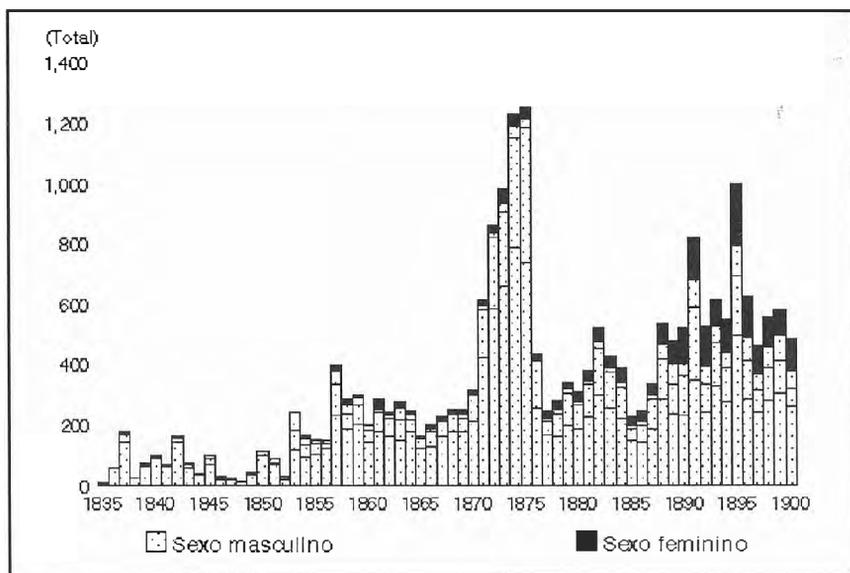
Com a representação gráfica do gráfico 6, descobrimos, facilmente, a existência de composições diferentes, se levarmos em linha de conta que as mulheres emergem nestes cenários a partir de meados da década de oitenta e que, em parte, são responsáveis pelo perfil da emigração do fim de século, quando os caudais revelam uma grande pressão de senhoras consorciadas³⁰.

²⁸ Neste exercício, onde se pretende observar a separação dos lares operada com a partida do masculino e a reunificação da família através do embarque de mulheres casadas, ficamos a saber se os volumes, de cônjuges de um e outro sexo, eram ou não aproximados. Assim, podemos depreender se estávamos ou não face a projectos de reagrupamento dos lares. Quanto mais os rácios se aproximarem do quociente 1 maior é a probabilidade de estarmos perante a diáspora de famílias e, quanto mais se afastarem deste valor, teremos, teoricamente, emigrantes embarcados com o imaginário do retorno. Este mesmo estudo elaborado por Jorge Alves mostrou cenários diferentes dos que nós apurámos, pois os últimos vinte anos da centúria apresentam indicadores da partida de casais, descendo abaixo no ponto 4 em quase toda a década de noventa, sendo 1892 o momentos mais crítico. Além do ano de 1859, a década de setenta não expulsa as casadas, pois a fuga é predominantemente liderada pelos homens, atingindo nos primeiros anos deste período mais de vinte pontos sobre as mulheres, quando no Porto rondam o indicador 8. Ver ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, pp. 187-188.

²⁹ A educação de adultos e jovens com mais de catorze anos, que não tinham frequentado o ensino, teve um impulso através das escolas nocturnas. RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, Contextos Migratórios, o.c.*, pp. 86-95.

³⁰ Este facto levou-nos a trabalhar separadamente a mobilidade do sexo feminino na nossa dissertação de Doutoramento, anteriormente citada.

GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO EMIGRANTES POR SEXO E ANO DE EMISSÃO
DE PASSAPORTE ENTRE 1835-1900



É imperceptível o movimento feminino até à década de setenta e as poucas embarcadas estão maioritariamente enquadradas entre as declaradas ignorantes do alfabeto³¹, as quais correspondem a mais de sessenta por cento, relativamente ao fluxo deste sexo até 1860.

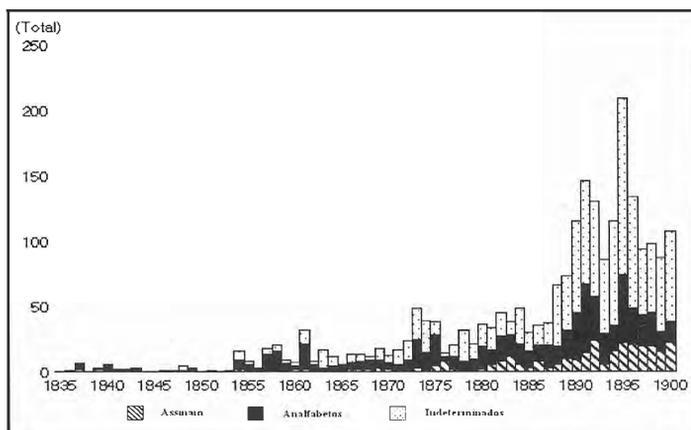
Com o aumento do volume das levas, a partir dos anos oitenta, dilata-se a presença de mulheres ilustradas pelo abecedário³². Ao mesmo tempo, diminuem as não escolarizadas, todavia, o feminino de quem desconhecemos o respectivo estado de cultura letrada mantém índices que passam dos 51%.

³¹ Encontramos paralelismo entre os elevados índices de analfabetismo das mulheres portuguesas e espanholas como foi confirmado por BERRIO, Julio Ruiz – *Alfabetización y Modernización Social en la España del Primer Tercio del Siglo XX*, in ESCOLANO, Agustín (dirección) – *Leer y Escribir en España, Doscientos años de Alfabetización*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1992, pp. 95-96.

³² Temos, em 1900, para as maiores de cinco anos 10,8% de leitoras no Alto-Minho. A cota aponta para 22,7% de pessoas escolarizadas deste género, no concelho de Caminha, contudo, o crescimento entre 1878 e 1900 ficou pelos 4,8% relativamente a este sexo, no distrito de Viana do Castelo. O parque escolar para meninas, juntamente com os estabelecimentos mistos, em 1899-1900, era formado por trinta e quatro locais de ensino oficial e outros tantos do sector privado. Assim, contava-se com 68 escolas das primeiras letras, onde as raparigas podiam aprender a ler, escrever e contar, além das “prendas”. Ver o estudo sobre esta problemática: “*Preocupações com a escolarização e evolução do parque escolar do Alto-Minho entre 1860-1900*” em RODRIGUES, Henrique Fernandes – *Alto-Minho no século XIX, o.c.*, Tomo I, pp. 70-148; RODRIGUES, Henrique – *Escolarização e Alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do sec. XIX*, comunicação ao VII congresso da ADEH. Granada: Abril de 2004.

Nos últimos dez anos de oitocentos, esta tendência reafirma-se com o incremento das instruídas a subir para os 14,6%, contra 24,2% de analfabetas e as restantes 61,2% pertencentes ao grupo identificado por “indeterminado”, quase sempre formado por crianças saídas na companhia dos progenitores, seja o pai ou a mãe.

GRÁFICO N.º 7
*EMIGRAÇÃO DO SEXO FEMININO
 COM UM PASSAPORTE POR
 INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1836-1900*



Ao examinarmos o gráfico 7, confirmamos que a evolução dos cálculos femininos é notória depois de 1888, momento em que as mulheres assinantes rubricam boa presença, mas o domínio cabe às de quem desconhecemos se eram capazes de firmar ou não o nome, de que destacamos o êxodo observado no ano de 1895, como a figura seguinte permite constatar³³.

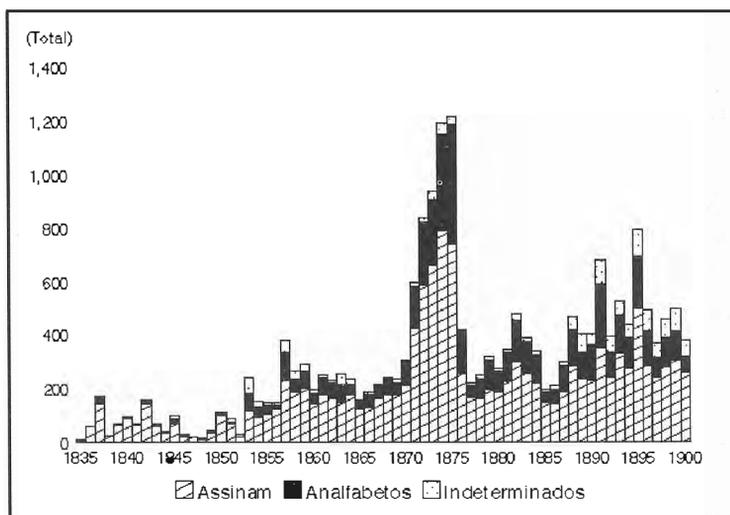
Enquanto o feminino exibe maior fluxo conhecedor de letras nos finais da centúria, os homens manifestam-se com números absolutos proeminentes na década de setenta, contudo, entre estes, os que figuraram no quadro sem divisarmos o perfil de cultura letrada, “indeterminados”, também saíram maioritariamente nos últimos anos do século, situação decorrente da fuga de lares onde intervêm elementos deste sexo que acompanham o portador do passaporte, geralmente o progenitor.

³³ Se o movimento feminino, com um passaporte emitido em Viana do Castelo, representa pouco mais de 10%, ao longo deste período, também é de assinalar a relação entre o fim da escravatura e o início da debandada de mulheres, quase sempre consorciadas. Neste contexto, importa sublinhar que estes rácios por sexo estão muito afastados dos que o recenseamento de 1929 aponta relativamente aos emigrantes do Mediterrâneo, (portugueses, italianos e espanhóis), que chega aos 34% de damas, como nos indica MENEZES, Lená Medeiros – *Os Indesejáveis, desclassificados da Modernidade*. [Rio de Janeiro]: EDUERJ - Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996, p. 81.

A imagem do masculino pouco difere dos cenários de todo o caudal, mas, o gráfico 8 ajuda a visionarmos o fenómeno distribuído por homens instruídos, analfabetos e os “desconhecidos”, correspondentes aos que não assinalaram se eram capazes ou não de grafar pela respectiva mão.

Por fim, confirmamos a existência de um movimento constante de pessoas instruídas, às quais se juntam outros indivíduos, muitos deles desprovidos da habilidade das letras, ou seja que os maiores volumes apresentam simultaneamente um acréscimo de mão-de-obra não “habilitada” aos quais se associam outros que não deixaram indicadores de alfabetização, especialmente na última fase do século XIX, quando mais mulheres e crianças acompanham o líder do casal, partindo todo o lar em direcção ao Brasil.

GRÁFICO N.º 8
*DISTRIBUIÇÃO DO SEXO MASCULINO COM UM
PASSAPORTE
POR ANOS DE SAÍDA E INDICADORES
DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1835-1900*



4.1. GRUPOS ETÁRIOS

A classificação por sexos conduz-nos a um outro exercício, que consiste em procedermos ao enquadramento destes contingentes de acordo com as idades. Para o efeito, elaborámos o quadro 4, onde estruturámos o movimento por anos de idade, sexo e alfabetização, para estudo destas variáveis do fluxo. Do quadro referido, organizámos o gráfico 9 com os valores globais distribuídos em dois grupos: os menores de 26 anos e os adultos a partir desta

idade, sem a referência à literacia, para não correremos o risco de pulverizar os números e porque não conseguiríamos conclusões abrangentes da emigração documentada com essas variáveis.

A primeira constatação leva-nos a assinalar a existência de dois modelos diferenciados na distribuição por grupos etários.

Os valores absolutos do masculino mostram-nos que os menores de dez anos ostentam maior pressão na década de noventa, especialmente em 1891 e em 1895. O mesmo acontece em relação às meninas deste grupo, como o quadro 4 e a figura 10 documentam.

Os varões que tinham entre 11 e 15 de idade não exibem a mesma tendência, se considerarmos que é na década de setenta que mais adolescentes abandonam o Noroeste de Portugal, enquanto as poucas raparigas autorizadas a seguir viagem despontam nos dois momentos referidos com maior quantitativo nos últimos dez anos da centúria, como já aludimos. O masculino patenteia uma tal intensidade cuja rubrica passa de vinte por cento das saídas deste sexo, o que se nota bem até meados dos anos setenta³⁴, momento em que os cálculos entram em fase clara de recessão.

Os adolescentes, aqui englobando rapazes dos dezasseis aos vinte, despontam a par dos colegas do grupo etário anterior, com emissões de passaportes mais volumosas até 1875. As maiores expressões ocorrem nos primeiros cinco anos da década setenta, mas, no cálculo geral, correspondem a 14,2%. Sublinhe-se que é nos finais de oitocentos que menos jovens desta cinto etária obtiveram passaporte. Registe-se, ainda, que o movimento de tais mancebos rubrica a maior percentagem até 1857³⁵ e tem um semblante reduzido no decurso dos anos noventa.

O corpo etário com maior impacto nos quantitativos, entre 1835 e 1900, é o dos jovens dos vinte a vinte e um anos. Estes homens lideram o fenómeno migratório e são responsáveis por 21,1% do cálculo masculino. A dinâmica das ausências de jovens adultos com mais de vinte anos é constante e percorre os anos setenta e noventa, com percentagens relativas superiores a 22,5%, a partir da década de sessenta.

³⁴ Se o movimento de minhotos, para o Brasil, corresponde a um surto intenso, o fluxo desmesurado deve-se, em boa parte, à saída de indivíduos naturais de outras terras que vieram a Viana do Castelo obter licença.

³⁵ Porque existem boas sínteses relativas à emigração e legislação que afecta os jovens maiores de dezoito anos até 1859 e com mais de catorze depois desta data, remetemos para RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp. 23-46; ALVES, Jorge Fernandes – *A Legislação sobre Emigração em Portugal (1645-1914)*, in *Historia de la Población*, vol. I, IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, Pensamiento Demográfico, Coyuntura y Microanálisis, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 1999, pp. 33-50. Ver também COSTA, Afonso – *Estudos de economia nacional- I, O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 160-171; SILVA, Fernando Emygdio – *Emigração portuguesa*. Coimbra: França e Arménio Livreros Editores, 1917, pp. 200-245;

O bloco dos 21 aos 25 de idade detém a terceira posição até 1860, salta para o segundo lugar entre 1861-1870 e lidera nos últimos trinta anos do período em estudo. Perante esta constatação, estamos autorizados a inferir que os embarcados expressam maiores variações e ritmos de envelhecimento à medida que nos aproximamos da passagem do século. Assente-se, ainda, que o quadriénio de 1872-1875³⁶, juntamente com o ano de 1895, forma um caudal de partidas cuja média anual é superior a duas centenas indivíduos³⁷.

As levas vão diminuindo, à medida que a idade dos impetrantes avança. Os homens dos 26 aos 30 representam 13,5% do giro migratório e apresentam-se com mais exuberância nos picos já apontados dos anos setenta e noventa. Nota-se, ao longo da centúria, uma presença cada vez maior destes adultos, que atingem, entre 1881 e 1890, perto de dezassete por cento dos embarques em estudo.

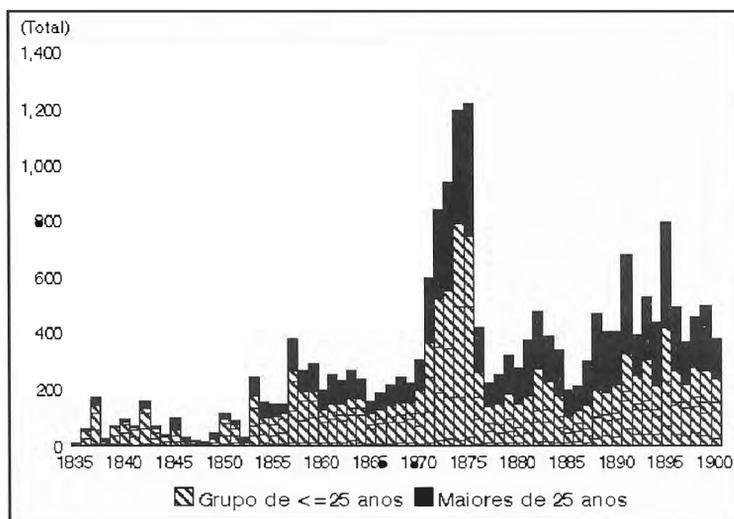
Depois dos trinta anos de idade, os números tornam-se cada vez mais parcimoniosos e a tendência é de quebra total, embora se presencie, desde 1835 até 1900, o enchimento dos caudais dos mais velhos. Este fenómeno empresta ao fluxo o indicador de envelhecimento. A última nota vai para os maiores de 45 anos, cujo total corresponde a 1240 movimentos masculinos com um passaporte, o equivalente a pouco mais de seis por cento do fluxo, com expressão mais relevante nos anos entre 1872 e 1875, seguindo-se os de 1891 e 1895.

O gráfico 9 ajuda a explorar esta distribuição, através da qual se deslinda uma corrente masculina pautada pelo carácter jovem da pirâmide até 1856. Depois deste momento, a mancha formada pelos mais idosos rubrica boa expressão e atinge elevados quantitativos no primeiro lustro de setenta, todavia, os maiores de vinte e seis anos intensificam uma presença significativa, a partir de 1887, e são responsáveis por um caudal elevado e constante, cujos picos mais pronunciados correspondem à partida de homens adultos.

³⁶ Viana não foi excepção, pois acompanha a tendência apresentada para estes anos por MARTINS, Oliveira – *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1956, p. 253.

³⁷ As dificuldades sentidas na agricultura e o lento desenvolvimento industrial são, em boa medida, responsáveis por estes surtos, mas a construção de vias de comunicação, especialmente dos caminhos-de-ferro, muito contribuíram para estas sangrias, como sublinha PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2ª edição. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983, pp. 33-34. SERRÃO, Joel – *Emigração*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, dirigido por: SERRÃO, Joel, s.l.: Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 366-370. Sobre o desenvolvimento e o atraso económico ver também REIS, Jaime – *A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913*, in «Análise Social», vol. XXIII, n.º 96. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. ...; REIS, Jaime – *O Atraso Económico Português, 1850-1930*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993; CABRAL, Manuel Villaverde – *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, 3ª ed.. Lisboa: Regra do Jogo, 1981.

GRÁFICO N.º 9
DISTRIBUIÇÃO DO SEXO MASCULINO
COM UM PASSAPORTE
POR GRUPOS ETÁRIOS SAÍDOS ENTRE 1835-1900



Os que partem com menos de vinte e seis anos constituem um fluxo que engrossa lentamente a partir de 1853, contudo, a torrente do primeiro quinquênio da década de setenta acelera essa tendência de enchimento e provoca depois uma quebra, que repõe um ritmo constante ao fluxo, todavia, cresce, de novo, até à passagem para novecentos. Perante tais elementos, concluímos que a juventude esteve sempre presente nestes ciclos migratórios.

A figuração gráfica dos maiores de vinte e cinco difere da que acabamos de descrever para os restantes, mas acompanha os ritmos, com picos mais intensos nos mesmos momentos, e provoca sangrias com marcas bem visíveis. A mocidade alimenta uma fuga de crescimento mais sustentado, porque se enquadra no contexto da emigração planeada e preparada para o sucesso.

Ao analisarmos o quadro 4, ao longo dos últimos anos em estudo, reparamos que os mais jovens não desenhavam a mesma imagem, porque correspondem a ausências inseridas em passaportes colectivos. Os rapazes dos onze aos quinze comparecem em maior número entre 1856 e 1876, data a partir da qual apresentam uma mancha quantitativa diminuta que se prolonga até 1888³⁸.

Os adolescentes, dos dezasseis aos vinte, emergem na segunda metade da década de setenta e destacam-se com valores relativos ao próprio grupo nos inícios de setenta, todavia, figuram com cifras discretas até finais de

oitocentos, como se a mobilidade documentada deste segmento etário não fosse autorizada ou estivesse submetida a uma política repressiva.

A presença dos homens disponibilizados do serviço militar, entre os vinte e um e os vinte e cinco anos, mais notada depois da crise económica dos anos cinquenta, acompanha a explosão dos anos setenta e mantém uma contribuição confortável nos cálculos deste movimento.

Os adultos com mais de vinte e seis anos são responsáveis por uma ondulação instável e orientada para os momentos de grande intensidade nas deslocações³⁹, mas deixam perceber que optaram por abandonar a terra em momentos muito vinculados, como são os vários anos de setenta, 1882, 1888, 1891 e 1895, com picos bem patenteados e definidores dos embarques⁴⁰. Outro cenário muito idêntico ocorre com as ausências de varões dos trinta e um aos trinta e cinco, embora, como referimos, ostentem volumes mais definidos.

Se olharmos atentamente ao perfil quantitativo da distribuição por anos de saída dos mais velhos, na faixa etária seguinte (36-40) descobrimos que os impulsos para as viagens não têm o mesmo desenho, nem a mesma intensidade, pois só os anos de 1874 e 1895 aparecem com maior estatura, havendo uma movimentação pautada pelo equilíbrio, mas não se afastam dos momentos de grande mobilidade.

³⁸ Na verdade, a extinção da escravatura não vai apelar para a emigração de crianças instruídas, mas para a entrada de uma mão-de-obra que substitua os escravos adultos, assim se justifica a presença de outros grupos etários nestes movimentos.

³⁹ A crise vinícola impulsionou gente de todas as regiões e mesmo das «mais ricas de Portugal, havia districtos onde se ignorava o que fosse a emigração (...) no Douro a emigração era nula, mas esta, outr'ora, (sic) riquíssima região está quasi despovoada e é doloroso o quadro que todas as semanas se presencia nas estações do caminho de ferro (...) partem em procura de uma vida incerta, (...) é a miséria, é a fome que os leva a ir procurar meios de subsistência» diz a COMISSÃO PARLAMENTAR para o Estudo da Emigração Portuguesa, 1890-1892, Documentos Apresentados à Camara dos Senhores Deputados. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893, pp. 10-11. Para uma visão de conjunto sobre a produção de vinho no Douro e as crises neste sector, ver MARTINS, Conceição Andrade – *Memória do Vinho do Porto*, (direcção e Prefácio de BARRETO, António). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1990; PEREIRA, Gaspar Martins – *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*. Porto: Edições Afrontamento, 1991. Um contributo dos mais valiosos sobre a Região do Douro, tem sido a publicação coordenada por PEREIRA, Gaspar Martins, desde 1996 e por Francisco Ribeiro da SILVA, a partir do volume 11, com o título *DOURO, Estudos e Documentos*. Porto: Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996/2003 de que deram a lume 15 tomos.

⁴⁰ São sintomas evidentes de crises sentidas pelos mais idosos, com responsabilidades no espaço doméstico, que originam estes movimentos. Esta situação também é visível relativamente aos que requereram passaporte no Porto, que têm no ano de 1872 o pico mais proeminente, enquanto que a idade média sobe durante essa década e passa mesmo dos trinta anos. ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros, o.c.*, pp. 361-362. Portugal atravessava uma fase de crescimento de preços, a que não está alheia a quebra de produção de trigo no triénio de 1874-1876, a escassa colheita de milho no Norte em 1875, a própria invasão da filoxera e as dificuldades resultantes da exportação de azeite. FONSECA, Fernando Taveira da – *Flutuações e Crises Económicas in História de Portugal*, quinto volume, direcção de MATTOSO, José, Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 406. Este quadro também pode ser consultado em: JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, vol. II. Lisboa: Vega, [1989], pp. 87-94.

Por fim, temos o masculino com mais de quarenta anos e menos de quarenta e seis, os quais revelam a vontade de abandonar a terra na década de noventa, embora também acompanhem o fluxo mais marcado destes movimentos, sendo eleito o ano de 1891, seguido pelo de 1873; depois vêm, pela ordem dos números, 1875, 1895 e 1874, o que nos atesta que tais sujeitos não foram tão influenciados nos anos setenta, como a grande maioria dos colegas de viagem, e apresentam ritmos de saídas intensas seguidas de quebras acentuadas nos respectivos movimentos.

Para os idosos, com mais de quarenta e cinco de idade, temos um gráfico com números equilibrados, sem grandes oscilações, se exceptuarmos os momentos mais vincados, que também se repercutem neste conjunto, contudo não se vislumbram quebras muito profundas, como apontámos para outras categorias.

Podemos concluir que os ritmos das distribuições de embarques do sexo masculino são diferentes para os vários grupos etários e todos acusam a intensidade observada nos anos setenta e noventa, de forma a emergirem, mais ou menos disfarçados, os ciclos destas emissões de passaportes. Sublinhe-se, ainda, que os jovens, à medida que subimos para o fim de oitocentos, diminuem a participação, enquanto os adultos rubricam maiores percentagens, no trânsito da centúria.

4.2. GRUPOS ETÁRIOS DO GÉNERO FEMININO

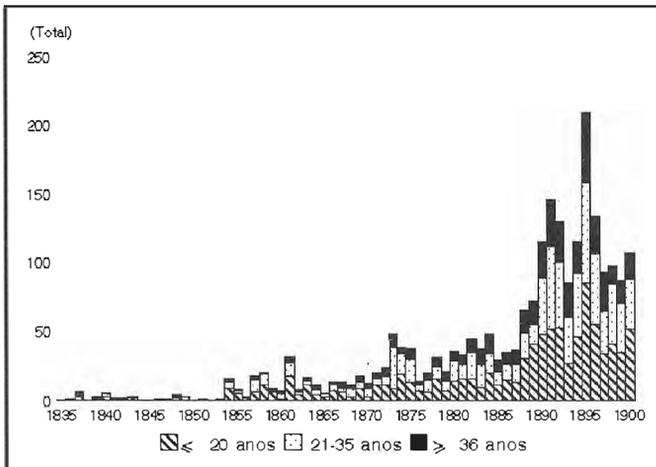
A distribuição, por conjuntos etários, põe-nos um problema, por sabermos que cento e seis casos não aparecem identificados relativamente à idade. Para efeito de cálculo, inserimos estes números entre os menores de dez anos, por nos parecer mais lógico que houvesse crianças. Desta opção resulta uma imagem que sobrevaloriza as mais jovens, mas, se nos afastarmos desta variável, podemos asseverar que o feminino é caracterizado por um movimento tardio, relativamente ao dos homens. As mulheres centram as travessias na ponta final de oitocentos, como se constata pelo quadro 4 e através do visualizado no gráfico 10.

Devido aos reduzidos elementos com que elas intervêm neste cenário, focaremos três faixas: as menores de vinte; dos vinte e um aos trinta e cinco; as restantes, com mais de trinta e seis anos de idade. Enquanto as jovens figuram distribuídas a partir de 1854, – num movimento ritmado por pequenos picos, sem realce para a década de setenta, revelam mais impacto a partir de 1888 (ano da extinção da escravatura no Brasil) – as mais idosas embarcam

em ciclos estáveis e com algum paralelismo nas curvas descritas. A pirâmide desenhada por este género é mais harmoniosa e tem o vértice em 1895. A progressão deste conjunto aparece mais sustentada, com variações pouco expressivas de ano para ano.

GRÁFICO N.º 10

MOVIMENTO DO SEXO FEMININO COM UM PASSAPORTE POR GRUPOS ETÁRIOS SAÍDOS ENTRE 1836-1900



As mulheres dos vinte e um aos trinta e cinco constituem um caudal irrelevante até 1873, ano correspondente ao início das movimentações deste grupo etário, embora tenham retraído as viagens de imediato e até 1880, data em que se nota o engrossar dos êxodos femininos. Os maiores quantitativos encontram-se no princípio dos anos noventa, especialmente em 1891 e 1895, períodos mais determinantes nas opções das esposas⁴¹, quando elas agregam a família nuclear e abalam para junto ao marido, que tinha emigrado alguns anos antes, arrastando o restante do núcleo doméstico para o Brasil.

Ao explorarmos estas ausências em grupos etários mais reduzidos, como fizemos para o masculino, tendo como ponto de análise o teor do gráfico 10, concluímos que as crianças e as saídas sem idade registada rubricam maior impacto neste quadro, logo seguidas pelas jovens dos vinte e um aos vinte e cinco anos. Também apurámos a existência de um fluxo equilibrado, onde se

⁴¹ A correspondência recebida em Portugal mostra as preocupações da família e de quem se encontrava no Brasil a sentir os efeitos da crise financeira. Assim, as mulheres aproximam-se dos maridos, embarcando com a prole, geralmente crianças muito novas. RODRIGUES, Henrique Fernandes - *Alto-Minho no século XIX*, vol. I, pp. 779-896.

encontram 51,1% com menos de vinte e seis anos, se não contabilizarmos as de quem não temos a idade e as inserirmos no grupo das mais velhas.

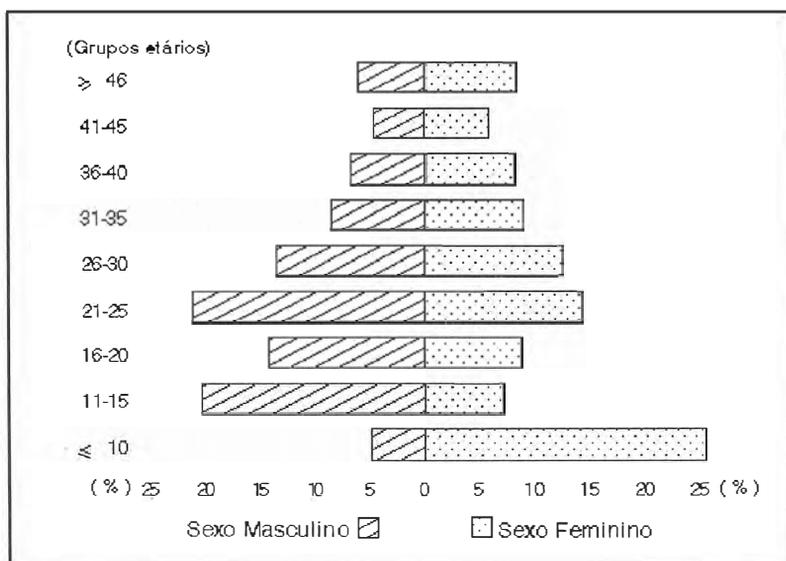
4.3. HOMENS E MULHERES POR IDADES ENTRE 1835-1900

A classificação e comparação deste fenómeno, por segmentos etários de ambos os géneros, foram cartografadas no gráfico 11, onde representamos indicadores dos números constantes nos quadros 4 e 5. Consta-se, facilmente, a existência de dois modelos de caudais, correspondentes a cada um dos sexos. No gráfico 11, temos percentagens relativas aos dois agrupamentos, de maneira a podermos cotejar ambos os tipos de partidas, à data da impetração da licença no Governo Civil de Viana do Castelo.

O masculino apresenta uma pirâmide com uma base formada pelos homens de 21/25, logo seguidos pelos adolescentes dos onze aos quinze anos. A terceira posição é ocupada pelos mancebos posicionados entre as referidas faixas e a quem os pais concederam a fiança militar e autorização de embarque. Deste enquadramento resulta uma mobilidade de carácter jovem, relativamente aos homens, como já tínhamos sublinhado.

GRÁFICO N.º 11

GRUPOS ETÁRIOS DE EMIGRANTES POR SEXOS, SAÍDOS COM UM PASSAPORTE ENTRE 1836-1900



A nossa observação permite-nos asseverar que a pirâmide dos homens se afunila à medida que os emigrantes mais idosos intervêm neste movimento, ou seja, a ancianidade dos homens faz com que eles desistam de projectos com o primeiro passaporte, donde resulta uma presença reduzida de gerontes nestes cômputos.

A conclusão que acabámos de extrair não se aplica ao feminino, pois encontrámos uma distribuição muito diferente até aos vinte e cinco anos, com uma estrutura da pirâmide menos afunilada e com poucas diferenças entre as mais idosas.

Se as crianças, juntamente com as mulheres de quem não sabemos a idade, rubricam uma percentagem muito elevada, o mesmo não é constatável relativamente às jovens com menos de vinte anos. As motivações dos rapazes e das raparigas eram diferentes e estas raramente se aventuravam em projectos migratórios individuais. Descobrimos uma relação entre estes números e os correspondentes às mulheres com mais de trinta e seis de idade.

Apura-se, para o feminino, uma estrutura piramidal truncada até à idade dos vinte, sendo mais consistente depois desta fase etária, o que nos permite asseverar que a emigração de mulheres corresponde a um fluxo mais envelhecido, enquanto o masculino está pautado pelo embarque de rapazes muito novos e jovens.

Elas partiam em grupos, com passaportes colectivos e com a finalidade de reorganizar a vida do casal, quando o marido não desejava regressar, ou estava impedido de o fazer, devido aos projectos traçados⁴², ou mesmo para obviar problemas decorrentes do infortúnio⁴³. Se uns tinham organizado negócios que os ocupavam intensamente no Brasil⁴⁴, outros estavam obrigados

⁴² O sucesso de alguns emigrantes, as boas perspectivas de êxitos, os projectos de fortuna que alguns concebiam, obrigava-os a permanecer no Brasil, como se observa através das cartas. É o caso de porque «eu em três ou quatro não posso ir a essa terra e é a razão e em te mandar vir para a minha companhia e que venhas sem falta e se houver mais quem queira vir podem vir que cá se ganha dinheiro com fatura», diz Adriano Manuel de Lima Monteiro à esposa, Clara Afonso, natural de Merufe, Monção. Cf. *Processo do passaporte número 297*, datado de 7 de Abril de 1893. O receio de perder clientes e o negócio também figuram nestes quadros «porque eu já não posso ir tão cedo, porque se fosse perdía a casa, porque eu estou em um lugar de arranjar a minha vida, se Deus ma escrever» transmitia João António Silva, a 1 Maio de 1892 (Cf. carta do *processo do passaporte n.º 295* emitido em, 11 de Julho de 1892, em nome da esposa, Isabel Luísa Rodrigues).

⁴³ São várias as situações de insucesso declarado na correspondência, porém, o caso de João Costa deve-se ao facto de ter sido roubado, além de ter perdido dinheiro, situação muito gravosa, considerando os valores apresentados, por isso, diz: «Enquanto a ir para lá, as coisas têm andado muito ruins pois, depois da última carta que te escrevi, entre perdido e roubado tenho de menos um conto e quinhentos mil réis, afora 600\$000 réis que me roubaram em Dezembro do ano passado e, em vista disto, não sei ainda quando poderei ir.» Cf. documento n.º 152, *Processo do passaporte número 12* datado de 4 de Janeiro de 1889, carta escrita no Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1888 e enviada à esposa, Maria Catarina Costa, a residir em Vitorino de Piães, Ponte de Lima.

⁴⁴ O trecho que a seguir apresentamos é elucidativo e motivou a mulher a viajar num espaço de tempo muito curto, mediando, entre a escrita da carta e a emissão do passaporte, trinta e nove dias, porque «estes três anos eu não poderei ir ver-lhes (sic), porque as minhas ocupações são muitas,» situação que

a permanecer vários anos naquelas paragens⁴⁵, por infelicidade⁴⁶ ou para cumprimento de contratos de trabalho. Também havia consortes com problemas afectivos, devido à ausência da esposa e dos filhos; outros entendiam que os membros do lar reunidos no Brasil⁴⁷ tinham mais sucesso no cultivo do café⁴⁸ e no desempenho de outras actividades.

5. CONCLUSÃO

Podemos asseverar que a saída de emigrantes com passaporte para o Brasil, no decurso de oitocentos e a partir do ano de emissão de licenças nos Governos Cívicos, exhibe uma marca indelével com a fuga de homens jovens preparados para o exercício de actividades comerciais. Os rapazes instruídos constituem os futuros quadros que contribuirão para a evolução do Brasil moderno, tendo Portugal ficado mais empobrecido pela saída de adolescentes que estudaram nas escolas públicas e privadas.

Os fluxos evoluíram com ciclos diferenciados ao longo das várias

se deve a ele ter «quatro carros de aluguer com cavalhadas, (sic), cinco embarcações de fretes, é dizer que se ocupa de carregar de mercadorias para o comércio e agora estou por comprar um vapor que me custará oito contos, para bem de facilitar a navegação.» Ver carta de João Baptista Vieira à esposa, Maria São José Vieira, de Seixas, Caminha, pertencente ao *Processo do Passaporte n.º 712*, emitido em 31 de Outubro de 1896.

⁴⁵ A simples ameaça de que não regressaria antes de uma década, ou mais tempo, de permanência no Brasil, leva as mulheres a fazer as malas a embarcar logo que podem, pois «enquanto tu dizeres-me que a tua prima que se está preparando para vir e tu dizes-me que te estás preparando para a minha chegada, podes esperar mais de dez anos ou mais. Saberás que já estou estabelecido com uma oficina e casa para tua chegada, mas como tu não queres vir eu não te obrigo já.» Ver carta de João Fernandes Ribeiro à esposa, Rosa Pires Maciel, de Darque, Viana do Castelo, inserida no *Processo do passaporte n.º 154*, emitido em 20 de Março de 1897.

⁴⁶ «Tenho a dizer-te que quero que venhas [tu] e os filhos para a minha companhia, já que eu não estou, pelo enquanto, em condições de ir para a vossa, pois a minha sorte tem sido pouco boa» Ver o documento n.º 1, *processo do passaporte número 87*, emitido em 21 de Fevereiro de 1900. Carta de José Maria da Silva à esposa, Clementina da Silva, natural de Lovelhe, Vila Nova de Cerveira, que se decidiu a partir volvidos 14 meses, pois a correspondência está datada de 20 de Dezembro de 1898.

⁴⁷ «Eu quero que venhas porque me resolvi a trabalhar em café que é o que hoje dá mais ganho e em três ou quatro anos não posso lá ir e por isso é que eu te mando vir e todos os mais que queiram vir podem vir que aqui se ganha bom dinheiro, principalmente vindo famílias inteiras.» Carta de José Afonso Palhares, escrita em 19 de Fevereiro de 1893 e dirigida à esposa, Zulmira Fernandes, de Merufe, Monção. Documento 108 pertencente ao *processo do passaporte n.º 310*, emitido em 7 de Abril de 1893.

⁴⁸ «O câmbio está cada vez pior, no qual eu esperava algumas melhoras com a grande abundância de café que houve este ano, contudo isso envio-te esta pequena quantia de quarenta e cinco mil, duzentos e vinte e cinco réis, que eu paguei aqui duzentos mil réis. É para veres como eu e teu filho Hipólito fazemos gosto que venhas e mais teus filhos. O que eu te peço e igualmente teu filho é que não tenhas medo do mar e que metas os pés ao caminho [por]que aqui quem trabalhar em breve pode ser a felicidade de todos, que havendo amor ao trabalho e saúde ganha-se muito dinheiro. Esta terra não é como essa cidade de Viana. Eu a capinar café tenho terreno para criar qualquer animal como: porcos, galinhas e mais aves e [ainda] tem terra. Tenho trabalhado bastante para vos mandar esse pouco dinheiro, mas [com] a vossa vinda, e se Deus nos ajudar, tenho a certeza que me aliviarei.» Cf. *Pública forma* de carta enviada por Guilherme Augusto Pereira à esposa, Maria Nazaré Pereira, natural de Monserrate, Viana do Castelo, para ir para o Rio de Janeiro com os filhos; *Processo do passaporte n.º 386*, emitido em 3 de Abril de 1895.

décadas. A presença feminina ganha destaque, juntamente com a fuga de mais homens adultos, à medida que nos aproximamos do final da centúria, dando origem à emigração de grupos familiares que se fixaram definitivamente no Brasil. Se os mancebos, menores de 18 anos, dominam todo o fenómeno até meados do século, a partir de 1850 emerge a mobilidade de adolescentes, com menos de catorze anos. Depois de 1859, estes jovens fugiam para terras de Vera Cruz pelos 12/13 anos. Se emigravam mais tarde, os pais tinham de custear as despesas resultantes da substituição, caso fossem sorteados para o serviço militar, ou eram obrigados a adiar a viagem para depois do cumprimento dos deveres referidos.

Depois dos anos oitenta, até ao final do período em estudo, o perfil mantém-se com muitas semelhanças, todavia, é entre as duas primeiras fases etárias (até aos 14 anos) que mais se evidencia o crescimento dos caudais, ao mesmo tempo que os mancebos ficam circunscritos a percentagens nunca antes registadas.

As mulheres, nos anos de maior pressão, desenham uma pirâmide muito disforme, pois os valores por grupos etários estão próximos uns dos outros, o que indicia a partida de grupos equilibrados, ou seja, não nos encontramos perante um modelo idêntico ao que apontámos para os homens, sendo os elementos do género feminino, juntamente com as crianças, o barómetro da emigração de núcleos domésticos.

As gerações nascidas na década de cinquenta, que partem durante a segunda metade de oitocentos, contribuem mais activamente para a emigração do sexo masculino escolarizado, enquanto as mulheres letradas têm marca mais proeminente entre as baptizadas nos anos sessenta.

A presença feminina é pouco perceptível antes de meados do século, especialmente quando falamos das saídas que ostentam competências de comunicação pelo escrito. O embarque de maiores volumes de homens incultos corresponde a grupos etários concebidos depois da década de quarenta⁴⁹, enquanto as mulheres têm alguma representatividade vinte anos depois, ou seja, as que foram procriadas nos anos sessenta⁵⁰, entre as que

⁴⁹ O parque escolar oficial, até 1845, era muito reduzido. A rede de ensino – após a criação do Liceu Nacional de Viana, em 1853, e com a implantação de várias escolas secundárias, entre elas uma para raparigas – teve um grande impulso neste período, como se confirma através de RODRIGUES, Henrique – *Escola e Família no Alto-Minho, séculos XVIII-XIX*, separata de «Revista Memoria», vol. 2, Ano 2. Viana do Castelo: Instituto Católico de Viana do Castelo, 1995, pp. 10-15.

⁵⁰ A evolução do parque, até 1866, não foi muito pródiga no distrito de Viana do Castelo, comparativamente a outros espaços nacionais, quer para o género masculino, quer para o feminino, como se observa em FREITAS, J. J. Rodrigues de – *Notice sur le Portugal*. Paris: Imp. Paul Dupont, 1867, pp. 140-141; Consideramos que a cada estabelecimento correspondia um mestre, porque ter escola ou professor eram sinónimos, afirma NÓVOA, António – *Le Lemps des Professeurs*, vol. I/II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 343-344.

saíram habilitadas com conhecimentos do abecedário. Este panorama é diferente, quando analisamos as iletradas, porque a mobilidade de maiores cômputos de mulheres sem instrução corresponde a pessoas geradas entre 1846 e 1860, todavia, os números mais elevados de senhoras incapazes de assinar pertencem às baptizadas no segundo lustro de cinquenta.

Os caudais, por anos de nascimento e estado civil, mostram movimentos de indivíduos procriados em períodos diferentes, assim como os indicadores de alfabetização ostentam uma marca mais proeminente entre os que viram a luz do dia após a implantação do parque escolar privado.

A composição destes surtos exhibe, até meados de oitocentos, o domínio esmagador dos rapazes e mancebos⁵¹, donde resulta uma pequena e insignificante parcela de adultos⁵², e corresponde ao modelo de emigração planeada e programada para o êxito dos escolarizados. Trata-se de um fluxo estruturado tendo por base a evasão de jovens portugueses para o Brasil.

Se, na década de cinquenta, a partida é constituída, maioritariamente, por adolescentes e mancebos dos dezasseis aos vinte, os mais velhos ombreiam com o movimento de mais novos⁵³, devido à pressão económica provocada pela crise vitivinícola, embora os adolescentes continuem a destacar-se pelos cômputos mais elevados.

Na década de 1860, o impacto ocorre em redor dos menores de catorze anos, enquanto os varões dos dezasseis aos vinte ficam reduzidos a pouco mais de dez por cento⁵⁴. É a viragem para a debandada de rapazes que, em devido tempo, contornavam a lei do serviço militar, fugindo para o Brasil. Neste período, aparecem as primeiras mulheres embarcadas para junto dos maridos que tinham partido durante a crise agrícola dos anos cinquenta.

⁵¹ RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp. 59-64.

⁵² Trata-se de evasões em direcção aos meios urbanos, porque as tarefas agrícolas continuavam entregues aos escravos, pois a saída de gente «desprovida de bens só deve ter ocorrido no decurso da segunda metade do século XIX», sublinha SERRÃO, Joel – *Emigração*, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. s.l.: Iniciativas Editoriais, 1975, p. 366.

⁵³ Além da crise agrícola por nós referida, é importante sublinhar o efeito do engajamento que se fazia sentir, especialmente através da presença de embarcações vindas do Brasil para contratarem «athé 300 homens de 14 a 40 annos proprios para trabalho braçal e conduzi-los para o Imperio do Brasil», cuja «passagem figurada de graça custa 240\$000, quando paga aqui ou la custa em outros barcos e talvez neste de 20 a 24\$000 réis» Cf. A.G.C., Ofício do Administrador do Concelho de Vila Nova de Cerveira, datado de 16 de Outubro de 1852, maço 1.15.4.9.3, doc. s.n. Ver também RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp 215-258, onde encontramos a transcrição de vários documentos sobre a problemática do engajamento.

⁵⁴ Esta alteração dos perfis está conjugada com a aplicação da carta de lei de 4 de Junho de 1859, através da qual a faixa etária, a partir dos 14 anos, estava sujeita aos regulamentos do serviço militar, o que antecipou a saída dos rapazes destinados ao Brasil, de forma a obviarem os pagamentos de fianças militares ou as respectivas substituições pagas, que no Alto-Minho chegaram a situar-se entre os 48\$000 e os 80\$000 réis, embora o valor da fiança fosse fixado em Janeiro de acordo com o preço médio das substituições do ano anterior. Cf. A.G.C., *Livros de Registos de Correspondência da Junta do Recrutamento, 1859-1862 e Livros de Registos de Correspondência da Junta do Recrutamento 1856-1857*, fontes citadas em RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização, o.c.*, pp. 40-41.

O perfil de quem fez uma só viagem documentada em Viana do Castelo, na década de setenta, altera-se, comparativamente aos momentos anteriores. A moda passa a ser propriedade dos homens da faixa dos 21/25 anos, o que é revelador do embarque de gente com capacidades físicas e intelectuais aptas para o desempenho de várias actividades. O feminino, pela primeira vez, desenha uma pirâmide de estrutura etária semelhante à do sexo oposto. Inferimos, desta forma, que os anos setenta são marcados por travessias pautadas pelos de idade adulta, quer no concernente a homens, quer no atinente às senhoras. O caudal continua forte e bem assinalado pelos homens que ultrapassaram a idade de mancebos, ao contrário do que nos foi dado a observar para os êxodos da década precedente.

Chegados aos anos oitenta, a tendência descrita para o período anterior (anos setenta) agrava-se, quando os jovens acusam uma participação parcimoniosa, especialmente os mancebos, que têm uma representação de 7,5% no processo migratório. Este valor corresponde a uma cota inferior a quase todos os grupos, pois só os de idade mais tenra e os que se encontram no primeiro lustro da casa dos quarenta anos ficam abaixo desta prestação. Os homens que abandonam a terra são cada vez mais maduros e responsáveis; assim, o perfil de quem sai nem sempre exhibe as características próprias dos movimentos jovens e planeados. Deduzimos que esta década de oitenta é a menos procurada pelos varões adolescentes, donde o poderemos classificá-lo como um período de fuga dos adultos e consorciados, os quais irão, mais tarde, atrair as células do núcleo doméstico, com a finalidade de reconstruírem os lares no Brasil.

As conclusões acabadas de expor, relativas aos anos oitenta, aplicam-se, grosso modo, para o final de oitocentos, embora os embarques do género feminino ostentem diferenças assinaláveis nos perfis descritos.

Para os homens, a estrutura da pirâmide apresenta-se mais equilibrada a partir dos vinte e um anos, todavia, pela primeira vez, emergem as crianças de tenra idade com um quantitativo digno de nota e uma percentagem nunca antes confirmada. Assim, assistimos ao embarque de elementos do sexo masculino muito jovens; ao mesmo tempo os adolescentes recuperam a segunda posição relativa à década em análise, com mais de dezoito por cento do volume. Mais surpreendente é a reduzida evasão de mancebos, que se fica pelos 5,7% deste segmento de análise.

Os homens intervêm nesta fase com níveis etários mais elevados, embora os menores de vinte e cinco anos continuem a marcar uma presença maioritária e bem expressiva com 55% dos cálculos dos dois últimos lustros do século XIX.

O feminino também se revela mais velho, com embarques constantes de mulheres dos vinte aos quarenta anos de idade, quase sempre senhoras com responsabilidades conjugais, que agora se juntam aos cônjuges saídos no período precedente, carregando com elas os rebentos que tinham ficado na paróquia.

QUADRO N.º 1
EMIGRANTES COM UM PASSAPORTE EMITIDO EM VIANA
DO CASTELO ENTRE 1835-1900, POR NÍVEIS DE
ASSINATURA E TIPOS DE ANALFABETISMO

Ano de Emissão	Assinam				Analfabetos				Indeterminados			Movimento Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Total	Tipo 4	Tipo 5	Total	
1835	2	5	0	7	0	2	0	2	0	0	0	9
1836	13	40	5	58	1	0	0	1	0	0	0	59
1837	28	102	13	143	31	0	0	31	2	1	3	177
1838	9	16	0	25	2	0	0	2	0	0	0	27
1839	18	48	1	67	2	0	0	2	3	0	3	72
1840	34	51	3	88	11	0	0	11	0	0	0	99
1841	25	37	2	64	4	0	0	4	1	0	1	69
1842	71	71	4	146	13	0	0	13	1	1	2	161
1843	28	31	1	60	10	0	0	10	0	2	2	72
1844	18	16	0	34	4	2	0	6	0	1	1	41
1845	13	55	2	70	11	8	0	19	6	4	10	99
1846	8	14	0	22	4	2	0	6	1	1	2	30
1847	8	12	1	21	1	1	0	2	0	0	0	23
1848	2	7	1	10	1	2	0	3	0	4	4	17
1849	16	16	2	34	6	3	0	9	0	3	3	46
1850	38	57	3	98	4	10	0	14	1	0	1	113
1851	30	36	3	69	1	6	0	7	1	13	14	90
1852	6	12	0	18	1	1	0	2	1	9	10	30
1853	34	78	4	116	63	3	0	66	20	40	60	242
1854	25	67	5	97	41	5	0	46	15	9	24	167
1855	26	69	8	103	39	2	0	41	9	2	11	155
1856	59	57	5	121	19	1	0	20	5	3	8	149
1857	83	118	31	232	103	13	0	116	42	8	50	398
1858	76	104	9	189	56	9	0	65	22	12	34	288
1859	87	103	14	204	57	10	0	67	23	4	27	298
1860	67	66	10	143	36	8	0	44	10	5	15	202
1861	110	61	7	178	66	14	2	82	14	10	24	284
1862	98	59	66	163	61	4	0	65	11	0	11	239
1863	86	52	10	148	60	9	3	72	19	35	54	274
1864	112	61	4	177	38	1	3	42	6	20	26	245
1865	83	35	5	123	35	1	0	36	5	1	6	165
1866	85	45	1	131	51	3	1	55	7	9	16	202
1867	100	61	6	167	51	0	0	51	7	4	11	229
1868	114	60	5	179	60	5	2	67	1	3	4	250
1869	102	70	10	182	40	5	3	48	14	8	22	252
1870	107	96	13	216	74	10	5	89	10	2	12	317
1871	177	236	12	425	151	5	6	162	17	11	28	615
1872	333	240	16	589	218	8	15	241	30	3	33	863
1873	253	378	34	665	255	2	8	265	32	21	53	983
1874	269	487	32	788	371	3	4	378	41	24	65	1231
1875	223	490	28	741	461	8	4	473	25	17	42	1256
1876	114	140	12	266	152	6	3	161	4	3	7	434
1877	75	86	7	168	52	2	1	55	14	7	21	244
1878	72	85	8	165	74	3	3	80	28	10	38	283
1879	91	96	11	198	107	6	2	115	15	14	29	342
1880	68	111	11	190	88	3	3	94	15	12	27	311
1881	112	134	14	260	113	5	4	122	13	13	26	408
1882	149	149	11	309	162	6	3	171	16	26	42	522
1883	150	107	12	269	124	7	0	131	12	15	27	427
1884	113	102	10	225	113	5	3	121	29	13	42	388

1885	81	61	8	150	51	1	2	54	13	9	22	226
1886	91	54	8	153	60	0	3	63	23	7	30	246
1887	96	91	3	190	110	5	0	115	17	13	30	335
1888	144	136	10	290	139	3	5	147	47	51	98	535
1890	115	116	10	241	156	11	0	167	67	45	112	520
1889	137	97	11	245	120	0	0	120	44	68	112	477
1891	164	187	12	363	273	13	7	293	97	71	168	824
1892	145	111	7	263	121	5	3	129	76	58	134	526
1893	175	146	12	333	160	6	4	170	61	50	111	614
1894	139	143	8	290	130	1	4	135	76	52	128	553
1895	295	210	13	518	246	3	3	252	151	81	232	1002
1896	150	145	11	306	149	1	6	156	102	60	162	624
1897	149	103	10	262	89	4	3	96	59	44	103	461
1898	145	147	7	299	122	1	10	133	83	39	122	554
1899	182	133	5	320	120	1	3	124	81	57	138	582
1900	181	99	3	283	74	1	0	75	74	54	128	486
Totais	6409	6708	550	13667	5618	265	131	6014	1619	1162	2781	22462

QUADRO N.º 2
DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM
UM PASSAPORTE POR ESTADO CIVIL,
ALFABETIZAÇÃO E ANO DE EMISSÃO, ENTRE 1835-1900

Ano de Emissão	Solteiros				Casados				Viúvos (*)			
	Assina	Analf.	Desc.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analfa.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
1836	57	1	0	58	0	0	0	0	1	0	0	1
1837	130	26	2	158	9	4	0	13	4	1	1	6
1838	22	1	0	23	1	0	0	1	2	1	0	3
1839	61	2	3	66	4	0	0	4	2	0	0	2
1840	72	3	0	75	0	1	0	1	16	7	0	23
1841	62	3	1	66	2	1	0	3	0	0	0	0
1842	128	7	2	137	11	5	0	16	7	1	0	8
1843	54	4	1	59	5	3	0	8	1	3	1	5
1844	28	5	1	34	1	1	0	2	5	0	0	5
1845	41	5	5	51	14	8	1	23	15	6	4	25
1846	17	3	2	22	2	3	0	5	3	0	0	3
1847	14	1	0	15	0	1	0	1	7	0	0	7
1848	6	2	4	12	3	1	0	4	1	0	0	1
1849	28	3	0	31	4	4	0	8	2	2	3	7
1850	92	12	1	105	3	1	0	4	3	1	0	4
1851	56	6	9	71	4	0	1	5	9	1	4	14
1852	16	2	5	23	2	0	4	6	0	0	1	1
1853	95	53	37	185	15	7	4	26	6	6	19	31
1854	68	26	22	116	23	16	2	41	6	4	0	10
1855	81	26	10	117	11	9	0	20	11	6	1	18
1856	107	10	7	124	8	9	1	18	6	1	0	7
1857	192	79	45	316	28	33	2	63	12	4	3	19
1858	163	42	28	233	25	19	3	47	1	4	3	8
1859	170	45	25	240	34	21	2	57	0	1	0	1
1860	113	24	11	148	26	18	4	48	4	2	0	6
1861	136	48	14	198	40	26	9	75	2	8	1	11
1862	139	46	9	194	22	16	2	40	2	3	0	5
1863	127	53	40	220	20	15	13	48	1	4	1	6
1864	164	26	18	208	11	15	5	31	2	1	3	6
1865	111	29	5	145	12	7	0	19	0	0	1	1
1866	118	29	11	158	11	24	4	39	2	2	1	5
1867	133	28	9	170	30	22	2	54	4	1	0	5
1868	144	40	3	187	32	25	1	58	3	2	0	5
1869	143	33	19	195	34	14	1	49	5	1	2	8
1870	174	56	10	240	41	31	2	74	1	2	0	3
1871	332	111	20	463	85	48	8	141	8	3	0	11
1872	464	153	26	643	114	79	7	200	11	9	0	20
1873	476	175	38	689	168	83	13	264	21	7	2	30

1874	605	291	51	947	153	78	12	243	30	9	2	41
1875	507	347	34	888	218	114	8	340	16	12	0	28
1876	199	123	4	326	54	35	3	92	13	3	0	16
1877	128	36	14	178	34	17	6	57	6	2	1	9
1878	127	53	31	211	33	21	5	59	5	6	2	13
1879	137	68	22	227	55	44	6	105	6	3	1	10
1880	128	49	22	199	59	40	5	104	3	5	0	8
1881	172	63	23	258	75	55	3	133	13	4	0	17
1882	211	115	35	361	89	53	6	148	9	3	1	13
1883	193	81	21	295	70	45	5	120	6	5	1	12
1884	154	71	35	260	66	45	7	118	5	5	0	10
1885	110	24	15	149	35	26	6	67	5	4	1	10
1886	108	30	26	164	37	30	4	71	8	3	0	11
1887	140	71	22	233	48	42	8	98	2	2	0	4
1888	176	70	66	312	104	72	32	208	10	5	0	15
1889	141	71	81	293	99	45	30	174	5	4	1	10
1890	171	106	94	371	67	54	18	139	3	7	0	10
1891	243	190	138	571	111	90	29	230	9	13	1	23
1892	178	78	107	363	76	46	27	149	9	5	0	14
1893	227	93	84	404	98	70	25	193	8	7	2	17
1894	153	50	95	298	131	77	30	238	6	8	3	17
1895	299	117	174	590	194	121	57	372	25	14	1	40
1896	187	82	123	392	111	68	34	213	8	6	5	19
1897	162	49	77	288	90	44	24	158	10	3	2	15
1898	186	66	92	344	98	59	22	179	15	8	8	31
1899	174	60	91	325	141	59	38	238	5	5	9	19
1900	192	38	92	322	79	32	31	142	12	5	5	22
Totais	9946	3712	2112	15773	3280	2052	572	5904	438	250	97	785

(*) Incluímos neste grupo 424 viúvos, 365 não identificados e 5 divorciados/separados judicialmente.

QUADRO N.º 3
DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES COM
UM PASSAPORTE POR SEXO E
INDICADORES DE ALFABETIZAÇÃO, ENTRE 1835-1900

Ano de Emissão	Sexo masculino				Sexo feminino				Movimento total			
	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total
1835	7	2	0	9	0	0	0	0	7	2	0	9
1836	57	1	0	58	1	0	0	1	58	1	0	59
1837	141	27	3	171	2	4	0	6	143	31	3	177
1838	25	2	0	27	0	0	0	0	25	2	0	27
1839	65	2	2	69	2	0	1	3	67	2	3	72
1840	87	7	0	94	1	4	0	5	88	11	0	99
1841	64	2	1	67	0	2	0	2	64	4	1	69
1842	145	12	2	159	1	1	0	2	146	13	2	161
1843	60	7	2	69	0	3	0	3	60	10	2	72
1844	34	6	1	41	0	0	0	0	34	6	1	41
1845	70	19	10	99	0	0	0	0	70	19	10	99
1846	22	5	2	29	0	1	0	1	22	6	2	30
1847	20	2	0	22	1	0	0	1	21	2	0	23
1848	10	2	1	13	0	1	3	4	10	3	4	17
1849	34	6	3	43	0	3	0	3	34	9	3	46
1850	98	14	1	113	0	0	0	0	98	14	1	113
1851	69	6	14	89	0	1	0	1	69	7	14	90
1852	18	2	10	30	0	0	0	0	18	2	10	30
1853	116	66	59	241	0	0	1	1	116	66	60	242
1854	95	39	17	151	2	7	7	16	97	46	24	167
1855	102	37	8	147	1	4	3	8	103	41	11	155
1856	121	18	7	146	0	2	1	3	121	20	8	149
1857	232	103	45	380	0	13	5	18	232	116	50	398
1858	188	50	30	268	1	15	4	20	189	65	34	288
1859	204	61	24	289	0	6	3	9	204	67	27	298

1860	141	42	12	195	2	2	3	7	143	44	15	202
1861	176	63	13	252	2	19	11	32	178	82	24	284
1862	163	60	8	231	0	5	3	8	163	65	11	239
1863	147	70	40	257	1	2	14	17	148	72	54	274
1864	177	38	19	234	0	4	7	11	177	42	26	245
1865	122	33	5	160	1	3	1	5	123	36	6	165
1866	129	50	10	189	2	5	6	13	131	55	16	202
1867	165	45	6	216	2	6	5	13	167	51	11	229
1868	177	60	2	239	2	7	2	11	179	67	4	250
1869	179	42	13	234	3	6	9	18	182	48	22	252
1870	214	84	7	305	2	5	5	12	216	89	12	317
1871	424	158	16	598	1	4	12	17	425	162	28	615
1872	588	233	18	839	1	8	15	24	589	241	33	863
1873	662	243	30	935	3	22	23	48	665	265	53	983
1874	787	364	41	1192	1	14	24	39	788	378	65	1231
1875	737	449	32	1218	4	24	10	38	741	473	42	1256
1876	258	158	4	420	8	3	3	14	266	161	7	434
1877	166	46	12	224	2	9	9	20	168	55	21	244
1878	164	73	14	251	1	7	24	32	165	80	38	283
1879	198	105	18	321	0	10	11	21	198	115	29	342
1880	188	77	10	275	2	17	17	36	190	94	27	311
1881	255	110	10	375	5	12	16	33	260	122	26	408
1882	301	152	24	477	8	19	18	45	309	171	42	522
1883	258	114	17	389	11	17	10	38	269	131	27	427
1884	220	105	15	340	5	16	27	48	225	121	42	388
1885	147	41	8	196	3	13	14	30	150	54	22	226
1886	145	51	15	211	8	12	15	35	153	63	30	246
1887	187	98	13	298	3	17	17	37	190	115	30	335
1888	285	133	51	469	5	14	47	66	290	147	98	535
1889	235	98	71	404	10	22	41	73	245	120	112	477
1890	232	131	42	405	9	36	70	115	241	167	112	520
1891	349	240	89	678	14	53	79	146	363	293	168	824
1892	239	96	61	396	24	33	73	130	263	129	134	526
1893	328	146	55	529	5	24	56	85	333	170	111	614
1894	274	116	48	438	16	19	80	115	290	135	128	553
1895	496	200	97	793	22	52	135	209	518	252	232	1002
1896	286	128	76	490	20	28	86	134	306	156	162	624
1897	243	72	53	368	19	24	50	93	262	96	103	461
1898	280	107	69	456	19	26	53	98	299	133	122	554
1899	305	108	82	495	15	16	56	87	320	124	138	582
1900	261	59	59	379	22	16	69	107	283	75	128	486
Totais	13372	5296	1527	20195	295	718	1254	2267	13667	6014	2781	22462

QUADRO N.º 4
DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES COM
UM PASSAPORTE POR ANOS DE IDADE,
SEXO E ALFABETIZAÇÃO, SAÍDOS ENTRE 1835 E 1900

Anos de Idade	Sexo masculino				Sexo feminino				Movimento total			
	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total	Assina	Analf.	Indet.	Total
(*) 0	40	34	78	152	5	26	75	106	45	60	153	258
1	0	5	54	59	0	8	71	79	0	13	125	138
2	0	8	70	78	0	9	61	70	0	17	131	148
3	0	5	57	62	0	5	39	44	0	10	96	106
4	0	5	38	43	0	5	29	34	0	10	67	77
5	0	5	55	60	1	3	42	46	1	8	97	106
6	0	5	44	49	1	4	44	49	1	9	88	98
7	4	5	45	54	1	5	32	38	5	10	77	92
8	6	19	66	91	2	1	41	44	8	20	107	135
9	26	15	75	116	1	3	30	34	27	18	105	150
10	99	33	70	202	1	1	30	32	100	34	100	234
11	331	70	112	513	2	5	25	32	333	75	137	545
12	704	103	139	946	5	2	30	37	709	105	169	983
13	1242	150	141	1533	7	4	26	37	1249	154	167	1570

14	457	48	38	543	1	4	16	21	458	52	54	564
15	486	52	33	571	9	3	23	35	495	55	56	606
16	524	111	38	673	8	6	21	35	532	117	59	708
17	530	136	19	685	9	8	22	39	539	144	41	724
18	430	126	14	570	6	9	26	41	436	135	40	611
19	324	97	16	437	9	12	26	47	333	109	42	484
20	381	115	13	509	9	10	19	38	390	125	32	547
21	567	260	19	846	11	20	22	53	578	280	41	899
22	640	310	26	976	9	28	33	70	649	338	59	1046
23	517	335	34	886	10	22	25	57	527	357	59	943
24	520	273	22	815	13	31	30	74	533	304	52	889
25	473	240	21	734	12	24	37	73	485	264	58	807
26	428	224	19	671	6	24	23	53	434	248	42	724
27	358	176	11	545	15	29	16	60	373	205	27	605
28	356	192	13	561	9	37	33	79	365	229	46	640
29	332	151	15	498	9	16	13	38	341	167	28	536
30	281	159	10	450	15	17	24	56	296	176	34	506
31	243	159	19	421	5	18	17	40	248	177	36	461
32	233	117	13	363	12	12	17	41	245	129	30	404
33	186	102	5	293	9	17	17	43	195	119	22	336
34	195	124	8	327	6	19	19	44	201	143	27	371
35	188	109	6	303	5	20	11	36	193	129	17	339
36	219	119	6	344	9	18	17	44	228	137	23	388
37	177	85	10	272	6	18	16	40	183	103	26	312
38	170	96	2	268	5	21	13	39	175	117	15	307
39	139	86	2	227	4	10	10	24	143	96	12	251
40	184	85	5	274	7	16	18	41	191	101	23	315
41	120	83	4	207	3	14	6	23	123	97	10	230
42	124	73	4	201	4	6	17	27	128	79	21	228
43	116	64	0	180	4	12	10	26	120	76	10	206
44	131	43	0	174	4	11	9	24	135	54	9	198
45	117	48	8	173	7	11	15	33	124	59	23	206
46	86	52	3	141	3	8	6	17	89	60	9	158
47	60	36	5	101	2	11	4	17	62	47	9	118
48	74	31	1	106	2	12	6	20	76	43	7	126
49	66	49	1	116	0	6	5	11	66	55	6	127
50	78	44	4	126	1	11	5	17	79	55	9	143
51	39	22	1	62	5	5	2	12	44	27	3	74
52	37	33	2	72	0	5	2	7	37	38	4	79
53	42	33	1	76	0	3	0	3	42	36	1	79
54	38	22	0	60	3	4	3	10	41	26	3	70
55	35	23	5	63	0	2	0	2	35	25	5	65
>=56	219	91	7	317	3	47	25	75	222	138	32	392
Total	13372	5296	1527	20195	295	718	1254	2267	13667	6014	2781	22462

(*) Desconhecida a idade, embora alguns soubessem escrever e outros coabitassem no seio da família com elementos instruídos, foram integrados nos respectivos estados de alfabetização.

Fontes dos quadros e gráficos: Elaboração própria a partir do A.G.C., *Livros de Registos de Passaportes, 1835-1900*.

A Emigração do Distrito do Porto para o Brasil (1880-1882)

Preliminares de um Estudo

Maria José Ferraria*

O fenómeno da emigração marca, desde cedo, a História do Povo Português, que desde tempos remotos busca longe da Mãe Pátria melhores condições de vida, aventura e cria o mito da saudade.

Miguel Torga, um dos maiores escritores portugueses do séc. XX, também ele emigrante no Brasil durante os anos de sua juventude escreveu: “Quem nunca se sentiu a mais na própria terra, a ponto de ser obrigado a deixá-la e a procurar na distância o calor que ela lhe nega, mal pode compreender o que significa esse golpe na consciência, essa vergastada no amor-próprio, esse sentimento dorido de todo o filho segregado do lar materno.”¹

Não é preciso muito para conseguirmos imaginar a massa de homens, mulheres e crianças, que arrebatados pelo sonho de uma vida melhor, acorreram ao chamado e partiram para além do Oceano, com os poucos bens que possuíam. A viagem, longa e cansativa, parecia não os assustar. As dificuldades seriam muitas, mas dificilmente superiores às vividas na sua terra mãe. À noite, quando os barcos largavam as amarras e lentamente rasgavam as ondas, por entre as lágrimas e os gemidos dos que partiam e o desgosto e a saudade já sentida pelos que ficavam, a História da Emigração para o Brasil começava a ser escrita.

A década de início deste estudo – 1880 – foi escolhida porque é a partir de então que a emigração portuguesa para o Brasil marca um novo impulso.

Neste momento, o levantamento dos dados relativos aos anos de 1880, 1881 e 1882 está concluído. Apesar de ainda não nos permitirem equacionar a verdadeira dimensão da emigração para o Brasil a partir de Portugal (e dizemo-lo desta forma, pois optámos por incluir nos nossos dados não só os naturais de Portugal, mas também os estrangeiros aí residentes que registam o seu passaporte e partida deste país — entre estes encontrámos alemães, franceses, ingleses, espanhóis e brasileiros), ajudam-nos a começar a vislumbrar os seus contornos.

* Investigadora do CEPESSE

¹ TORGA, Miguel – *Traço de União*, 2ª ed., Coimbra: 1969, p. 101

As fontes utilizadas até este momento, os *Livros de Registo de Passaportes do Fundo do Governo Civil do Porto*², que se encontram no Arquivo Distrital do Porto, para além das características físicas de cada indivíduo, permitem-nos registar o nome, a data do pedido de passaporte, a naturalidade, a idade, o destino, o estado civil, a profissão, o sexo, se leva ou não acompanhantes e a sua relação com os mesmos.

É evidente que gostaríamos de saber mais, como por exemplo a filiação, a qual, para estes anos, só excepcionalmente é mencionada, pois apenas se regista o nome do pai ou da mãe, quando o portador do passaporte é menor. Obviamente que mais tarde será possível completar alguns dados através dos registos paroquiais e dos livros de entrada de emigrantes no Brasil.

Um dos primeiros pontos de reflexão é, sem dúvida, aquele que nos coloca o tipo de fonte por nós utilizada. O livro de registo de passaportes é precisamente isso e nada mais. Um livro em que se registam os passaportes de todos aqueles que, em determinada altura das suas vidas tiveram necessidade desse documento. Uns porque pretendiam viajar por simples gozo e lazer, outros porque decidiram empreender uma viagem de negócios e, finalmente – a grande maioria –, aqueles que pretendiam viajar para outros países, em busca de melhores condições de vida – os emigrantes. Neste momento ainda não nos é possível estabelecer a diferença entre todos os registados nem mesmo estabelecer um perfil do emigrante português para o Brasil. Entre esses emigrantes, há depois que distinguir aqueles que não mais regressaram à sua Pátria daqueles que retornaram a Portugal, para aqui investir os lucros da árdua luta que travaram. Também é interessante tentar a abordagem do percurso daqueles que, tendo obtido um maior sucesso, conseguiram marcar a diferença quando regressaram a Portugal, adquirindo um estatuto social que sem a opção de emigração se tornaria impossível. Há também os casos daqueles que, obtendo sucesso no país de acolhimento, não quiseram regressar a Portugal e aqueles que, apesar do seu esforço, não obtiveram sucesso financeiro e acabaram por se diluir na enorme massa de gente que hoje constitui a população brasileira.

Podemos também optar pelo estudo daqueles que se tornaram emigrantes com projecção internacional na área da cultura e do saber em geral.

Apesar de já termos levantado os dados relativos aos acompanhantes, ainda não iniciámos o seu estudo. Contudo, foi possível perceber as seguintes situações: jovens adolescentes com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos acompanhavam frequentemente os seus pais; mulheres solteiras, casadas

² PORTUGAL. Arquivo Distrital do Porto – Livros 3315 a 3321.

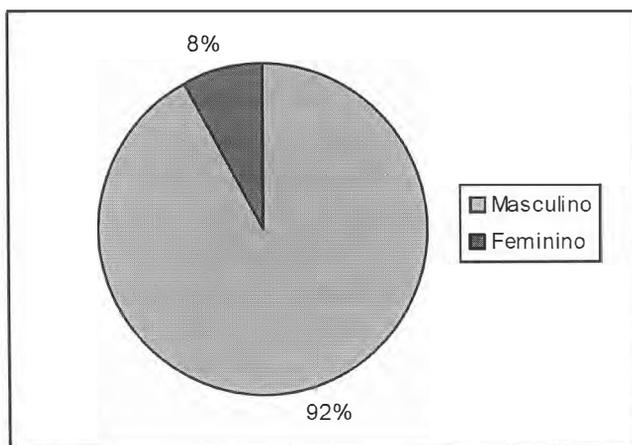
ou viúvas partiam juntamente com seus filhos menores; e ainda, nalguns casos, o homem partia acompanhado da família completa. Encontrámos já um ou outro caso de indivíduos que, depois de uma primeira viagem, regressam a Portugal para buscar a família e levá-la com eles numa segunda viagem, o que já nos permite pensar numa hipótese de fixação em terras brasileiras. Nestes casos, era frequente as mães levarem consigo bebês de tenra idade, a qual podia variar entre os vinte dias e os poucos meses. No entanto, este estudo far-se-á no decorrer do próximo ano, quando pudermos apresentar já uma quantificação significativa que nos permita obter conclusões mais concretas.

Mesmo assim, neste momento podemos verificar que, num universo de 7 307 emigrantes que registaram os seus passaportes no Governo Civil do Porto, 6 753 era do sexo masculino, que representava 92% da sua totalidade, enquanto apenas 554 (8%) eram mulheres (Quadro n.º 1 e Gráfico n.º 1).

Quadro n.º 1
Distribuição por sexo (1880-1882)

Sexo	Número	%
Feminino	554	7,6
Masculino	6753	92,4
TOTAL	7307	100

Gráfico n.º 1
Distribuição por sexo (1880-1882)



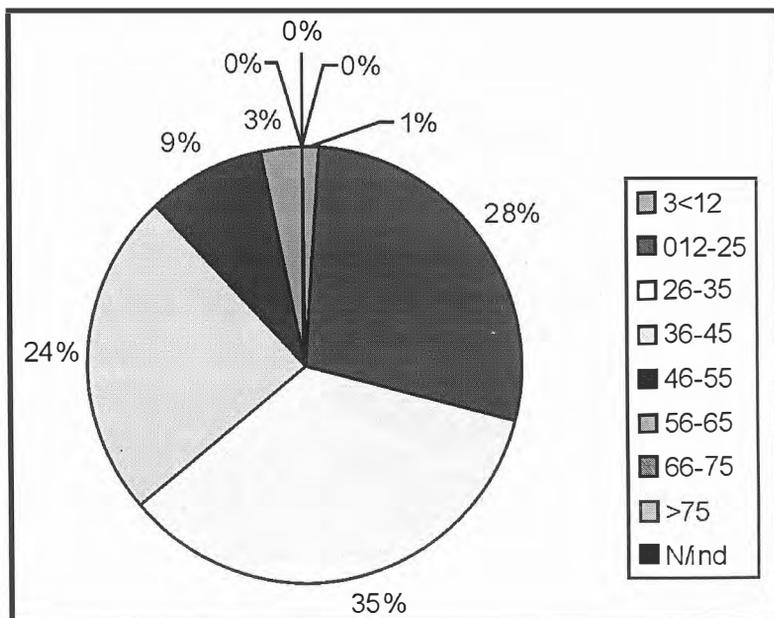
Não discriminámos aqui as crianças, mas sabemos que entre estes emigrantes, 89 tinha menos de 12 anos de idade, tendo o emigrante mais

novo, com passaporte individual registado, 3 anos. 2 077 tinham entre 12 e 25 anos, 2 462 entre 26 e 35 anos, 1 750 entre 36 e 45 anos, 674 entre 46 e 55 anos, 216 entre 56 e 65 anos, 25 entre 66 e 75 anos e surgem 2 casos com idade superior a 75 anos (Quadro n.º 2 e Gráfico n.º 2).

Quadro n.º 2
Distribuição por idades (1880-1882)

Idade	Emigrantes	%
03<12	89	01
012-25	2077	28
26-35	2462	35
36-45	1750	24
46-55	674	09
56-65	216	03
66-75	25	00
>75	02	00
N/ind	12	00
Total	7307	100

Gráfico n.º 2
Distribuição por idades (1880-1882)

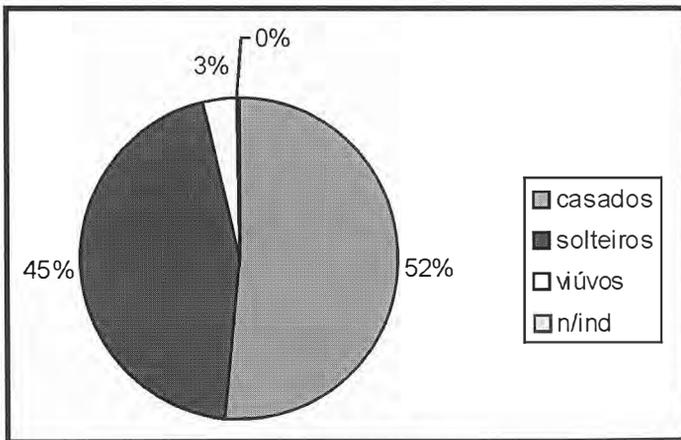


Relativamente ao estado civil destes emigrantes, registamos 3787 casados, 3249 solteiros, 251 viúvos e 20 casos em que o estado civil não é indicado (Quadro n.º 3 e Gráfico n.º 3).

Quadro n.º 3
Distribuição por estado civil (1880-1882)

Estado Civil	Número	%
casados	3787	51,8
solteiros	3249	44,5
viúvos	251	3,4
n/ind	20	0,3
TOTAL	7307	100

Gráfico n.º 3
Distribuição por estado civil (1880-1882)

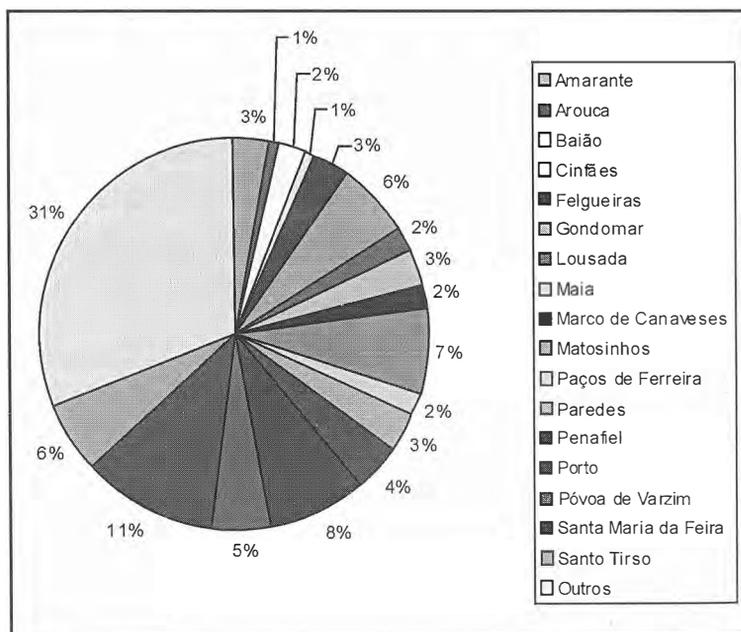


A grande maioria destes emigrantes vem do norte do país, nomeadamente de Amarante, Arouca, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim e Santa Maria da Feira (Quadro n.º 4 e Gráfico n.º 4).

Quadro n.º 4
Distribuição por naturalidade (1880-1882)

Naturalidade	Número	%
Amarante	248	03
Arouca	109	01
Baião	168	02
Cinfães	101	01
Felgueiras	226	03
Gondomar	440	06
Lousada	147	02
Maia	246	03
Marco de Canaveses	154	02
Matosinhos	519	07
Paços de Ferreira	124	02
Paredes	246	03
Penafiel	323	04
Porto	620	08
Póvoa de Varzim	334	05
Santa Maria da Feira	796	11
Santo Tirso	459	06
Outros	2247	31
TOTAL	7507	100

Gráfico n.º 4
Distribuição por naturalidade (1880-1882)

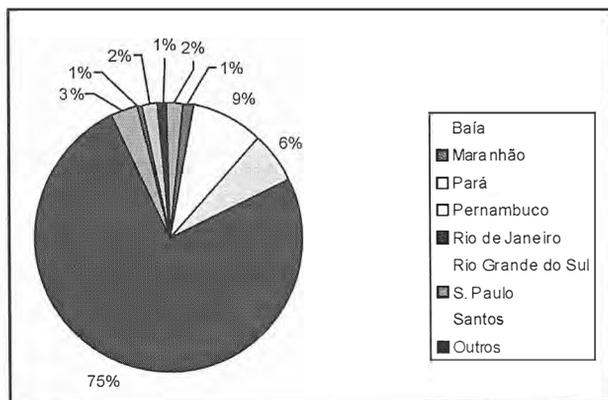


Os destinos escolhidos por estes emigrantes também são muito variados, embora a grande maioria se dirigisse para o Rio de Janeiro, o Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul ou Baía (Quadro n.º 5 e Gráfico n.º 5).

Quadro n.º 5
Distribuição por destino (1880-1882)

Destino	Número	%
Baía	166	02
Maranhão	91	01
Pará	629	09
Pernambuco	393	06
Rio de Janeiro	5468	75
Rio Grande do Sul	199	03
S. Paulo	100	01
Santos	162	02
Outros	99	01
TOTAL	7307	100

Gráfico n.º 5
Distribuição por destino (1880-1882)

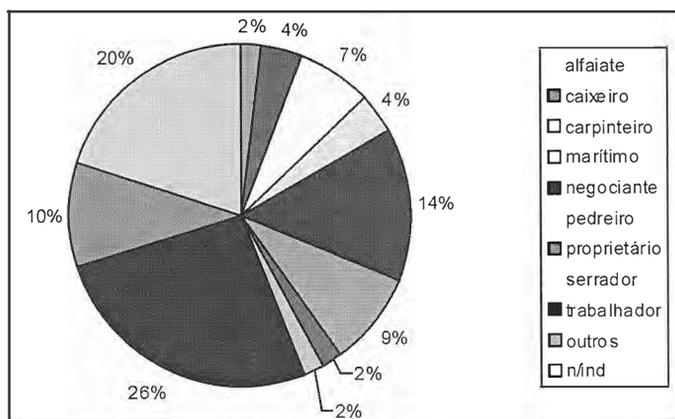


Como seria de esperar, entre esta massa de emigrantes de uma tão variada origem e proveniência, e que parte, como acabámos de observar, para locais tão distintos, podemos encontrar artistas das mais diversas profissões, salientando-se, por exemplo, pescadores e marítimos, na sua maioria oriundos dos concelhos da Póvoa de Varzim e de Matosinhos, e cantoneiros maioritariamente originários de Matosinhos. De Santa Maria da Feira e de outros concelhos do país, partiram outros trabalhadores das mais diversas profissões e ofícios, como sapateiros, ourives, carpinteiros, negociantes, proprietários, trolhas, entre tantos outros que nos escusamos aqui de mencionar (Quadro n.º 6 e Gráfico n.º 6).

Quadro n.º 6
Distribuição por profissões (1880-1882)

Profissões	Número	%
alfaiate	163	02
caixeiro	267	04
carpinteiro	480	07
marítimo	322	04
negociante	1009	14
pedreiro	625	09
proprietário	137	02
serrador	121	02
trabalhador	1962	26
outros	765	10
n/ind	1456	20
TOTAL	7307	100

Gráfico n.º 6
Distribuição por profissões (1880-1882)



Falamos, de um modo geral, das profissões a que se dedicavam os homens. Contudo, numa época em que a grande maioria das mulheres não trabalhava fora de casa, os dados analisados até ao momento permitem-nos constatar que entre as mulheres emigrantes da época, algumas possuíam uma profissão definida, daí que tenhamos encontrado 14 criadas de servir, 1 jornaleira e 1 lavradeira.

Embora neste momento nos pareça prematuro tentar elaborar um esboço, ainda que rudimentar, do perfil do emigrante português para o Brasil, a observação dos dados levantados, através dos quadros e dos gráficos elaborados, permite-nos concluir que, neste curto período, se assistiu a uma emigração em massa – muito diversificada em termos socioeconómicos, culturais e regionais –, que sem dúvida muito contribuiu para o desenvolvimento daquele país.

A Emigração do Distrito de Viseu para o Brasil As principais Fontes Documentais

*Paula Marques dos Santos**

Introdução

A saída de cidadãos portugueses em direcção ao Brasil foi, ao longo do séc. XIX e da primeira metade do séc. XX, de grande importância para ambos os países, não só pelo grande número de indivíduos que fazem parte dessa diáspora europeia, mas também pelas consequências directas e a longo prazo que a sua presença teve, quer no quotidiano brasileiro ao nível económico, social e cultural, quer na própria pátria lusa, não só pelas alterações profundas ao nível demográfico, mas também no respeitante ao tecido social e económico português.

A migração de cidadãos lusos para terras brasileiras caracteriza-se antes de mais pela sua continuidade e densidade. As vagas de cidadãos portugueses que se aventuram pelo oceano não cessam com a separação política dos dois Estados nos inícios do séc. XIX, com a independência do Brasil em 1822. De facto, esse movimento migratório transatlântico caracteriza-se como um fluxo contínuo e multissecular que se inicia essencialmente depois de Tordesilhas, com os bandeirantes, e que passa após 1822 a ter contornos diferentes – de colonos, os cidadãos lusos tornam-se em emigrantes –, e o Brasil permaneceu, essencialmente até às vésperas dos anos de 1930 e da II Guerra Mundial, como o destino predominante e mais aliciante para os portugueses que decidiam sair do seu país à procura de fortuna e trabalho¹.

Por aventura ou por necessidade, pelo trabalho de engajadores (agentes) ou pelo apoio prestado pelos patrícios já estabelecidos nessas paragens, a viagem para o Brasil tornou-se num escape para aquela franja da população que procurava a sorte no estrangeiro, como forma de melhorar a vida da sua família ou simplesmente de se livrar de dívidas contraídas nas suas terras, devido essencialmente às dificuldades económicas com que se deparavam por causa de maus anos agrícolas, aos quais se aliaram muitas vezes a instabilidade e crises depressivas da economia internacional.

* Professora Auxiliar da Universidade Lusíada do Porto e Investigadora do CEPESSE

¹ Após 1822, a entrada de cidadãos portugueses estima-se em cerca de dois milhões. Cf. PENA, Sérgio D. J., et al. – “Retrato Molecular do Brasil”. In *Ciência Hoje*, n. 159. 2000, pp. 16-25.

Quer dizer, a perseverança das vagas migratórias portuguesas para o Brasil, após a separação política dos dois Estados, permite criar, reforçar e manter as afinidades luso-brasileiras, concertar redes de apoio ao trabalho e tornar operativo o conceito de arrumação dos portugueses que chegavam pela primeira vez a terras brasileiras². Coadjuvando a tenacidade desses indivíduos, o aperfeiçoamento dos transportes e a facilidade crescente nas comunicações, ao longo dos dois últimos séculos, será mais um factor de estímulo que não podemos esquecer para a crescente mobilidade transatlântica de indivíduos, entre Portugal e o Brasil.

Essa mobilidade portuguesa foi realizada, como referimos, e essencialmente até à eclosão da crise depressiva de 1929 e à II Guerra Mundial, em direcção a terras americanas (especialmente para territórios com uma identidade linguística comum – o Brasil), tendo apenas nas décadas mais recentes (segunda metade do séc. XX) alterado o seu direccionamento. Actualmente, devido às transformações sofridas pelo Sistema Internacional no pós Guerra (início da Guerra Fria) esses fluxos migratórios passam a incidir com maior impacto na própria Europa – em primeiro lugar, pela migração intra-europeia (mobilidade regional de cidadãos europeus para outros países da Europa ocidental), e, mais recentemente, pelas vagas que escolhem esse continente como destino preferencial (os chamados “novos emigrantes” de países extra-europeus ou de países da Europa de Leste e da ex-URSS) para a perseguição de um sonho dourado, de trabalho e níveis de vida superiores aos que conseguem nas suas pátrias.

Durante os sécs. XIX e XX, o exemplo dos brasileiros que regressavam endinheirados à terra natal, com pequenas fortunas, espevitava ainda mais a vontade dos portugueses que sonhavam em fazer fortuna e ascender na hierarquia social, situação que apenas se perspectivava possível através da emigração, devido às crises económicas, aos maus resultados agrícolas e ao consequente endividamento das classes mais pobres da sociedade portuguesa, sem capacidade de serem donos das terras que cultivavam e das quais dependiam.

Outras razões normalmente apontadas para a forte migração da camada jovem da sociedade portuguesa, nesses anos, prende-se ou com a simples fuga ao serviço militar, ou por razões políticas (geralmente eram opositores dos regimes políticos vigentes no seu país de origem) ou, então, como forma de procurar encontrar trabalho de acordo com as suas capacidades intelectuais e estudos obtidos (médicos, engenheiros, homens de letras, industriais, etc.).

Genericamente podemos ainda falar de dois tipos de migrantes, no

2 Cf. ALVES, J. F. – “Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil”.

caso dos cidadãos portugueses que tinham por destino o Brasil: o primeiro tipo resume-se àqueles indivíduos que saem das suas terras e que se radicam definitivamente no Brasil, regressando apenas no fim da sua vida activa e depois de enriquecerem ou, então, nunca mais regressam à pátria amada (esquecendo a família que haviam deixado)³. O segundo tipo de migrantes efectua uma migração cíclica (ou migração de retorno), isto é, migram de acordo com as necessidades familiares e regressam depois de quatro ou cinco anos de trabalho no estrangeiro, e depois de conseguir reunir algum pecúlio, que tinha por fim pagar dívidas anteriormente contraídas e melhorar as condições de vida dos seus familiares, que haviam permanecido em Portugal.

No respeitante ao país de destino, podemos também enunciar diversas motivações que justificam a absorção de números tão elevados de cidadãos estrangeiros. Desde a necessidade de substituir a mão-de-obra escrava nas zonas rurais e nas grandes plantações agrícolas (fixação rural – essencialmente depois de 1850 com a proibição do tráfico de escravos e, definitivamente após 1888, com a abolição do regime servil no Brasil) até às diversas profissões desenvolvidas nas zonas urbanas, desde o comércio até à indústria, passando pelas grandes obras públicas (fixação urbana – essencialmente no Rio de Janeiro e São Paulo), a mão-de-obra portuguesa foi sempre, além de numerosa, bastante apreciada em território brasileiro, pela sua qualidade e pela sua capacidade de se tornar num elemento integrador e fomentador da coesão nacional da jovem nação brasileira, ao invés de se tornar num factor de fragmentação social e económica, como acontecia face a comunidades imigrantes de outras proveniências europeias (e de outros continentes) radicadas nesse território, as quais se auto-excluíaam, criando guetos sociais e económicos, onde não era permitida a miscigenação e intromissão de quaisquer influências extrínsecas.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a comunidade lusa torna-se, então, num elemento favorável à coesão da nação brasileira, contribuindo não só pela vantagem da língua e de muitos traços culturais comuns (herança da época colonial), mas também pela existência de muitos outros factores de integração – as raízes rácicas e históricas, as inúmeras associações culturais constituídas nas diversas comunidades e Estados (para as quais são convidadas a participar activamente as autoridades brasileiras e muitos cidadãos), as diversas empresas e indústrias criadas por portugueses e mesmo pelo factor da secular miscigenação dos portugueses (colonos e, depois, imigrantes) com as populações autóctones⁴, entre muitos outros exemplos.

3 A maioria da emigração portuguesa era composta por homens, jovens adultos e muitos deles eram já casados nas suas terras natal antes de emigrarem. Todavia, quando chegam ao Brasil, parte desses indivíduos não regressam mais à pátria e decidem constituir nova família nas novas paragens, esquecendo as suas famílias e descendentes (daí falar-se nas “viúvas de mortos vivos”).

Só depois da crise económico-financeira de 1929 e da sequente crise internacional generalizada conducente à guerra mundial, as vagas migratórias para o Brasil conhecem uma forte diminuição (em número de efectivos e na sua periodicidade), situação também agravada devido à tomada de medidas extremamente nacionalistas, por parte do Brasil, pelo Governo varguista, a partir de Outubro de 1930. A crise sócio-económica que se instala no território brasileiro com a derrocada e descalabro da I República, à qual se associam as consequências nefastas da crise depressiva da economia mundial, são as causas próximas e a justificação para a aplicação de tais medidas – a defesa da empregabilidade dos nacionais brasileiros, a diminuição da tensão social no seio do país e o favorecimento da cooperação continental e regional, através da concessão de privilégios aos cidadãos naturais dos países americanos, em detrimento dos de outros continentes.

Todavia, Portugal será um caso excepcional, pois apesar dos fortes contingentes à entrada de novas vagas de migrantes no Brasil neste período histórico e político, a cooperação diplomática e política entre os dois Governos nacionais (contemporaneidade dos regimes homónimos do *Estado Novo*) promoverá a angariação e manutenção de privilégios quanto à entrada, permanência e acesso ao trabalho para os nacionais lusos, privilégios esses apenas comparáveis aos concedidos a cidadãos americanos. Apesar desses esforços, verifica-se, contudo, um efectivo decréscimo acentuado das vagas migratórias, pelas razões acima referidas (intrínsecas, derivadas das situações desfavoráveis vividas nos dois países, e extrínsecas, derivadas da forte instabilidade do próprio sistema internacional dessa altura).

O tratamento concedido à emigração pelas autoridades portuguesas

O conhecimento aprofundado e fidedigno dos principais traços característicos dessa diáspora lusa radicada no território brasileiro começa a dar agora passos importantes ao nível da investigação científica, através da sistematização dos dados estatísticos e humanos, existentes nos Arquivos oficiais portugueses e brasileiros, e que podem ser trabalhados a partir de algumas fontes documentais privilegiadas. No caso das fontes de trabalho

4 Apesar da capacidade de entrosamento das comunidades lusas com as populações autóctones, pela miscigenação e integração, devemos ter em atenção que a comunidade migrante portuguesa favorecia, em primeiro lugar, o relacionamento endogâmico, isto é, privilegiavam o casamento entre cidadãos portugueses, essencialmente quando se tratava de mulheres. Todavia, como a migração portuguesa era predominantemente masculina, a situação alternativa será a de mestiçagem e do relacionamento exogâmico. Em primeiro lugar, buscava-se casamentos de homens portugueses com brasileiras que fossem descendentes directas de portugueses (de primeira geração) e só depois a comunidade portuguesa buscava na população nacional brasileira.

existentes em Portugal, tal tarefa torna-se tanto mais complexa, devido não só ao desaparecimento e ao mau estado de muitos registos e processos individuais de cidadãos que emigraram, mas também pela inexistência de um conjunto concertado e coeso de políticas migratórias (dos Governos portugueses) que se preocupassem com a qualidade dessa migração, bem como com a sua organização e devido controlo.

De facto, durante quase dois séculos, a única preocupação das autoridades portuguesas resumia-se aos benefícios directos dos refluxos monetários que provinham dessa migração, através das remessas de divisas que eram enviadas periodicamente para as famílias residentes em Portugal. Ao longo dos sécs. XIX e XX, negligenciou-se a capacidades de depurar a vagas migratórias (de quaisquer sectores considerados como nefastos ou desnecessários), tendo a preocupação de as pautar pela qualidade e necessidade efectiva, tendo em conta o papel e a influência cultural e social que essas comunidades teriam para a projecção da nação e da cultura portuguesa no sistema internacional e, especificamente, a sua influência no relacionamento oficial entre os dois países atlânticos, arautos da lusofonia.

Face a essa ausência de uma política migratória continuada e concertada com os interesses da nação portuguesa, resta-nos, essencialmente, duas categorias de fontes privilegiadas para identificar, não só os contornos quantitativos das vagas migratórias, mas também as características dos indivíduos que resolvem participar nessas correntes humanas – as suas razões e motivações para deixarem o seu país e o seu continente, além das características da conjuntura nacional e internacional que promovem ou condicionam essa mobilidade.

Assim, temos num primeiro grupo, a documentação processual existente nos Arquivos Distritais portugueses, onde estão guardados os processos individuais de cada indivíduo e os livros de registo de passaportes, organizados nos Governos Civis de cada distrito. Através da análise dessa documentação, podemos verificar de imediato que existe uma predominância clara da saída de cidadãos do Norte de Portugal, em detrimento da parte sul do país. Num segundo grupo de fontes, para a compreensão das causas conjunturais e estruturais que moldam os movimentos migratórios, pode ser englobada a vastidão bibliográfica produzida até aos nossos dias sobre a História dos séculos XIX e XX, extremamente bem documentada ao nível da evolução histórica, económica, política, diplomática, nacional e internacional destes dois países lusófonos.

Numa fase inicial do projecto de investigação sobre a *emigração portuguesa para o Brasil*, e tendo por meta a criação de uma extensa base de

dados que possa ser disponibilizada para a busca de cidadãos portugueses e das suas raízes no Brasil e em Portugal, o nosso objectivo é conhecer quais os dados a que podemos aceder para a realização do nosso estudo. Para isso, torna-se importante uma breve caracterização de tais documentos, justificando o porquê de se tornarem na principal procedência para a realização do nosso projecto.

O Arquivo Distrital de Viseu – caracterização geral

Toda a documentação que compõe actualmente o Fundo de Arquivo do Governo Civil de Viseu sobre a emigração portuguesa regional, foi emitida e organizada pelos Serviços do Governo Civil, entidade que a partir de 1834 se torna oficialmente responsável, ao nível distrital, pela autorização e emissão dos passaportes aos cidadãos portugueses naturais e/ou residentes no respectivo distrito. As fontes que compõem esse espólio arquivístico, e que se encontram nos nossos dias no Arquivo Distrital de Viseu, são compostas essencialmente por *livros de registo* e pelos respectivos *processos individuais* de todos os cidadãos que solicitam a passagem de passaporte às autoridades locais.

Enquanto nos *processos individuais* podemos encontrar toda a documentação, reunida a pedido das autoridades públicas, sobre a situação social, pessoal e económica de cada indivíduo, através dos *livros de registo* temos acesso a uma base de dados impressa, organizada cronologicamente e elaborada ao longo dos anos pelo Governo Civil de Viseu e que contém as informações essenciais para a identificação de cada cidadão emigrante, sendo esta última tipologia de documentação sobre a qual nos debruçaremos em primeiro lugar e na qual nos basearemos para a criação de uma base de dados electrónica e de mais fácil consulta de tais informações. Além dessas duas categorias (*vide infra* Quadro n.º 1 – Relação do Fundo do Governo Civil sobre emigração), fazem ainda parte deste fundo uma *relação de indivíduos* a quem foi concedido passaporte para o estrangeiro *com licença militar* (num total de 36 documentos) e, por fim, uma relação de todos os indivíduos que solicitam o passaporte *por intermédio de agentes* (ou engajadores), num total de 26 documentos.

Esta vasta base bibliográfica não tinha tido, até à data, qualquer tipo de tratamento sistemático e completo, estando, por isso, apenas guardada nas instalações do Arquivo Distrital. Existem apenas poucos trabalhos parcelares sobre esta documentação (por exemplo, estudos específicos sobre determinadas localidades do distrito ou sobre determinados períodos temporais), o que torna a tarefa de sistematização de toda a documentação de extrema importância, ainda que complexa. A solicitação permanente, por exemplo, de acesso e

consulta desses documentos por descendentes desses cidadãos portugueses que se radicaram no estrangeiro, demonstra a importância da criação de uma base de dados, para facilitar a procura das raízes familiares desses indivíduos, além da necessidade de basear as conclusões sobre a caracterização da emigração portuguesa, ao longo dos tempos, em dados específicos e verídicos, procurando retirar dessas elações o carácter impressionista e parcamente fundamentado de algumas afirmações.

Quadro n.º 1

Relação do Fundo do Governo Civil de Viseu sobre emigração

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU FUNDO DO GOVERNO CIVIL		
Designação da série	Datas extremas	Unidades de instalação
Mapas do número de passaportes conferidos	1872 - 1881	1 Documento
Processos de emissão de passaportes	1956 - 1988	Cerca 185 000 processos ⁵
Registo de passaportes	1854 - 1983	131 Livros
Relação de indivíduos a quem foram concedidos passaportes para o estrangeiro com licença militar	1942 - 1946	36 Documentos
Relação dos emigrantes que solicitaram passaporte por intermédio de agentes de emigração	1905 - 1912	26 Documentos

Fonte: Arquivo Distrital de Viseu.

Embora os *livros de registo* (documentação em estudo e informatização para a base de dados) tenham sofrido algumas alterações de apresentação, conteúdo e mesmo de organização, existe um conjunto de informações que se mantêm como centrais para a caracterização dos indivíduos. São elas:

- a *identificação do emigrante* – englobando o nome completo do indivíduo a quem é passado o passaporte, a sua idade, as suas principais características fisionómicas e, por vezes, o seu estado civil e profissão;
- a *filiação* – procurando indicar, sempre que possível, o nome

⁵ De momento, ainda não existe um levantamento exacto do número de processos de passaportes existentes, nem um tratamento específico para organização de tal documentação, ao nível cronológico ou alfabético.

completo dos pais;

- a *naturalidade* – com a indicação da freguesia e do concelho de onde o indivíduo é natural. Na ausência desta informação ou quando a naturalidade do indivíduo pertence a outro distrito do país, é indicada a sua residência da altura.

- o *destino de emigração* – indicando, no caso do destino ser o Brasil, o Estado ou porto de chegada do cidadão português;

- o *ponto de saída do país* – quando o destino era o Brasil, os locais de saída são essencialmente os portos de Lisboa e Leixões, sendo irrelevante a percentagem de cidadãos que viajam para a Galiza para daí embarcarem com destino ao Brasil (como surge nos distritos mais a norte do país, com alguma frequência);

- a *referência aos acompanhantes* – em alguns períodos, as autoridades portuguesas optam pela inserção dos acompanhantes de um determinado cidadão (por exemplo, os filhos menores) no seu próprio passaporte. Noutros momentos, existe uma opção clara pela regra de “um cidadão, um passaporte”, mesmo que fossem menores e acompanhados pelos seus pais.

A série de livros de registo existentes cobre mais de cem anos, desde 1854 até 1982, existindo, no entanto, pequenos hiatos de tempos dos quais não existem quaisquer assentos de registo, devido ao desaparecimento dos livros correspondentes, nomeadamente de 28/07/1899 até 04/07/1900; de 31/10/1905 até 09/01/1914; de 21/12/1919 até 03/01/1922; de 13/04/1924 até 01/11/1927; de 31/12/1947 até 02/07/1949; de 21/06/1967 até 02/03/1968; e, finalmente, de 31/01/1970 até 30/12/1970.

Estas lacunas conduzirão, posteriormente a uma investigação, mediante os processos individuais dos emigrantes ou, então, através dos registos existentes nos Arquivos brasileiros, referentes ao controlo efectuado pelas autoridades das chegadas ao território nacional (como, por exemplo, os livros de controlo da chegada de navios ou os registo de mobilidade dos estrangeiros, dentro do território brasileiro). Através desta última categoria de fontes torna-se ainda possível identificar aqueles indivíduos que, não estando munidos pela documentação oficial, autorizada e emitida pelas autoridades portuguesas, tenham viajado clandestinos para o Brasil, na esperança de conseguirem um trabalho que lhes permitisse uma autorização para a sua permanência nesse país.

O distrito de Viseu, região do centro norte de Portugal, situada no coração do país, entre as terras litorais de Aveiro e as zonas montanhosas do

Caramulo, Montemuro, da Estrela e do distrito da Guarda que fazem fronteira com o outro país ibérico – a Espanha – caracterizou-se, nos últimos séculos, como uma zona economicamente ligada ao cultivo da terra, a actividades agro-pecuárias, ao comércio e ao sector dos serviços. Estando a “meio caminho” entre o litoral e o interior do país e com a Espanha, e dotada de boas vias de comunicação, a região de Viseu cedo se torna numa passagem obrigatória e privilegiada das rotas comerciais internas, situação que favorece o desenvolvimento da capital do distrito e de diversas pequenas cidades e concelhos em seu redor. No entanto, quer pela sua posição geográfica, quer pelas suas características socioeconómicas, o distrito de Viseu difere de distritos situados no litoral de Portugal, essencialmente do distrito do Porto, no qual as vagas migratórias tinham uma maior expressão e onde muitos cidadãos portugueses (e alguns estrangeiros, como é o caso dos galegos) se radicam temporariamente, enquanto aguardam a autorização para emigrar (obtenção do passaporte) para o estrangeiro. Tirando alguns casos excepcionais, os indivíduos que obtêm o passaporte através do Governo Civil de Viseu são maioritariamente naturais desse distrito e terão de se dirigir a um porto costeiro para poder embarcar para o Brasil.

Dadas as condicionantes regionais, e também devido às carências das populações mais pobres, a maioria dos cidadãos que engrossam as fileiras migratórias destinadas ao Brasil provém das classes sociais mais pobres, quer de origem rural, quer do tecido urbano do distrito, embora exista uma percentagem de indivíduos abastados e/ou com estudos superiores que também participem nesses movimentos de mobilidade transatlântica, emigrando por razões distintas da tipologia acima referida (viagens cíclicas de negócios e/ou de descanso, procura de empregos qualificados de acordo com as suas habilitações, entre outras motivações).

Study-case – a emigração portuguesa do distrito de Viseu nos inícios da década de 1930

Em termos meramente exemplificativos, apresentamos um estudo inicial sobre o total de cidadãos do distrito de Viseu, emigrados para o Brasil, desde 26/09/1929 até 30/04/1933, ou seja, período correspondente ao fim da I República no Brasil e à implantação gradual, após a Revolução de Outubro de 1930, do processo conducente à primeira era varguista (*Estado Novo*), no Brasil, e ao nascimento simultâneo do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar, no caso de Portugal, com caracteres autoritários e ditatoriais. O universo de registos de passaportes deste período corresponde a um total de 4 322 registos, com destino ao Brasil. Este total corresponde a cerca de

90% da totalidade de indivíduos do distrito de Viseu que emigram neste período. Os restantes 10% repartem-se por diversos destinos intra e extra-europeus, nomeadamente pela França, a Bélgica, a Argentina, os EUA e alguns países africanos (destes destinos é a França que, já na altura, absorve a maioria dos emigrantes portugueses deste distrito).

As principais dificuldades que encontrámos no tratamento estatístico das fontes acedidas deste período consistem, em primeiro lugar, na ausência, em muitos casos, de informações, ou então aqueles dados que nos são fornecidos encontram-se incompletos. Por exemplo, em grande parte dos registos não existe referência à idade ou à filiação do indivíduo a quem é concedido o passaporte, o que dificulta o tratamento posterior desses dados em gráficos genéricos de interpretação.

Mas, de todas as informações que deveriam constar sempre do registo, a especificação do estado civil e o da profissão são os dados que com maior frequência são “esquecidos” nessa documentação. A indicação da profissão é de facto inexistente em todos os registos deste período. Quanto à indicação do estado civil, ela deixa de ser incluída especialmente a partir de 1931. Durante os anos de 1929 e 1930, encontramos esse dado referido imediatamente depois do nome do indivíduo, mas tal situação passa a ser esporádica nos registos a partir dessa data. Esta situação pode ser justificada pela inexistência de um campo específico e obrigatório para a inclusão desse dado, o que leva a que seja negligenciado na maioria dos casos.

Um segundo obstáculo encontrado nesta primeira fase da nossa pesquisa estatística, resulta da dificuldade em estabelecer os graus de parentesco existentes entre muitos dos emigrantes portugueses. Sendo, na sua generalidade, registos sucessivos, quando se trata de familiares, não existe qualquer referência ao parentesco entre descendentes e ascendentes e, embora, em muitos casos, seja possível, dedutivamente, estabelecer esse mesmo parentesco, existem outras situações onde nos resta apenas suspeitar de eventuais relações, não podendo por isso, fazer referência clara a essa situação na base de dados.

Em termos gerais, e de acordo com o conhecimento histórico que temos sobre o relacionamento Portugal-Brasil e sobre a evolução das relações internacionais, podemos caracterizar este período temporal como uma fase de charneira entre dois momentos distintos na emigração portuguesa com destino ao Brasil, ou seja, durante os anos de 1929 e 1930 assistimos a uma transformação quantitativa e qualitativa das vagas migratórias destinadas ao território brasileiro que, embora seja confrontado com a concorrência crescente

de outros destinos de acolhimento (essencialmente intra-europeus), permanece, durante a primeira metade do séc. XX, como o destino mais apetecível e predominante na emigração lusa, especificamente do distrito de Viseu.

Tal transformação deve-se, em primeiro lugar, às próprias transformações sofridas pelo sistema internacional no pós I Guerra Mundial, onde o idealismo utópico do desenvolvimento e crescimento sustentado de todos os Estados (potências ou Estados periféricos), de forma pacífica, solidária e concertada, se desvanece com a instabilidade política e a crise económica depressiva que se instala nos últimos anos de 1920, tendo o seu momento exponencial no crash da Bolsa de Nova Iorque. As décadas de 1920 e 1930 não conhecerão uma situação de paz *de facto* e efectiva, conduzindo a uma escalada de instabilidade e da emergência de diversos factores revanchistas e/ou hegemónicos que conduzirão inevitavelmente a um novo conflito mundial, deveras grave e prejudicial para o desenvolvimento da maioria dos países do mundo.

Como segundo factor, podemos apontar os resultados imediatos que a crise generalizada das diversas economias nacionais e da economia mundial terão no ambiente doméstico dos Estados brasileiro e português, isto é, a crise mundial repercute-se não só nos resultados obtidos pelas suas economias, mas também nas próprias sociedades nacionais e regimes vigentes, conduzindo a uma instabilidade endémica e ao desejo de uma reformulação das bases político-sociais que regiam a vivência em sociedade, perante a falência dos regimes de governo estabelecidos no dealbar do séc. XX. A reformulação da sociedade interna conduz, obrigatoriamente, à necessidade de repensar as próprias estruturas sociais e migratórias, especialmente no Brasil, dado ser nessa altura um país de acolhimento privilegiado, mas que se vê confrontado com dificuldades crescentes a diversos níveis.

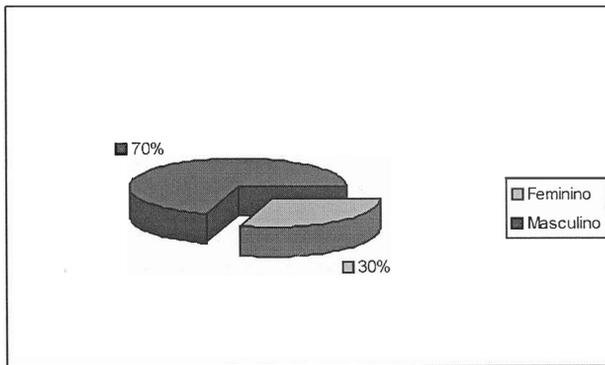
A forte contenção que passa, por isso e durante todo o período varguista, a reger as directivas migratórias brasileiras (entrada e permanência de estrangeiros) é completada pela nacionalização do trabalho, situação que obriga a uma redução clara no número de estrangeiros residentes no país e a uma limitação apertada da entrada de novas vagas (que contribuiriam para o recrudescimento da instabilidade social e da crise económica interna brasileira).

Tal legislação terá efeitos imediatos no número de portugueses que solicitam o passaporte para emigrar para o Brasil. O número de emigrantes com esse destino reduz-se efectiva e drasticamente, situação que promoverá progressivamente a viragem dos movimentos migratórios portugueses e europeus para outros destinos e continentes (e mesmo para o crescimento dos

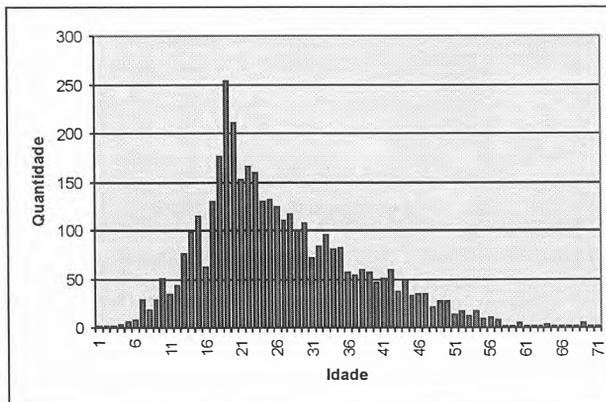
movimentos migratórios dentro da própria Europa).

Apesar dessa redução em termos de efectivos, a emigração portuguesa para o Brasil mantém-se activa e continua predominantemente a ser efectuada por indivíduos jovens, do sexo masculino, sendo também muitos desses indivíduos solteiros (*vide infra* Quadros n.º 2, 3 e 4). Embora existam núcleos familiares que viajam em conjunto (geralmente os filhos e a mulher viajam depois do marido se ter estabelecido em território brasileiro e, geralmente, conseguem a autorização para emigrar por intermédio do mecanismo da *carta de chamada*), a maior percentagem da emigração do distrito de Viseu resulta, assim, do êxodo de homens (jovens e adultos, especificamente entre os 15 e os 30 anos de idade), que saem do seu país impelidos, essencialmente, por motivos profissionais e económicos (para pagamento de dívidas ou em busca da fortuna).

Quadro n.º 2
Divisão de emigrantes por sexo

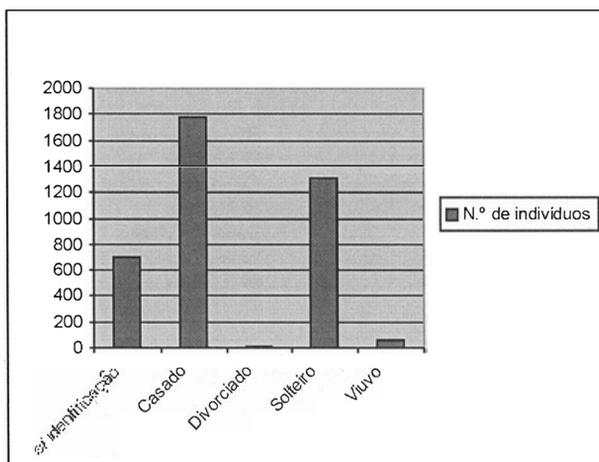


Quadro n.º 3
Distribuição etária



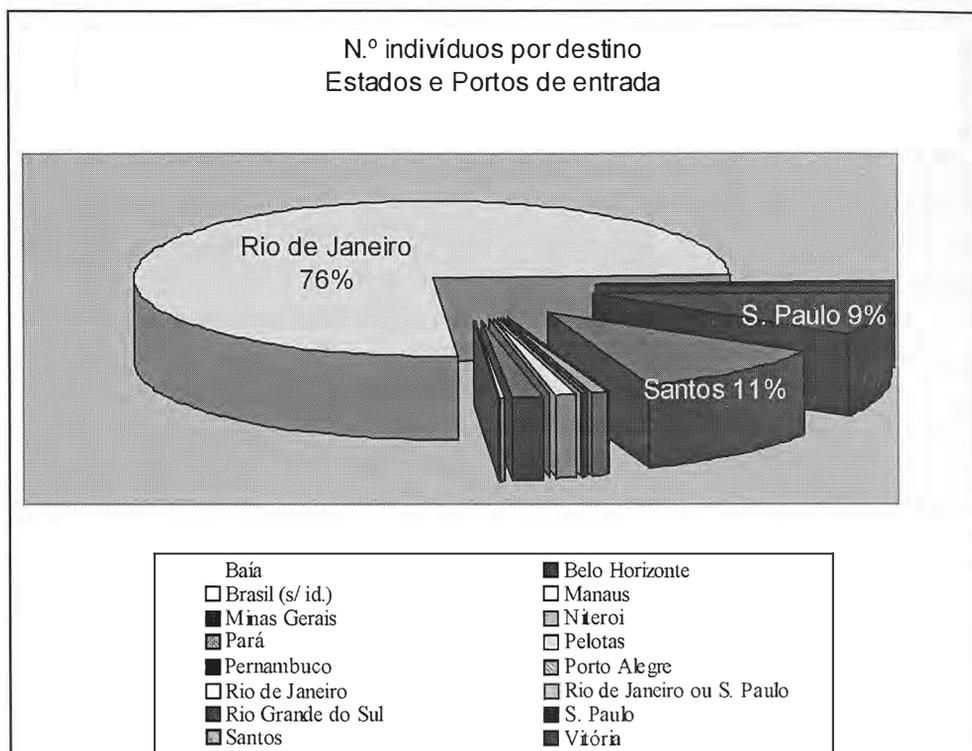
Existe, paralelamente, uma grande percentagem de indivíduos solteiros, os quais contribuirão para a permanência do carácter de miscigenação entre as duas comunidades e as duas culturas. Embora, à primeira vista (Quadro n.º 4), haja uma predominância de indivíduos migrantes já casados, a caracterização geral da emigração portuguesa leva-nos a crer que a percentagem de registos nos quais não existe qualquer referência quanto ao seu estado civil, se refira essencialmente a cidadãos solteiros, situação que elevaria consideravelmente a coluna de indivíduos solteiros. A confirmação desses dados será feita posteriormente, através do acesso aos registos individuais desses cidadãos.

Quadro n.º 4
Estado Civil dos emigrantes



No que se refere ao destino brasileiro, podemos ainda concluir que as principais entradas e Estados brasileiros para onde se dirigem os cidadãos portugueses, quando partem da sua pátria, são essencialmente o Rio de Janeiro e S. Paulo (que totalizam, em conjunto, 3 634 cidadãos), embora exista uma percentagem significativa para outros Estados, como por exemplo, os de Manaus, Pará e Baía. No entanto, não podemos afirmar que todos esses indivíduos se tenham efectivamente radicado nesses Estados, por onde entram em território brasileiro. Apesar de uma grande concentração de comunidades portuguesas nos centros urbanos costeiros (onde desenvolvem actividades ligadas com todos os sectores económicos), cremos que parte desse total se tenha depois dirigido para outros Estados do interior brasileiro, mais especificamente para as grandes plantações e fazendas agrícolas.

Quadro n.º 5
Estados brasileiros e destinos de acolhimento



Ao nível português, assistimos, simultaneamente, a uma transformação radical da paisagem demográfica do distrito de Viseu, com um acentuado envelhecimento da população e a uma redução drástica da mão-de-obra disponível, devido ao êxodo de jovens e jovens adultos para o estrangeiro (e, como já referimos, essencialmente para o Brasil).

Em suma, perante o panorama conjuntural dos inícios da década de 1930, a emigração portuguesa para o Brasil, do distrito de Viseu, embora reduzindo-se drasticamente ao nível do número de participantes efectivos, permanece uma emigração contínua, de indivíduos essencialmente jovens, que possam ajudar na construção e coesão da nação brasileira, direccionando-se essencialmente, ou às grandes plantações agrícolas, ou às actividades desenvolvidas, com maior incidência, nos grandes centros urbanos (comércio, indústria e serviços). Esta pequena amostra estatística que apresentámos comprova que, mesmo apesar de a legislação brasileira deste período ser de pendor nacionalista e claramente privilegiadora dos cidadãos nacionais (e também americanos, devido ao pendor pan-americanista do regime varguista), a reconhecida qualidade da imigração/comunidade portuguesa no Brasil e o

bom relacionamento político-diplomático entre os dois Estados promoverão situações de excepção que permitem a perenidade dos movimentos de mobilidade entre as duas margens lusófonas do Atlântico e da sua importância para a compreensão das duas realidades nacionais.

Fontes e Bibliografia

ÍNDICE de documentação referente à emigração portuguesa, existente no Arquivo Distrital de Viseu

LIVROS de Registo de Passaporte, 1929-1933. Arquivo Distrital de Viseu

ALVES, Jorge – “Atalhos batidos – a emigração nortenha para o Brasil”. In *Revista Brasileira de História*, vol. 23, n. 45. São Paulo, 2003

_____ – *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1994

BAGANHA, M. I. – “Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”, in *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991

FLORENTINO, M.; MACHADO, C. – *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Univ. Fed. do Rio de Janeiro, PSR, 2002, pp. 58-84

LOBO, Eulália M. L. – *Migração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001

SERRÃO, Joel – *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977

Emigração para o Brasil através dos Livros de Passaportes do distrito do Porto (1.º semestre 1926)

Maria João Cerqueira da Costa Ferreira*

A presente comunicação tem por objecto proceder a uma análise do fenómeno de emigração para o Brasil, no ano de 1926 (1.º semestre), no distrito do Porto.

Para a sua concretização analisaram-se fontes manuscritas – *Livros de Registos de Passaportes do Governo Civil do Porto*.

Figura n.º 1

Página de Livro de Registo de Passaportes (Livro 3 560, pág. 111)

118

1061

Idade 58
Estatura 1,72
Nascimento
Cabelos
Olhos
Nariz
Boca
Cdr.

2 de Janeiro de 1926 se conferiu passaporte para
Europa
Mocim da Vila Camo
filho de Eugénia Camo e
por fim quit
natural de Hamburgo residente Porto
estado Casado profissão
lestando em companhia

SINAI PARTICULARES
Panto
Sobrador:

1062

Idade 26
Estatura 1,71
Nascimento
Cabelos
Olhos
Nariz
Boca
Cdr.

5 de Maio de 1926 se conferiu passaporte para
Rio
a David Garcia Figueira
filho de Manoel Garcia e
Manoel Garcia
natural de Porto residente Porto
estado Casado profissão
lestando em companhia

SINAI PARTICULARES
Chraos
Sobrador:

1063

Idade 43, 65
Estatura
Nascimento
Cabelos
Olhos
Nariz
Boca
Cdr.

5 de Maio de 1926 se conferiu passaporte para
Rio
Leocadia Lopes Pereira
filho de Manoel Lopes e
Fernanda Pereira
natural de Vila Real residente Porto
estado de nacionalidade profissão
lestando em companhia

SINAI PARTICULARES
Sobrador:

Esta fonte permitiu, embora de uma forma parcial, visto terem sido analisados apenas os registos de passaporte referentes aos primeiros seis meses do ano de 1926, desenvolver alguns raciocínios em volta do apuramento numérico dos emigrantes do distrito do Porto no referido ano, os quais se concretizaram a partir de sete variáveis: quantidade, distribuição por sexos, estado civil, grupos de idades, profissões, naturalidade dos emigrantes e principais destinos dentro do Brasil.

Nesta fonte, os dados aparecem formalmente divididos em duas partes: uma à esquerda, onde está registado o número do passaporte, com os sinais particulares do emigrante (idade, estatura, rosto, sobrolho, cabelos, olhos, nariz, boca, cor); da outra parte consta a data de saída, o destino, nome do emigrante, nome dos pais, naturalidade, residência, estado civil e profissão.

É de referir que, em função da legislação em vigor na altura (decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919), todos os passaportes são individuais, sendo pois difícil avaliar, a partir destes registos, se houve ou não emigração familiar.

Esta fonte mantém uma certa regularidade, se bem que não cumprindo sistematicamente a estrutura informativa referida, e sendo perceptível, aqui e ali, por parte do(s) escrivão(ões) um certo descuido e falta de zelo, traduzido em repetições de números de registos e incoerência de dados fornecidos.

Apesar de este trabalho ter apenas como base os registos de passaportes do Governo Civil do Porto no período referido, pareceu-nos ser importante ter uma noção, antes de mais, dos quantitativos da emigração portuguesa no período entre 1919-1930.

Quadro n.º 1
Quantitativos da emigração portuguesa legal (1919-1930)

ANO	NÚMERO DE EMIGRANTES
1919	37138
1920	64783
1921	24597
1922	39795
1923	40171
1924	29710
1925	22884
1926	42067
1927	27674
1928	34297
1929	40361
1930	23196

Pela leitura deste quadro, verifica-se que, no período apresentado, o ano de 1926 ocupa o segundo lugar no número de emigrantes. Embora não tenhamos ainda recolhido os dados relativos ao mesmo período do quadro no Arquivo do Porto, a julgar pelo número de livros de registos de passaportes que aí se encontram, o ano de 1926 (9 livros) ocupará o 1.º lugar, seguido dos anos de 1923 (8 livros) e 1920 (7 livros). Não está longe dos dados fornecidos pelo Boletim Anual da Junta de Emigração.

Sabemos que a emigração portuguesa recupera nos anos de 1920, após a quebra durante a 1.ª Guerra. Porquê? A depressão económica dos anos de 1920 aumenta o desemprego. E, embora tendo-se alargado a classe operária, aumentado alguns ramos da indústria e expandido o sector bancário, o ritmo de desenvolvimento industrial é, no entanto, muito lento. A juntar a isto, a crescente liquidação da actividade artesanal, importante para a economia familiar, leva muitos a procurar a cidade ou o estrangeiro. Não será de descurar também toda a instabilidade política vivida em Portugal durante este período que, a juntar à frágil situação económico-financeira vivida pelo país no pós-Primeira Guerra Mundial, permite explicar o grande surto emigratório em 1926 e levará também a um golpe militar em 28 de Maio do mesmo ano. Este período de 1919-1930, pelo forte fluxo de emigração que se fez sentir, deverá ter sido aquele que, durante toda a 1.ª metade do século XX, mais preocupou os poderes públicos, a julgar pelo elevado número de disposições legais publicadas nesse período, regulando e disciplinando a emigração (e também os movimentos migratórios) nos seus mais variados e complexos aspectos. É que estava em causa aquilo que se considerava dever ser o mais conveniente crescimento natural da população, tendo em conta o já observado elevado número de emigrantes.

Através de uma legislação abundante, procurava-se apertar as malhas à emigração, reprimir a emigração clandestina, disciplinar a acção dos recrutadores de emigrantes, punir a intervenção dos intermediários e, na impossibilidade de a poder impedir, defender o emigrante antes, durante e depois da chegada ao país de destino.

As vozes de condenação da emigração eram muitas na altura, vindas dos mais diversos quadrantes, e a própria imprensa nacional e local frequentemente o referia. É exemplo disso o jornal ABC, semanário defensor da Pátria, do povo e da Póvoa (de Varzim), que a 1 de Janeiro de 1927, num artigo intitulado “Êxodo” observava:

“Todos aqueles que ainda em si albergam uma réstia de sentimento próprio, encontram-se de há tempos para cá, altamente alarmados com a pavorosa emigração com que o

nosso país se vê a braços.

[...]

Digamos urgentemente, porque Portugal vai-se despovoando vertiginosamente, e para disso certo ficarmos basta dar-nos ao cuidado de somar diariamente as centenas de emigrantes que os jornais acusam quase que a medo, pois na verdade faz medo ou causa profunda mágoa atentar-se no respectivo quantitativo. É claro que tudo isso há-de fatalmente fazer-se sentir dentro em breve, porque são energias que nos falham, é o trabalhador que nos despreza e, indo mais longe, é o português que se enfadou de o ser e tanto que se faz acompanhar de toda a sua família com a convicção arreigada de jamais voltar à sua pátria que ele julga sumamente ingrata.”

Uns dias mais tarde (a 24 de Janeiro), o Progresso, semanário do Partido Republicano Português na Póvoa de Varzim corroborava:

“Continua o êxodo da população; cada dia que passa é assinalado pelo desfalque das nossas ricas energias produtoras.

É um sintoma aterrador.

Não é só um mau ano agrícola que provoca esse êxodo. É o desalento que nos invade. E esse desalento é o reflexo de muitos anos acumulados; é a agonia moral dum povo, agonia que é sempre seguida de perto pela ameaça de morte da sua independência.

Raro é o dia em que um navio de emigrantes não enche nos nossos portos o seu bojo lúgubre de carne de trabalho que vai estiolar longe do seu lar, numa tortura de nostalgia e de miséria.

Quantos vão? Quantos regressam?

As diferenças entre os que vão e os que voltam são a carne do martírio do povo, que estiola de inércia de ignorância.

Fala-se em medidas energicas que diminuam esse êxodo...

Mas que medidas...”

É que muitas disposições publicadas à altura tinham-se revelado completamente ineficazes, embora muitos dos critérios e conceitos estabelecidos tenham vindo a servir de fonte de inspiração aos legisladores

posteriores!

Mas o que dizia afinal a legislação?

Pelo decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919, era “proibida a excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou colectivo dos emigrantes (...)”, sendo “os agentes de emigração” obrigados “a realizar com cada um dos emigrantes aliciados um contrato escrito”.

Pelo mesmo decreto era proibida a emigração:

“1.º - Aos indivíduos maiores de sessenta anos que pretendam partir espontaneamente sem vínculo de trabalho;

2.º - Aos que padeçam de doença ou enfermidade que os impossibilite de trabalhar para angariar os meios necessários à sua subsistência;

3.º - Às mulheres solteiras, menores de vinte e cinco anos, não sujeitos ao pátrio poder ou tutela quando, por não serem acompanhadas de seus pais, tutores, parentes ou pessoas respeitáveis, se suspeite fundamentadamente que podem ser objecto de tráfico desonesto;

4.º - Aos que, sem acordarem com a autoridade e assistência competente, deixem no país filhos menores;

5.º - Aos menores de 14 anos desacompanhados dos pais ou tutores ou pessoas respeitáveis a quem aqueles os entreguem.”

O decreto n.º 11 300 do Ministério da Guerra (trata de licenças militares, taxas e cauções), de 30 de Novembro de 1925, não permite “aos mancebos maiores de 14 anos e menores de 20, ainda não incluídos no recenseamento militar dos 20 anos (...) [a obtenção de passaporte] para se ausentarem do continente, ilhas adjacentes e colónias, para o estrangeiro”, nem a matrícula “como tripulantes de navios estrangeiros com destino a portos estrangeiros, sem que apresentem a respectiva licença militar”.

Como se explica a falta de exequibilidade desta legislação, verificável no elevado número de emigrantes já referido, nomeadamente para o país de eleição que continuava a ser, sem qualquer dúvida, o Brasil?

Como se explica que, apesar da oposição de alguns à emigração em geral ou à emigração em particular para o Brasil e defesa do seu “desvio” para África¹, ela mantenha números tão elevados?

¹ José Pequeto Rebelo, partidário do Integralismo Lusitano e grande latifundiário, afirmara, em resposta a Ezequiel de Campos, economista ligado à esquerda democrática, autor de um projecto de reforma agrária (considerava este que a emigração permitia encobrir a questão agrária) que a emigração brasileira “é um facto espontâneo da nossa condicionalidade demográfica e social” defendendo uma melhor preparação do emigrante e em lugar da expropriação dos incultos alentejanos, sugerira o encorajamento da emigração para África. Ali “poder-se-ia expropriar os negros!” (in PEREIRA, Miriam Halpern – A política portuguesa de emigração. 1850-1930, A Regra do Jogo, 1961)

O estudo da emigração é inseparável das políticas de emigração e imigração dos países envolvidos. O desencontro de interesses entre Portugal e o Brasil foi um dos factores determinantes na forma de aplicação da política de emigração portuguesa. Assim, enquanto em Portugal se assistia a uma persistente orientação repressiva², o Brasil incentivava a imigração, tendo mesmo a Secretaria da Agricultura do Brasil, desde o princípio do século XX, disposto de um crédito para a propaganda e outras despesas relacionadas com a introdução de imigrantes, distribuindo subsídios aos empresários angariadores de imigrantes.

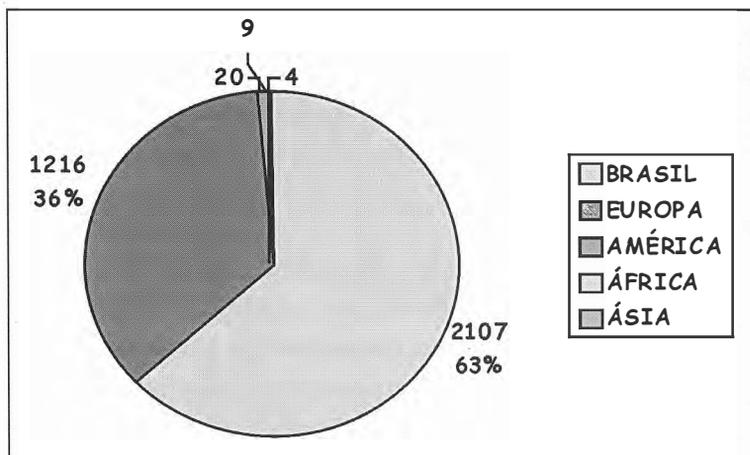
A política de imigração brasileira definira-se, desde as origens do país até à grande depressão de 1930, por um forte incentivo do aumento populacional, face às enormes áreas despovoadas e à necessidade de as ocupar e explorar. Daí que, apesar de toda a política repressiva portuguesa já referida, o Brasil continue a ser o destino de excelência do emigrante português no 1.º semestre de 1926, a julgar pelos registos de passaporte consultados. É o que podemos confirmar pela leitura do Quadro n.º 2 e Gráfico n.º 1 seguintes.

Quadro n.º 2
Distribuição dos emigrantes por destino

DESTINOS	N.º EMIGRANTES	%
BRASIL	2.107	63
EUROPA	1.216	36
AMÉRICA	20	<1
ÁFRICA	9	<1
ÁSIA	4	<1
TOTAL	3.356	100

2 A orientação repressiva não se traduzira, porém, numa tentativa de resolução de grandes problemas estruturais que permitisse integrar a mão-de-obra excedentária no mercado de trabalho nacional. O cerceamento da emigração não a obstruiu, apenas provocou o seu encarecimento e aumentou a clandestinidade. Este condicionalismo exercia uma filtragem da emigração que determinava a sua composição predominantemente masculina e jovem.

Gráfico n.º 1
Distribuição dos emigrantes por destino



Verificámos que, num total de 3 356 emigrantes a partir do Governo Civil do Porto, o Brasil ocupa ainda um lugar de eleição na emigração portuguesa (63%), seguido da Europa (36%), sendo os outros três continentes referidos pouco escolhidos (< 1% cada).

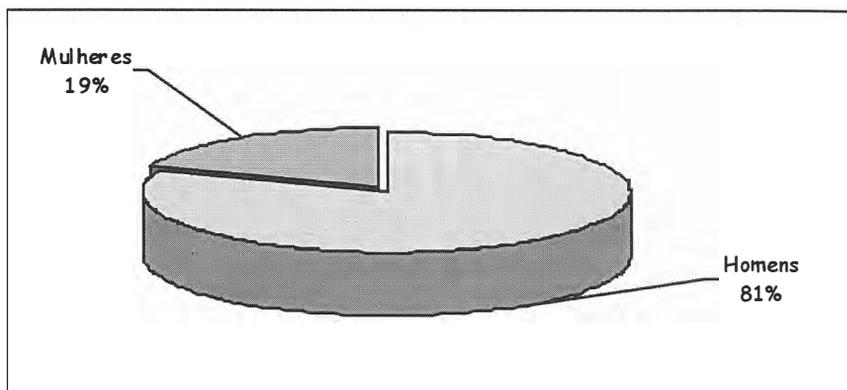
No que se refere à emigração por sexos, verificámos que, em 2 107 emigrantes, 1 702 eram do sexo masculino e 405 do sexo feminino, pelo que se conclui que, em cada 100, 81 eram do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Temos, pois, uma saída fortemente desproporcionada de indivíduos quanto ao sexo, dada a pouca mobilidade da mulher durante este período.

Quadro n.º 3
Proporção da emigração por sexos

SEXO	Nº EMIGRANTES	%
MASCULINO	1.702	81
FEMININO	405	19
TOTAL	2.107	100

Gráfico n.º 2

Representatividade do sexo masculino e feminino



No que se refere ao estado civil, a emigração neste primeiro semestre privilegiou os casados (55%), revelando também os solteiros valores consideráveis (39%). Encontramos 4% dos emigrados sem referência ao estado civil.

Quadro n.º 4
Emigração por estado civil

ESTADO CIVIL	Nº EMIGRANTES	%
CASADOS	1.163	55
SOLTEIROS	819	39
VIÚVOS	38	2
DIVORCIADOS	6	-
Sem indicação	81	4
TOTAL	2.107	100

Gráfico n.º 3
Representatividade por estado civil

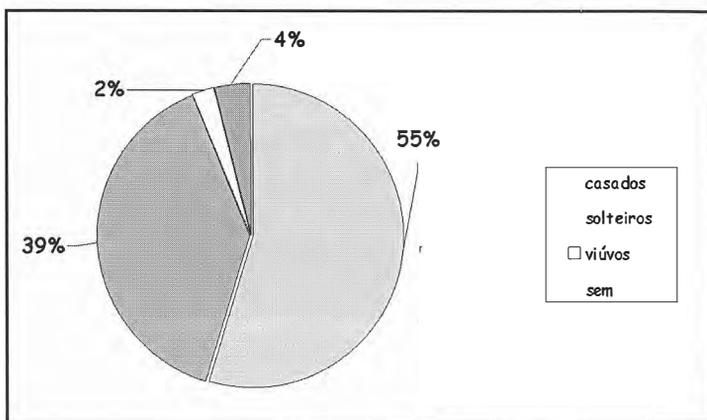
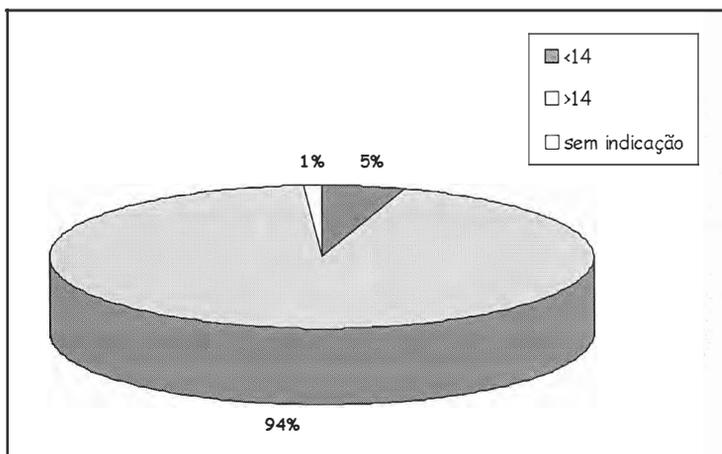


Gráfico n.º 4
Distribuição dos emigrantes por grupos de idades



Pelo gráfico, verificamos que a percentagem de menores de 14 anos é muito reduzida, contrariamente ao que era vulgar no século XIX, quando era considerada uma mão-de-obra barata. A explicação poderá, em parte, estar no decreto n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919, que proibia a emigração “aos menores de 14 anos desacompanhados dos pais ou tutores ou pessoas respeitáveis a quem aqueles os entreguem”.

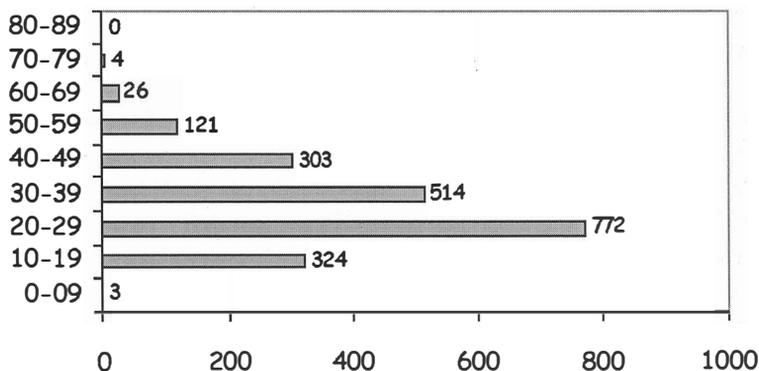
Quadro n.º 5

Distribuição dos emigrantes por grupos de idades

IDADES	N.º EMIGRANTES	%
0-09	3	<1
10-19	324	15
20-29	772	37
30-39	514	24
40-49	303	14
50-59	121	6
60-69	26	1
70-79	4	<1
80-89	0	<1
Sem indicação	40	2
TOTAL	2.107	100

Gráfico n.º 5

Distribuição dos emigrantes por grupos de idades



Poder-se-á concluir, através do quadro e do gráfico anteriores, que predominam fortemente, na emigração, as idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos, sendo também muito elevada no escalão 30-39 anos, aparecendo depois o grupo etário 10-19 anos. Com muita fraca representatividade estão os menores de 10 anos e os maiores de 70 anos.

Considerando que 75% dos emigrantes (soma de três escalões) estão entre os 20 e os 49 anos, ou seja em grupos etários produtivos, avalia-se a quebra verificada na mão-de-obra e o empobrecimento da massa populacional e produtiva do país de origem – Portugal.

Quadro n.º 6
Profissões dos emigrantes

PROFISSÃO	N.º EMIGRANTES	%
trabalhador	426	20
doméstica	333	16
lavrador	163	8
negociante	127	6
empregado comercial	124	6
carpinteiro	111	5
proprietário	109	5
pedreiro	79	4
agricultor	77	4
jornaleiro	62	3
outros	496	24
TOTAL	2.107	100

Do total de 2 107 emigrantes, há 136 que não têm indicada a profissão, por razões desconhecidas ou por se tratar de menores de 14 anos, vindo muitas vezes na profissão a indicação de familiar, ou simplesmente por falha do escrivão. Poderíamos também considerar que não têm profissão específica, mas essa situação parece-nos poder ser integrada na designação de trabalhador.

Encontramos 84 profissões/ocupações distintas, pelo que destacamos as 10 mais frequentes, chamando a atenção para o facto de na primeira posição vir a do trabalhador, ocupação indefinida, e em 2.º a de doméstica, para em terceiro lugar, se apresentar a de lavrador, confirmando uma tendência já anterior. Num país predominantemente agrícola e com exportações sobretudo de natureza agrícola, o desfalque produzido pela emigração (visto que esta tendência é comum a todo o país) é muito sensível.

No entanto, para uma melhor análise agrupámos as profissões/ocupações por quatro sectores de actividades: Primário, Secundário, Terciário e Outros (não activos).

Quadro n.º 7

Profissões dos emigrantes agrupadas por sectores de activ

PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	NÃO ACTIVOS
trabalhador	carpinteiro	negociante	doméstica
lavrador	pedreiro	Emp.comercial	estudante
proprietário	marceneiro	comerciante	doméstico
agricultor	calafate	marítimo	capitalista
jornaleiro	costureira	lavadeira	
seareiro	alfaiate	barbeiro	
serviçal	estucador	brunideira	
	serralheiro	empregado	
	Pintor	actor/ actriz	
	cordoeiro	professor	
	

No primário tivemos uma certa dificuldade em estabelecer os limites das ocupações ligadas à terra, dado que existem expressões, como a de proprietário, difíceis de definir; incluímos aqui também os trabalhadores que não têm uma profissão definida, que vivem do rendimento do trabalho e cuja ocupação, embora podendo exercer-se em diversos serviços, estão normalmente ligados à agricultura, e os serviçais, cuja caracterização nos é também difícil de definir.

No sector secundário englobamos os que tinham uma profissão ligada à construção civil, vestuário/têxteis/calçado e metalurgia.

No terciário incluímos as profissões ligadas ao comércio, transportes, serviços, artes e ensino.

Na classe dos Outros agrupamos os não activos, incluindo aqui os domésticos, homens e mulheres, capitalistas e estudantes.

Quadro n.º 8

Emigrantes por sector de actividade

SECTOR	N.º EMIGRANTES	%
PRIMÁRIO	860	41
SECUNDÁRIO	442	21
TERCIÁRIO	320	15
OUTROS	349	17
S/ind ou familiar	136	6
TOTAL	2.107	100

Partindo desta análise por sector de actividade, concluímos que 41% tinha ocupações no sector primário, 21% no secundário, 15% no terciário e 6% nos não activos. Assim, verificamos que a população emigrante ligada à terra corresponde praticamente ao dobro da ligada ao sector secundário e quase o triplo do terciário. Na classe dos Outros, o grupo dos domésticos ocupa a primeira posição, representando esta ocupação nas mulheres, um total de 82% do universo de 405 elementos.

Analisando a naturalidade, verificamos uma grande dispersão na origem dos emigrantes (125 locais de origem) que partem para o Brasil. Apresentamos apenas os 20 locais de origem de onde houve uma maior mobilidade. Pelo quadro podemos então observar que as zonas de maior emigração se situam no litoral: Póvoa, Porto, Vila do Conde e Matosinhos perfazem 25%, No vigésimo lugar, encontramos indivíduos de naturalidade brasileira que reemigram.

Quadro n.º 9
Naturalidade dos emigrante

NATURALIDADE	Nº EMIGRANTES	%
Póvoa de Varzim	246	11,68
Porto	103	4,89
Vila do Conde	103	4,89
Maia	88	4,18
Matosinhos	81	3,84
Gondomar	77	3,65
Resende	71	3,37
Santo Tirso	69	3,27
Vila da Feira	69	3,27
Baião	65	3,08
Outros	1135	53,87
Total	2107	100,00

Quadro n.º 10
Destinos da emigração

DESTINO	N.º EMIGRANTES	%
Baía	2	0,09
Brasil (sem indicação)	7	0,33
Manaus	92	4,37
Maranhão	1	0,05
Pará	64	3,04
Pernambuco	36	1,71
Porto Alegre	3	0,14
Rio de Janeiro	1534	72,81
S.Paulo	56	2,66
Santos	270	12,81
Vitória	4	0,19
Rio Grande do Sul	38	1,80

Pelo quadro da distribuição da emigração, podemos verificar que o Rio de Janeiro é o destino preferido pelos emigrantes que partiram com passaporte registado no Governo Civil do Porto. Aliás, o Rio foi classificado como sendo a segunda cidade portuguesa, com população portuguesa superior à da cidade do Porto. Santos aparece-nos, embora a grande distância, como segunda preferência; 7 não indicaram um destino concreto dentro do Brasil, o que nos pode levar a concluir que, ou não tinham um destino já determinado ou, tratando-se de reemigração, o emigrante referia apenas que o destino era o Brasil.

Conclusão

É claro que este trabalho sobre a emigração portuguesa neste período é ainda muito incipiente, visto abranger apenas seis meses do ano 1926.

No entanto, verificámos que, apesar da abundante legislação produzida nos finais da década de 20 destinada a dificultar a emigração para o Brasil, da oposição de alguns a essa mesma emigração e da defesa da necessidade de

enviar esses emigrantes para terras de África, ela se mantém elevada em todo o país e concretamente no distrito do Porto.

Estamos perante um tipo de emigrante que, face às agruras de um país em crise e à imagem ainda mantida de um país – o Brasil – onde fazer fortuna era coisa fácil, decide partir. Tratam-se, sobretudo, de emigrantes do sexo masculino, casados, jovens (20-29 anos de idade) e provenientes do litoral norte do país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

LIVROS DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DO PORTO (Arquivo Distrital do Porto)

1926 - Nº 3457

Nº 3458

Nº 3459

Nº 3460

Fontes impressas

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA 1911-1930 (12 volumes)

Lisboa, Ministério dos Negócios da Fazenda, Direcção Geral da Estatística e Próprios Nacionais, Imprensa Nacional

BOLETIM DE EMIGRAÇÃO (1919-1933)

Lisboa, Ministério do Interior/Comissariado Geral Serviços Emigração, Imprensa Nacional

Bibliografia

ARROTEIA, Jorge – *A Emigração Portuguesa: características e perspectivas recentes*. Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa, 1986

LIMA, Adolfo (compilação) – *Emigração. Seu régimen. Passaportes*. Famalicão, 1929

_____ *Atlas da Emigração Portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, 1985 (Série Migrações)

_____ *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação, 1.ª Edição, 1983 (Biblioteca Breve, vol. 79, Série História)

MARQUES, António H. de Oliveira – *A 1ª República Portuguesa (Alguns Aspectos Estruturais)*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª Edição, 1980 (Colecção Horizonte, n.º 13)

PEREIRA, Miriam Halpern – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. A Regra do Jogo, 1961

RIBEIRO, F. G. Cassola – *Emigração portuguesa: regulamentação emigratória: do liberalismo ao fim da 2ª Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo.*, Secretaria de Estado das Comunicações Portuguesas, 1987 (Série Migrações: Política-Relações Internacionais)

SANTOS, Maria Helena C. – *Emigração, uma constante da vida portuguesa*. Edição Faoj, 1978, caderno 11

Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano durante a 1.^a república

*Maria da Conceição Meireles Pereira**

1. Introdução, objecto de estudo e metodologia

Perceber a problemática da emigração portuguesa para o Brasil no período da 1.^a República (1910-1926) é um objectivo complexo e, de momento, de difícil concretização, haja em vista a necessidade de elaboração de vários trabalhos sobre o tema, com diferentes enfoques e baseados em documentação quer portuguesa quer brasileira.

Esta breve investigação, tal como o título indica, visa identificar e interpretar as representações do fenómeno emigratório na imprensa do nordeste trasmontano durante o período cronológico balizado, tendo em consideração duas coordenadas principais:

- a coordenada espacial: trata-se de uma região periférica, raiana, de fraco povoamento, genericamente pobre, de escassas infra-estruturas e profundamente dependente da actividade agro-pecuária, tendo sido duramente atingida pela sangria migratória.
- a coordenada temporal: o primeiro quartel do século XX (correspondente à última década da monarquia e ao período da 1.^a República) representou, a nível nacional, um momento crítico da emigração para a América, fundamentalmente para o Brasil.

Com efeito, o censo de 1920 registou uma população metropolitana e insular idêntica à do anterior censo de 1911: cerca de 6 milhões de

**Investigadora do CEPSE e docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

habitantes. Como defende Oliveira Marques, “só a emigração desfalcara o País em quase meio milhão de indivíduos, o mais alto número de todos os tempos até à data”¹. A estagnação populacional derivava ainda, segundo aquele autor, das epidemias de 1918 e 1919, bem como das baixas provocadas pela Grande Guerra, o que explica que o crescimento demográfico tivesse baixado dos quase 10% de 1900-1911 para pouco mais de 1% na década imediata.

Identificado o tema, apresentam-se alguns aspectos de natureza metodológica. A pesquisa das fontes hemerográficas iniciou-se pelo estudo de cerca de três dezenas de títulos de jornais do nordeste bragançano respeitantes ao âmbito cronológico escolhido (com pequenas incursões nos anos imediatamente anteriores e posteriores) procedendo-se, em seguida, à selecção de meia dúzia de periódicos, predominantemente de Bragança e de Mirandela – sem dúvida, os centros de produção da imprensa mais importante da região –, com o objectivo de analisar a problemática eleita.

Da segunda localidade referida foram seleccionados os semanários *Notícias de Mirandela* (1909-1910), *Correio de Mirandela* (1905-1931) e ainda *Acção Transmontana* (1925-1926). Da capital distrital foram eleitos os periódicos *Distrito de Bragança* (1911), *Notícias de Bragança* (1912-1917) e o *Leste Transmontano* (1920). Este conjunto constitui o acervo hemerográfico mais eloquente sobre a emigração do distrito no período considerado, mas, pontualmente, serão referidos outros órgãos da imprensa trasmontana. Paralelamente, este espólio documental foi sendo estudado com o inevitável apoio de bibliografia geral e específica.

Pretendeu-se indagar e interpretar as diferentes representações do fenómeno emigratório nessa imprensa, através de uma grelha de análise que contempla os seguintes aspectos:

- preocupações suscitadas pelo aumento da emigração nas suas modalidades individual e familiar, portanto abrangendo os dois sexos e diferentes idades;
- conotação positiva/negativa da emigração;

¹ MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Palas Editores, 1976, p. 185.

- razões da emigração;
- confirmação/refutação do “mito da fortuna”;
- o perfil do emigrante trasmontano;
- o estereótipo do “brasileiro de torna-viagem”
- a acção dos engajadores;
- vantagens/desvantagens pessoais e nacionais da emigração;
- estratégias de atracção/dissuasão da emigração;
- a emigração clandestina;
- legislação e intervencionismo estatal;
- soluções regionais para o problema da emigração.

Certo é que, a partir de meados de Oitocentos, quando a emigração portuguesa para o Brasil assumia gradualmente maior expressão, o fenómeno foi objecto de numerosos estudos dos quais ressaltavam abordagens ambivalentes e leituras ambíguas. Os textos oficiais, as opiniões dos articulistas, os estudos dos intelectuais pesavam-lhe os prós e os contras, num exercício nunca terminado e nunca resolvido, referindo-se frequentemente ao fenómeno emigratório numa perspectiva maniqueísta, questionando se era uma coisa boa ou má.

A esta tentação não resistiu Afonso Costa que, em 1911, deu à estampa os seus *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, o texto da dissertação de concurso à cadeira de Economia Política na Escola Politécnica de Lisboa. Se, por um lado, ao referir-se ao processo de expansão/colonização explicava a emigração como “uma necessidade orgânica do povo português”, por outro reconhecia que a emigração portuguesa tomara “nos ultimos annos caracteres realmente alarmantes, não por ella mesma, mas pelo que significava de destruição e quasi morte no organismo económico da nação”². Com isto, pretendia enfatizar a debilidade da política económica

² COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Política da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 73-74.

da monarquia que não fomentara mecanismos de compensação.

Esperava o ilustre republicano que uma nova orientação económica sob o influxo do novel regime viesse retirar à emigração o seu aspecto doloroso e patológico para o tornar normal no quadro da vida da nação. Na sua óptica, a causa da emigração fora a “miséria physiologica” que conferia “o carácter alarmante que as estatísticas nos revelam”, mas reconhecia a contrapartida positiva das receitas que essa prática injectava no tecido socioeconómico português. Assim, explicava:

“Não é o phenomeno em si que é mau; antes, de dentro da desgraça collectiva que a fez multiplicar, a emigração tem ainda virtude para trazer ao organismo nacional o alento das remessas de ouro do Brasil, sem o qual, porventura, não teríamos resistido a tantas provações. O que é mau é o character de violência, de irresistível necessidade, quasi de forçada expulsão que a situação cruel em que se debatia o povo português lhe impôs brutalmente. Já não era uma emigração, mas uma fuga desvairada. Não era um phenomeno económico da vida normal de um povo: era a consequência de uma doença geral, era o exodo para não morrer”³.

É imbuído deste espírito positivista e desta fé republicana que Afonso Costa analisa as estatísticas da emigração entre 1872 e 1909, fazendo corresponder as crises políticas e os desastres económicos da monarquia aos anos críticos da emigração: 1895 representaria o seu ponto culminante. E quanto aos distritos mais sobrecarregados com “o onus migratório” reconhece que Bragança, “com a sua escassa densidade de 28,4, occupa actualmente a cabeceira do rol, pois accusa a percentagem de 16,91”⁴.

Se os números de Afonso Costa não andavam muito afastados da verdade, para mais longe dela o levava o seu credo messianista que obnubilava uma implícita análise prospectiva, no tocante ao que seria a 1.^a

³ COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 75.

⁴ COSTA, Affonso – *Estudos de Economia Nacional. I O problema da emigração. Dissertação de concurso á cadeira de Economia Politica da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 82.

República em matéria de emigração.

Quase quinze anos volvidos, em 1925, na agonia do regime que aquele vulto maior do republicanismo ajudara a implantar e no qual assumira um iniludível protagonismo, um texto do semanário mirandense *Acção Trasmontana* acentuava o “character acentuadamente patológico” da emigração trasmontana, a qual era “factor importantíssimo da nossa decadência económica e dela, em circulo vicioso, derivada”⁵.

Efectivamente, o fenómeno emigratório tem que ser percebido na convergência de vários factores o que evidencia a sua irredutibilidade a análises simplistas. Como realça Miriam Halpern Pereira, há que ter em conta o contexto institucional e, para além dele, toda uma série de aspectos de diferente natureza: “Determinados vectores demográficos e socioeconómicos constituem terreno propício ao desencadear da corrente migratória, a sua ocorrência não constitui porém uma derivada simples, mas um fenómeno combinatório complexo”⁶.

2. A Imprensa de Mirandela

Neste contexto, não surpreende que a imprensa do nordeste trasmontano incida na problemática emigratória, face ao seu crescimento alarmante e, de um modo geral, realce os seus aspectos mais negativos, numa tentativa de dissuadir uma prática que é representada como um acto de desespero e de loucura, cuja inevitabilidade é questionada⁷. Aliás, desde meados de Oitocentos, quando a emigração para o Brasil ganhou uma expressão até aí inédita, a imprensa não se demitiu da sua função de

⁵ T. N. – *Necessidades do Distrito de Bragança*. “Acção Trasmontana”, Mirandela, n.º 4, 5 de Fevereiro de 1925, p. 1. O autor do artigo era um dos directores do periódico, Luís Teixeira Neves. Curiosamente, este semanário republicano era apoiante do partido de Afonso Costa.

⁶ PEREIRA, Miriam Halpern – “Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)”, in *Actas do Colóquio Internacional Emigração / Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 9.

⁷ Apesar de esta temática marcar presença nos periódicos mirandenses que a seguir se analisam, outros houve que não se deixaram sensibilizar pela questão emigratória como é o caso do semanário *Aurora do Tua*, publicado entre 1909 e 1911.

⁸ CRUZ, Maria Antonieta – *Do Porto para o Brasil: a outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense*. “Revista de História”, vol. 11, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1991, p. 185-192.

denunciar o lado negro dessa prática⁸.

Nos finais de 1909, um editorial do *Notícias de Mirandela* – a vários títulos paradigmático – introduzia a matéria apontando o número crescente de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades que ano após ano deixavam o concelho rumo ao Brasil, “cheios de seducções (...) e lá vão a esforçar-se n’uma luta inclemente de canceiras e de penosos trabalhos, voltando quasi sempre com a saúde perdida e mais miseráveis de que quando partiram”. E tudo isto por uma razão simples: “O Brasil já foi Brasil (...). Hoje muda o caso de figura”.

Com efeito, esta é a mensagem dominante. Tempo houve em que os portugueses que para lá iam trabalhar “facilmente conseguiam acumular algumas centenas de mil réis com que, felizes, regressavam à pátria querida”. Agora, as facilidades são uma miragem enganadora, por duas razões principais: a vida no Brasil tornou-se caríssima; a concorrência de outros emigrantes que possuem maior grau de instrução tornou-se esmagadora, ficando os piores empregos, quando se arranjavam, para os portugueses. Este era, aliás, o melhor cenário, já que a maioria deparava-se com o desemprego total, arrastando-se na miséria e na doença, almejando aquilo que não podiam pagar: a viagem do regresso.

Pedagogicamente, o articulista ilustrava a sua teoria de que “o Brasil já não é o que foi” citando exemplos de dor e miséria narrados nas cartas que os emigrantes enviavam às famílias, nos relatos contados na primeira pessoa pelos afortunados que conseguiram regressar, e terminava com a história de “uma pobre velha” debilhada em lágrimas que ele próprio encontrara num lugar do concelho. Chorava o filho que com dez companheiros e contra a vontade da mãe partira há cerca de um ano para o Brasil, que já lhe matara o marido, e só agora recebera carta dele, narrando os maiores horrores em que ressaltavam os tormentos da viagem em condições piores do que se fora degredado e os primeiros meses de trabalho árduo sem “embolsar um real” para pagar a viagem aos contratadores. As últimas palavras da mãe desesperada, real ou ficcionada (não o saberemos), coroavam a tese do jornalista:

“E olhe, senhor, o meu filho que por lá ha-de acabar tristemente os seus dias, ou que por ahí me chegará miseravel e doente, tinha aqui sempre onde ganhar a jorna. Era pouco, mas chegava para viver alegre e satisfeito ao pé da família”⁹.

Este texto jornalístico, clara e pedagogicamente dissuasor da emigração, utiliza inclusive encenações dialogais com o objectivo de desmontar o “mito da fortuna” ligado à emigração; apelava-se à permanência no país ainda que em condições de pobreza, no limiar da sobrevivência, mas o “mito da fortuna” estava tão fortemente radicado na sociedade portuguesa¹⁰ que era necessário destruir o mito que lhe estava subjacente, o “mito Brasil”.

O editorial que este jornal apresenta em Junho do ano seguinte, também com o título *Emigração*, evidencia o espectáculo “commovedor” que era o de ver partir “para o Rio de Janeiro centenaes de braços roubados á agricultura, ao commercio e á industria”, correndo-se o risco de desertificação de aldeias inteiras. Quais as suas causas? A falta de trabalho, as precárias circunstâncias do proletariado? O articulista acreditava que não; segundo ele a causa verdadeira era a ignorância absoluta que grassava nas classes trabalhadoras, afirmando:

“Bastava que o povo tivesse as mais rudimentares bases de instrucção, para que elle se não deixasse arrastar e enganar por essa turba de engajadores que enchamêam o paiz e mui principalmente a nossa província que a cada momento lhe impedem o passo para lhe annunciarem a passagem gratuita para o Brazil.

(...) A ignorância, portanto, é o principal motor d’esse grande mal que nos afflige, e aos governantes é que cabe toda a responsabilidade por não acabar de vez com essa raça de engajadores”.

Entende este articulista que não se esperava do Governo a proibição

⁹ *Emigração*. “Noticias de Mirandela”, n.º 22, 17 de Novembro de 1909, p. 1.

¹⁰ PEREIRA, Miriam Halpern – “Liberdade e Contenção na Emigração Portuguesa (1850-1930)”, in *Actas do Colóquio Internacional Emigração / Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 10.

da emigração – a violação dessa liberdade que o regime constitucional havia consagrado muito raramente é defendida, como veremos – mas reivindicava a interdição da “grande e escandalosa propaganda que todos os dias fazem certas agencias de alliciadores em favor da emigração”.

A tónica deste texto incide, pois, na reclamação da perseguição governamental aos “contratadores de carne humana” que continuam “impunemente no seu mister ignominioso” e às suas “agencias que regorgitam como cogumelos venenosos por toda a parte”. Outra vertente moral aqui apontada, apesar de forma mais discreta, refere-se às mulheres dos emigrantes que, para alimentarem os filhos são obrigadas a “transpor os humbraes da podridão e do vicio”¹¹.

O *Correio de Mirandela* foi um dos semanários mais relevantes daquela vila, e ao longo da sua duração (1905-1937, com interrupções) podem recensear-se diferentes representações da emigração, algumas delas originais no panorama da imprensa do nordeste trasmontano.

A propósito de um artigo publicado num jornal brasileiro por um português radicado nesse país que reclamava do seu Governo uma lei regularizadora da emigração, o *Correio de Mirandela* publicou o editorial *Os emigrantes Portuguezes*, em Julho de 1909. Este texto desaconselhava vivamente a promulgação de uma lei contrária à emigração, a qual via como erro social e um perigo económico. Embora acreditando que a emigração actua em termos gerais, “benéfica ou malevolamente, segundo as circunstancias sociaes em que se produz”, o articulista enfatiza que a emigração portuguesa para o Brasil “dá-nos hoje amplos recursos, sobejamente compensadores” e, se já foi prejudicial em outros tempos, “constitui hoje uma das nossas fontes de riqueza”. Sublinha ainda que países mais avançados como a Itália e Alemanha fomentavam a emigração através de uma cuidada orientação e instrução dos seus emigrantes o que deixava os emigrantes portugueses em evidente desvantagem. Por isso acusava os poderes públicos nacionais de “criminoso desleixo” por permitirem que a emigração se produzisse em “circumstancias deploraveis”, sem qualquer

¹¹ *Emigração*. “Noticias de Mirandela”, n.º 36, 15 de Junho de 1909, p. 1.

preparação desse “importante benefício” para a economia nacional. Assim, se não fosse possível, como na Alemanha, criar “escolas praticas de colonisação”, pelo menos dever-se-ia fazer “no ensino primario alterações n’este sentido (...) preparando os emigrantes para uma luta gloriosa e compensadora”¹².

Outra curiosa representação da emigração, que assume perspicuos contornos racistas, é feita no artigo *Acordo luzo-brazileiro*, o qual se encontrava em fase de estudo pela Sociedade de Geografia de Lisboa e que o articulista defendia ardentemente em matérias de índole material e intelectual, prevendo efeitos benéficos para os dois países. Na sua opinião, esse pacto representaria para Portugal um estímulo de ressurgimento moral e económico mas, para o Brasil, não deixaria de “ser também de incontestável utilidade pratica e de seguros effeitos para evitar uma desnacionalisação e uma adulteração de raça que a emigração crescente de elementos oriundos de nacionalidades absolutamente heterogéneas com a brasileira torna eminente”. Na sua óptica, tais cruzamentos causariam, num futuro não muito remoto, perturbações que jamais poderiam resultar de um “maior estreitamento de relações de toda a ordem entre os dois povos d’aquem e d’alem Atlântico”¹³.

Por sua vez, e confirmando a originalidade destes textos do *Correio de Mirandela* na viragem da Monarquia para a República, registre-se o editorial elucidativamente intitulado *Porque não há dinheiro (sem o vil metal não progresso)*. Abordando a questão da penúria de capitais em Portugal, este artigo evidenciava um traço mental do país: é vergonha enriquecer. Neste contexto, traçava o perfil dos emigrantes para o Brasil: “Campónios de 13 a 16 annos, quasi analphabetos uns e outros inteiramente, e, portanto incompetentes. Por sua culpa? Não. Por culpa do seu paiz, que não os ensinou nem a ler nem a trabalhar”. Apesar disso, alguns conseguiam fortuna, sempre relativa. Quanto às grandes fortunas, eram excepção e raramente regressavam a Portugal para fugir ao estigma de “brasileiros”,

¹² *Os emigrantes Portuguezes*. “Correio de Mirandella”, n.º 125, 27 de Julho de 1909, p. 1.

¹³ *Acordo luzo-brazileiro*. “Correio de Mirandella”, n.º 135, 16 de Novembro de 1909, p. 1.

optando pelo estrangeiro ou por permanecer no Brasil. O texto termina com o lamento previsível:

“Assim, milhares e milhares de contos que podiam estar em movimento, em Portugal, ficam no Brasil.

Porquê? Porque é uma vergonha, quasi um crime, ser rico em Portugal.

Que o povo se convença de que não há nada mais útil para os pobres do que haver ricos.”¹⁴

Desta forma irónica e algo desconcertante, o artigo contraria, quiçá para reforçar a sua veemência e actualidade, o mito do retorno articulado com o mito da fortuna brasileira cujas raízes remotas mergulhavam no passado colonial português.

Saliente-se, desde já, que os periódicos do nordeste bragançano não são pródigos em representações do “brasileiro de torna-viagem” que a literatura portuguesa versara com alguma frequência e verrina¹⁵. Com efeito, tais representações constituem, no panorama da imprensa bragançana deste período, uma excepção¹⁶.

Mas, em 1912, o registo do *Correio de Mirandella* altera-se, assumindo uma postura de preocupação e consternação relativamente à emigração. Aparentemente, o motivo é o mau ano agrícola associado a intempéries que provoca a carestia e a sangria emigratória. Os editoriais reflectem esta situação e reclamam a intervenção do Estado, não para proibir a emigração, mas para acudir aos trabalhadores com medidas que assegurassem remunerações dignas, protecção fiscal, acesso aos bens de primeira necessidade, enfim, um programa que obstasse à miséria que levava à emigração “que está comprometendo os grandes interesses do paiz”¹⁷. Mais para o fim do ano, outro editorial alertava para a excessiva emigração a nível nacional, pintando o êxodo a negras tintas:

¹⁴ A. d’Al – *Porque não há dinheiro (sem o vil metal não há progresso)*. “Correio de Mirandella, n.º 169, 14 de Dezembro de 1911, p. 1.

¹⁵ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *Entre Portugal e Brasil: ficções e realidades* in “Os Brasileiros de Torna-Viagem. Catálogo da Exposição”, Lisboa, C.N.C.D.P., 2000, p. 213-217.

¹⁶ Como exemplo dessa excepcionalidade, refira-se um texto publicado no semanário “A Pátria Nova”, Bragança, n.º 9, 25 de Março de 1908.

¹⁷ *Emigração*. “Correio de Mirandella”, n.º 176, 19 de Abril de 1912, p. 1.

“Famílias e famílias inteiras abandonam o solo pátrio, n’uma grande parte inculco, procurando, sobretudo na América do Sul, a sua subsistência.

São homens, mulheres e até crianças, que abandonam a pátria n’uma vertigem de desorientados que causa horror”.

O perfil do emigrante é aqui reiterado: analfabeto ou mal instruído. Insiste-se que é a ignorância que atrofia o povo pelo que o artigo conclui reivindicando a instrução e a educação como a prioridade nacional¹⁸.

Em 1914, o tema voltava à página nobre do jornal, alertando-se para o despovoamento da nação e insistindo-se que a causa da emigração não podia ser a ambição da riqueza mas a necessidade absoluta, a experiência da fome e da miséria, a certeza de não encontrar na pátria a subsistência. Daí as acusações ao poder central que absorvia os dinheiros públicos e inibia o desenvolvimento regional. A reivindicação da intervenção governamental torna-se mais frequente:

“Cumpre á Republica obstar á emigração, não prohibindo-a, porque seria um crime revoltante proibir quem tem fome de tratar de angariar meios de combate-la; mas por meios de sensatas medidas de fomento que facilitem a expansão da actividade individual e, por consequencia, da riqueza pública”¹⁹.

Não obstante, a simpatia e compaixão pelos emigrantes que o jornal vinha demonstrando podiam ser circunstancialmente quebradas, nomeadamente por razões políticas. Correndo o rumor que a colónia portuguesa do Brasil alimentava movimentos anti-republicanos, exprime-se indignação por aqueles que mais deviam defender a república já que fora a monarquia que os levou à emigração. Criticavam-se os “ex-laponios” que a monarquia agraciava com o título de comendador mediante uma espórtula avultada; agora, só podia ser “a megalomania e não outro motivo, a causa determinante do movimento conspirateiro que, contra a Republica

¹⁸ *Emigração*. “Correio de Mirandella”, n.º 194, 27 de Setembro de 1912, p. 1.

¹⁹ *Emigração*. “Correio de Mirandella”, n.º 245, 11 de Abril de 1914, p. 1.

²⁰ *Magalomanos*. “Correio de Mirandella”, n.º 246, 26 de Abril de 1914, p. 1. Independentemente das “razões de queixa”, aliás não especificadas pelo jornalista, as colónias de portugueses no Brasil demonstraram, com alguma frequência, as suas simpatias monárquicas; por exemplo, logo nos inícios de 1911 foi fundado, no Rio de Janeiro, o periódico *A Monarquia Portuguesa*.

Portuguesa, os portugueses degenerados, residentes em terras brasileiras, forjaram e pretenderam levar a cabo”²⁰.

Todavia, as referências seguintes à emigração incidem em dois pontos fulcrais: as penosas condições dos emigrantes portugueses no Brasil e a desertificação do país. A primeira mensagem é passada pela forma epistolar, com o impacto que o relato na primeira pessoa produz. É o caso da carta datada de 29 de Fevereiro de 1914 e assinada pelo pseudónimo Reiarconi, um putativo ex-emigrante no Brasil que se sente impelido a narrar as cenas de horror que lá presenciou, no intuito de desmotivar os compatriotas a trocar a miséria da pátria pela miserável e faminta morte lenta em terra estranha. Insistindo na concorrência dos emigrantes estrangeiros mais bem preparados e na reduzidíssima percentagem de portugueses que singram no Brasil, este texto apela veemente à permanência no país²¹.

Não menos expressivo é o texto de 1920 que ocupava quase toda a primeira página e sugestivamente se intitulava *Grito de alerta! Os portugueses na América. Para ser lido com atenção por quantos pensam em emigrar*. Referia-se à avalanche de emigração para o Brasil e Estados Unidos que urgia travar, “não só porque essas centenas de criaturas que todos os mezes deixam o paiz fazem falta aos campos e ás oficinas, mas porque vão soffrer em terra estranha todas as amarguras e todas as desgraças”. Por outro lado, dava conta dos apelos que diariamente chegavam do Brasil, solicitando ao jornal que desaconselhasse todos quantos pretendiam partir, bem como da incapacidade dos cônsules de vários estados para acudir a todos quantos pediam trabalho ou repatriamento. Um outro motivo dissuasor aqui evocado, mas menos recorrente nos textos compulsados, é a crescente “campanha nativista” que, inevitavelmente, se repercutia no relacionamento entre portugueses e brasileiros. O texto terminava com idênticas considerações sobre a emigração lusa nos E.U. e a publicação de uma carta pungente de um emigrante em New Bedford²².

Alguns anos mais tarde, em plena ditadura militar, o editorial *Portugal despovoa-se* reincidia em tópicos já conhecidos: a emigração era

²¹ *Abandonar a Pátria... Porquê?...* “Correio de Mirandella”, n.º 254, 25 de Outubro de 1914, p. 2.

²² *Grito de alerta! Os portugueses na América. Para ser lido com atenção por quantos pensam em emigrar*. “Correio de Mirandella”, 2ª série, n.º 25, 28 de Dezembro de 1920, p. 1.

uma calamidade e um flagelo, o emigrante partia mal preparado para o comércio e a indústria só conseguindo trabalho, como “animal de carga”, na agricultura, enfim, partiam cheios de ilusões e iam “afinal para o grande matadouro”. Ao aspecto humanitário, aliavam-se, as razões de Estado: “É indispensável acabar com esse horror, que despovoou os campos, definha a raça e longe de nos enriquecer, nos atira seguidamente para a miséria”. O artigo preconiza a melhoria geral das condições de vida e, se isso não bastasse, o desvio da emigração “para as colónias de África, para a terra portuguesa, onde o português pisará o solo da sua Pátria”. O artigo termina com um apontamento diplomático, não despidendo, dada a conjuntura política:

“De qualquer modo o que é preciso é acabar com esse pavoroso espectáculo de verdadeiras levas de condenados as quais o Brasil embora nação amiga, não pode dar felicidade.”²³

Aliás, neste ano de 1928, a questão da emigração preferencial para a África portuguesa colocou-se com alguma acuidade nos diversos círculos nacionais devido à circular do General Craveiro Lopes, comandante militar do Porto, a qual não só fazia a propaganda daquele destino emigratório como realçava os “perigos” em que incorriam os emigrantes que se dirigiam para o Brasil. O *Portugal Ilustrado*, periódico luso do Rio de Janeiro, publicou em Outubro um artigo sobre o assunto que procurava atenuar aquilo que parecia ser uma campanha do Governo, afirmando que era contra a acção “traíçoeira do engajador e não contra o Brasil, que se dirigem as frases da circular”²⁴.

Terminando a análise deste semanário, impõe-se referir que, para além dos artigos, a omnipresente temática da emigração para o Brasil faz-se

²³ *Portugal despovoou-se*. “Correio de Mirandella”, 2ª série, n.º 151, 10 de Julho de 1928, p. 1.

²⁴ SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850-1938*, Rio de Janeiro, Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, 1992, p. 23-24.

²⁵ Sob o título *Passagens para o Brasil*, o negociante António Aires Esteves participa ao público que é agente geral de todas as companhias para todos os portos do Brasil e de África e que “concede passagens por preços limitadíssimos”, além de que se incumbem “de todos os papeis e dá os esclarecimentos precisos”, devendo os interessados dirigir-se ao próprio, na Praça Nova, barracas n.º 9 e 10, em Mirandela. Este anúncio aparece com frequência, ora na primeira ora na segunda página do jornal, nomeadamente no n.º 109, de 27 de Fevereiro de 1909, p. 1.

também sentir nas secções de notícias e anúncios. Ora é a informação sobre as facilidades de obtenção de passagens para aquele país²⁵, ora sobre os passaportes emitidos pelo Governo Civil de Vila Real²⁶, ora ainda a publicidade sobre serviços procuratórios com sede no Rio de Janeiro e com sucursais em Mirandela e Mogadouro²⁷.

Também publicado em Mirandela mas com redacção e administração em Macedo de Cavaleiros, o semanário *O Macedense* foi publicado entre Novembro de 1909 e Maio do ano seguinte. Dos escassos vinte números publicados, um houve que preencheu o seu editorial – *Ao povo do districto* – com uma extensa reflexão sobre a miséria que grassava na região: o abandono e desertificação eram, evidentemente, explicados pela emigração²⁸.

3. A Imprensa de Bragança

Na imprensa da capital de distrito a problemática da emigração assume uma vincada expressão, pese embora passe à margem de alguns títulos²⁹, sendo regra geral apresentada como prejudicial à região e ao país. Apesar de ter sido feita uma selecção dos periódicos para análise, pode afirmar-se que os vectores dominantes aqui apresentados são comuns aos restantes jornais.

O quinzenário *Districto de Bragança*, publicado em 1911 com o subtítulo *Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança* e distribuído gratuitamente, abordou detalhadamente a questão pela pena de

²⁶ “Correio de Mirandella”, n.º 207, 7 de Fevereiro de 1913, p. 3.

²⁷ “Correio de Mirandella”, n.º 276, 22 de Janeiro de 1916, p. 2; n.º 278, 10 de Fevereiro de 1916, p. 3. Trata-se da empresa de Ernesto Gomes de Castro.

²⁸ “O Macedense”, n.º 6, 19 de Dezembro de 1909, p. 1.

²⁹ É o caso de “Distrito de Bragança” (1907); “O Concelho de Bragança” (1911); “Notícias do Nordeste” (1910-1911); “O Sorrir da Mocidade” (1910); “A Verdade” (1910-1912). No entanto, outros periódicos brigantinos que neste estudo não são analisados contêm abordagens à temática da emigração como: “Gazeta de Bragança” (1900-1910); “O Nordeste” (1900-1910); “Alerta” (1907-1908); “Ilustração Trasmontana” (1908-1910); “Jornal de Bragança” (1910-1911); “A Pátria Nova” (1908-1915); “O Montanhês do Norte” (1912-1913); “Legionário Trasmontano” (1914-1917); “O Trasmontano” (1915-1917); “O Bragançano” (1919). Cf. MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes – *A Emigração do Distrito de Bragança (1910-1920). Uma Análise Regional*, Porto, vol. 1, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

Manuel Suzano na secção “Interesses do Districto de Bragança”. Ressalta destes cinco estudos a esperança na república para beneficiar a província mais inculta, mais pobre e mais atrasada do país, segundo palavras do autor, e na qual ele detectava um magno problema – a emigração. Não obstante a abordagem revelar uma certa preocupação científica (fundamentação estatística, recurso a autores consagrados, etc.), o articulista não deixa de percepcionar o fenómeno como um problema humanitário, pintando o drama dos emigrantes com as mais negras cores:

“É assim que a emigração é aterradora pelo numero, e vergonhosamente miseravel pelas pessimas condições dos emigrantes, que partem falhos de recursos materiaes, e destituídos de conhecimentos práticos que lhes aproveitem nos paizes a que se destinam. Vão perfeitamente á aventura, desconhecendo a sorte que os espera e o trabalho de que terão que lançar mão. Não sabendo lêr, nem sequer conhecem qualquer officio, cujo mister possam exercer lucrativamente!

O que espera taes emigrantes?

A fome, a miséria, a doença, e por fim a morte! Terrível dilemma! Ou morrer de fome e miséria, lentamente, n aterra onde nasceram, ou fallecerem abandonados n’um paiz longínquo, mas onde, ao menos, não vêem os soffrimentos, nem ouvem os lamentos dos mesmos males, soltados pelos seres que lhes são caros! Triste, mas fatal compensação!”³⁰

Na prestação seguinte, Suzano indaga as motivações da emigração e contraria o “mito da fortuna”:

“Ha quem admitta que a sedução das riquezas, a ambição de melhores gosos e distracções, e as mirabolantes phantasias que ouve contar referentes a outras paragens, são a única, se não a principal causa do exodo rural. Puro engano!

O camponez emigra com reluctancia e somente por extrema necessidade.

(...) A ambição, portanto, não é o móbil que mais influe nos

³⁰ SUZANNO, Manoel – *Interesses do Districto de Bragança*. “Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”, n.º 4, 25 de Fevereiro de 1911, p. 2.

emigrantes, e, se alguns obedecem a esta instigação, constituem uma insignificante minoria que não influe grandemente nos números acusados pelas estatísticas, não seguem a direcção do maior número, e até, em geral, não permanecem muito tempo ausentes, nem taes ambiciosos são, por via de regra, os mais aptos para um trabalho aturado n'outros climas, em regiões distantes; e, de mais, só difficilmente se fixam, d'uma maneira definitiva, longe da terra natal”.

Apesar destas considerações, o autor admite haver excepções, organismos robustos e inteligências perspicazes que alcançam a prosperidade, mas não são esses exemplos raros que se propõe estudar. E o seu estudo incide justamente nas causas do atraso da província (falta de capitais, proprietários pequenos, rotinas esterilizantes, instrução deficiente ou nula, ausência de espírito associativo, etc.), explicando que a emigração era facilitada por motivos diversos: a crescente rapidez e economia dos transportes, a sedução por maiores lucros, a aceitação de tipos de trabalhos que o “amor-próprio” não permitia aceitar na terra natal, a preferência pela miséria longínqua em vez da constante falta de trabalho e salários insignificantes. Em summa, a sorte dos emigrantes era bem avara, acrescento-lhe a falta de protecção oficial³¹.

No terceiro estudo, Manuel Suzano analisa as estatísticas oficiais, servindo-se inclusivamente do trabalho de Afonso Costa, mas acrescentando que a situação do distrito de Bragança “é bem mais grave do que a prevista” por aquele autor. Não admitindo a possibilidade da proibição ou até da limitação da emigração, o autor entendia que ela devia ser reduzida “às suas justas proporções”, isto é, os potenciais emigrantes deviam ser instruídos e elucidados sobre as mais diversas questões relativas aos países de destino³².

A questão demográfica é o tema do seu artigo seguinte, ressaltando que “é fatal o despovoamento do distrito”; assim, denuncia a emigração

³¹ SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. Questões Sociaes*. “Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”, n.º 6, 15 de Março de 1911, p. 2-3.

³² SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. II Questões Sociaes. Emigração*. “Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”, n.º 7, 1 de Abril de 1911, p. 3.

clandestina praticada em grande escala pelos portos espanhóis e reivindica a promulgação de medidas com vista à melhoria das condições de vida dos “trabalhadores agrícolas, e dos pequenos proprietários ruraes, que são as classes que fornecem o maior contingente à emigração, isto a fim de se evitar o despovoamento da região”³³.

O último estudo de Manuel Suzano sobre matéria emigratória encerra o lamento generalizado por um distrito desprezado pelos poderes centrais e devastado pela emigração pois nenhum outro sofria efeitos tão desastrosos, nem os que tinham taxas de emigração mais elevadas já que o crescimento fisiológico compensava o êxodo. Nesta conformidade, recomendava a elaboração de um inquérito rigoroso e completo à situação do distrito que pudesse sustentar uma política concertada e não a adopção de medidas isoladas.

Apesar de estas análises abrangerem os mais diversos aspectos, deve realçar-se a relevância que Suzano confere à questão da instrução, ou melhor, à falta dela, no distrito, sem uma única escola profissional e com uma taxa de analfabetismo rondando os 80%; apesar de esse ser o valor médio, o autor faz questão de sublinhar que 86,87 dos bragançanos que em 1908 haviam emigrado eram analfabetos³⁴.

O semanário *Notícias de Bragança* foi um dos mais importantes periódicos que na capital do distrito se publicou entre 1912 e 1917 e o que mais profusamente representou as questões relacionadas com a emigração, conotando-a, invariavelmente, de forma negativa. O terrível ano de 1912, sem pão e sem salários, gerava greves de trabalhadores agrícolas e engrossava a emigração. Desde logo, as correspondências dos diferentes concelhos davam sistematicamente conta da assustadora emigração para o Brasil, queixando-se da crescente pobreza da região como causa e efeito dessa mesma emigração, alvitando alguns a canalização desses fluxos para as colónias.

³³ SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. II (continuação) Questões Sociaes. Emigração*. “Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”, n.º 8, 15 de Abril de 1911, p. 3.

³⁴ SUZANNO, Manoel – *Interesses Trasmontanos. III Questões Sociaes. Emigração*. “Districto de Bragança. Órgão de Defeza dos Interesses do Districto de Bragança”, n.º 9, 11 de Maio de 1911, p. 3-4.

Nas secções “Notícias da Semana” e “Pelo Distrito” eram também frequentes as referências aos últimos números de emigrantes do distrito ou seus concelhos³⁵, à quantidade e tipos de passaportes emitidos pelo Governo Civil, a grupos de emigrantes clandestinos saídos pelas povoações raianas acompanhados dos respectivos engajadores, entre vários outros aspectos.

O problema da emigração originava editoriais dirigidos ao Ministro do Fomento (a quem pediam cereal estrangeiro e desenvolvimento das obras públicas para empregar as turbas de desempregados)³⁶ e ao Governador Civil, a quem detalhadamente se apresentava o ponto da situação.

Este último texto, concretamente, é, a vários títulos, paradigmático, pois representava diferentes aspectos do êxodo a que a região assistia: o despovoamento da região e o abandono da agricultura; a necessidade de travar a prática do aliciamento à emigração realizada por exploradores da ignorância do povo que incutiam no aldeão o “sonho de ambições doentias, verdadeiramente epidémico” o que provocava a “expatriação em massa”; a mudança nas modalidades de emigração: já não era o jornaleiro sem pousada ou o artífice mal remunerado que emigrava, era o chefe de família remediado e cheio de filhos que vendia os seus bens por baixo preço caindo nas mãos de “comissários e engajadores sem consciência” que o aturdiavam com “a chimera ridente de um futuro de prosperidades”; já não era a emigração temporária, “é a expatriação pura e simples de centenaes de famílias”; o incremento da emigração clandestina pelas terras fronteiriças, sobretudo no concelho de Vinhais.

Este texto corrobora, pois, a radicação do “mito da fortuna” referindo-se sarcasticamente ao Brasil como o “Eldorado” onde o emigrante pensa

³⁵ Por exemplo, refere-se que no primeiro semestre de 1912 o Governo Civil de Bragança havia concedido passaportes a 3367 indivíduos, dos quais 1703 eram do sexo masculino e 1664 do feminino. “Noticias de Bragança”, n.º 21, 11 de Julho de 1912, p. 2. Estes números dão o mote para o editorial do número seguinte com o título em enormes letras negras – EMIGRAÇÃO – que admite ser aquele o distrito mais flagelado pelo êxodo: “É espantosa a corrente d’emigração em todo o paiz, mas principalmente em Traz-os-Montes e no districto de Bragança”. “Noticias de Bragança”, n.º 22, 18 de Julho de 1912, p. 1.

³⁶ *Ao Sr. Ministro do Fomento*. “Noticias de Bragança”, n.º 5, 21 de Março de 1912, p. 1.

³⁷ *Ao Chefe do Districto*. “Noticias de Bragança”, n.º 7, 4 de Abril de 1912, p. 1.

poder “apossar-se do ouro que se apanha ás mãos ambas e do bem estar que se alcança com o simples assentar de arraiaes em terras de pretos!”³⁷

Aliás, dos numerosos textos publicados neste periódico sobre a emigração, alguns traços comuns podem ser avançados. Apesar do Brasil ser o destino de emigração mais recorrentemente mencionado, há diversas notícias sobre outros destinos, como os Estados Unidos, Argentina e Havai³⁸; as referências à emigração clandestina são constantes (sobretudo em Vinhais, Miranda e Vimioso); reivindica-se a repressão sobre engajadores quer portugueses quer espanhóis; alerta-se para a necessidade de estancar a propaganda aliciadora; afirma-se que o mito do “brasileiro milionário” se encontrava generalizado nos espíritos simples e ignorantes; evidencia-se a emergência da modalidade familiar de emigração, nomeadamente as remediadas que, com a venda da casa, gado e pequenas propriedades conseguiam pagar a passagem; reiteram-se os sofrimentos e agruras dos portugueses nos lugares de emigração; denuncia-se a falta de preparação e analfabetismo dos mesmos emigrantes que eram vítimas da concorrência dos alemães, italianos, franceses e ingleses regularmente instruídos e treinados para as diversas profissões.

A estes aspectos, aliavam-se algumas conclusões pouco abonatórias da prática emigratória: financeiramente pouco resolvia, pois eram poucos os que regressavam ricos; moralmente era negativa porque gerava situações degradantes de trabalho escravo, de prostituição, de abandono de velhos e de crianças.

Como corolário deste rol de efeitos contraproducentes da emigração, sublinhava-se a necessidade de fomento da província para obviar à sua completa decadência. Esse fomento adviria, em primeiro lugar, da modernização do sector agro-pecuário (maquinaria, adubos químicos,

³⁸ A este respeito é curiosa a notícia sobre o naufrágio do Titanic onde se refere que entre os passageiros se contavam bastantes portugueses, a maior parte de origem açoriana mas alguns do continente, já que a diversificação dos destinos de emigração era uma realidade; mas em todos eles a vida dos emigrantes nacionais se pautava pela fome e pelas privações: “Talvez muitos dos que ocupavam os alojamentos da terceira classe, a bordo do Titanic, fossem felizes em encontrarem no fundo das águas o termo das suas canceiras. Escaparam assim a maiores sofrimentos”. “Noticias de Bragança”, n.º 10, 25 de Abril de 1912, p. 1-2.

associações sindicais, etc.); da melhoria das vias de comunicação viárias e ferroviárias para animação da economia e como forma de criação de empregos; desenvolvimento das obras públicas; incremento da educação, designadamente da instrução técnica e profissional³⁹.

Em alguns textos, e destoando um pouco do panorama da imprensa regional, verifica-se a reivindicação de legislação que limitasse ou, pelo menos, dificultasse a emigração⁴⁰.

Por outro lado, são várias as estratégias deste periódico para dissuadir os candidatos a emigrantes. Há, por exemplo, a publicação de notícias de detenções de clandestinos nas zonas fronteiriças⁴¹, de captura de emigrantes por serem detentores de documentos ilegais (geralmente passaportes fraudulentos)⁴², de repatriamentos de emigrantes sem emprego.

Outro expediente dissuasório da emigração é a publicação de cartas oriundas de diversos pontos do Brasil, e eventualmente já publicadas noutros jornais nacionais, dando conta dos tormentos sofridos pelos emigrantes que não encontravam trabalho e não possuíam meios para regressar; sobre esta

³⁹ A título de exemplo, refiram-se os artigos *Urge impedir a emigração*, “Noticias de Bragança”, n.º 30, 12 de Setembro de 1912, p. 2; *Fomento Trasmontano*, “Noticias de Bragança”, n.º 34, 10 de Outubro de 1912, p. 1; *A crise agrícola e o Caminho de Ferro do Pocinho a Miranda*, “Noticias de Bragança”, n.º 35, 17 de Outubro de 1912, p. 1-2.

⁴⁰ A. L. - *Emigração*. “Noticias de Bragança”, n.º 22, 18 de Julho de 1912, p. 1; A. L. - *Emigração*. “Noticias de Bragança”, n.º 34, 10 de Outubro de 1912, p. 2-3.

⁴¹ Uma destas notícias refere-se à povoação de Santalha (Vinhais) onde, após grande luta, foram detidos dez indivíduos por tentarem emigrar clandestinamente para o Brasil, cujos nomes, residências e profissões são identificados. Mais refere que o grupo ia acompanhado de dois engajadores e cerca de trinta clandestinos conseguiram escapar, pois a força policial era apenas de sete guardas e os emigrantes iam armados de pistolas. “Noticias de Bragança”, n.º 13, 16 de Maio de 1912, p. 3.

⁴² A este propósito, refira-se o artigo *O banditismo na emigração* que dá conta da detenção de sete indivíduos pela polícia de emigração que detectara passaportes colectivos fraudulentos. Num dos casos, tratava-se de três pessoas desconhecidas umas das outras que figuravam no passaporte como marido, mulher e filho do marido, ostentando a mulher no passaporte a idade de 27 anos quando, na verdade, tinha 18; ressalte-se, todavia, que o articulista minimiza a culpa dos infractores que considera vítimas dos “galfarros do engajamento”, eles sim responsáveis por este tipo de “habilidades”. “Noticias de Bragança”, n.º 208, 10 de Fevereiro de 1916, p. 1. Ver nota 51.

⁴³ *Uma carta do Pará. A emigração portuguesa*. “Noticias de Bragança”, n.º 48, 16 de Janeiro de 1913, p. 3.

⁴⁴ *Uma carta do Pará. A emigração portuguesa*. “Noticias de Bragança”, n.º 48, 16 de Janeiro de 1913, p. 3.

questão concreta é mencionada a criação da Liga Portuguesa de Repatriação pelo engenheiro Emílio Gouveia do Amaral⁴³. São exemplos desta situação a transcrição de uma carta enviada do Pará, em 1913, ao director de *O Mundo*⁴⁴, e de outras duas dirigidas ao *Século*, em 1914, proveniente uma do Rio de Janeiro e outra do Pará, publicadas sob o sugestivo título *Em terras de Santa Cruz morrem de fome muitos portugueses*⁴⁵.

Refira-se ainda a publicação de outro tipo de documentos como a circular do Ministério do Interior dirigida aos governadores civis aos quais é solicitada a divulgação da comunicação recebida do cônsul português no Brasil sobre a crise de trabalho nesse país que afectava também emigrantes portugueses, “ao ponto de as turmas que ultimamente para ali foram engajadas pela firma Paulo & Filhos – Praça da Batalha, 82, Porto, terem sido votadas ao abandono apenas ali desembarcaram, e nesta impressionante situação, assim continuam.”⁴⁶

Curiosa forma de dissuadir a emigração é a encontrada pelo autor do texto *Miranda do Douro. Despovoação dos campos* que, na segunda das quatro partes de que se compõe o seu estudo, apresenta uns cálculos rebuscados para concluir que entre o que os emigrantes ganhavam e o que gastavam em média, o mesmo poderiam auferir na terra natal, “pelo que, lá fóra, não compensa os sacrifícios e a violência do trabalho exercido por cada um”⁴⁷.

Entretanto, o número de portugueses radicados no Brasil suscitava a emergência de serviços procuratórios que, tal como acontecia no *Correio de Mirandela* também se faziam anunciar no *Notícias de Bragança*. Tratava-se do mesmo indivíduo, Ernesto Gomes de Castro, com escritório na rua Visconde de Inhauma, n.º 52, Rio de Janeiro, que se encarregava “com todo o zelo e mediante comissões módicas, de receber e fazer PROMPTA REMESSA de rendas de casas, juros, dividendos e amortizações de quaisquer

⁴⁵ *Em terras de Santa Cruz morrem de fome muitos portugueses*. “Noticias de Bragança”, n.º 105, 19 de Fevereiro de 1914, p. 3. A carta do Rio de Janeiro é assinada por José C. da Silva e a do Pará por José Abrantes.

⁴⁶ *Emigração*. “Noticias de Bragança”, n.º 99, 8 de Janeiro de 1914, p. 1.

⁴⁷ *Miranda do Douro. Despovoação dos campos (continuação)*. “Noticias de Bragança”, n.º 36, 24 de Outubro de 1912, p. 2-3.

títulos, pagáveis n'aquela capital”, bem como “de mandar fazer nos prédios os concertos necessários, fiscalisá-los, pagar impostos, etc.”. As informações, na região de circulação do periódico, podiam ser prestadas no Banco de Bragança, em Macedo de Cavaleiros com os senhores Alexandre José Nunes & Filho, e em Moncorvo com o senhor Abílio António Campos⁴⁸.

Quanto às agências de passagens e passaportes, este semanário é particularmente lacónico. No entanto, sabe-se por outras fontes que não só existiam no distrito como eram, por vezes, condenadas a penas de suspensão de funções⁴⁹.

Em 1920, surgiu em Bragança *O Leste Trasmontano*, um efémero periódico que se assumia como *órgão regionalista*. Justamente com o artigo *Regionalismo*, no seu primeiro número, abordou a problemática da emigração, lamentando que grande parte dos braços robustos do distrito fosse fecundar as terras de Santa Cruz em vez da sua região, do seu país ou mesmo de Angola e Moçambique. Sendo em geral analfabeto, era de presumir que a actividade do emigrante português fosse a de substituir o negro. Esta situação devia-se, na opinião do articulista, à “tenaz propaganda em prol do estrangeiro” que se fazia desde há longos anos sem que ninguém pusesse cobro a essa “louca e antipatriótica acção”. Segundo ele, urgia adoptar três medidas: fazer propaganda contrária; socorrer o pequeno lavrador; e “difundir a instrução popular que ensina ao nosso povo quanto de superior ao de outros é o nosso clima, o solo da nossa pátria e a liberdade que a cada cidadão cabe, também mais que noutra nacionalidade, de aplicar todos os recursos da sua inteligência e actividade na pesquisa da riqueza que advém

⁴⁸ Este anúncio é publicado pela primeira vez no “Notícias de Bragança”, n.º 205, 20 de Janeiro de 1916, p. 3.

⁴⁹ “Por despacho do Ex.mo Sr. Comissário Geral dos Serviços de Emigração foi levantada a suspensão ao Agente Manuel Gomes, de Bragança e conferido o respectivo Alvará de Licença, encontrando-se esta Agência devidamente habilitada em conformidade com o Decreto n.º 5 624 com a sua sede na Rua Abílio Beça, n.º 15, Bragança”. “O Saboreano”, Bragança, n.º 3, 9 de Abril de 1922, p. 2.

⁵⁰ *Regionalismo*. “O Leste Trasmontano. Órgão regionalista, literário, humorístico e religioso”, Bragança, n.º 1, 15 de Janeiro de 1920, p. 2.

4. Breves Conclusões

Como se viu, era vasta e complexa a paleta de representações da emigração portuguesa para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano no difícil período da 1.ª República.

Recurso de sobrevivência ou ambição de fortuna?

Instrumento de monetarização e investimento da vida rural ou causa de desertificação regional?

Sintoma da fragilidade nacional ou atitude antipatriótica?

De todas estas cores se pintou aquele que era, para muitos, o “problema nacional”.

Todavia, e tal como foi referido no início deste estudo, a problemática da emigração na 1.ª República é ainda um assunto em aberto, sem explicações cabais e compreensão plena. Apesar de profundamente reformista, nomeadamente nos seus primeiros anos, o novel regime não direccionou de uma forma empenhada o seu labor legislativo e pendor intervencionista à questão emigratória.

Esta constatação torna-se evidente na consulta da obra de Carlos Vieira Ramos intitulada *Legislação Portuguesa sobre Emigração e Passaportes*, publicada em 1913, onde se verifica a parca e pouco importante legislação dos primeiros anos da república relativamente ao assunto. Posteriormente a esta data, e apesar de faltar um estudo profundo e sistemático, verifica-se que a legislação produzida não visava qualquer alteração de fundo, limitou-se a regular situações já consumadas e traduziu até alguma hesitação pois diplomas publicados deixavam de vigorar pouco tempo depois⁵¹. No entanto, foi neste período que se verificaram

⁵¹ Por exemplo, em meados de Janeiro de 1913, o Ministério do Interior mandou suspender a emissão de passaportes colectivos (baseando-se numa nova interpretação da lei de 25 de Abril de 1907) com vista à prevenção das fraudes daí decorrentes pois tais documentos podiam incluir indivíduos que não pertenciam à família do impetrante, assumindo, desta forma, uma nova dimensão de emigração clandestina; no entanto, logo em inícios dos mês seguinte, foi declarada sem efeito a portaria que suspendia a concessão de passaportes colectivos.

quantitativos inéditos de emigração, apenas refreados nos anos relativos à 1.^a Grande Guerra.

Certo é que grandes questões dominavam e minavam a república como a questão religiosa suscitada pela lei da separação do Estado e da Igreja, e a eclosão do conflito mundial desviou muitas das preocupações do regime para o esforço de guerra.

Se parece não haver grandes dúvidas no tocante à evolução da política de emigração da monarquia constitucional e do Estado Novo, por seu turno permanecem algumas interrogações e lacunas quanto à política oficial e oficiosa de emigração na 1.^a República.

Estridente e ousado em várias outras áreas, o regime revelou-se, neste sector específico, discreto e silencioso.

“A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”

Monteiro Lobato

A LENDA DO MUIRAQUITÃ

“O muiraquitã é simbolizado por um artefato de Jade encontrado no Baixo Amazonas, especialmente nos arredores de Óbidos e nas praias entre a foz dos rios Nhamundá e Tapajós. Possui formas diversas como as de serpentes, batráquios e quelônios. Segundo a lenda amazônica, o muiraquitã era um presente ofertado aos homens, pelas amazonas, após um ritual amoroso que se realizava anualmente ao redor do lago Espelho da Lua (iaci-uaruá). De acordo com a tradição ele é considerado a pedra da felicidade. Usado ao pescoço é um amuleto poderoso, prestigiado pela credulidade que afirma que será satisfeito o desejo de quem usar um muiraquitã.”

Escolhemos a tartaruga para ser o símbolo da editora Muiraquitã, por acreditarmos no seu carisma e em todo o simbolismo de sua luta contra os predadores da natureza.

A Editora Muiraquitã, fundada em 1991, lançou o seu primeiro livro no período do evento ECO-92, ocorrido no Rio de Janeiro.



www.editoramuiraquita.com / editora.muiraquita@gmail.com

Tel/fax: 21 2620 6357 / 21 2620 2788 / 21 8724 0618

Rua José Clemente, 73 Gr. 505/507 Centro Niterói RJ CEP. 24020-101

Esta obra foi composta em GoudyMedieval corpo 24 sobre entrelinha 36 no frontispício e Sylfaen corpo 12 sobre entrelinha 16,5 no miolo, com saída em fotolito digital para impressão Off-Set, sendo 4/0 sobre papel Supremo LD 250 G para a capa e 1/1 sobre papel Polén Bold 90G para o miolo, fornecidos por Edil Artes Gráficas para a Edições Muiraquitã Ltda.

• Julho / 2006 •



**GOVERNO DO
ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**SECRETARIA DE ESTADO
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO DO RIO DE JANEIRO**



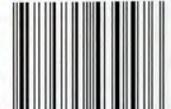
DEPEBE



FAPERJ

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

ISBN 85-75430-57-2



9 788575 430576